

revista de estudos ibéricos

IBEROgrAFIAS

Centro de Estudos Ibéricos

Número 6

Ano VI

2010

COORDENAÇÃO DESTE NÚMERO

Rui Jacinto
Virgílio Bento
Alexandra Isidro

COORDENAÇÃO DO NÚCLEO TEMÁTICO

Maria João Correia Santos

PAGINAÇÃO

Pedro Bandeira

IMPRESSÃO

Marques & Pereira, Lda. - Guarda

EDIÇÃO

Centro de Estudos Ibéricos
Rua Soeiro Viegas, 8
6300-758 Guarda
e-mail: cei@cei.pt
site: www.cei.pt

ISSN: 1646-2858

Depósito Legal: 231049/05

Novembro 2010



Índice

5 Apresentação

Porcom, Oilam, Taurom. Cabeço das Fráguas: o santuário no seu contexto

Actas da Jornada realizada no Museu da Guarda a 23 de Abril de 2010

9 Apresentação institucional - Alexandra Isidro, Dirce Marzoli e Dulce Helena Pires Borges

10 Introdução - Thomas G. Schattner e Maria João Correia Santos

O contexto arqueológico

13 “Um mundo entre mundos”. O grupo Baiões / Santa Luzia, sociedade; metalurgia e relações inter-regionais - João Carlos de Senna-Martínez

27 O povoamento romano no concelho da Guarda - Vítor Pereira

O contexto epigráfico-linguístico

45 La epigrafía latina de la provincia de Salamanca como fuente para el estudio de los santuarios rurales - Manuel Salinas de Frías

55 Postoloboso, Cabeço das Fráguas, Monte do Facho: tres ejemplos de la romanización en la parte indoeuropea de la Hispania antigua - Michael Koch

63 Cabeço das Fráguas y el sacrificio indoeuropeo - Blanca María Prósper

71 Lengua y onomástica: las inscripciones lusitanas - Joaquín Gorrochategui e José María Vallejo

81 Las divinidades del Cabeço das Fráguas y la gramática de la lengua lusitana - Jürgen Untermann

O Cabeço das Fráguas

89 O Santuário do Cabeço das Fráguas através da arqueologia - Maria João Correia Santos e Thomas G. Schattner

109 Breve observação sobre a representação processional no ocidente hispânico - Thomas G. Schattner

131 O Cabeço das Fráguas e a concepção de espaço sagrado na *hispania* indo-europeia - Maria João Correia Santos

149 **Prémio Eduardo Lourenço [VI edição - 2010]**

CEI Actividades I 2010

155 I. Ensino e Formação

161 II. Eventos

163 III. Edições

Apresentação

A edição do 6º volume da Revista “Iberografias” marca o ritmo regular das actividades que o Centro de Estudos Ibéricos desenvolve e testemunha o envolvimento do Centro com os espaços fronteiriços, o património e a promoção do diálogo entre pessoas e instituições.

Apraz-nos dar à estampa neste número as comunicações proferidas na Jornada “*Porcom, Oilam, Taurum – Cabeço das Fráguas: o Santuário no seu contexto*”, que constituem um núcleo temático autónomo. Tratou-se de uma jornada científica realizada na Guarda, no dia 23 de Abril, que congregou uma elite de especialistas a nível internacional no intuito genuíno de progredir no conhecimento do “Cabeço das Fráguas”, lugar de extraordinária importância para a arqueologia peninsular.

Iniciativa do Instituto Arqueológico Alemão, organizada em colaboração com o Museu da Guarda e com o Centro de Estudos Ibéricos, estas Jornadas constituíram um período de reflexão sobre o actual estado da investigação deste projecto científico, concluída que está a primeira fase (2006-2010). A qualidade das intervenções e a importância do debate científico constituíram motivo bastante para que este número da Revista acolhesse as comunicações, dando assim a conhecer a um público mais vasto a importância do sítio arqueológico do “Cabeço das Fráguas”, situado em pleno coração da Lusitânia.

À semelhança de anteriores edições, destaca-se o capítulo dedicado ao Prémio Eduardo Lourenço, este ano atribuído a César António Molina, bem como uma pequena síntese dos premiados de edições anteriores.

Lugar ainda para o registo das actividades que o CEI realizou em 2010 e que marcam a vitalidade de um Centro que prossegue uma linha marcada pela temática “Territórios e Culturas Ibéricas” e que se encontra cada vez mais aberto à cooperação e à colaboração institucional como forma de ultrapassar fronteiras e aproximar gentes e culturas.

Porcom, Oilam, Taurom
Cabeço das Fráguas:
o santuário no seu contexto

Actas da Jornada realizada no
Museu da Guarda a 23 de Abril de 2010

Coordenadas por
Thomas G. Schattner | Maria João Correia Santos

Apresentação Institucional

É com grande prazer que apresentamos as Actas da Jornada sobre o Cabeço das Fráguas, realizada no passado dia 23 de Abril no Museu da Guarda, celebrando vivamente a boa colaboração institucional que subjaz a esta iniciativa e o êxito de uma reunião científica que congregou uma elite de especialistas a nível internacional, no intuito genuíno de progredir no conhecimento deste lugar extraordinário para a arqueologia peninsular que é o Cabeço das Fráguas.

Alexandra Isidro
Centro de Estudos Ibéricos

Dirce Marzoli
Instituto Arqueológico Alemão

Dulce Helena Pires Borges
Museu da Guarda

Introdução

Thomas G. Schattner | Maria João Correia Santos

Coordenadores

Iberografias 6 (2010), 10-11. ISSN: 1646-2858

É bom costume, também para projectos científicos, incluir períodos de reflexão na agenda e, de vez em quando, olhar para trás para apreciar o caminho percorrido e assegurar o estado actual da investigação. Esse momento é sobretudo chegado, quando finaliza uma fase de um projecto científico, como é o caso do projecto do Cabeço das Fráguas (2006-2010), que neste ano conclui a sua primeira fase.

Este projecto integra um âmbito de investigação mais amplo, dedicado ao estudo da romanização dos santuários indígenas no Ocidente Hispânico. Além de Fráguas, formam parte igualmente parte desta investigação os santuários de Endovélico, em São Miguel da Mota (Alandroal), de *Deus Lar Berobreus*, em Donón (Cangas do Morrazo), e de *Vaelicus*, em Postoloboso (Ávila). Neste projecto participam investigadores do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid em parceria com colegas procedentes da Universidade de Lisboa, do Museu da Guarda, do Museo da Catedral de Santiago de Compostela e do Museo de Ávila.

O principal objectivo consiste em contextualizar, com informação obtida a partir de escavações arqueológicas, o conhecimento existente sobre este tema no Ocidente Hispânico, iniciada de forma magistral no século XIX por Leite de Vasconcellos¹, até agora largamente dominada pela História Antiga e pela Filologia, especialmente pela Epigrafia e pela Linguística. É assim que, durante muito tempo, a arqueologia procurou respaldar-se nestas disciplinas científicas vizinhas. Hoje, no entanto, depois de oito anos de investigação, iniciada no santuário de Endovélico em 2002, podemos observar que, através dos resultados obtidos, a arqueologia passou de uma posição subsidiária, receptora, a uma posição equiparável às outras disciplinas, na qualidade de válida dadora de informação, trazendo à luz, pela primeira vez, o conhecimento da realidade material destes santuários. O registo arqueológico vem, assim, completar as informações epigráficas e linguísticas, contribuindo para o melhor conhecimento desta temática. Tanto as certezas, como as lacunas do saber tornam-se mais visíveis e expostas à futura investigação.

No fim da primeira fase deste projecto, é pois tempo não só de avaliar os novos dados entretanto coligidos, mas também de os dar a conhecer ao grande público e de os debater no seio da comunidade científica. Promoveu-se, neste sentido, por um lado, uma exposição intitulada *Porcom, Oilam, Taurom; Cabeço das Fráguas: o santuário no seu contexto*, em exibição no Museu da Guarda entre 18 de Março e 30 de Maio de 2010, onde pela primeira vez foi apresentado o molde à escala natural da inscrição rupestre, inteiramente custeado pela Associação de Amigos do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid e as Empresas Norak, a quem expressamos o nosso mais cordial agradecimento. Muito gratificante é verificar, como consequência imediata do trabalho desenvolvido, a constituição de um pequeno núcleo dedicado a este sítio emblemático na exposição permanente do Museu da Guarda, cuja sempre amável colaboração igualmente agradecemos. Nesta sequência e por outro lado, foi celebrada ainda uma Jornada científica, a 23 de Abril de 2010, no Museu da Guarda, cujos resultados são agora publicados.

O programa desta jornada foi concebido exactamente nesta linha de ideias. Com base numa visão de conjunto, isto é, entendendo o santuário desde o seu contexto temporal e regional, expõem-se primeiro os contextos arqueológicos, e depois os históricos e filológicos. No fim, num capítulo à parte, são dados a conhecer os resultados das campanhas

1 Religiões da Lusitânia I 1897, II 1905, III 1913.

arqueológicas levadas a cabo no Cabeço das Fráguas². Duas contribuições, juntas *a posteriori*, abordam ainda importantes temas relacionados com este espaço. Desta forma, é oferecido ao leitor o estado actual das investigações sobre o Cabeço das Fráguas, sítio emblemático da arqueologia portuguesa, em pleno coração da *Lusitania*.

Cabe, finalmente, agradecer a ampla colaboração do Museu da Guarda, na pessoa da sua directora, a Dr.^a Dulce Helena Pires Borges, e ao Centro de Estudos Ibéricos, representado pelo seu director honorífico, o Dr. Eduardo Lourenço e a sua coordenadora, a Dr.^a Alexandra Isidro, que tiveram a amabilidade de acolher as actas desta jornada científica na sua revista.

Esperando que esta síntese não só sirva de símbolo para o fecho da primeira fase de investigação, mas que constitua também um bom início para a segunda fase, obrigado a todos.

2 Duas das contribuições apresentadas nesta Jornada não puderam infelizmente ser incluídas no presente volume, designadamente as de Amílcar Guerra e Fernando Patrício Curado que serão, porém, oportunamente publicadas.

Mensagem

Adriano Vasco Rodrigues

Senhoras e Senhores:

Contava corresponder ao honroso convite, assistindo durante quinta-feira ao Encontro. A alteração do programa coincidiu com o Acto da defesa da Tese da minha neta, Rita, Universidade Católica do Porto. Por essa razão, não estou convosco, pois sei que a minha ausência lhe causaria pesar.

Tenho acompanhado, com muito prazer, os trabalhos na Cabeço das Fráguas, pelas quais felicito o Senhor Director do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid e a sua Equipa.

Saúdo, pela excelente divulgação, a Senhora Directora do Museu da Guarda.

Venho seguindo com interesse as discussões científicas sobre o Lusitano, como língua, ou mais correctamente, sobre os seus dialectos, identificados com um número restrito de inscrições rupestres, entre elas, a da Laje da Moira, Cabeço das Fráguas, que divulguei.

Como Vossas Excelências sabem e não vou dar novidade, as interrogações e incertezas persistem, dada a amplitude de lacunas. Assim, a tese de origem celta foi contrariada pela cópula *indl*, daquela inscrição e pelo seu paralelismo germânico, levando à hipótese de uma celtização posterior. Por outro lado o distinto linguista Jürgem Utermann (1987) considerou ter havido na Península Ibérica uma só invasão proto-céltica, que se reflectiu nos dialectos celtibéricos e no Lusitano, tese que outros autores contrariaram afirmando que o Lusitano era uma língua Indo-europeia independente. Destes, os mais recentes são Gorrochategul (1987), Tovar (1961-87), e Villar (1990). Para Tovar, o Lusitano seria inicialmente Ibero e depois indoeuropeizado.

A amplitude das lacunas persiste e a discussão não acaba. Curiosamente, percorrendo o nosso distrito, encontramos na toponímia correlação com nomes da Inscrição do cabeço das Fráguas, tais como: TOURO, PORCO, PORCAS, LAMEIRAS, LAMEGAL, LAMEIRO, e até na vizinha região de Castelo Branco, o nome de família LAM (identificado no início da referida inscrição, OI-LAM). Este nome de família evidencia pura sobrevivência do Lusitano.

Interessante seria alargar a pesquisa à Arqueologia Viva, que é a Linguística. Deixo esta sugestão.

Termino saudando todos os Participantes, desejando pleno sucesso científico neste Encontro.

“Um mundo entre mundos”

O grupo Baiões / Santa Luzia, sociedade; metalurgia e relações inter-regionais

João Carlos de Senna-Martínez

UNIARQ, Centro de Arqueologia

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras

smartínez@fl.ul.pt.

Iberografias 6 (2010), 13-26. ISSN: 1646-2858

RESUMO

Partindo de um ponto de situação e revisão do que conhecemos sobre a metalurgia no Grupo Baiões/Santa Luzia e as suas implicações sociais, uma vez terminado o projecto de investigação “Metalurgia e Sociedade no Bronze Final do Centro de Portugal – METABRONZE”, procuramos reflectir sobre as suas relações inter-regionais, nomeadamente, sobre o papel que a procura e a produção de estanho terão tido sobre o desenvolvimento de tais relações. Reflecte-se, em seguida, sobre as relações mediterrânicas nos grupos culturais do Bronze Final das duas Beiras Portuguesas em ambiente pré-orientalizante, orientalizante e pós-orientalizante e, por fim, sobre a interpretação possível das relações das sociedades regionais e respectivas práticas metalúrgicas com a origem e desenvolvimento do “sítio-santuário” do Cabeço das Fráguas.

PALAVRAS CHAVE

Portugal Central; Bronze Final; Metalurgia e Sociedade.

ABSTRACT

We start by taking into reconsideration the available data on the metallurgy of the Baiões/Santa Luzia Late Bronze Age culture group, namely the results obtained during the development of the research project “Metallurgy and Society in Central Portugal Late Bronze Age – METABRONZE”. Then, we discuss the role of tin procurement and production in the development of inter-regional relationships.

We then discuss the Mediterranean connexions of the two Portuguese Beiras Late Bronze Age culture groups during the pre-Phoenician, Phoenician and Punic periods. Finally, we take into account possible interpretations of these two regional culture groups’ metallurgy and societies’ role on the origin and development of Cabeço das Fráguas “Sanctuary”.

KEYWORDS

Central Portugal; Late Bronze Age; Metallurgy and Society.

Introdução

O modelo tradicional para a produção metalúrgica no Bronze Final de cariz atlântico vê esta como um processo centralizado em oficinas que produzem para um espaço regional. Tal modelo é claramente posto em causa pelas descobertas recentes nas Beiras portuguesas. Investigações que nós próprios e outros colegas temos vindo a desenvolver durante os últimos vinte anos revelaram, para o centro-norte português, uma sociedade que pouco teria em comum com as do Mediterrâneo Oriental. A forma de produção metalúrgica naquelas sociedades¹, por muito apropriada que seja, por exemplo, para as realidades do mundo micénico, não pode ser transposta como tal para as diferentes condições de desenvolvimento dos mundos peninsulares do Bronze Final. Tal é, em particular, o que se passa com os grupos culturais das Beiras portuguesas: o de Baiões/Santa Luzia e o da Beira Interior (ou Beira Baixa).

1 Hauptmann 2007.

Iniciámos a revisão da metalurgia Baiões/Santa Luzia ainda em 2000² quando, a propósito da exposição “Por Terras de Viriato: Arqueologia da Região de Viseu”, apresentada durante 2000-2001 no Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa (MNA)³, durante cuja preparação tivemos acesso à quase totalidade dos materiais conhecidos de este grupo regional, sobretudo os relacionados com a prática metalúrgica.

Já em 2006-2009, o desenvolvimento do Projecto METABRONZE⁴ permitiu-nos ir mais longe na compreensão deste mundo cultural e do respectivo nexo de relações inter-regionais. Pela primeira vez foi possível desenvolver todo um programa analítico incidindo sobre artefactos e diversos restos de actividades metalúrgicas já objecto de várias publicações e apresentações⁵.

O Bronze Final do Centro de Portugal: sociedade e metalurgia

O Bronze Final do Centro de Portugal, de acordo com a cronometria radiocarbónica disponível, desenvolve-se entre os séculos XIII e VI a.n.e., com uma etapa final a partir do décimo (Quadro 1)⁶. Uma das suas características mais marcantes ao nível regional consiste no desenvolvimento de redes de povoamento de marcada visibilidade arqueográfica (Fig. 1), denotando uma clara preocupação com o controle da paisagem sem que tenhamos alguma evidência de tensões bélicas entre os povoados de nível mais alto.

As reduzidas dimensões dos principais sítios de habitat (apenas dois têm mais de um hectare, com dimensões médias dos restantes de cerca de meio hectare⁷), bem como a falta de habitações com planta diferenciada ou equipamentos domésticos que possam ser relacionados com um estatuto social de excepção, converte-os em nodos de importância equivalente em cada uma das redes respectivas e seguramente cooperantes, possibilitando a manutenção da circulação de pessoas e bens⁸.

Para que possamos pensar a população regional em termos comparativos, recordemos que, segundo o “Numeramento de 1527-1532”, a cidade de Viseu teria apenas 2295 habitantes e a Vila de Seia cerca de 500⁹. De acordo com Alfredo Fernandes Martins, o geógrafo do Mondego, a densidade populacional da bacia deste rio no século XVI seria de cinco habitantes por quilómetro quadrado¹⁰ e o nosso cálculo a partir das áreas úteis estimadas dos povoados permite-nos falar de uma densidade de um a dois e meio habitantes por quilómetro quadrado no Bronze Final¹¹. Desta forma resultaria impossível que cada unidade territorial constituída por um sítio de primeiro nível e os casais agrícolas adjacentes fosse independente como unidade de reprodução social.

A análise das modas regionais de produção cerâmica¹² que, além de outras evidências, permitem a delimitação das duas áreas culturais regionais que vimos referindo, deixam também entrever dentro do Mundo Baiões/Santa Luzia a possível ocorrência de distinções sub-regionais, sugerindo a existência de diferentes linhagens femininas de oleiras.

2 Senna-Martínez, Pedro 2000.

3 Senna-Martínez, Pedro (eds.) 2000.

4 O projecto METABRONZE (Metallurgy and Society in Central Portugal Late Bronze Age – POCTI/ /HAR/58678/ /2004) foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

5 Figueiredo *et al.* 2006; 2007a; 2007b; 2008; 2009; 2010a; 2010b; Geirinhas *et al.* no prelo; Senna-Martínez 2005, 2006, no prelo; Valério *et al.* 2006.

6 Senna-Martínez 2000a; Reprezas 2010, 33-35.

7 Senna-Martínez 2000^a, 120-121.

8 Além do que a reduzida dimensão de cada um torna tal cooperação essencial para que uma equilibrada reprodução social seja possível (Senna-Martínez 1996, 168; 1998, 221-222).

9 Collaço 1931.

10 Martins 1940.

11 Senna-Martínez 1998, 121.

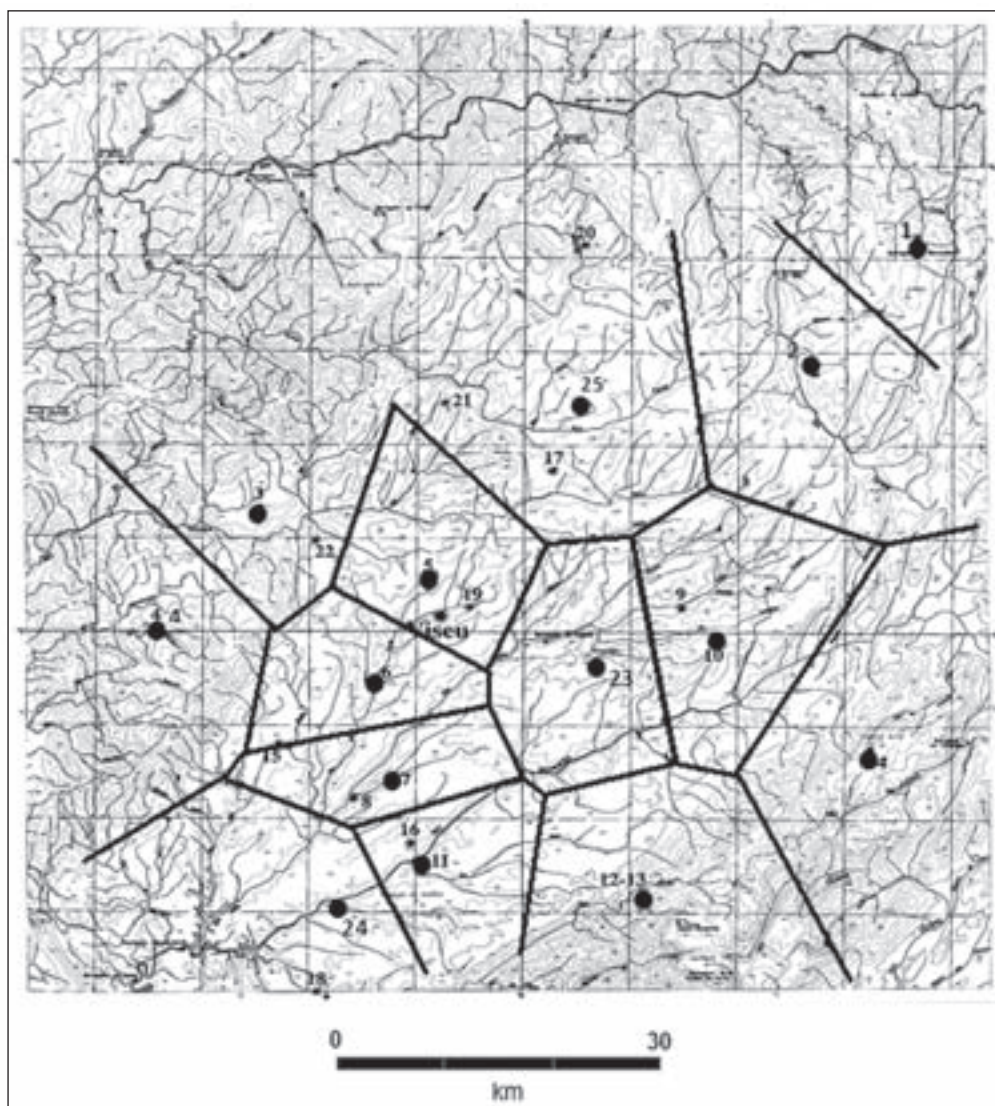
12 Reprezas 2010.

Quadro I – Dados de Radiocarbono para Contextos Habitacionais do Mundo Baiões/Santa Luzia.

Sítio	UE	Ref ^a Laboratório	Material	Data BP	Cal. BC 2σ ¹	Bibliografia
CSR	[105]	ICEN-198	bolota carbonizada	2970±35	1312-1055	Senna-Martinez, 2000a
CSR	[16]	ICEN-197	madeira carbonizada	2910±35	1215-1003	Senna-Martinez, 2000a
Soma de probabilidades n=2						
CSR	[25]	ICEN-824	madeira carbonizada	2680±80	1044-747	Senna-Martinez, 2000a
COCB	[21]	SAC-1566	madeira carbonizada	2930±60	1315-973	Senna-Martinez, 2000 ^a
COCB	[46]	SAC-1539	madeira carbonizada	2960±45	1315-1022	Senna-Martinez, 2000a
Soma de probabilidades n=2						
COCB	[25]	SAC-1524	madeira carbonizada	2610±60	906-541	Senna-Martinez, 2000 ^a
CSL	---	ICEN-489	madeira carbonizada	2960±60	1323-1008	Pedro, 1995
CSL	---	ICEN-486	madeira carbonizada	2960±60	1323-1008	Pedro, 1995
Soma de probabilidades n=2						
CSL	---	ICEN-487	madeira carbonizada	2810±100	1224-802	Pedro, 1995
CSL	---	ICEN-405	madeira carbonizada	2920±180	1539-769	Pedro, 1995
Soma de probabilidades n=4						
CSG	---	GrA-29095	sementes carbonizadas	2745±45	979-812	Vilaça, 2008
CSG	---	GrA-29097	sementes carbonizadas	2680±40	906-796	Vilaça, 2008
CSG	---	GrA-29098	sementes carbonizadas	2650±35	863-787	Vilaça, 2008
Soma de probabilidades n=3						
CSG	---	GrN-7484	madeira carbonizada	2650±130	1089-409	Vilaça, 2008
CAN	IA/2B	GrN-24051	madeira carbonizada	2720±60	1000-798	Canha, 2002
CAN	IA/2B	GrN-24052	madeira carbonizada	2870±170	1503-752	Canha, 2002
CAN	IA/2B	GrN-24843	bolota carbonizada	2860±140	1406-799	Canha, 2002
CAN	IA/2B	GrN-24844	madeira carbonizada	2660±60	947-754	Canha, 2002
CAN	IA/2B	GrN-24845	bolota carbonizada	2750±100	1214-763	Canha, 2002
Soma de probabilidades n=3						
CAN	IA/2B	GrN-25827	sementes de trigo carbonizadas	2745±45	980-812	Canha, 2002

* Dados calibrados con el Programa “Calib 6.0.”.

Fig. 1 – A rede de povoamento do Grupo Baiões/Santa Luzia: 1 - Monte Airoso (Penedono); 2 - Senhora das Necessidades (Sernancelhe); 3 - Senhora da Guia de Baiões (S. Pedro do Sul); 4 - Cabeço do Couço (Vouzela); 5 - Santa Luzia (Viseu); 6 - Castelo dos Mouros (Viseu); 7 - Outeiro dos Castelos de Beijós (Carregal do Sal); 8 - Malcata (Carregal do Sal); 9 - Castelo de Penalva (Penalva do Castelo); 10 - Senhora do Bom Sucesso (Mangualde); 11 - Castro de S. Cosme (Oliveira do Hospital); 12 - Cabeço do Crasto de São Romão (Seia); 13 - Buraco da Moura de São Romão (Seia); 14 - Cabeço Redondo (Gouveia); 23 - Senhora do Castelo (Mangualde); 24 - Castro da Picota (Tábua); 25 - Canedotes (Vila Nova de Paiva).



Todos os dados que conhecemos fazem-nos pensar que uma das formas privilegiadas de intercâmbio entre os sítios de cada área e, inclusivamente, mesmo se com mais raridade, inter-áreas culturais no Bronze Final da fachada atlântica peninsular (nomeadamente nos das Beiras portuguesas), poderia ser a circulação de mulheres sob a forma de alianças matrimoniais. Num estrito âmbito regional ou sub-regional tal reforçaria laços de coesão social, além de poder contribuir para produzir a manutenção de “modas de produção”, nomeadamente de cerâmica¹³. Num âmbito mais alargado ou transregional, tal circulação poderia ser responsável pela escassa, mas verificável, percolação de peças cerâmicas inter grupos regionais e, sobretudo, pelo rápido desenvolvimento de tecnologias metalúrgicas e difusão de modelos metálicos entre elites locais¹⁴.

13 Colomer i Solsona 2005.

14 Senna-Martínez 1996.

Ao partir para o projecto METABRONZE, dispúnhamos já de evidências arqueológicas¹⁵, provenientes de diversos arqueosítios que proporcionaram o grosso das amostras estudadas no novo projecto, que permitiam, por si mesmas, propor a existência de diminutas escalas de produção metálica no Grupo Baiões/Santa Luzia¹⁶, com uma produção distribuída entre pequenas aldeias e mesmo sítios de menor dimensão. As implicações históricas e sociais de tal modelo produtivo tinham também sido já abundantemente discutidas¹⁷.

O projecto em causa permitiu sustentar fortemente diversas destas hipóteses, através de resultados analíticos obtidos de forma independente, além de permitir alcançar outros resultados e desenvolver toda uma série de metodologias novas (pelo menos no caso português) para o estudo de problemáticas arqueometalúrgicas.

Os resultados obtidos¹⁸ permitem caracterizar a metalurgia Baiões/Santa Luzia como fonte de uma produção primária de bronzes com uma composição distinta e que se deveria basear num acesso regular a fontes de estanho, muito provavelmente sustentada pela exploração de recursos locais¹⁹.

A julgar pelos dados obtidos, sobre tudo a partir do arqueosítio da Senhora da Guia de Baiões, o método de redução do metal consistiria numa co-redução de malaquite e cassiterite em "open-vessel" ou "vasilha-forno"²⁰. Este processo, muito simples e de baixa rentabilidade, segue, a quase mil anos de distância, o proposto para a produção dos primeiros bronzes do Noroeste Peninsular, de acordo com os dados obtidos no sítio de habitat da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros, Trás-os-Montes Oriental)²¹ denotando um forte espírito conservador.

O Estudo dos "nódulos de redução" (ou "prills") do sítio de Baiões (Fig. 2) bem como as restantes análises composicionais de restos metálicos e de artefactos²², deste e dos restantes sítios estudados, revelaram uma grande consistência de processos metalúrgicos e de métodos empíricos de produção de bronze, não obstante as diminutas quantidades de metal processado em cada sítio²³.

As possíveis explicações para o bom controlo empírico de produção das ligas²⁴ devem ter em consideração que, enquanto a produção primária de metal por co-redução de minerais de cobre e estanho implicaria um controle muito bom de cargas, a reciclagem

15 Áreas de trabalho metalúrgico escavadas, análises tipológicas de artefactos, incluindo moldes de fundição, restos metálicos, artefactos recém-saídos de molde e ainda com rebarbas de fundição, etc.

16 Senna-Martínez 2000a; Senna-Martínez, Pedro 2000a.

17 Senna-Martínez 1998, 219-226; 2000a, 126-131; 2005, 904-909; Senna-Martínez, Pedro 2000^a, 64-67.

18 Figueiredo et al. 2006; 2007b; 2010a; 2010b; Silva et al. 2008; Valério, Araújo, Canha 2007; Valério et al. 2006.

19 Figueiredo et al. 2010b.

20 *"The presence of a slag fragment gives evidences for the local production of bronze – and this happens for the first time in the studied region –, offering new expectations to the early proposals of a local exploration of ores, as cassiterite. Also, it suggests that smelting was still performed inside the settlement, similarly to what happened in earlier periods in the Iberian Peninsula, and differing from what happened in many contemporaneous LBA metallurgical sites in more Eastern/ Mediterranean territories where smelting was done exclusively at the vicinity of the mine. The analysis of the slag fragment suggests smelting of copper ores with cassiterite or metallic tin by a rather primitive smelting process (as in a reaction vessel/crucible) leading to incomplete ore reduction and resulting in a heterogeneous microstructure with fine grained mixture of different phases. The low Fe content (<0.05%) in the analyzed bronze artefacts does also point out to their fabrication in this kind of primitive smelting technology"* Figueiredo et al. 2010b, 1632.

21 Senna-Martínez et al. no prelo.

22 Figueiredo et al. 2010a, 1633; Figueiredo et al. 2010b; Valério et al. 2006.

23 Senna-Martínez 2005.

24 *"Most probably, among these LBA communities, "control" must be understood in the basis of a trial and error practical experience, which nevertheless, led to an empirical deep understanding of the materials behaviours and characteristics"* Figueiredo et al. 2010b, 1633.

Fig. 2 – Castro da S. Guia de Baiões, evidências de produção de bronze:
A - Nódulos de redução em bronze; B - Escoria com vestígios de malaquite e cassiterite
(sg. Figueiredo, et al. 2010a: fig. 3 adaptada).



(que também foi possível demonstrar pela primeira vez)²⁵, bem como a selecção de “prills” para as fundições, implicariam que estes materiais proviessem provável e principalmente de produções anteriores locais e/ou regionais dentro de um mesmo standard empírico de limites de variação²⁶.

Uma grande variedade de tipos de trabalho termo-mecânico afectou os artefactos produzidos: desde longos ciclos de “trabalho de forja” (aquecimentos seguidos de percussão) sobre barrinhas ou arames metálicos para dar-lhes forma, produzir espátulas ou fíbulas, etc.; a um trabalho mais localizado para dar forma e afiar gumes (de machados, cinzéis, etc.); ou mesmo peças utilizadas tal como saíram de molde ainda com rebarbas de fundição.

Um outro tipo de técnica de trabalho de metal, sugerente de relações claramente mediterrânicas, foi posto em evidência com a demonstração de que um cravo ornamental do sítio de habitat do Cabeço do Crasto de S. Romão foi produzido em cobre e a sua superfície visível, a superior, foi dourada por difusão térmica²⁷.

A evidência total até agora produzida no âmbito do Projecto METABRONZE permite-nos dizer que todos os processos documentados são compatíveis com uma situação em que a produção/redução de metal e o seu trabalho posterior constituiriam actividades simples as quais, mesmo implicando um “*know-how*” empírico muito específico e geral (quer dizer sem sub-especialização), não necessitaria de grandes ou especiais infra-estruturas, sendo perfeitamente adequada a uma forma de produção doméstica e em tempo parcial, tal como a que vimos propondo já há algum tempo²⁸.

25 “The presence of partially heat-distorted fragments of artefacts with equiaxed grain microstructure suggests recycling operations rather than faulty castings. Also, the assemblage of metallic nodules with worked microstructures and tin contents similar to the artefacts suggests that these might be parts of artefacts or other metallurgical remains (e.g. seams and splashing droplets) gathered for recycling” Figueiredo et al. 2010b, 1633.

26 “The “control” over Sn content in the artefacts, could possibly be achieved by the awareness of the colour (and hardness?) of the metals. The Sn content range of ~10-15% (most of the artefacts) produces a metal with a yellowish “gold like” colour that was probably appreciated, besides its good thermomechanical properties” e “The relatively high Sn content among the studied items (~13±3%) and absence of low tin bronzes may suggest that the exploitation of local tin ores was a reality (although in a relative low scale), resulting in an constant tin supply, and thus enforcing the role of metallurgy and associated activities in the site/region” Idem, *Ibid*.

27 Figueiredo et al. 2010a.

28 Senna-Martínez 1996; 1998; 2000a.

Relações inter-regionais

A grande semelhança na qualidade do bronze produzido nas áreas dos Grupos Baiões/Santa Luzia e da Beira Interior com a do conjunto da Ria de Huelva coloca a possibilidade de interacções importantes entre as varias áreas regionais peninsulares no Bronze Final, como sempre se disse mas até agora sem prova, além de sustentar ainda mais a hipótese de uma origem peninsular para os bronzes de Huelva²⁹.

Se a grande maioria dos artefactos produzidos em bronze no Grupo Baiões/Santa Luzia são de tipologia atlântica, estudos recentes revelaram a entrada precoce neste mundo centro-atlântico peninsular de algumas peças e sobretudo de modelos metálicos de origem mediterrânica, ainda no último quartel do II milénio a.C.

Tais artefactos, a que importa associar a técnica de dourar atrás referida, distribuem-se por três categorias formais importantes: as primeiras fíbulas; os primeiros objectos de ferro e os ponderais.

No que respeita a fíbulas, com a excepção da fíbula em “arco de violino” proveniente do Cerro del Berrueco (Salamanca)³⁰, com protótipos conhecidos na necrópole do Monte Dessucri (Sicília) datados entre os séculos XIII-XII a.C., o tipo mais antigo e mais comum de fíbula peninsular é o de “enrolamento no arco”³¹ (ou Roça do Casal do Meio, Sesimbra).

Este tipo de fíbula, que por vezes é confundido com as “fíbulas de cotovelo”, é uma forma antiga das fíbulas de “arco *serpegiante*”, que na necrópole de Cassibile (Sicília – Fig. 3) se datam convencionalmente do século XII a.C.

É no “Mundo Baiões/Santa Luzia” que encontramos, hoje em dia, a maior concentração peninsular destas fíbulas³², num total de seis exemplares (Fig. 4):

- Um do Cabeço do Crasto de S. Romão (CSR-A 7002, associado à data ICEN-198 que a 2σ calibra entre 1312-1055 a.C.);
- Dois do Castro de Santa Luzia (CSL-2 y CSL-208I que a soma de probabilidades de ICEN 489 e ICEN-486 – ver Quadro 1 – permite situar, sempre a 2σ , entre 1322-1007 a.C.);
- Um do Castelo dos Mouros³³ (CMOUROS 123);
- Dois do Crasto da Senhora da Guia de Baiões (CSG-ME 122 e outro que se perdeu³⁴ e que a soma de probabilidades de três datas situa entre 936-788 a.C.).

Fig. 3 – Fíbula de Cassibile, Sicília. Musées Royaux d’Art et Histoire, Bruxelles.



Se tivermos em conta que o exemplar da Roça do Casal do Meio foi datado recentemente entre 1004-835 a.C.³⁵, o período de utilização de tal tipo de fíbulas na Beira Alta poder-se-ia datar entre o século XII a.C. (una vez que as datações de S. Romão e S. Luzia permitem considerar aí um pico de probabilidade) e o século IX a.C.

29 Figueiredo *et al.* 2010b, 1632.

30 Delibes de Castro 1981.

31 Gil *et al.* 1989, 237-238.

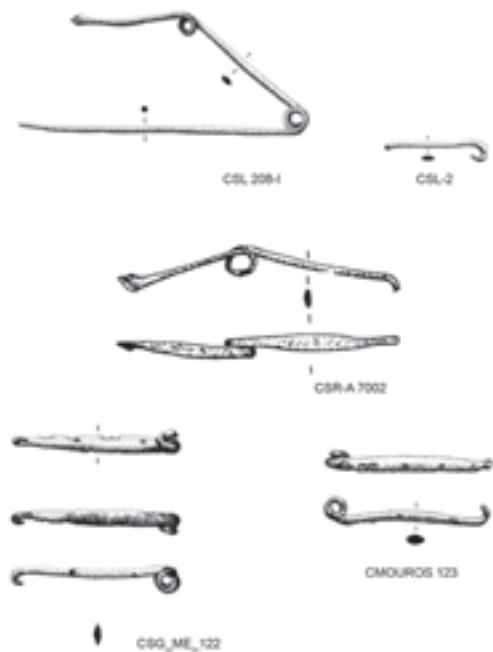
32 Senna-Martínez 2000^a, 127-128.

33 Pedro 1995.

34 Cf. Kalb 1978, fig. 8 e 10.

35 Vilaça, Cunha 2005, 52.

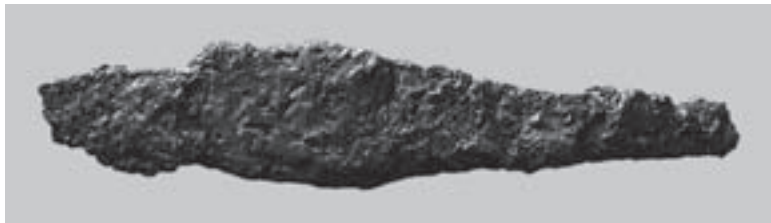
Fig. 4 – Fíbulas de enrolamento no arco do “Mundo Baiões/Santa Luzia”.



As análises composicionais de exemplares de S. Romão e Santa Luzia, tal como os numerosos restos de arames de bronze recuperados no último destes sítios e em Baiões, sugerem produções locais por cópia do modelo original mediterrânico, tal como o que se passa com as peças de cariz atlântico.

Outro elemento desta relação precoce com o Mediterrâneo constituem-no os primeiros ferros, peças que têm, igualmente, nas duas Beiras portuguesas a maior concentração do Ocidente Peninsular³⁶. Para estes artefactos (Fig. 5), a cronologia dos contextos de proveniência nos sítios de habitat estudados nas duas áreas indicam-nos que poderão situar-se entre os séculos XII a X a.C., aproximando-se das datações mais antigas hoje disponíveis para as primeiras fíbulas de cotovelo peninsulares³⁷, pelo que poderão não distar muito, temporalmente, das “fíbulas de enrolamento no arco”. Todos estes elementos corresponderão então ao primeiro momento do “mundo Baiões/Santa Luzia”, com grande probabilidade situado no último quartel do segundo milénio a.C.³⁸.

Fig. 5 – Faca afalcatada em ferro do Castro do Outeiro dos Castelos de Beijós.



36 28 exemplares, cf. Vilaça 2008, 150.

37 Senna-Martínez no prelo.

38 Reprezas 2010, 33-35.

Um último grupo de artefactos de origem tipológico mediterrânico constituem-nos os ponderais de que se conhecem exemplares nos povoados de Canedotes, Baiões y de Santa Luzia no Grupo Baiões/Santa Luzia e em Monte do Trigo y Moreirinha no Grupo da Beira Interior.

A conexão dos exemplares de Baiões com os sistemas métricos cipriota e egeu e os de Canedotes, Moreirinha e Monte do Trigo com sistemas levantinos (fenício-canaanitas)³⁹ colocam-nos em primeiro plano da discussão da questão de qual é o seu papel num ambiente socioeconómico de escassa circulação de bens e com formas essencialmente domésticas de produção.

Dois elementos permitem-nos colocar em perspectiva a(s) razão(ões) destes tão precoces influxos culturais mediterrânicos: a questão do estanho e a “rota das estelas estremenhas”.

O desenvolvimento a sul da Bacia do Tejo da generalização da produção de bronzes que ocorre desde inícios do Bronze Final (séculos XIII a XI a.C.) pressupõe, por detrás desta mudança tecnológica, a possibilidade de um regular (mesmo que em escala reduzida) abastecimento de estanho. Sob a forma mineral de cassiterite (óxido de estanho) este metal ocorre nos “*placers*” aluviais desde as Beiras até ao Noroeste Peninsular.

A chegada, ao sul da bacia do Tejo e logo em seguida à Beira Interior, de influências andaluzas pode ser representada pelos “ornatos brunidos” na cerâmica, mas mais ainda, seguramente, pela “rota das estelas estremenhas”⁴⁰, de que o achado recente de mais duas na zona do Sabugal, sobre a fronteira entre a Beira Alta e Beira Interior, marca o limite norte da sua distribuição coerente a ocidente⁴¹.

Esta via interior, mesmo antes que a marquem as estelas, é para nós a mais provável para explicar a origem das influências mediterrânicas pré-fenícias nas Beiras Portuguesas, de tal forma associáveis à procura e abastecimento em estanho do sul-ocidente peninsular.

A metalurgia Baiões/Santa Luzia, tal como nos surge à luz das mais recentes investigações, permite-nos também explicar a inexistência, em momentos do Bronze Final, de lingotes de estanho no Ocidente Peninsular. A demonstração de uma forma de produção local, por co-redução de cassiterite com minerais de cobre, torna-os desnecessários. O que circularia então, em pequenas quantidades, seria o mineral (a cassiterite).

Pode ser que um possível indicador de circulação de metais (sob a forma de cassiterite e ouro) seja a presença em contextos da primeira etapa do Bronze Final das Beiras dos primeiros ponderais bem como dos primeiros ferros, juntamente com o fabrico local de fíbulas que copiam modelos mediterrânicos pré-fenícios.

Pensamos que o desenvolvimento da influência orientalizante durante os séculos VIII a VI a.C., de que é um bom exemplo o aparecimento dos “*ports of trade*” de Santarém e Santa Olaia⁴², pode protagonizar, além do estabelecimento da referida “rota das estelas”, um esforço de intensificação de contactos com estas áreas interiores e produtoras de estanho⁴³.

39 Vilaça 2003, 466-468.

40 Nunes 1960; Nunes, Rodrigues 1957; Ruiz-Gálvez, Galán Domingo 1991; 1994.

41 Apresentadas em Outubro de 1999 no Sabugal, no encontro sobre “Estelas e Estátuas Menhir”.

42 Arruda 2000.

43 No caso do “Mundo Baiões/Santa Luzia” com pouco êxito, uma vez que somente um exemplar de fíbula de dupla mola helicoidal do Outeiro dos Castelos de Beijós (datada de entre os séculos IX y VIII a.C. – Senna-Martínez 2000b), associada a escassos fragmentos de um pequeno recipiente de cerâmica bege orientalizante, o permitem supor. Com algo mais de sucesso no caso da Beira Interior, a julgar pelos materiais orientalizantes recolhidos no povoado da Cachouça (no sul da Beira Interior e próximo ao Tejo – cf. Vilaça 2007, 70-74), apesar de tudo muito minoritários no contexto da cultura material local e, como tais, insuficientes para que se possa falar de uma transição para a Idade do Ferro (Vilaça 2007; Vilaça, Basílio 2000).

No que respeita a Santa Olaia, se a cronologia proposta para este arqueosítio como “*port of trade*” (finais do século VIII ao VI a.C.)⁴⁴ o desliga do período principal de desenvolvimento do “Mundo Baiões/Santa Luzia”, por outro lado possibilita relacioná-lo talvez com o seu ocaso⁴⁵. Se a procura de metais (ouro e principalmente o estanho) era a razão principal do esforço de instalação desta comunidade de mercadores, as baixas produções registadas nos sítios estudados do “Mundo Baiões/Santa Luzia” fazem-nos pensar que o metal eventualmente captado do interior poderia ser escasso.

O desenvolvimento de uma capacidade produtiva de metal local em Santa Olaia (provavelmente ferro)⁴⁶ pode ser assim encarado como uma solução alternativa ao fracasso das intenções iniciais. Se, à capacidade de produzir localmente ferro, se adicionar a possibilidade de captação de escravos como outra das suas actividades no *hinterland*, em estreita relação com os seus “clientes” do âmbito litoral, tal torna possível a sua conexão com o processo de colapso deste mundo interior, o qual nos parece centrar-se nos séculos VII a VI a.C.⁴⁷. Por outro lado, tal explicar-nos-ia por que os povoados litorais, frente ao colapso dos interiores, continuam a desenvolver-se na Segunda Idade do Ferro com destaque para os casos do Crasto de Tavarède e Conímbriga⁴⁸.

Frente à incapacidade dos mundos interiores das Beiras em produzir quantidades suficientes de bens para conseguir as contrapartidas de um sistema mercantil como o fenício-orientalizante, pode-se também pensar a “rota das estelas” como parte deste esforço de comunidades de provável origem mediterrânico para captarem estanho.

Partindo destas considerações pode-se agora pensar o que faz com que na fronteira entre os mundos “Baiões/Santa Luzia” e da Beira Interior se desenvolva num momento tardio do Bronze Final, quiçá mesmo posterior ao século VI a.C., um local com as características do Cabeço das Fráguas? As escavações recentemente desenvolvidas por colegas do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid demonstraram-nos, conforme nos foi apresentado na presente jornada, que este santuário possui raízes num Bronze Final tardio, com claras afinidades beirãs, e continua a ser utilizado até época romana.

Para nós, a sua razão de ser parte da sua própria localização num local de fronteira entre dois mundos indígenas, provavelmente parte do todo a que os romanos viriam a chamar Lusitânia⁴⁹. Localização que o coloca na charneira de duas áreas com importantes recursos metálicos, não só em estanho mas também em ouro e mesmo em cobre pela parte da Beira Interior.

O estanho, como recurso estratégico no Mediterrâneo, vai perder bastante significado como consequência do desenvolvimento da metalurgia do ferro que em parte coincide com o colapso fenício oriental, em meados do século VI a.C.

Tal situação vai inverter-se no decurso do século V a.C. quando o desenvolvimento da marinha de guerra ateniense implicará para cada esporão de trirreme uma quantidade de 500 kg de bronze, o que é dizer cerca de 50 kg de estanho. Uma simples consulta de Heródoto confirma-nos que, na sua maioria, os gregos o obtinham a partir da colónia ocidental de Massília onde chegava a partir das Cassitérides (Bretanha e Sul das Ilhas Britânicas).

A pressão grega no Mediterrâneo Ocidental vai defrontar os interesses de Cartago que se vê obrigada a desenvolver a sua própria armada tornando a necessitar de estanho. A sua obtenção poderá ter seguido dois caminhos distintos e não necessariamente alternativos:

44 Arruda 2000, 254, 258.

45 Agradecemos esta sugestão à nossa colega e companheira de trabalho Ana Margarida Arruda.

46 Arruda 2000, 238-239.

47 Senna-Martínez no prelo.

48 Correia 1993; Arruda 2000, 244-245.

49 Vaz 2009, 23.

- Um novo esforço por terra segundo a "rota das estelas", seja pelo interior, atravessando o Guadiana e o Tejo, seja por via marítima e fluvial, subindo o Tejo e desde o fim do troço navegável deste rio passando ao sul da Beira Interior por via terrestre, como já o indicavam com alguma anterioridade os dados da Cachouça;
- Uma tentativa, ao parecer bem sucedida, de aceder directamente e por via marítima às áreas litorais do Noroeste Peninsular, onde as fontes do metal estão próximas e as rias baixas proporcionam pontos de ancoragem seguros.
- Esta última hipótese está documentada através do crescente número de achados de materiais púnicos, datados de finais do século V a.C. ao século III a.C., que têm tido lugar, nos últimos anos, nos castros galaicos⁵⁰.

O "santuário" do Cabeço das Fráguas poderá então ser entendido como "*meeting place*", lugar sacro de encontro, para dirimir sob protecção divina todo o tipo de questões políticas, económicas e sociais. A sua importância neste papel mantém-se até tarde, como o comprovam a inscrição lusitana bem como a romanização do local, sugerindo fortemente a permanente importância deste "*punto de paso*". Mas isto é já outra história.

Bibliografia

- Arruda 2000: A. M. Arruda, *Los fenicios en Portugal: Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI ac)*, «Cuadernos de Arqueología Mediterránea», 5-6, 2000, Barcelona.
- Collaço 1931: J. T. M. Collaço, *Cadastro da População do Reino (1527) – Actas das Comarcas Damtre Tejo e Odiana e da Beira*, Lisboa, 1931.
- Colomer i Solsona 2005: L. Colomer i Solsona, "Cerámica Prehistórica y trabajo femenino en El Argar: Una aproximación desde el estudio de la tecnología cerámica". Margarita Sánchez Romero (ed.), *Arqueología y género*, Universidad de Granada, 2005, 177-217.
- Correia 1993: V. H. Correia, "Os materiais pré-romanos de Conímbriga e a presença fenícia no baixo vale do Mondego", *Estudos Orientais IV, Os Fenícios no Território Português*, 1993, 229-283.
- Delibes de castro 1981: G. Delibes de Castro, "Una interesante fíbula del Bronce Final del Cerro del Derrueco (Salamanca)", *Revista de Guimarães*, 91, 1981, 172-181.
- Figueiredo et al. 2006: E. Figueiredo, M. F. Araújo, R. J. C. Silva, F. M. B. Fernandes, J. C. Senna-Martínez, J. L. I. Vaz, "Metallographic studies of copper based scraps from the Late Bronze Age Santa Luzia archaeological site (Viseu, Portugal)". Fort, Álvarez de Buergo, Gorné-Heras e Vázquez-Calvo (eds.), *Heritage, Weathering and Conservation*, Taylor & Francis, Londres, 2006, 143-149.
- Figueiredo et al. 2007a: E. Figueiredo, J. C. Senna-Martínez, R. J. C. Silva, M. F. Araújo, J. M. Q. Ventura, H. Carvalho, "Late Bronze Age Metal Artefacts from an Orientalising Burial (?) at Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros – NE Portugal): A First Archaeometallurgical Approach", *Proceedings of the 2nd International Conference "Archaeometallurgy in Europe"*, Aquileia, 2007, 17-21.
- Figueiredo et al. 2007b: E. Figueiredo, P. Valério, Araújo, J. C. Senna-Martínez, "Micro-EDXRF surface analyses of a bronze spear head: Lead content in metal and corrosion layers", *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research*, 580, 2007, 725-727.
- Figueiredo et al. 2008: E. Figueiredo, M. F. Araújo, R. J. C. Silva, J. C. Senna-Martínez, "Corrosion of bronze alloy with some lead content: implications in the archaeometallurgical study

⁵⁰ González Ruibal 2004, 34, fig. 2.

- of Late Bronze Age metal artefacts from Fraga dos Corvos (North Portugal)", *Metal 07 Proceedings, Vol.*, «When archaeometry and conservation meet», 2008, 61-66.
- Figueiredo et al. 2009: E. Figueiredo, J. C. Senna-Martínez, R. J. C. Silva, M. F. Araújo, "Orientalizing Artifacts from Fraga dos Corvos Rock Shelter in North Portugal", *Materials and Manufacturing Processes*, 24, Taylor & Francis, Londres, 2009, 949-954.
- Figueiredo et al. 2010a: E. Figueiredo, R. J. C. Silva, M. F. Araújo, J. C. Senna-Martínez, "Identification of ancient gilding technology and Late Bronze Age metallurgy by EDXRF, Micro-EDXRF, SEM-EDS and metallographic techniques", *Microchimica Acta*, 168, 2010, 283-291.
- Figueiredo et al. 2010b: E. Figueiredo, R. J. C. Silva, J. C. Senna-Martínez, M. F. Araújo, F. M. B. Fernandes, J. L. I. Vaz, "Smelting and recycling evidences from the Late Bronze Age habitat site of Baiões (Viseu, Portugal)", *Journal of Archaeological Science*, 37, 2010, 1623-1634.
- Galán Domingo 1994: E. Galán Domingo, *Estelas, paisaje y territorio en el Bronce Final del Suroeste de la Península Ibérica*, «Complutum Extra», 3, Editorial Complutense, Madrid.
- Geirinhas, no prelo: F. Geirinhas, M. Gaspar, J. C. Senna-Martínez, E. Figueiredo, M. F. Araújo, R. J. C. Silva, "Copper isotopes on artifacts from Fraga dos Corvos First Bronze Age habitat site and nearby Cu occurrences: an approach on metal provenance", *Actas V Simposio Internacional «Minería y Metalurgia Históricas en el Suroeste Europeo»*, León.
- Gil et al. 1989: F. B. Gil, J. C. Senna-Martínez, M. F. Guerra, A. I. Seruya, C. Fabião, "Produções metalúrgicas do Bronce Final do Cabeço do Crasto de S. Romão, Seia: uma primeira análise", *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, 1989, 235-48.
- González Ruibal 2004: A. González Ruibal, "Un askós ibicenco en Galicia: Notas sobre el carácter del comercio púnico en el noroeste ibérico", *Complutum*, 15, 2004, 33-43.
- Hauptmann 2007: Andreas Hauptmann, *The Archaeometallurgy of Copper. Evidence from Faynan, Jordan*, Springer, Berlin.
- Kalb 1978: Ph. Kalb, "Senhora da Guia, Baiões. Die Ausgrabung 1977 auf einer Hohensiedlung der Atlantischen Bronzezeit in Portugal", *Madriider Mitteilungen*, 19, 1978, 112-38.
- Martins 1940: A. F. Martins, *O esforço do homem na bacia do Mondego*, Coimbra, Edição del Autor.
- Nunes 1960: Nunes, J. C. "A propósito da estela de Meimão", *Revista de Guimarães*, LXX, 1960, 86-108.
- Nunes, Rodrigues 1957: J. C. Nunes, A.V. Rodrigues, "Dos nuevas espadas del Bronce Final en Portugal", *Zephyrus*, VIII (2), 1957, 279-285.
- Pedro 1995: I. Pedro, *O povoamento protohistórico na região de Viseu*, Tese de Mestrado apresentada à Universidade Católica, Viseu, Policopiada, 1995.
- Reprezas 2010: J. L. Reprezas, *A Cerâmica Decorada do Mundo Baiões/Santa Luzia*. Tese de Mestrado apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, Policopiada, 2010.
- Ruiz-Gálvez, Galán Domingo 1991: M. Ruiz-Gálvez, E. Galán Domingo, "Las estelas del Suroeste como hitos de vías ganaderas y rutas comerciales", *Trabajos de Prehistoria*, 48, 1991, 257-273.
- Senna-Martínez 1996: J. C. Senna-Martínez, "The symbolism of power in Central Portugal Late Bronze Age communities", *Máthesis*, 5, Viseu, 1996, 9-21.
- Senna-Martínez 1998: J. C. Senna-Martínez, "Produção, ostentação e redistribuição: estrutura social e economia política no Grupo Baiões/Santa Luzia", S. O. Jorge (ed.) *Existe uma Idade do Bronze Atlântica?*, Instituto Portugues de Arqueologia, 1998, 218-230.
- Senna-Martínez 2000a: J. C. Senna-Martínez, "O «Grupo Baiões/Santa Luzia» no Quadro do Bronce Final do Centro de Portugal", J. C. Senna-Martínez, I. Pedro (eds.), *Por Terras*

- de Viriato: *Arqueologia da Região de Viseu*, Governo Civil do Distrito de Viseu e Museu Nacional de Arqueologia, 2000, 119-131.
- Senna-Martínez 2000b: J. C. Senna-Martínez, "O problema dos primeiros ferros peninsulares em contextos do Bronze Final da Orla Atlântica: os dados do «Outeiro dos Castelos de Beijós» (Carregal do Sal)", *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 6, 2000, 41-58.
- Senna-Martínez 2005: J. C. Senna-Martínez, "O outro lado do comércio orientalizante: Aspectos da produção metalúrgica no pólo indígena, o caso das Beiras Portuguesas", *Actas del III Simpósio Internacional de Arqueologia de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental*, CSIC, 2005, 901-910.
- Senna-Martínez 2006: J. C. Senna-Martínez, "Depósitos metálicos versus economia política das práticas metalúrgicas na Idade do Bronze em Portugal". Comentário a Raquel VILAÇA "Depósitos de Bronze do Território Português Um debate em aberto", *O Arqueólogo Português*, Série IV, 24, 2006, 109-114.
- Senna-Martínez 2007a: J. C. Senna-Martínez, "Depósitos "Versus" Oficinas de Fundidor: Problemas contextuales de la Arqueometalurgia en Portugal", Luís Grau Lobo (ed.), *El Hallazgo Leonés de Valdevimbre y los Depósitos del Bronce Final Atlántico en la Península Ibérica*, Museos de Castilla y León, «Estudios y Catálogos», 17, 2007, 258-279.
- Senna-Martínez 2007b: J. C. Senna-Martínez, "Aspectos e Problemas das Origens e Desenvolvimento da Metalurgia do Bronze na Fachada Atlântica Peninsular", *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 15, Câmara Municipal de Oeiras, 2007, 119-134.
- Senna-Martínez 2009: J. C. Senna-Martínez, "Armas, lugares e homens: Aspectos das práticas simbólicas na Primeira Idade do Bronze", *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, Câmara Municipal de Oeiras, 2009, 467-488.
- Senna-Martínez, no prelo: J. C. Senna-Martínez, "La "conexión lusitana": contactos orientalizantes y búsqueda de estaño y oro en el Centro-Norte portugués", Juan Carlos Domínguez Pérez (ed.), *Gadir y el Círculo del Estrecho revisados. Propuestas de la arqueometría desde un enfoque social*.
- Senna-Martínez, Luís 2010: J. C. Senna-Martínez, Elsa Luís, "A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 7 (2009) ", *Cadernos Terras Quentes*, 7, Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, 2010, 29-40.
- Senna-Martínez, Pedro 2000a: J. C. Senna-Martínez, Ivone Pedro, "Between Myth and Reality: the foundry area of Senhora da Guia de Baiões and Baiões/Santa Luzia Metallurgy", *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 6, 2000, 61-77.
- Senna-Martínez, Pedro 2000b: J. C. Senna-Martínez, I. Pedro (eds.), *Por Terras de Viriato: Arqueologia da Região de Viseu*, Governo Civil do Distrito de Viseu e Museu Nacional de Arqueologia, Viseu, 2000.
- Senna-Martínez et al. 2010: J. C. Senna-Martínez, J. M. Q. Ventura, H. Carvalho, M. F. Araújo, E. Figueiredo e P. Valério, "«Melting the Power» – The Foundry Area of Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros, North-Eastern Portugal)", A. M. S. Bettencourt, M. J. Sanches, L. B. Alves, R. Fábregas Valcarce (eds.), *Conceptualising Space and Place. On the role of agency, memory and identity in the construction of space from the Upper Palaeolithic to the Iron Age in Europe*, BAR International Series 2058, Oxford, Archaeopress, 2010, 111-117.
- Senna-Martínez et al. no prelo: J. C. Senna-Martínez, Elsa Luís, M. F. Araújo, R. J. C. Silva, E. Figueiredo, P. Valério, "First Bronzes of North-West Iberia: The data from Fraga dos Corvos Habitat Site", *Actas 1º Congresso Internacional Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental*, 2010.

- Silva et al. 2008: R. J. C. Silva, E. Figueiredo, M. F. Araújo, F. Pereira, F. M. Braz Fernandes, "Microstructure Interpretation of Copper and Bronze Archaeological Artefacts from Portugal", *Materials Science Forum*, 587-588, 2008, 365-369.
- Valério, Araújo, Canha 2007: P. Valério, M. F. Araújo, A. Canha " EDXRF and Micro-EDXRF studies of Late Bronze Age metallurgical productions from Canedotes (Portugal)", *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research B*, 263, 2007, 477-482.
- Valério, et al. 2006: P. Valério, M.F. Araújo, J. C. Senna-Martínez, J. L. I. Vaz, "Caracterização química de produções metalúrgicas do Castro da Senhora da Guia de Baiões (Bronze Final)", *O Arqueólogo Português, Série IV*, 24, 2006, 289-319.
- Vaz 2009: J. L. I. Vaz, *Lusitanos no tempo de Viriato*, Ésquilo, Lisboa, 2009.
- Vilaça 2003: R. Vilaça, "Acerca da existência de ponderais em contextos do Bronze Final/Ferro Inicial no Território Português", *O Arqueólogo Português, Série IV*, 21, 2003, 245-288.
- Vilaça 2007: R. Vilaça, "A Cachouça (Idanha-a-Nova, Castelo Branco). Construção e organização de um caso singular de inícios do I milénio AC", *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, 2007, 67-75.
- Vilaça, Basílio 2000: R. Vilaça, L. Basílio, "Contributo para a Caracterização Arqueológica da I Idade do Ferro da Beira Interior. Cerâmicas a Torno da Cachouça", *Almadan*, 9, 2000, 39-47.
- Vilaça, Cunha 2005: R. Vilaça, E. Cunha "A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra): Novos contributos", *Al-Madan*, 13, 2005, 48-57.

O povoamento romano no concelho da Guarda*

Vítor Pereira

Arqueólogo, Câmara Municipal da Guarda

pereiravit@gmail.com

Iberografias 6 (2010), 27-43. ISSN: 1646-2858

RESUMO	A Romanização do território hoje integrado no termo do Concelho da Guarda constitui um dos primeiros capítulos de uma futura <i>História da cidade da Guarda e do seu Concelho</i> . Reconhecendo-se desde já que serão umas das mais difíceis de escrever, nas páginas que se seguem pretendemos apresentar um balanço, naturalmente provisório, do que hoje se conhece sobre o povoamento romano deste território.
PALAVRAS CHAVE	Romanização; Povoamento; Guarda.
ABSTRACT	The Romanisation of the territory today integrated in the council of Guarda constitutes one of the first pages of a future History of the city of Guarda and its council. Recognizing that this is one of the most difficult chapters to be written, on the following pages we intend to present a balance, obviously provisional, of what is known today of the roman settlement of this territory.
KEYWORDS	Romanisation; Settlement; Guarda.

Com a conquista da Península Ibérica pelos romanos e a pacificação do território, tornava-se premente a implementação progressiva de mecanismos institucionais que permitissem a sua plena integração no Império Romano. É neste contexto que se empreende a organização administrativa dos territórios do interior da Península tendo como pontos de apoio as capitais dos diversos *conuentus*, então criadas. Como se sabe, o território do actual Concelho da Guarda, em vias de romanização, fazia parte do vastíssimo termo da Província da Lusitânia que tinha como principal pólo urbano e administrativo a cidade de *Emerita Augusta* (Mérida). Fundada ainda durante a Época Republicana, foi a partir de Mérida que se deu início à organização administrativa do respectivo território, promovida ainda por Augusto. Esta estava estruturada essencialmente em *conuentus* e *ciuitates*, novas implantações urbanas com importantes funções políticas, administrativas e jurídicas. Esta nova organização teve como objectivos não só a plena inserção das comunidades indígenas (e os respectivos territórios) no seio do Império Romano, mas também a exploração dos recursos naturais e o desenvolvimento de uma intensiva política tributária. Assim se iniciava a Romanização desta tão vasta faixa ocidental da Península. Foi no âmbito deste processo que ocorreu a fundação de núcleos urbanos tão importantes como *Norba Caesarina* (Cáceres) ou *Ciuitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha)¹.

* Neste texto apresentaremos algumas considerações sobre sítios arqueológicos, cuja identificação suscitou a definição de medidas de salvaguarda. Cumpre dizer que este levantamento foi desenvolvido em parceria com Hugo Faustino. Aproveitamos para agradecer a Arménio Bernardo e a António Carvalho pela cedência de algumas das suas extraordinárias imagens, aqui reproduzidas.

1 A organização administrativa deste território continuou após Augusto, com a fundação, em períodos posteriores, de capitais de *ciuitates*, no âmbito da criação de políticas de fomento económico. Dessas capitais

Da complexidade, das dificuldades e dos diferentes tempos e ritmos deste tão longo processo parece constituir um excelente exemplo a própria romanização da região da Guarda. Com efeito, apesar de o reordenamento do território polarizado em Mérida recuar a inícios do século I d.C. – a ter em conta a datação dos *termini augustales*² – tudo indica que, no território da Guarda, a datação da criação de novos assentamentos e a plena (ou, pelo menos, mais intensa) adopção da cultura romana pelas comunidades indígenas deva avançar para meados do século I d.C. De facto, apesar de ainda possuímos escassos indicadores cronológicos para a ocupação romana nesta região, consideramos que, tendo em conta os dados recolhidos no sítio romano da Póvoa do Mileu (Guarda), apenas poderemos afirmar a plena romanização deste território a partir da segunda metade do século I d.C.

O povoamento romano da Guarda enquadra-se num modelo de ocupação e exploração do território que era comum ao de algumas das vastas regiões contíguas. Do que se sabe, assentaria em núcleos populacionais de tipologias diferentes, de acordo com a localização, as dimensões e a ocupação dominante dos respectivos habitantes. Assim, para o território do actual concelho da Guarda, parece ser possível definir uma estruturação do povoamento que, sendo comum ao da maioria das regiões circundantes, contemplaria *aglomerados urbanos* (capital de *ciuitas*, *castella* e *uici*, *castella* menores e aldeias) e *aglomerados rurais* (*uillae*, quintas ou granjas e casas)³.

Destacamos desde já – e como seria de esperar – a elevada presença dos *aglomerados rurais*, dispersos por toda a região, implantados em sítios com as mais diversas características naturais. Com efeito, de uma primeira análise do povoamento romano do território da Guarda parece poder dizer-se que este se aproxima do de algumas das regiões contíguas: a da *ciuitas* dos *Igaeditani* (Idanha a Velha) e a da *ciuitas* à qual pertenceria a actual área da Cova da Beira – segundo Pedro Carvalho, o território dos *Ocelenses Lancienses*⁴ – aproximando-se mesmo do modelo de povoamento do território em torno de Ciudad Rodrigo⁵. Com efeito, tudo indica que nestas regiões o povoamento romano se estruturava e apoiava sobretudo em *quintas* ou *granjas*, isto é, em *unidades económicas de média dimensão*.

Começaremos a nossa recensão dos sítios romanos do Concelho da Guarda com uma referência aos poucos *aglomerados urbanos* conhecidos, aparentemente integráveis no grupo dos *aglomerados urbanos secundários* – *castella* e *uici*⁶. Estes *aglomerados* desempenhavam funções de controlo administrativo e fiscal, e, no caso dos *uici*, também funções de apoio aos viajantes que percorriam as estradas da região, pois estavam localizados junto de importantes vias de comunicação. Por estes motivos, rapidamente se tornaram em focos de animação económica e de emanção da cultura e da religião romanas pelos territórios circundantes.

No actual Concelho da Guarda parece dever incluir-se neste grupo de *aglomerados urbanos secundários* o sítio da Quinta de S. Domingos (Benespera), no sopé do cabeço das Fráguas, interpretado por Marcos Osório como um *uicus*, tendo em conta a elevada área de

são exemplo *Capara* (Cáparra, Cáceres), fundada durante o reordenamento flaviano (Alonso Sánchez, M. Cáceres, Fernández Corrales 1994, 69) ou *Tongobriga*, em Marco de Canaveses (Dias 1997, 326).

2 Árbol Moro 2001, 483.

3 Relativamente à classificação dos sítios com base nas áreas de dispersão de vestígios arqueológicos, optámos por seguir a metodologia definida por Jorge de Alarcão (1995, ou – mais recente – 1999), na sua análise do povoamento romano no território nacional. Neste levantamento optámos ainda por integrar apenas os *sítios* arqueológicos, deixando de fora os achados isolados.

4 Carvalho 2007a, 118-119.

5 Sastre, Ruiz del Árbol 2005, 143.

6 Estes *uici* tinham um importante papel de apoio aos viajantes. É possível que estes *uici* e vias possam recuar a Augusto, reinado durante o qual se delimitaram as *ciuitates*, se construíram as vias e os equipamentos e edifícios oficiais de apoio às vias (Carvalho 2007a, 378). A existência de um miliário do Alto Império em Famalicão (Guarda) vem atestar a data de construção desta via imperial que ligava duas capitais, *Emerita Augusta* e *Bracara Augusta* (Ruivo, Carvalho 1996, 83). Com importantes funções no apoio aos viajantes, os *uici* encontravam-se dispersos ao longo das vias, com distância regulares de 8 a 9 milhas (11, 12 km).

dispersão de vestígios arqueológicos⁷. Entre estes salientam-se uma ara encontrada por Leite de Vasconcelos, quinze monumentos epigráficos detectados por Adriano V. Rodrigues⁸, e outros quatro, descobertos em período mais recente, três dos quais dedicados a *Laepus*, e o outro fazendo referência ao *uicus Ocellonia ou Ocelona*⁹. De facto, fundado em período romano (embora evidenciando ainda um cariz indígena), localizado nas proximidades de uma calçada que se dirigia à Póvoa do Mileu¹⁰ este sítio poderia – enquanto *uicus* – englobar na sua área urbanizada edifícios administrativos e religiosos com uma certa monumentalidade, dos quais certamente fariam parte silhares almofadados, como um encontrado no local. Por outro lado, o grande número de aras encontradas neste sítio poderá denunciar, por sua vez, a existência de um importante local de culto, bem como a própria existência de uma oficina epigráfica¹¹.

No território do actual Concelho da Guarda existem também aglomerados urbanos, integráveis no tipo de *castella*. Um bom exemplo parece ser proporcionado pelo *Castro de Barreiras* (na actual freguesia de Famalicão da Serra). Trata-se de um povoado da Proto-História posteriormente romanizado, que apresenta uma reduzida área de dispersão de vestígios arqueológicos, de entre os quais se destacam dois fragmentos de inscrições romanas, uma das quais dedicada a uma divindade local, *Aelua*¹². Localizado nas proximidades da calçada romana que ligava *Emerita Augusta* (Mérida) a *Bracara Augusta* (Braga), no início da difícil travessia da Serra da Estrela, e cujo percurso é testemunhado pelos diversos miliários encontrados nesta área, este sítio foi interpretado por Vasco Mantas¹³ como uma possível estação viária de apoio à via imperial¹⁴. Mas a relevância de Barreiras decorre também da presença de uma contínua ocupação multi-secular que chegou à Idade Média¹⁵, de que nos chegaram importantes testemunhos.

No território do actual Concelho da Guarda existem também sítios que classificaríamos como aglomerados urbanos terciários, nomeadamente *castella menores* e aldeias. Assim, foram identificados alguns povoados fortificados, ocupados em período anterior à romanização mas que, com esta, parecem ter sido “deslocalizados” pois deixam de evidenciar vestígios de ocupação¹⁶. De facto, como refere Pedro Carvalho¹⁷, é possível que o abandono destes povoados de altura tenha ocorrido apenas na Época de Augusto, em prol de habitats localizados em áreas mais planas ou mais abrigadas, de vale, nas proximidades de eixos viários, dando origem a aldeias. Todavia, outros povoados de origem pré-romana, como o Castro do Tintinholo, parecem indiciar uma continuidade de ocupação na Época Romana, sendo então certamente romanizados e contemplados no amplo processo de assimilação e reorganização territorial desta ampla faixa periférica do Império Romano.

7 Todavia, recentes escavações arqueológicas na mesma área da Quinta de S. Domingos, junto à capela, apresentaram resultados pouco elucidativos, aguardando-se a realização de novas campanhas de escavações na grande área de dispersão de vestígios (Santos, Schattner, Pereira 2008).

8 Rodrigues 1959, 122-123.

9 Osório 2006, 157.

10 Carvalho 2007a, 377.

11 Saliente-se que no território do actual Concelho da Guarda não são conhecidas outras concentrações tão numerosas de epígrafes como a que ocorre neste sítio.

12 Sobre esta inscrição veja-se Curado 1987, 98. Recentemente Jorge de Alarcão propôs uma nova leitura para o monumento epigráfico, admitindo que *Aelua* poderia corresponder ao dedicante (Alarcão 2001, 315).

13 Mantas 1992, 171.

14 A mesma funcionalidade defendem José Ruivo e Pedro Carvalho (1996: 80). De facto, a adaptação de povoados de períodos cronológicos anteriores a estações viárias surge em diversos locais, como é o caso do povoado da Senhora do Bom Sucesso, no Alto Dão, que correspondia a uma *mansio* (Alarcão 1996, 15).

15 Com efeito, o povoado de Barreiras surge referido no foral da cidade da Guarda, datado de 1199 (Coelho 1999: 71) e a sua igreja matriz é referida no documento “Divisão das igrejas e rendas da diocese da Guarda entre o bispo D. Rodrigo Fernandes I e o cabido egitanense em 19 de Julho de 1260” (Castro 1902, 498), o que testemunha a relevância e a extraordinária continuidade deste povoado de origem tão remota.

16 Para mais informações sobre o povoamento da Proto-história nesta região confira-se Pereira 2003.

17 Carvalho 2007a, 380.

O abandono progressivo dos povoados fortificados, atrás referido, terá levado também à constituição de *aldeias* novas – assentamentos então criados de raiz, caracterizados pela sua implantação em terras baixas e planas, denunciando uma lógica de ocupação do espaço completamente distinta dos povoados de períodos anteriores e revelando, também por isso, uma nova forma de exploração dos recursos naturais das áreas envolventes. Todas estas *aldeias* romanas apresentam diferenças significativas relativamente aos *uici*. Uma primeira diferença relaciona-se com a sua implantação no território, afastada das grandes vias de comunicação que cruzavam a região. Outro sinal de diferença é proporcionado pela inexistência de epígrafes e sobretudo pela inexistência de quaisquer elementos arquitectónicos indiciadores de padrões mínimos de monumentalidade¹⁸.

Um bom exemplo de aldeia romana parece ser proporcionado pelo sítio com o curioso topónimo de *Aldeia Nova*¹⁹. Localizado na margem esquerda do rio Mondego, a proximidade entre esta aldeia romana e os Castros do Tintinholho (com fraco índice de vestígios para este período) e o da Pedra Aguda parece sugerir o abandono progressivo destes povoados da Proto-História em prol de uma concentração na *aldeia* romana vizinha, localizada numa área mais plana, junto a terrenos de inegável vocação agrícola e por tudo isso com melhores condições de habitabilidade.

Neste grupo parece ser de incluir também o sítio de *Ferrarias*²⁰, de há muito identificado por Adriano Vasco Rodrigues. Este sítio foi classificado por Marcos Osório como uma *aldeia* tendo por base a elevada área de dispersão dos respectivos vestígios arqueológicos e a sua localização, num vale da bacia hidrográfica do rio Côa, com uma forte vocação agro-pecuária, mas – como sugere o próprio topónimo – relacionado também com a exploração mineira. Com efeito, este sítio, localizado numa área com elevados recursos mineiros, ostenta, conjuntamente com materiais de construção romanos, uma elevada concentração de escórias. A presença destes materiais, dispersos por uma vasta área de terrenos actualmente agrícolas, suscita a questão da eventual fundação de uma aldeia romana vocacionada original e prioritariamente para a exploração mineira²¹.

Ainda no actual termo do Concelho da Guarda registe-se, enfim, o que pensamos ser a aldeia romana do sítio de *Alcaria*²², implantada nas margens da Ribeira das Cabras, um dos afluentes do rio Côa, também ela evidenciando elevada dispersão de vestígios arqueológicos.

Como seria de esperar, no quadro do povoamento romano da região da Guarda, os sítios romanos em maior número correspondem a aglomerados rurais isolados. As respectivas formas de povoamento assentavam na formação quer de *uillae*, quer de pequenos *casais* ou *quintas*. Tendo a *uilla* áreas maiores e sendo o elemento mais conhecido desta tipologia de povoamento, diga-se desde já que a *uilla* é também a que surge em menor número na região.

De acordo com a tipificação clássica, a *uilla* romana corresponderia a uma unidade de exploração auto-suficiente, exibindo uma elevada área de dispersão de vestígios

18 Carvalho 2007a, 387.

19 Freguesia de Aldeia Viçosa, apresenta elevada dispersão de vestígios arqueológicos, entre os quais se destacam um peso de lagar, fragmentos de *dolia* e de *tegulae*. Sítio inédito, apresenta as coordenadas UTM 29TPE 642,95/4494,748, a uma altitude de 500 m (Carta Militar de Portugal, folha 192, esc. 1: 25.000).

20 Localizada no vale da ribeira do Gorgolão, freguesia de Marmeleiro, é possível observar *tegulae*, *imbrices*, cerâmica comum, fragmentos de mós circulares e escória (Osório 2006, 76). Existe ainda uma referência bibliográfica a uma estrutura com cinco bases de colunas (Rodrigues 1957). Marcos Osório refere ainda o sítio de Vilares, localizado na área de *fundus* da *aldeia romana* de Ferrarias, que interpreta como uma possível necrópole da mesma (Osório 2006, 76).

21 Refira-se, contudo, que ainda não foram realizadas escavações arqueológicas nem análises das escórias que comprovem uma exploração mineira em período romano neste local.

22 Sítio localizado na freguesia de Casal de Cinza, identificando-se elevada presença de vestígios arqueológicos, destacando-se materiais de cobertura em número elevado. Sabino Perestrelo refere que neste local surgiram diversas moedas, entre as quais uma de Vespasiano (Perestrelo 2003, 44).

arqueológicos, como por exemplo, a *uilla* de Vilares²³. Para além do edifício do proprietário a *uilla* romana possuiria também outros edifícios e espaços anexos, com distintas funções, desde a cabana do pastor, aos celeiros, arrecadações e outras dependências, denominadas *tuguria*²⁴. Na *uilla* do Prazo²⁵ foi possível identificar o resto de uma dessas estruturas, localizada no topo de uma pequena elevação²⁶.

A superfície das unidades rurais de produção da Época Romana suscita a questão difícil da distinção entre as *uillae* e as *quintas*, em parte porque em alguns casos as áreas de dispersão de vestígios são muito semelhantes²⁷. Assim, verifica-se a existência de *uillae* com propriedades reduzidas, de que são exemplo as *uillae* do sítio de Merouços²⁸ e a de S. Domingos²⁹, face a *quintas* com quase 9000 m², como a do sítio de Moradia³⁰. Para caracterizar mais claramente aqueles dois modelos de ocupação – *uillae* e *quintas* – parece dever incidir-se nos respectivos vestígios materiais. Com efeito, apesar de recolhidos ainda em pequeno número, pensamos que estes podem clarificar a efectiva tipologia dos sítios em presença. Assim, o sítio de S. Domingos, que detém uma área de apenas 5000 m² de dispersão de vestígios arqueológicos³¹, parece deter uma inscrição funerária, actualmente na fachada da Igreja Matriz de Benespera, muito provavelmente proveniente deste sítio, o que, parece contribuir para que o mesmo seja considerado como *uilla*, apesar da sua diminuta dimensão aparente.

Quando comparamos os vestígios conhecidos de *uillae* do território da Guarda com os de outras da Beira Interior já estudadas, não podemos deixar de referir que, no caso das da Guarda, não encontrámos restos arquitectónicos monumentais, nem equipamentos ou ornatos decorativos importados. De facto, tudo indica que o *fundus* destas *uillae* da Beira

23 Sítio inédito, localizado no local de Monteiros, na freguesia de Gagos, com as coordenadas UTM 29TPE 660380 / 4492045 (C.M.P., f. 204). Trata-se de um sítio com elevada dispersão de materiais arqueológicos de período romano, distinguindo-se os de construção e um peso de tear. Na aldeia existem diversas mós de moinho provenientes da *uilla* romana.

24 Alarcão 1998, 95.

25 O sítio, localizado na freguesia de Gonçalo, nas margens do rio Zêzere, apresenta elevada dispersão de vestígios de período romano, destacando-se os materiais de cobertura e dois pesos de lagar. Segundo o proprietário deste local, foram aqui extraídas pedras aparelhadas, uma inscrição (actualmente em depósito no Museu da Guarda) e uma coluna, que se encontra junto à habitação da actual Quinta do Prazo. Existe ainda uma inscrição medieval. Sítio já referenciado por Pedro Carvalho, que o designa Quinta da Granja, apresenta as coordenadas UTM 29TPE 638836 / 4474197 (C.M.P., f. 192).

26 Trata-se do sítio arqueológico que denominámos de *Quinta do Prazo 2*, na freguesia de Gonçalo, localizada no topo de uma pequena elevação, observando-se à superfície cerâmica de construção romana, embora dispersa por uma área pequena. Sítio inédito, que classificámos como *tuguria*, apresenta as coordenadas UTM 29TPE 638908 / 4473818, com uma altitude de 520 m. (C.M.P., f. 192)

27 Neste sítio parece verificar-se uma situação pouco comum no quadro do povoamento romano da região, consistente no facto de os *fundi* de uma *uilla* (a Quinta do Prazo) e de uma quinta (N. Sr.^a da Misericórdia) se sobreporem. A inexistência de intervenções arqueológicas não nos permite confirmar com segurança esta situação, sendo também possível que a Quinta de N. Sr.^a da Misericórdia pudesse integrar os domínios da *uilla* da Quinta do Prazo, de que seria a respectiva *pars urbana*, se tivermos em atenção os testemunhos orais da população, segundo os quais aí teriam sido identificados artefactos em ouro, muros e soleiras (Alarcão 1993, 38).

28 *Uilla* romana localizada junto à ribeira do Pequeno Adão, do lado oposto da actual aldeia de Adão, sede de freguesia (Osório 2006, 74).

29 Sítio implantado nas margens da ribeira do Vale da Teixeira, destacando-se o elevado número de materiais de cobertura romanos. Na Quinta de S. Domingos foi escavada uma construção quadrangular, de 6x5 m de dimensão, feita de alvenaria de granito miúdo sem argamassa, aberta na rocha. Trata-se de um tanque, associado a materiais arqueológicos de época romana, empregue para regadio agrícola ou para abastecimento de água (Osório 2006, 75). Na aldeia de Benespera era já conhecida uma inscrição romana embutida na fachada principal da Igreja Matriz, provavelmente proveniente deste sítio romano (Curado 1985, 645, Osório 2006, 144).

30 Localizado na freguesia de Carvalhal Meão, nas proximidades do ribeiro de Carvalhal Meão (Osório 2006, 74).

31 Salientamos contudo que a área de dispersão de vestígios seria de maiores dimensões, tendo sido afectada pela construção recente de uma estrada (Osório 2006, 75).

Interior fosse não só de menores dimensões como exibisse menores sinais de opulência em comparação com o de outras regiões da Lusitânia. Além disso, deve dizer-se que, do que conhecemos do povoamento romano da região, parece deduzir-se a presença residual das *uillae* no território da Guarda. Com efeito, face ao reduzido número de *uillae* conhecidas – e à semelhança do que, segundo Pedro Carvalho³², se passava no vizinho território da Cova da Beira – na Guarda a maioria dos sítios romanos conhecidos insere-se na tipologia de *quinta* ou *granja*, com uma área de dispersão de vestígios entre os 3000 m² e os 5000 m², o que corresponderia a uma área de *fundus* de 10 a 25 ha.

Pensamos que este modelo de povoamento, assente no predomínio das *quintas* sobre as *uillae*, decorre do próprio estatuto social da maioria da população, pois tudo indica que as quintas pertencessem sobretudo a uma população de base indígena. Este facto parece poder deduzir-se a partir dos monumentos epigráficos encontrados no Concelho de Guarda, pois num total de 17 epígrafes conhecidas, apenas consta um indivíduo originário de uma região mais distante. Trata-se da inscrição funerária que refere um indivíduo identificado como *Taporus*, curiosamente proveniente da *Póvoa do Mileu*. Os resultados obtidos com a prospecção na *Quinta da Erva*³³ parecem indiciar as mesmas conclusões, uma vez que aí – associada a uma área com fraca dispersão de vestígios arqueológicos – surgiu uma estela funerária romana³⁴, geralmente associada a contextos indígenas³⁵.

Ao contrário das *uillae*, que obedecem a um modelo mais ou menos estável e comum a implantação da *quinta romana* no território é muito variada. Com efeito, as *quintas* apresentam distintos modelos de implantação, o que certamente se encontra relacionado com a sua origem, os seus ocupantes e o tipo de exploração predominante. No entanto, detectam-se algumas características comuns e típicas da implantação destes assentamentos, nomeadamente a proximidade de terrenos com aptidão agrícola servidos por linhas de água, como parece ser o caso de *Vilares*³⁶. Porém, existem alguns assentamentos que podemos aproximar da tipologia *quinta romana* mas que apresentam uma implantação diferente destas. É o caso dos sítios da *Quinta dos Bacelos*³⁷ e da *Senhora Velha / Espedrada* (freguesia de Codeceiro³⁸), ambos localizados a meia encosta e por isso dotados de elevado domínio visual sobre os territórios circundantes. Todavia, apesar de ambos estarem também nas imediações de linhas de água, a sua implantação sugere que a actividade principal dos seus povoadores não fosse a agricultura, mas muito provavelmente a pastorícia. Não obstante, numa lógica de auto-suficiência e de aproveitamento dos recursos naturais, também na *Quinta dos Bacelos* vamos encontrar testemunhos da existência de um lagar. Com efeito, deve acentuar-se o carácter de auto-subsistência destas *quintas romanas*, que a escavação arqueológica em Terlamonte veio confirmar³⁹.

Do mesmo modo, também os assentamentos que identificámos como *casais*, com uma área de *fundus* entre 2 a 10 ha, revelam distintas implantações geográficas, de que decorria o respectivo tipo de exploração económica. Assim, há sítios localizados nas margens

32 Carvalho 2006, 395.

33 *Quinta romana*, localizada na freguesia de Santana de Azinha, junto à nascente da ribeira do Freixial.

34 Osório 2006, 75.

35 Veja-se o caso do *conventus Pacensis*, embora para a Beira Interior este fenómeno possa exibir diferentes contornos (Ferreira 2004, 40).

36 Sítio romano da freguesia de Pêra do Moço, localizado numa encosta virada a Sul, nas proximidades da ribeira dos Vilares, um dos afluentes do rio Côa. Entre os materiais destacam-se maioritariamente a cerâmica de construção. Sítio inédito, apresenta as coordenadas UTM 29TPE 653,177 / 4496,768, a uma altitude de 850 m. (C.M.P., f. 192).

37 Localizada na freguesia de Seixo Amarelo, numa área de encosta, virada a Oeste, sobre a ribeira do Seixo Amarelo, em área de socalcos, onde se podem observar fragmentos de *tegulae* e *dolia*. Sítio inédito, com as coordenadas UTM 29TPE 641,07 / 4478,539, a uma altitude de 806 m. (C.M.P., f. 214). Nas proximidades, na margem oposta, localizam-se dois núcleos de sepulturas antropomórficas, escavadas no afloramento rochoso.

38 Perestrelo 2003, 87.

39 Carvalho 2007a, 322.

de cursos de água particularmente propícias para a agricultura. É o caso do *casal romano* com o topónimo de *Aldeia Velha*⁴⁰ ou o de *Albardo*⁴¹, nas margens do Rio Noéme. No entanto, noutros casais as actividades produtivas dominantes deveriam ser muito diferentes. Era o que se passava na *Quinta do Pinal*⁴² ou em *Sobral da Serra*⁴³, sítios que constituíam certamente *casais*, ambos com escassa área de dispersão de vestígios arqueológicos. Porém, a implantação dos dois sítios estava relacionada predominantemente com a exploração de recursos mineiros, no primeiro caso e, no segundo, possivelmente com a pastorícia.

Baseado em dados resultantes de prospecção arqueológica, o levantamento que agora se apresenta dos sítios romanos do território da Guarda não se encontra, naturalmente, ainda completo, pois outros sítios já identificados não estão ainda suficientemente caracterizados. Deparamo-nos, também, com alguns vestígios romanos para os quais, para já, não nos é possível definir uma tipologia. É o caso dos tão enigmáticos silhares almofadados das fundações do Convento de Famalicão da Serra, que mostram um aparelho semelhante ao dos silhares encontrados no Mileu e na Quinta de S. Domingos. Diga-se que a escassez de vestígios arqueológicos nas imediações e a monumentalidade evidente destas fundações, sobre as quais parece assentar na sua quase integralidade o pequeno convento, levantam sérias dúvidas não só sobre a efectiva natureza *romana* destes silhares, para não falarmos da natureza do edifício original que neles assentaria. Futuras prospecções e um estudo mais aturado do extraordinário sítio confirmarão ou não o carácter romano daquelas tão monumentais estruturas e, se sim, como pensamos, permitirão estabelecer a vocação funcional e restituir o essencial do primitivo complexo edificado de Famalicão da Serra.

Na malha de povoamento romano do território do actual Concelho da Guarda e regiões limítrofes o assentamento mais relevante seria o do núcleo urbano que desempenhasse as funções de capital de *ciuitas*. Aí se desenvolveriam as importantes actividades administrativas e jurídicas inerentes. Ora, apesar de algumas capitais já terem sido identificadas na Beira Interior – como as capitais das *ciuitates* dos *Cobelci* (Almofala), dos *Igaeditanos* (Idanha-a-Velha), ou dos *Araui* (Marialva) – outras continuam por identificar. E este parece ser o caso da capital da *ciuitas* em que o território do Concelho da Guarda se inseria.

Deve dizer-se que, na malha de povoamento agora analisada, correspondente ao Concelho da Guarda e ao território dos concelhos contíguos, o local que mostra um maior número de elementos que o poderiam classificar como capital da respectiva *ciuitas* é o sítio romano da Póvoa do Mileu⁴⁴, actualmente inserido na malha urbana da cidade da Guarda. Tendo por base a descoberta das respectivas termas, foi inicialmente identificado como uma *uilla* romana. Porém, à luz do que hoje se conhece do sítio, diversos autores têm considerado o Mileu como uma das capitais de *ciuitates* da região do Interior Norte. Assim, Sabino

40 Localizado na freguesia de Pêra do Moço, no lugar de Rapoula, este sítio inédito apresenta as coordenadas UTM 29TPE 652,792 / 4495,368 (C.M.P., f. 192), a uma altitude de 800 m. Estava implantado nas margens da ribeira das Cabras, numa suave encosta virada a Sul. Apresenta escassos vestígios à superfície, destacando-se fragmentos de *tegulae* e de *dolia*.

41 Localizado na freguesia de Albardo, nas proximidades da actual aldeia, este assentamento foi implantado em terrenos com aproveitamento agrícola. Na actual aldeia podem observar-se dois pesos de lagar reaproveitados. Sítio inédito, apresenta as coordenadas UTM 29TPE 658,322 / 4485,992, a uma altitude de 811 m. (C.M.P., f. 204).

42 Casal romano localizado na actual freguesia de Benespera, implantado numa elevação sobranceira à ribeira do vale da Teixeira. A sua localização levou Marcos Osório a associá-lo à mineração de estanho (Osório 2006: 75).

43 Sítio localizado na freguesia de Sobral da Serra, implantado a uma cota de 770m de altitude. O impacte da construção da A25 levou à prévia escavação arqueológica do sítio (Fragoso, Antunes 2004).

44 Localizado na freguesia de S. Vicente, foi descoberta em 1951 quando se realizava a construção da estrada de ligação entre a cidade da Guarda e a Estação de Caminho de Ferro. Para mais informações sobre este sítio confira-se Pereira 2005 ou Pereira 2008.

Perestrelo⁴⁵ salientou a importância dos vestígios arqueológicos do Mileu e a relevância do sítio no conjunto do território da bacia hidrográfica do Rio Côa. Este investigador avançou em 2003 com a hipótese de o Mileu ser identificado como uma das capitais de *ciuitates* na Beira, no que foi seguido por Marcos Osório⁴⁶. Mais recentemente, Pedro Carvalho, no seu estudo sobre o povoamento romano da Cova da Beira, reforçou a hipótese de o Mileu ter sido uma das capitais de *ciuitates* na Beira, muito possivelmente a capital dos *Lancienses Transcudani*⁴⁷, hipótese também partilhada por Amílcar Guerra⁴⁸.

Ora, para lá dos importantes testemunhos conhecidos de anteriores escavações e intervenções, nomeadamente o conjunto termal e a estátua *loricata* (com semelhanças a uma outra identificada em Mérida), os dados revelados em escavações recentes confirmam o destaque do sítio do Mileu no amplo território romanizado em que se integra. Com efeito, a imensa quantidade de materiais arqueológicos até ao momento recolhidos e identificados, muitos deles importados e provenientes de distintas origens, de entre os quais se destacam o elevado número de exemplares de *terra sigillata*, sobretudo de origem hispânica⁴⁹, confirmam a importância e o cosmopolitismo do sítio romano do Mileu.

Como se sabe, a escavação arqueológica deste sítio está muito longe de estar concluída e apesar de já terem sido reveladas diversas áreas, pensamos que a maioria dos elementos da estrutura global do sítio continuam soterrados. Só o avanço das escavações permitirá caracterizar melhor o sítio e definir com segurança a sua tipologia no seio do quadro do povoamento romano deste tão amplo território constituído pelo nosso Concelho e concelhos limítrofes. Por enquanto, resta-nos aguardar pela continuidade das escavações arqueológicas, que – esperamos – virão contribuir em muito para um melhor conhecimento deste habitat.

O estudo dos materiais arqueológicos provenientes das escavações no Mileu tem permitido confirmar que durante a segunda metade do século I d.C. e durante toda a centúria seguinte este território se encontrava plenamente integrado nas grandes rotas de comércio que atravessavam a faixa ocidental da Península Ibérica. Estas rotas denunciavam a existência de centros, mais ou menos urbanos, onde as mercadorias chegavam para serem em seguida distribuídas e comercializadas pelos *negotiatores*. Como já afirmámos antes, o Mileu integra-se no grupo dos portos comerciais e de consumo de produtos veiculados pelas rotas do comércio inter-provincial, tendo já sido possível encontrar elevadas quantidades de *sigillata* hispânica⁵⁰, associada a *paredes finas*, lucernas (duas delas com marca da oficina de *Agatop*), pedras de anel, cerâmica comum da Bética, fragmentos de ânfora da Bética e do Vale do Tejo⁵¹, entre outros. As redes de comércio terrestre eram polarizadas pela existência de um entreposto comercial central, neste caso *Emerita Augusta*, a partir do qual, através da acção dos *negotiatores*, os produtos eram distribuídos por toda a Província, apoiando-se naturalmente nas pequenas capitais de *ciuitates* localizadas ao longo das grandes estradas da Península⁵² – em cujo grupo há fortes probabilidades de o Mileu ter estado incluído.

O último período de ocupação registado na Póvoa do Mileu corresponde ao Baixo-Império, isto é, aos séculos III / IV d.C. Desta época foram detectados alguns fragmentos de *terra sigillata* proveniente do Norte de África. Saliente-se que já nas escavações arqueológicas

45 Perestrelo 2003, 134.

46 Osório 2006, 95.

47 Carvalho 2005, 169.

48 Guerra 2007, 177.

49 Uma análise comparativa entre os exemplares de *terra sigillata* hispânica da Póvoa do Mileu com os provenientes de capitais de *ciuitates* como a *ciuitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha) ou a *ciuitas Ammaiensis* (Ammaia, Marvão) mostra que os índices de importação destes materiais, considerados de luxo, são muito semelhantes (Pereira 2006). Consideramos também que o Mileu teria uma função de centro redistribuidor destes materiais pelo vasto território circundante (Pereira 2005).

50 Pereira 2006.

51 Pereira 2005, 240.

52 Segundo Carlos Fabião, as ânforas de azeite da Bética eram distribuídas através de Mérida, tendo por base as *ciuitates* do interior (Fabião 1994, 238).

da década de 50 do século XX tinham sido detectadas moedas e materiais arqueológicos do século IV d.C.⁵³. Do que sabemos, podemos dizer que o fim do Império Romano parece também ditar o fim da História Antiga do Mileu. A partir desta época deixamos de ter evidências de ocupação deste sítio. Apenas com a Idade Média o local volta a ser ocupado, desta vez como local de culto, com a construção da Capela Românica dedicada a Nossa Senhora do Mileu.

Bibliografia

- Alarcão 1993: J. de Alarcão, *Arqueologia na Serra da Estrela*, Manteigas, P.N.S.E./ICN, 1993.
- Alarcão 1995: J. de Alarcão, "Aglomerados Urbanos secundários romanos de Entre Douro e Minho", *Biblos LXXI*, Coimbra, 1995, 387-401.
- Alarcão 1996: J. de Alarcão, "As origens do povoamento da região de Viseu", *Conimbriga XXXV*, Coimbra, 1996, 5-35.
- Alarcão 1998: J. de Alarcão, "A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal", *Conimbriga XXXVII*, Coimbra, 1998, 89-119.
- Alarcão 1999: J. de Alarcão, "Os arredores das cidades romanas de Portugal", *Archivo Español de Arqueologia 72*, Madrid, 1999, 31-37.
- Alarcão 2001: J. de Alarcão, "Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)", *Revista Portuguesa de Arqueologia 4*, 2, 2001, 293-350.
- Alonso Sánchez, M. de Cáceres, Fernández Corrales 1994: Á. Alonso Sánchez, E. C. M. de Cáceres, J. M. Fernández Corrales, "Tres ejemplos de poblamiento rural romano en torno a ciudades de la vía de la Plata: Augusta Emerita, Norba Caesarina y Capara", *Les Campagnes de Lusitanie Romaine. Occupation du sol et habitats (Collection de la Casa de Velásquez 47)*, Madrid-Salamanque, 1994, 67-87.
- Árbol Moro 2001: M. R. Árbol Moro, "Organización y explotación del territorio en el Noreste de Lusitânia en época Altoimperial", Tesis Doctoral, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2001, policopiado.
- Carvalho 2005: P. Carvalho, "Identificação e representação espacial das capitais de civitates da Beira Interior", *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*, Guarda, CEI/ARA, 2005, 155-170.
- Carvalho 2007a: P. CARVALHO, *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana*, Fundação/Coimbra, CMF/IAFLUC (*Conimbriga*. Anexos 4), 2007.
- Carvalho 2007b: P. Carvalho, "Terlamonte I" (Teixoso, Covilhã). Uma quinta romana no interior norte da Lusitânia", *Conimbriga XLVI*, Coimbra, 2007, 207-250.
- Castro 1902: J. O. G. Castro, *Diocese e Districto da Guarda*, Porto, Typographia Universal, 1902.
- Coelho 1999: M.H. C. Coelho, *Forais e Foros da Guarda*, Guarda, Câmara Municipal, 1999.
- Curado 1985: F. P. Curado, "Epigrafia das Beiras (notas e correcções)", *Beira Alta*, Viseu 44: 4, 1985, 641-655.
- Curado 1987: F.P. Curado, "Ara a Aelva, de Famalicão (Guarda)", *Ficheiro Epigráfico 22*, Coimbra, 1987, 98.
- Dias 1997: L. T. Dias, *Tongobriga*, Lisboa, IPPAR, 1997.
- Fabião 1994: C. Fabião, "O azeite da Bética na Lusitânia", *Conimbriga 32-33*, Coimbra, 1994, 219-245.

53 Rodrigues 1977, 28.

- Ferreira 2004: A. P. R. Ferreira, "Epigrafia funerária romana da Beira Interior: inovação ou continuidade?", *Trabalhos de Arqueologia* 34, Lisboa, 2004.
- Fragoso, Antunes 2004: R. Fragoso, S. Antunes, "Vestígios Arqueológicos em Sobral da Serra", *O Interior*, Edição de 7/10/2004.
- Gomes 1987: R. C. Gomes "A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500) ", *Revista de História Económica e Social* 9-10, Lisboa, 1987.
- Guerra 2007: A. Guerra, "Sobre o território e a sede dos *Lancienses (Oppidani e Transcudani)* e outras questões conexas", *Conimbriga* XLVI, Coimbra, 2007, 161-206.
- Mantas 1992: V. Mantas, "Teledeteccção e vias romanas", *Jornadas sobre teledetectccion y geofísica aplicadas a la Arqueologia*, Madrid, Ministério de Cultura, 1992, 165-17.
- Osório 2006: M. Osório, "O Povoamento romano do alto Côa", *Territoria* 1, Guarda, 2006.
- Pereira 2003: V. Pereira, "O povoamento no I milénio a.C. na bacia hidrográfica do Alto Mondego (Guarda) ", *Encuentro de jóvenes investigadores sobre Bronce Final y Hierro en la Península Ibérica*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 2003, 336-353.
- Pereira 2005: V. Pereira, "Intervenção Arqueológica na Póvoa do Mileu (Guarda)", *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*, Guarda, CEI/ARA, 2005, 229-248.
- Pereira 2006: V. Pereira, *Terra Sigillata em três locais da Lusitania: Ammaia, Idanha, Mileu*. (Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), 2006 (policopiado).
- Pereira 2008: V. Pereira, "A Romanização da região da Guarda", *Roteiro Arqueológico da Guarda. Território, Paisagens, Artefactos*, Guarda, 2008, 32-36.
- Perestrelo 2003: M. S. Perestrelo, *A romanização na bacia do rio Côa*, [s.l.], Parque Arqueológico do Vale do Côa, 2003.
- Rodrigues 1957: A. V. Rodrigues, *As ferrarias do Marmeleiro. Subsídios para o estudo da metalurgia na região da Guarda*, [s.l.], Ed. Virgílio Afonso, 1957.
- Rodrigues 1958: A. V. Rodrigues, "A propósito de uma lápide romana do Mileu (Guarda)", *Humanitas* VI-VII, 1958, 96-99.
- Rodrigues 1959a: A. V. Rodrigues, "O Castro do Cabeço das Fráguas e a romanização das suas imediações", *Beira Alta* XVIII: I e II, Viseu, 1959, 111-128.
- Rodrigues 1977: A. V. Rodrigues, *Monografia artística da Guarda*, Anadia, Cisial, 1977.
- Ruivo, Carvalho 1996: J. Ruivo, P. Carvalho, "Uma via romana na Serra da Estrela: O troço Valhelhas – Mangualde", *Materiais* Ano 1: 0 (2), II série, 1996, 77-88..
- Santos, Schattner, Pereira, 2008: M. J. Santos, T. Schattner, V. Pereira, "Cabeço das Fráguas (Quinta de S. Domingos, Guarda) 2006: O contributo da primeira campanha de escavações", *Praça Velha* 24, Guarda, 2008, 175 – 202.
- Sastre Prats, Árbol Moro 2005: I. Sastre Prats, M. R. Árbol Moro, "Las civitates del sector nordoriental de Lusitânia: arqueologia y epigrafia", *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*, Guarda, CEI/ARA, 2005, 135-154.

Fig. 1 – Sítios Romanos e áreas de exploração.

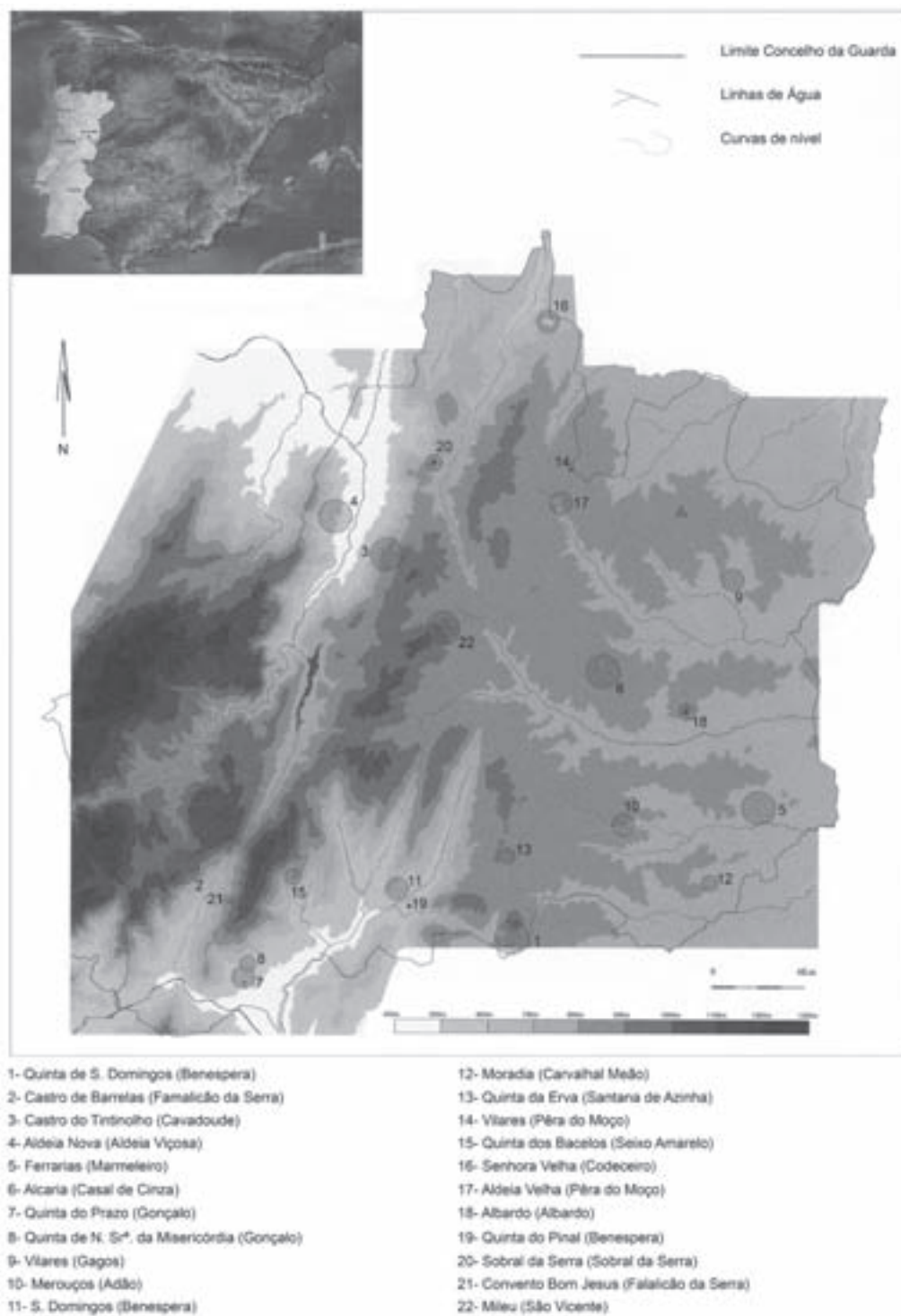


Fig. 2 – Quinta de S. Domingos, no sopé do Cabeço das Fráguas.



Fig. 3 – Silhar almofadado na Quinta de S. Domingos.



Fig. 4 – Aldeia Nova (Aldeia Viçosa). Imagem de António Carvalho.



Fig. 5 – Peso de Lagar da Quinta dos Babelos (Seixo Amarelo). Imagem de Hugo Faustino.



Fig. 6 – Peso de Lagar de Albardo. Imagem de António Bernardo.



Fig. 7 – Convento do Bom Jesus (Famalicão da Serra).



Fig. 8 – Pormenor de silhares almofadados.



Fig. 9 – Edifícios de período romano da Póvoa do Mileu.



Fig. 10 – Tanque na área do pátio. Póvoa do Mileu.



Fig. 11 – Planta do sítio romano da Póvoa do Mileu.

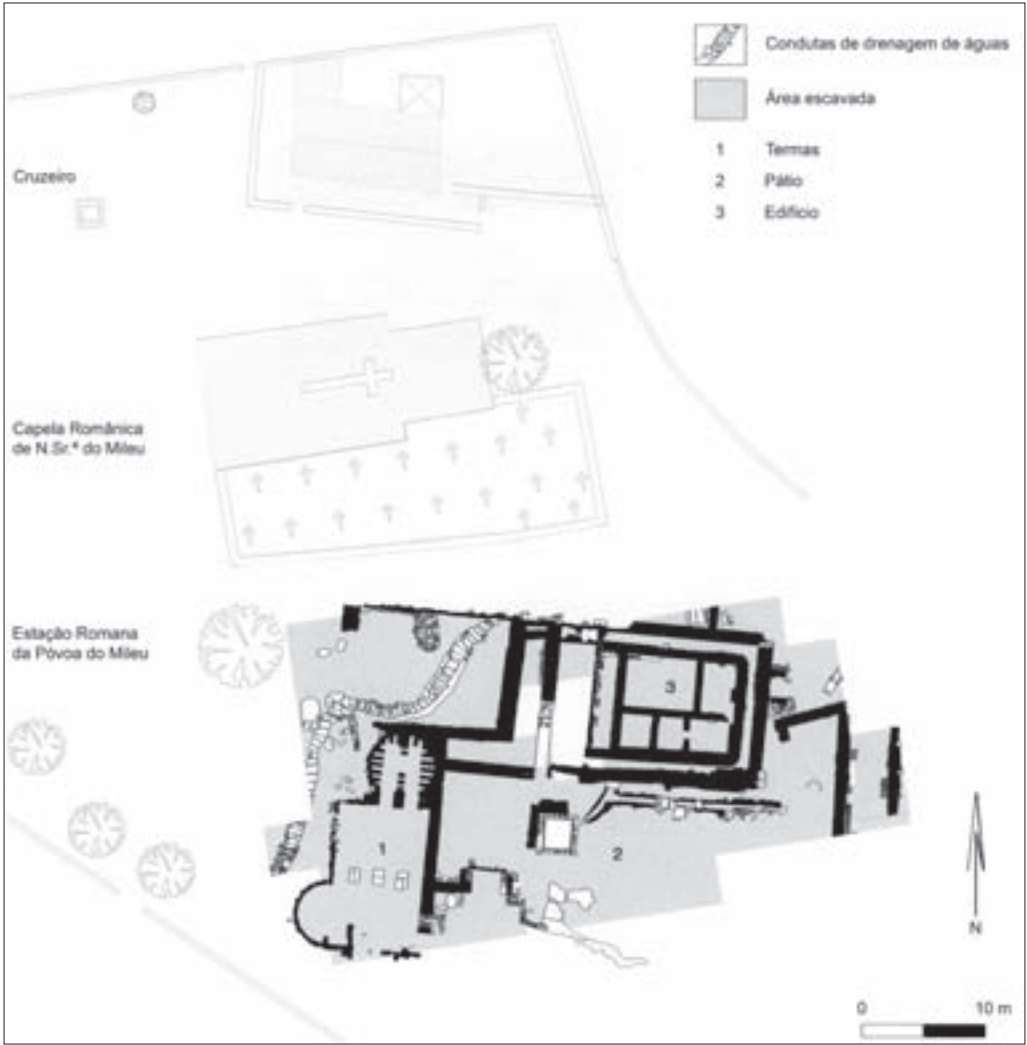
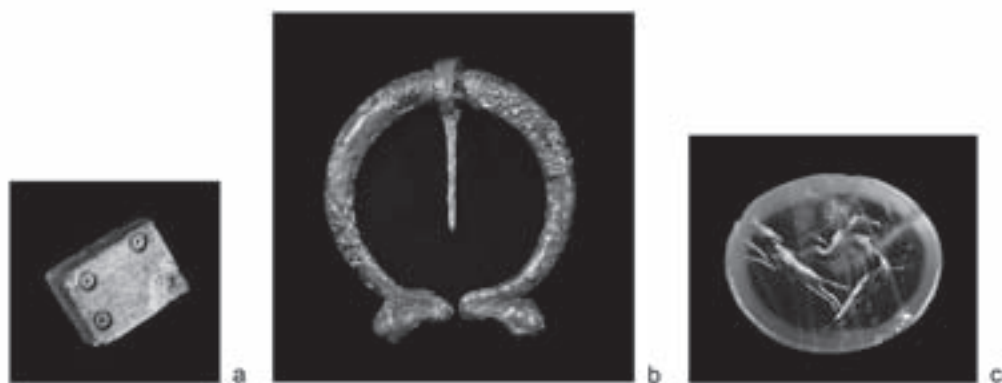


Fig. 12 – Silhar com almofadado duplo, encontrado nas proximidades do Mileu.



Fig. 13 – Materiais arqueológicos do Mileu: dado em osso, fíbula em ómega e pedra de anel com representação de cena de caça.



La epigrafía latina de la provincia de Salamanca como fuente para el estudio de los santuarios rurales

Manuel Salinas de Frías

Universidad de Salamanca

Email: vafio@usal.es

Iberografías 6 (2010), 45-53. ISSN: 1646-2858

RESUMEN Analizamos las inscripciones votivas de época romana de la provincia de Salamanca, contigua a la Beira Interior y que formaba también parte de la provincia romana de *Lusitania*.

PALABRAS CLAVE *Lusitania*; Epigrafía; Santuarios rurales.

ABSTRACT We analyse the roman votive inscriptions of the province of Salamanca, next to the Beira Interior, which also belonged to the roman province of *Lusitania*.

KEYWORDS *Lusitania*; Epigraphy; Rural shrines.

El estudio que presentamos es en parte el resultado del trabajo de investigación que desde hace varios años venimos realizando para la publicación de las inscripciones latinas de la provincia de Salamanca dentro de la serie *PETRAE Hispaniarum*¹. El examen de los materiales epigráficos conocidos y el descubrimiento de alguna inscripción nueva nos permiten revisar los datos proporcionados y plantear hipótesis nuevas dentro de una línea de investigación que venimos desarrollando desde hace largo tiempo².

La única fuente de estudio, tanto de la religión indígena como de la romana, como del aspecto más concreto de la existencia y organización de santuarios o espacios sagrados de naturaleza urbana o rural, hasta el momento es exclusivamente la epigrafía. Lógicamente, los elementos de juicio que se pueden obtener a partir de ella no deben circunscribirse solamente a la división administrativa provincial actual, que carece de todo significado en la Antigüedad, sino que deben ponerse en el contexto de lo que sabemos acerca de la religión romana e indígena en el occidente de la Meseta en general, y entre los lusitanos y vetones en particular.

La mayor parte de las inscripciones latinas de la provincia de Salamanca, que alcanzan los 560 testimonios, son de carácter funerario, un rasgo habitual en la epigrafía romana, pero que, en el caso de Salamanca, parece especialmente desproporcionado en comparación con otros tipos de inscripciones, al superar el 86% de toda la documentación. Dentro de este conjunto, los epígrafes votivos son muy escasos. Actualmente, conocemos 23,

1 Este trabajo se inserta en el Proyecto de investigación "La formación social hispanorromana en la cuenca del Duero", financiado por la JCYL. Los mapas han sido realizados por el Dr. D. Juan José Palao Vicente, investigador Ramón y Cajal de la Universidad de Salamanca.

2 Blázquez 1984, Salinas 1982; 1985, 307-331; Salinas, Romero 1995, 13-28; Salinas 1997, 279-374; 2001b, 151-172; 2001c, 178-210.

que no alcanzan ni siquiera el 4% del total³. De estas 23 inscripciones, 18 expresan el nombre de la divinidad a la que están dedicadas y 5 no, bien porque no figurase inicialmente, bien porque la rotura o erosión de la piedra hayan hecho desaparecer el teónimo.

De este conjunto de 18, en 8 ocasiones el teónimo mencionado es un teónimo romano: Júpiter en Gallegos de Argañán (n.º 1), Boadilla (n.º 2) Cepeda (n.º 3) y Bermellar (n.º 19); Victoria en Ciudad Rodrigo (n.º 4) y Lerilla (n.º 5); *Acquae Eleteses* en Retortillo (n.º 10), y Silvano en Almendra (n.º 20). Por el contrario, en 10 ocasiones los teónimos son indígenas: *Ilurbeda* en Lerilla (n.º 6), La Alberca (n.º 7) y Segoyuela de los Cornejos (n.º 18); *Toga* en Martiago (n.º 9); *Celiborca* en Villasbuenas (n.º 11); *Cantunaecus* en Irueña (n.º 12); *Caesariciaecus* en Martiago también (n.º 13); *Abercicea* en El Bodón (n.º 14); *Acpulsoius* en Lagunilla (n.º 15), y *Nabia* o *Natricus* en Alba de Tormes (n.º 16).

Por lo que se refiere a la onomástica de los dedicantes, en los casos de inscripciones dedicadas a dioses romanos, vemos que hay un predominio de la onomástica de tipo romano (cuatro casos) o mixta (dos) y sólo en dos epígrafes, uno de Gallegos de Argañán dedicado a Júpiter Solutorio y otro de Lerilla dedicado a Victoria, los dedicantes llevan onomástica totalmente indígena. Por el contrario, de las 10 inscripciones dedicadas a divinidades indígenas, sólo en dos casos, ambos de Martiago, dedicados a *Toga* y a *Caesariciaecus*, los dedicantes llevan onomástica indígena, mientras que en los demás, la onomástica es formalmente romana o mixta. En nuestra opinión, esta situación lo que refleja es la existencia de una población parcialmente latinizada desde el punto de vista cultural, y escasamente romanizada desde el punto de vista social y económico, ya que solamente dos dedicantes, *L. Marcius*, de la tribu *Galeria*, probablemente un militar que dedica una inscripción a Victoria en Ciudad Rodrigo (n.º 4), y *Q. Manilius Facundus*, que dedica un ara en Segoyuela a *Ilurbeda* (n.º 18), llevan *tria nomina*.

La totalidad de las inscripciones son aras en las que se expresa el cumplimiento de un *uotum* por parte del dedicante a tal o cual divinidad mediante la fórmula usual *u(otum) s(oluit) l(ibens) m(erito)*. La documentación existente no aporta tampoco ningún dato que aluda a algún tipo de edificación o de elemento que permita sospechar la existencia de un santuario o lugar de culto. Tampoco hay ningún testimonio que mencione un cargo religioso.

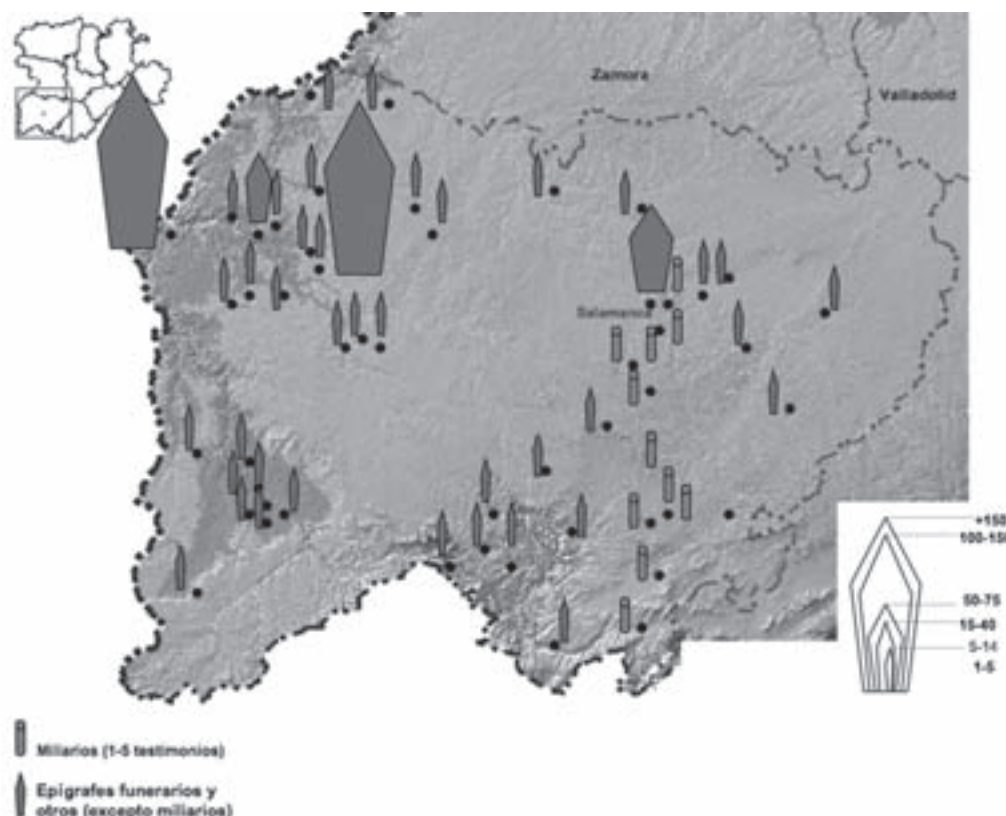
Las inscripciones votivas no se reparten uniformemente por toda la provincia, sino que se concentran en algunas zonas determinadas, lo cual es de interés para nuestra investigación. En el mapa de la Figura 1 se observa un reparto desigual y discontinuo en el que destacan claramente tres núcleos que concentran un gran número de inscripciones. Se trata, por este orden, de Yecla de Yeltes, Hinojosa de Duero y Salamanca capital. Sólo estas tres entidades aglutinan el 71% de toda la epigrafía de la provincia, siendo destacable el caso de Yecla de Yeltes que concentra casi un tercio del conjunto provincial. A estos lugares hay que añadir Saldeana, con un castro de la II Edad del Hierro, que en los últimos tiempos ha aportado un número considerable de epígrafes nuevos.

La distribución geográfica de la epigrafía salmantina muestra la existencia de cuatro zonas claramente diferenciadas y separadas entre sí por un área que ocupa aproximadamente el centro geográfico provincial, donde se localiza un número mucho menor de inscripciones y, en ocasiones, un claro vacío epigráfico. En líneas generales esta distribución parece concordar con la de las *ciuitates* antiguas, cuya existencia también conocemos casi exclusivamente por fuentes epigráficas. Dichas *ciuitates* son las de *Salmantica*, identificable sin género de dudas con la actual capital provincial; *Bletisama*, probablemente Ledesma; *Mirobriga*, identificada desde el siglo XVI con Ciudad Rodrigo, aunque no haya seguridad en esta atribución; y *Poliba* o *Polibeda*, conocida por un *terminus* augustal procedente de Yecla de Yeltes y actualmente en Traguntía, que se ha identificado hipotéticamente con alguno de los castros de la zona⁴. No se conoce en cambio ninguna *ciuitas* en la zona meridional de la provincia, donde existen

3 Véase apéndice final.

4 Mangas 1992, 261-266; Salinas 1997; Hernández, Jiménez 2001, 259; Ariño 2005, 101-102; Salinas 2008.

Fig. 1 – Distribución general de la epigrafía salmantina



sin embargo abundantes epígrafes diseminados sin que haya ningún punto que muestre una clara concentración de ellos.

Otro aspecto importante que hay que tener en cuenta es que, salvo el ara de Retortillo, ninguna de las inscripciones votivas ha aparecido *in situ*. La mayor parte de ellas aparecen reutilizadas en la fábrica de edificios, a veces de iglesias, de época medieval o moderna. Es decir, aparecen en posición secundaria, y aunque podemos suponer que el lugar de conservación actual no está muy alejado de su emplazamiento original, siempre hay un margen de incertidumbre a la hora de atribuirlos a un lugar determinado.

Lo mismo que la epigrafía en general, las inscripciones votivas no se reparten tampoco uniformemente. A primera vista, la epigrafía votiva se concentra en la parte occidental de la provincia de Salamanca, precisamente la zona donde se encuentra la mayor parte de los castros y donde se sitúan los principales núcleos epigráficos. No obstante, la distribución geográfica de las inscripciones muestra algunas zonas donde se produce una concentración especial de dichos epígrafes (Fig. 2):

- Una es la zona del valle alto del Águeda, con inscripciones en Gallegos de Argañán (*Iuppiter Solutorius*), Ciudad Rodrigo (*Victoria*, *Iuppiter* y *Cantunaecus*), Lerilla (*Victoria*, *Ilurbeda*), Martiago (*Toga*, *Caesariciaecus*), Agallas (un ara sin teónimo), La Encina (divinidad desconocida) y El Bodón (*Abercicea*).
- Otra es la zona de la sierra de la Peña de Francia, con inscripciones en la Alberca (*Ilurbeda*), Lagunilla (*Acpulsoius*), Cepeda (*Iuppiter Optimus Maximus*) y, ya más al norte, Segoyuela (*Ilurbeda*).
- Otra zona es la del occidente y noroeste de la provincia, la zona de Las Arribes del Huebra y del Duero, con hallazgos mucho más dispersos, con inscripciones en Retortillo (*Acquae Eleteses*), Boadilla (*Iuppiter Optimus Maximus*), Bermellar (*Iuppiter Optimus Maximus*), Villabuenas (*Celiborca*) y, más al norte, Almendra (*Deus Siluanus*). Aquí predominan los dioses romanos.

y *Liber Pater*⁹. En Perales del Puerto se halló un fragmento de ara dedicada a *Palanticus*¹⁰. Y en San Martín de Trevejo otra dedicada a *Toga*¹¹.

La visión de conjunto que se obtiene es la de la existencia de un santuario en relación con dicha sierra y el culto en la misma al *deus Optimus Salama*, de ubicación desconocida, cuyos epígrafes habrían sido reutilizados en las edificaciones de los pueblos del entorno. Melena¹² proponía situar en este territorio la *ciuitas* de los *Imteramnienses* que menciona la inscripción del puente de Alcántara, a la cual pertenecería el citado santuario. No es de descartar, en nuestra opinión, que la propia sierra constituyese un santuario natural. Uno de los fenómenos más interesantes de los cultos atestiguados en la zona del alto Águeda es que parecen tener relación con manifestaciones religiosas del norte de Cáceres, al otro lado de la cordillera. Así por ejemplo, la inscripción dedicada a *Toga* en Martiago¹³ tiene su correspondencia en otras dos situadas en Valverde del Fresno¹⁴ y San Martín de Trebejo¹⁵, exactamente al otro lado de la sierra de Jálama¹⁶.

En torno a la Sierra de Francia hay una serie de lugares donde la presencia de inscripciones votivas no parece estar vinculada a ningún núcleo de población importante. Las divinidades mencionadas en ellas son los dioses indígenas *Ilurbeda* (n.º 6 y 7) y *Acpulsoius* (n.º 15), además de *Iuppiter Optimus Maximus* (n.º 3). Lo más llamativo de esta distribución es, quizás, la existencia de dos dedicatorias a *Ilurbeda* relativamente próximas. Es difícil explicar las razones de esta mayor frecuencia de esta divinidad en el sur de la provincia de Salamanca. Recientemente Rosario Hernando ha propuesto una hipótesis que vincula a *Ilurbeda* con la caminería y los pasos de montaña¹⁷. Desde este punto de vista, el hallazgo de una de las inscripciones en el castro de Lerilla, en el valle alto del Águeda, que enlaza a través del Puerto de Santa Clara con el valle del Eljas y Coria, camino por el cual discurría una vía romana según García de Figuerola¹⁸, y, por otra parte, la existencia de los topónimos Puerto Viejo y Puerto Nuevo en los caminos que salvan la cordillera y que unen, respectivamente, Martiago y Robledillo de Gata, y El Saúgo y Descargamaría, respectivamente, son hechos que deben ser tenidos en cuenta.

Por otra parte, la falta de contexto arqueológico para los epígrafes de La Alberca y de Segoyuela de los Cornejos, y la posibilidad de que puedan haber sido desplazados de su lugar original, llevan a ser muy cautos. En el caso de La Alberca concretamente, se trata de un pueblo de fundación medieval y la inscripción está reaprovechada en la iglesia parroquial de la localidad y desconocemos su procedencia exacta¹⁹. Segoyuela, por otra parte, no está en un paso entre montañas. En ambos casos, sin embargo, cabría relacionar estos votos con las explotaciones mineras de la comarca, pues tanto en la zona de La Alberca (Las Cávenes, Los Fontanales) como en las cercanías de Segoyuela (Cueva de la Mora) se sitúan minas de oro que fueron explotadas en este período. Esta idea se refuerza por el hecho de que dos pequeñas aras dedicadas igualmente a *Ilurbeda* fueron halladas en Portugal dentro de un pozo minero en Covas dos Ladrões (Góis, Coimbra) y otro posible exvoto en Faião (Sintra, Lisboa)²⁰.

Además de estas dos zonas, que presentan una concentración mayor de epigrafía religiosa, encontramos inscripciones aisladas que pueden interpretarse bien como el

9 CIL II 799.

10 Hep 6, 1996, 239.

11 CIL II 801.

12 Melena 1985, 479.

13 AE 1955, 235.

14 AE 1985, 539.

15 CIL II 801.

16 Melena, 1985; Salinas 2000, 146-147; 2001, 207-210.

17 Hernando 2005b, 153-164.

18 García de Figuerola 1999, 116-119.

19 Olivares 2006, 377.

20 Ibid. 50-51.

testimonio de la existencia de un pequeño santuario rural, bien como manifestaciones espontáneas de culto. En la mayor parte de los casos se trata de inscripciones dedicadas al culto a las aguas, normalmente en su aspecto salutífero. Tenemos dos casos de ello, atestiguados respectivamente por las inscripciones de Retortillo a las *Acquae Eleteses* y de Alba de Tormes a una divinidad indígena que ha sido interpretada diferentemente como *Natricus* o como *Nabia*²¹. Si bien la lectura *Natricus* casa bien con las desinencias en *-icus* características de muchos teónimos del occidente peninsular, recientemente se ha propuesto desarrollar el epígrafe como *Na(bia) Tri(formis) Co(rona)*²². El carácter acuático de *Nabia* no precisa explicación y en todo caso el epígrafe parece que debemos interpretarlo en relación con el río Tormes, que pasa por la localidad²³.

La consideración general de las inscripciones votivas de la provincia de Salamanca sugiere también algunos hechos interesantes. En líneas generales se observa una coincidencia entre las zonas geográficas con mayor número de inscripciones votivas y la zona de poblamiento de castros del occidente de la provincia. Este fenómeno es normal, es decir, hemos de esperar más testimonios allí donde había mayor número de población. Un hecho todavía no suficientemente explicado es por qué durante la Antigüedad se produjo este reparto desigual de la población en la provincia de Salamanca.

Una explicación de este fenómeno sería el interés por explotar los filones mineros de oro, estaño y otros minerales existentes precisamente en el occidente y el sur de la provincia de Salamanca. Prospecciones recientes han puesto de relieve la existencia de una minería del oro importante en Las Cávenes de El Cabaco, en la Sierra de Francia, en torno a la cual, como hemos visto, hay una cierta concentración de inscripciones votivas, y se conocen explotaciones semejantes en la sierra de Malcata, en Portugal, fronteriza con el sur de Salamanca y el norte de Cáceres²⁴.

Topónimos como Bermellar, donde se documenta una inscripción a Júpiter Óptimo Máximo, indican con claridad la existencia de criaderos de hematites roja y otros metales. En el castro de Las Merchanas, cerca de Lumbrales, Maluquer excavó en 1953 una sala aneja a un muro datado por él en el siglo III donde se conservaban varias figuras de mármol de togados de tamaño menor del natural que habían sido destruidas intencionadamente. Maluquer relacionaba estos hallazgos con la posible existencia de un destacamento militar que tendría encomendada la vigilancia de las minas de la zona²⁵. La coincidencia entre las zonas de mayor densidad de población de la provincia de Salamanca en la Antigüedad, las zonas de explotación minera y las zonas donde aparece mayor número de inscripciones votivas, nos llevan a plantear la hipótesis de una relación entre estos fenómenos y que, en definitiva, la existencia de zonas mineras haya condicionado la ubicación de los santuarios rurales dependientes de los *capita ciuitatium* de esta zona. Tal vez en ese contexto quepa explicar la existencia de dos dedicatorias a *Victoria*, una en Ciudad Rodrigo²⁶ y otra en Lerilla (n.º 5), en relación con militares que han podido estar destinados a la vigilancia de las minas.

21 *HEp* 1, 1989, 520.

22 Melena 1984, 256-257.

23 Para el supuesto carácter o significado de los teónimos pueden consultarse Olivares 2002 y Prósper 2002.

24 Ruiz del Árbol, Sánchez Palencia 1999, 119-139; Sánchez-Palencia, Ruiz del Árbol 2000, 115-129 y 343-358.

25 Maluquer 1956, 86-87.

26 *CIL* II 864 y Salinas, Romero 1995, 23, plantean hipotéticamente la posibilidad de que los numerales hagan referencia a una unidad militar. Hernández Guerra 2001, 17-18, reconstruye una lectura atribuyéndolo a la legión XX *Valeria Victrix*. Sobre los problemas de lectura que ofrece esta pieza *vid.* *AE*, 2001, 1177.

Apéndice: listado de inscripciones votivas de la provincia de Salamanca

1. Gallegos de Argañán (Morán, 1922, 149): *Vitulus / Arreini f(ilius) / Ioui Sol/utorio / u(otum) s(oluit) l(ibens) a(nimo)*.
2. Boadilla (AE, 1999, 866): *l(oui) O(ptimo) M(aximo) Aug(usto) C (aius) lu[(lius) ---] / [u(otum) s(oluit) l(ibens) m(erito)]*.
3. Cepeda (AE, 2003, 888): *l(oui) O(ptimo) M(aximo) / sac(rum) / Iulius / Vegetus / [u(otum) s(oluit) l(ibens) a(nimo)]*.
4. Ciudad Rodrigo (CIL, II, 864): *L. Marcius / [---]x [---] Gal(eria) / [---]i[---]XXVII / [---] [---] ingal / [---] / Victoriae*.
5. Lerilla (HAE, 1310): *Victoriae / Boutius / Ambati / u(otum) s(oluit) l(ibens) a(nimo)*.
6. Lerilla (HEp 11, 2001, 430): *Quadratus / su(a)e Ilur/bedae / u(otum) s(oluit) l(ibens) m(erito) // [Ilurbedae] / sacrum / u(otum) s(oluit) l(ibens) m(erito)*.
7. La Alberca (FE, 377): *Albinus [Cl?i] f(ilius) Ilur/bedae [---]um[---] / s(oluit) l(ibens) a(nimo)*.
8. La Alberca (Maluquer 1956, 78, p. 137): *---/ s(oluit) l(ibens) a(nimo) v(otum)*.
9. Martiago (AE, 1955, 235): *Camalus / Saelgi f(ilius) / Togae / u(otum) s(oluit) l(ibens) a(nimo)*.
10. Retortillo (AE, 1914, 19): *Flaccus / Albini f(ilius) Aquis El/etesibus / uotum / l(ibens) a(nimo) s(oluit)*.
11. Villabuenas (HAE, 1335): *Baebius / Riburrus / Celiborcae / sacrae / u(otum) s(oluit) l(ibens) m(erito)*.
12. Irueña (CIL, II, 861): *Silo Corai f(ilius) / Cantu/naeco / u(otum) a(nimo) l(ibens) s(oluit)*.
13. Martiago (AE, 1994, 887): *Caesaric/iaeco / Duatius / Boui f(ilius) fra/ternu[m] / u(otum) s(oluit) l(ibens) m(erito)*.
14. El Bodón (Romero y Salinas, 2001, 343-346, 2): *[M]acer / [L]euri / Abercicea / u(otum) a(nimo) l(ibens) m(erito)*.
15. Lagunilla (Hep 10, 2000, 456): *Acpulso/lio / Ontius / Primi f(ilius) En/tus / pos(uerunt)*.
16. Alba de Tormes (Hep, 1, 1989, 520): *[- - -] Na(biae) tri(forme) Co(ronae?) / [- - -] I ul(- - -) Proc[- - -] octa vot[- - -] ni*
17. Agallas (AE, 1994, 889): *Primigenius / Fauili f(ilius) / u(otum) s(oluit) l(ibens) m(erito)*.
18. Segoyuela de los Cornejos (AE, 1985, 543): *Ilurbeda[e] / sacrum / Q(uintus) Manilius / Facundus / u(otum) s(oluit) l(ibens) a(nimo)*.
19. Bermellar (Morán, 1922, 56): *l(oui) O(ptimo) M(aximo) Egma / pat(er?) uo(tum) / so(luit) meo/rum*.
20. Almendra (AE, 1999, 867): *Deo / Silua/ino/ Fus(cus?)*.
21. San Morales (Hep 11, 2001, 419). Ara a divinidad desconocida?
22. Hinojosa de Duero (Hep 6, 1996, 845), ara anepígrafa.
23. La Encina (inérita). Ara fragmentada de la que sólo se conserva *Toncatius*

Bibliografía

- Ariño 2005: E. Ariño Gil, "La Hispania Citerior Occidental entre Augusto y los Flavios: el *ager per extremitatem mensura comprehensus*", *L'Aquitaine et l'Hispanie septentrionale à l'époque julio-claudienne. Organisation et exploitation des espaces provinciaux. Colloque Aquitania, Saintes, 11-13 septembre 2003*, Bordeaux, 2005, 95-112.
- Blázquez 1984: J.M. Blázquez Religión y sociedad en las inscripciones de Salamanca , *Religio Deorum*, Sabadell, 1984, 73-82.

- García de Figuerola 1999: M. García de Figuerola, *Arqueología romana y altomedieval de la Sierra de Gata (El Valle de Valverde. Provincia de Cáceres)*, Cáceres, 1999, 116-119.
- Hernández 2001: L. Hernández Guerra, *Epigrafía de época romana de la provincia de Salamanca (EERPSa)*, Valladolid, 2001.
- Hernández, Jiménez 2001: L. Hernández Guerra y A. Jiménez de Furundarena, "Nueva propuesta de distribución territorial en la provincia de Salamanca", en L. Hernández Guerra; L. Sagredo San Eustaquio y J. M. Solana Sainz, *Actas del I Congreso Internacional de Historia Antigua. "La Península Ibérica hace 2000 años"*, Valladolid, 23-25 de noviembre 2000, Valladolid, 2001, 255-261.
- Hernando 2005: M. R. Hernando Sobrino "A propósito del teónimo *Ilurbeda*. Hipótesis de trabajo", *Veleia*, 22, 2005, 153-164.
- Maluquer 1956: J. Maluquer de Motes, *Carta arqueológica de España. Salamanca*, Salamanca, 1956.
- Mangas 1992: J. Mangas "Ciudades antiguas de la Provincia de Salamanca (siglo III a. C. –Diocleciano)", *I Congreso de Historia de Salamanca*, 1989, Salamanca, 1992, 261-266.
- Melena 1984: J.L. Melena "Un ara votiva romana en el Gaitán. Cáceres", *Veleia*, 1, 1984, 233-260.
- Melena 1985: J. L. Melena "Salama, Jálama y la epigrafía del antiguo corregimiento", *Symbolae Ludovico Mitxelena septuagenario oblatae*, *Veleia*, Anejo, 1, Vitoria, 1985, 475-530.
- Olivares 2002: J. C. Olivares Pedreño, *Los dioses de la Hispania céltica*, Madrid, 2002.
- Olivares 2006: J. C. Olivares Pedreño "Ara votiva de la Alberca (Salamanca) dedicada a *Ilurbeda*", *FE*, 84, 2006, 377.
- Prósper 2002: B. Prósper, *Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la Península Ibérica*, Salamanca, 2002.
- Ruiz del Árbol, Sánchez Palencia 1999: M. Ruiz del Árbol y F. J. Sánchez Palencia "La minería aurífera romana en el noreste de Lusitania: Las Cavenes de El Cabaco (Salamanca)", *AEspA*, 72, 1999, 119-139.
- Ruiz del Árbol, Sánchez Palencia 2000: M. Ruiz del Árbol y F. J. Sánchez Palencia "Organización y explotación del territorio en el noroeste de Lusitania: Las Cávenes de El Cabaco", *III Congresso de Arqueologia Peninsular (Vilareal, Septiembre 1999)*, vol. 6, Porto, 2000, 115-129.
- Salinas 1982: M. Salinas de Frías, *La organización tribal de los vettones*, Salamanca, 1982.
- Salinas 1985: M. Salinas de Frías "La religión indígena de la Hispania central y la conquista romana", *SZ*, 6, 1985, 307-331.
- Salinas 1997: M. Salinas de Frías "Salamanca romana: economía, sociedad y mentalidades", *Historia de Salamanca I: Prehistoria y Edad Antigua*, Salamanca, 1997, 279-374.
- Salinas 2000: M. Salinas de Frías "La religiosidad de las poblaciones antiguas de Salamanca y el norte de la provincia de Cáceres", en Beira Interior. História e património, Guarda, 2000, 139-158.
- Salinas 2001: M. Salinas de Frías, *Los Vettones. Indigenismo y romanización en el occidente de la Meseta*, Salamanca, 2001.
- Salinas 2001b: M. Salinas de Frías "La religiosidad de las poblaciones antiguas de Salamanca y el norte de Cáceres", *Paleohispánica*, 1, 2001, 151-172.
- Salinas 2001c: M. Salinas de Frías "La religión en relación con la organización social" en *Los vettones. Indigenismo y romanización en el occidente de la meseta*, Salamanca, 2001, 178-210.

- Salinas 2008: M. Salinas de Frías "Problemas de ordenación territorial y social de Salamanca en la Antigüedad", en J. Mangas y M. A. Novillo, *El territorio de las ciudades romanas*, Madrid, 2008, 333-357.
- Salinas, Romero 1995: M. Salinas y A. Romero "Onomástica y religión en las provincias de Salamanca y de Ávila" *Salamanca. Revista provincial de estudios* 35-36, 1995, 13-28.
- Sánchez Palencia, Ruiz del Árbol 2000: F.J. Sánchez-Palencia y M. Ruiz del Árbol "Estructuras agrarias y explotación minera en Lusitania nororiental: la Zona Arqueológica de Las Cavenes (El Cabaco, Salamanca)", IV *Mesa Redonda Internacional Sociedad y Cultura en Lusitania Romana (Mérida, 2-4 de marzo de 2000)*, 2000, 343-358.
- Solana, Sastre 1976: J.M. Solana y L. Sastre "Nueva aportación para el estudio de la teonimia de la Hispania Romana: el ara de Alba de Tormes", *Durius*, 4, 1976, 57-58.

Postoloboso, Cabeço das Fráguas, Monte do Facho

tres ejemplos de la romanización en
la parte indoeuropea de la Hispania antigua

Michael Koch

Membro Correspondente do Instituto Arqueológico Alemão
monscalvus@t.online.de

Iberografías 6 (2010), 55-62. ISSN: 1646-2858

RESUMEN Se comparan, en líneas muy breves, los principales rasgos de tres importantes santuarios en la parte indoeuropea de la Hispania Antigua, en el transcurso de la Romanización.

PALABRAS CLAVE Santuarios; Romanización; Hispania Antigua.

ABSTRACT Three important sanctuaries of the Indo-European Hispania are here briefly compared, according to their principal characteristics within the Romanization.

KEYWORDS Sanctuaries; Romanization; Antique Hispania.

Se me ha otorgado hablar del fenómeno de la romanización, tan imprescindible en nuestro contexto, a base de una comparación epigráfica de tres proyectos respectivos del Instituto Arqueológico Alemán, es decir, comparar los santuarios de Postoloboso (Ávila), Cabeço das Fráguas (Guarda) y Monte do Facho (Vigo).

En cuanto al estado actual de la investigación de estos proyectos, puedo decir que la publicación del material del Facho pronto se va a efectuar; el de Postoloboso tardará algún tiempo, dada la situación jurídica entre los propietarios del terreno que nos hace dependientes de trabajos en la muralla de la Ermita (Fig. 1), donde quedan hasta cinco inscripciones empotradas, desgraciadamente espalda al visitante; en cuanto al Cabeço das Fráguas, se da a conocer los nuevos datos en este mismo volumen.

En breve, se tratan de tres lugares en el área noroccidental, indoeuropeizada de la Península Ibérica, distanciados entre 200 y 400 km uno del otro; tres épocas diferentes y tres estados de Romanización, lógicamente distintos, pero – por lo menos en algunos aspectos – bien comparables.

Si hablo aquí de Romanización debe quedar claro de que estoy hablando de una moda: en ninguno de los tres conjuntos se observa presión política de parte de Roma, sino que en cada uno de estos monumentos el estilo corresponde a la moda actual. Así, se escribe en letra latina, luego en formulario romano, por que su forma de vivir en su tiempo y circunstancias hasta la transformación de su religión se lo recomendó a los interesados.

Tenemos, pues tres santuarios: el primero, Postoloboso, datable aproximadamente en el siglo II d.d.J.C., poco romanizado en cuanto a la nomenclatura de los dedicantes que siguieron llamándose ATTA AMBATICORUM, CULANTIUS, EBUREINIUS, pero casi plenamente romanizado en cuanto al formulario y a la forma de los altares, supuestamente bajo la

Fig. 1 – Postoloboso. Ermita del Bienaventurado San Bernardo, con aras dedicadas al dios *Vaelicus* empotradas.



influencia romanizadora de una gran capital, Emerita Augusta¹. El segundo, el de Cabeço das Fráguas, seguramente es el más antiguo: una liturgia sacrificial con un texto puramente indígena, pero ya escrito en letra latina, en pleno campo y lejos de un posible centro romanizador, con un apéndice sumamente interesante, menos por su contenido, sino por su existencia en este mismo lugar. El tercero, el de Monte do Facho, es el más sorprendente de todos (Fig. 2): un santuario con aproximadamente 130 estelas, perfectamente romanizado, si se considera la forma de altares y el formulario de las inscripciones latinas, aunque en parte de muy reducida calidad en cuanto a la lengua y su grafía, dedicados a una deidad latinizada, por lo menos, en cuanto a su nombre – BEROS, en versión latinizada quizás de BERUS BREVS – sin analogía conocida – y datable, en comparación, muy *tardamente*². Qué es lo que les une y que les separa?

Lo que les une es el indiscutible indigenismo – digamos, con toda reserva – “céltico/ /celtizado”, a través de los tiempos, representado por las deidades veneradas en todos tres casos y en la nomenclatura de los religiosos, mientras la conocemos. Son todos *rustici*, como diría Martín Dumiense, y sigue manteniendo su valor la hipótesis de Alföldy, según la cual, fue en primer lugar su función social que les mantuvo vivos.

Los separa el sitio, el tiempo y, sobre todo, la función. Lo del Cabeço das Fráguas, lo he llamado *liturgia* por que no es en primer lugar votivo o dedicación sino algo que yo llamaría una prescripción pensada para más de una vez – en alemán se diría: *Opfervorschrift* o *Opferanleitung*.

Sin embargo, los altares de abajo del Cabeço das Fráguas ya son más relacionables con el material de los otros sitios mencionados, claramente más tardíos, más romanizados, aunque claramente de intenciones indígenas. Estos altares, formalmente relacionados con los de Postoloboso (Fig. 3) no vienen de muy lejos. No conocemos el sitio concreto

1 Schattner, Mariné, Koch, Geldmacher 2006; Schattner, Mariné, Koch 2007.

2 Schattner, Suárez Otero, Koch 2004; 2006.

Fig. 2 – Monte do Facho, Dónon: Santuario de *Deus Lar Berobreus*.



Fig. 3 – Altar dedicado a *Laepo* hallada al pie del monte de Fráguas.



del santuario que es de postular, ni en Postoloboso ni en el pie del Cabeço das Fráguas, pero sin duda debe haber existido³.

En cada caso consta que la liturgia para un sacrificio del santuario de arriba es más antiguo que los altares de Postoloboso y del pie del Cabeço das Fráguas, que bien pueden ser contemporáneos, es decir, del siglo II o del inicio del siglo III d.d.J.C. y, desde luego, algo anterior al material del Facho, pero se reconoce la tendencia: primero anepígrafe, luego

3 Correia Santos, Schattner, en este mismo volumen.

epígrafe en voz indígena, después epígrafe en voz latina, indicando aún la descendencia indígena – la próxima generación, pues, mientras mantiene el culto, sólo guarda la deidad indígena y eso hasta muy tarde.

No quiero entrar en la discusión llevada hace años – hablando sólo en respecto a la parte indoeuropea de la Península – desde Toutain hasta Alföldy, Curchin y Olivares Pedreño – sobre la relación: centro urbano – población rural. Para mi modo de ver, los problemas *grosso modo* son resueltos: hay diferencia entre urbe y campo, pero no es total, no hay enfrentamiento relevante; hay pervivencia de cultos indígenas por motivos bien expuestos por Alföldy hace más de 20 años; hay coexistencia, hay sincretismo y sobre todo *interpretatio*. Sin embargo no hay ni sistema ni – lo repito – presión política por parte de la administración romana, mientras a las jerarquías existentes no se ponía en duda. Por este motivo, comparto la tesis de Marco Simón de que la romanización en este sentido es más bien una cuestión de clases sociales.

Con el Facho ahora posiblemente hay algo nuevo: la restauración o reintroducción de un culto posiblemente antiguo bajo las condiciones del siglo III – IV d.d.J.C. El santuario del Facho, a su vez, contiene tres sensaciones: la primera es la cantidad de aras, la segunda es el casi perfecto anonimato de las dedicaciones, y la tercera, por fin, es la de más interés histórico: su fecha.

El marco temporal para el Facho, como se nos presenta hoy en día, es más o menos entre Claudio Gothico y Constantio II, es decir, entre la mitad del siglo III y la mitad/fin del siglo IV d.d.J.C., o incluso el comienzo del siglo V d.d.J.C., si partimos de los fragmentos de vidrio encontrados. Consta que no hay relación visible entre aquél santuario y el castro al lado, abandonado al comienzo del Imperio o, por más tarde, en el transcurso del siglo I d.d.J.C., con excepción de unas casas, obviamente reaprovechadas después para el santuario. La cuestión entonces es: ¿Cual puede ser el motivo de una población rural para volver a un sitio abandonado desde hace mucho y venerar una deidad teóricamente fuera de moda, con aras en parte muy bien labradas y decoradas con citas arquitectónicas muy romanas?

Antes de intentar formular una respuesta, veamos las dos otras sensaciones. Unos 130 aras, con prácticamente el mismo formulario: DEO LARI BERO BREO ARAM POSUI ó POSVIT PRO SALUTE. Hay pequeñas alteraciones sin peso estadístico. Calculando la duración del santuario en función, como indicado, se trata de más o menos cuatro a seis generaciones. No hay caso comparable en la Península.

El *deus lar* – quizás – *berobris**, como quieren con cierta razón algunos linguistas, era – posiblemente entre otras cualidades que poseaba – un dios tutelar, eso es cierto – pero ¿cual sería su categoría específica como *lar*? Nada en el marco de lo bien conocido y relativamente bien investigado, desde Wissowa y Latte hasta Paco Beltrán y Marco Simón. Un *lar* más bien particular de una entidad social posiblemente cerrada y muy tradicionalista a través del tiempo. ¿No deberíamos esperar algo como *lar Gapeticorum* o cosa semejante?

Aquí yace, como tengo que confesar, un problema mío para la edición: en un ara, quizás no por casualidad la más espectacular, se lee *D(eo) Bel(ro) Brie(c)l occ ó oco [...]*, que bien podría terminar en *Jorum* y luego, una serie de letras que ni se leen bien, ni hacen sentido (Fig. 4). ¿Sería entonces DEO BERO BRIECOCORUM? Un *lar* tópico en cada caso, al menos hasta que se encuentre otro Monte do Facho con el mismo *deus lar*.

Y ¿cual sería el motivo de sus veneradores para quedarse anónimos? Dos de los 130 dan nombres: *Coemia* (sin más), bien conocido en la Hispania indoeuropeizada y *Eburna* (sin más), que pone un ara *pro sua filia*. Ambas son aras fragmentadas y no contienen claramente el nombre de Beros, ni *deus*, ni *lar*; tampoco tienen estratigrafía, lo que abre la posibilidad que no sean del propio Facho, pero dejemos eso aparte. ¿Por qué el anonimato? Hasta ahora tengo sólo una solución: no era necesario en vista de la estrecha coherencia social, familiar o religiosa de este grupo a través del tiempo. ¿Ó es un indicio de la falta de aquella individualización personal e social/mental que observamos en las dedicaciones de más alto estandar romanizador?

Fig. 4 – Monte do Facho, Dónon: Ara dedicada a *Berobreus*.



En cambio, las inscripciones de Postoloboso que conocemos, mientras sean completas, contienen los nombres de los donantes; unas pocas son anepígrafas. Eso quiere decir, que incluso con nomenclatura indígena, se presenta el individuo *more Romano* igual que las aras votivas al pie del Cabeço das Fráguas. Siendo historiador, nadie me va a convencer que en la inscripción de arriba del Cabeço podría ocurrir antroponomía⁴: ni el contexto religioso ni el contexto cultural en aquella época en esta zona lo permitieron. La próxima etapa entonces serían Lamas de Moledo y Marecos de Penafiel.

II

En los años 60 del siglo pasado se habló muy convincentemente de un renacimiento céltico entre los siglos II e IV d.d.J.C., sobre todo en las provincias romanas del Norte y Oeste del Imperio. Tal pensamiento llegó a la Península sin hacer mucho caso: parece que a Marco Simón ha gustado la idea suponiéndose que el “liberalismo severiano” había facilitado tal desarrollo. Después de haber considerado algunos modelos de interpretar el fenómeno del Facho y otras curiosidades posiblemente relacionables me siento seducido por la idea, que tal cosa bien podría haber ocurrido aquí.

Es evidente que en la segunda mitad del siglo III, la fé en Roma y en gran parte del Occidente estaba agotada, tanto referente a la protección militar como al florecimiento económico y el funcionamiento satisfactorio de la administración. El culto al emperador siempre había sido asunto de los centros urbanos y como en tiempos de crisis el pueblo busca la protección de la religión, los *rustici* quizás se acordaron de su pasado celtico y volvieron abiertamente – y según la moda actual, es decir, la *interpretatio* y la forma exterior del culto romanos – a lo suyo de antes, sin que supieramos si este pasado de hecho jamás había sido verdaderamente abandonado o no.

El único indicio de que el sitio podría haber tenido un objetivo celtico anterior a lo que hemos encontrado, es un *lacus* ya mutilado, llevado al lado del santuario de Beros, del cual no sabemos si perteneció al santuario o sería más antiguo. Martín Almagro, estos días, me señaló que los hay desde el Bronce, tanto en Hispania como en Galia (mencionando

4 Untermann 2002.

Lám. 5 – Monte do Facho, Dónon: Ara consagrada a la diosa Diana, procedente de la Península de Morrazo.



Toledo y Bibracte), así que es posible que haya existido un *locus sacer* anterior, pero eso *by no means is certain* como hubiera dicho Ronald Syme.

El objeto de la polémica del Dumiense, aún en el siglo VI, son “*templa daemonium, et imagines vel statuas et aras*”. Aras para dioses paganos. ¿Aras como para el *deus lar Berus Breus* por ejemplo (Fig. 5)? Al mismo tiempo la romanización, igual que superficial, ya no era por extinguir, ni la lengua ni la escritura eran prescindibles, ni la forma exterior de las estelas, a pesar de que yo sigo creyendo, que la estela había sido y siguió siendo una manifestación muy tradicional de los pueblos indoeuropeos ya desde siempre. Nos acordamos de la observación de Sebastián Mariné, observación simple pero de suma trascendencia, de que ni el céltico ni el ibérico jamás habían sido vehículos del cristianismo. Pues, de hecho, el latín se convirtió en vehículo de los antiguos cultos en tiempos de su – posible – renacimiento y así facilitó su extinción en tiempos de Teodosio, como ya había observado García y Bellido, simplemente porque una retirada a la escritura indígena no era posible, en el caso de la lengua celta porque semejante cosa no existió, a pesar de que parece que los *rustici* hablaron su lenguaje indígena tanto en Galia como en ciertos residuos campesinos de Hispania hasta más tarde. En el caso del Ibérico, porque aparentemente había desaparecido ya hace mucho. Del Neopúnico hay huellas tardías, pero no me atrevería concederle relevancia en este campo. En cada caso: tanto con *Velico*, como con *Endovelico* y con *Bero* – en plan oficial se habló el latín.

III

Otro fenómeno que les separa a los tres santuarios es un posible cambio religioso (Fig. 6). Aunque tuve mis dudas en cuanto a la hipótesis de Suárez Otero sobre el ara con la cruz florida y otra con una decoración que, con algún esfuerzo se podría interpretar como una cruz (quizás – como tengo que admitir – causado por un reflejo anticlerical), no puedo descartar por completo la posibilidad de que hay un elemento cristiano en dos de las aras del Facho, aunque a la suástica se conoce desde hace mucho en contextos no cristianos (Fig. 7).

Lo que llama la atención es, que entre todas las manifestaciones del santuario en el Facho, con su gran variedad de formas, nunca ocurre un tal cambio del paradigma y eso

Lám. 6 – Monte do Facho, Dónon: Aras votivas decoradas con cruces.
Detalle de *crux florida* del ara izquierda.



Lám. 7 – *Crux florida* de Banos de Cerrato, siglo VII d.d.C.



dentro del marco formal: es decir, se mantiene la forma tradicional del altar, pero se lo decora de un modo nuevo y provocante. En estos dos aras, nada recuerda a *Berus Breus* y lo que resulta muy interesante, es eso: aunque en lo de la suástica quede bastante espacio, no se pone texto – por qué no? Hay aras vacías, lo que Schattner quiere llamar *desbastadas*, pero si tienen decoración, entonces sería letra. Puesto que la idea de Suárez toca la realidad religiosa y histórica, se podría calcular por lo menos la fase tardía del conjunto, es decir, la cristianización de un santuario celta a finales del siglo IV o comienzos del siglo V. La datación preliminar no se opondría: numismáticamente estamos ya en la mitad del siglo IV. Pero como ya dije, esto sólo en plan de hipótesis.

Finalizando y comparando los tres santuarios se llega a un resultado sin sorpresas: las etapas del efecto romanizador cambiando las formas bajo las cuales los rituales celticos fueron realizados. No tenemos indicios de que también los contenidos sufrieran grandes

cambios – por lo menos, en lo que se refiere a la gran mayoría de cultos anterior a la llegada del cristianismo al poder. Se observa la lentitud relativa de este proceso en el campo y un renacimiento de parte de la identidad céltica en circunstancias cambiadas, lo que presupone que el trasfondo para tal renacimiento nunca dejó de existir.

Bibliografía

- Alföldy 1997: G. Alföldy, "Die Misterien von Panoias (Vila-Real, Portugal)", *Madrider Mitteilungen*, 38, 1997, 176-246.
- Marco Simón 2005: F. Marco Simón, "Religion and religious practices of the ancient Celts of the Iberian Peninsula", *E-Keltoi, Journal of interdisciplinary Celtic Studies*, vol. 6, The Celts in the Iberian Peninsula, University of Wisconsin, www.uwm.edu/Dept/celtic/ekeltoi, 2005, 287-345.
- Prósper 2002: B. Prósper, *Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*, Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 2002.
- Schattner, Suárez Otero, Koch 2004: T. G. Schattner, J. Suárez Otero, M. Koch, "Monte do Facho, Donón (O Hío/Prov. Pontevedra) 2003. Informe sobre las excavaciones en el Santuario de Berobreo", *Archivo Español de Arqueología*, 77, 2004, 23-71.
- Schattner, Suárez Otero, Koch 2006: T. G. Schattner, J. Suárez Otero, M. Koch, "Monte do Facho, Donón (O Hío/Prov. Pontevedra) 2004. Informe sobre las excavaciones en el Santuario de Berobreo", *Paleohispanica – Revista sobre Lenguas y Culturas de la Hispania Antigua*, 6, 2006, 183-223.
- Schattner, Mariné, Koch, Geldmacher 2006: T. G. Schattner, M. Mariné, M. Koch, N. Geldmacher "Bericht über die Kampagnen der Jahre 2004/05 im Heiligtum des Vaelicus in Postoloboso (Candeleda, Ávila) ", *Madrider Mitteilungen*, 47, 2006, 193-220.
- Schattner, Mariné, Koch 2007: T. G. Schattner, M. Mariné, M. Koch, "Postoloboso (Candeleda, Ávila) 2004/05: informe sobre la investigación en el santuario de Vaelicus", *Diputación de Ávila*, 2007, 75-100.
- Tovar 1985: A. Tovar, "La inscripción del Cabeço das Fráguas y la lengua de los Lusitanos", *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas*, Universidad de Salamanca, 1985, 227-254.
- Untermann 2002: J. Untermann, "A epigrafia em língua lusitana e a sua vertente religiosa", *Religiões da Lusitânia, Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, 2002, 67-70.

Cabeço das Fráguas y el sacrificio indoeuropeo

Blanca María Prósper

Universidad de Salamanca

indoling@usal.es

Iberografías 6 (2010), 63-70. ISSN: 1646-2858

RESUMEN	Este trabajo analiza la gramática, etimología y clasificación dialectal de la inscripción del Cabeço, atendiendo sobre todo a sus similitudes estructurales con inscripciones menos estudiadas del occidente de la Península Ibérica.
PALABRAS CLAVE	Indoeuropeo; Lusitano; Epigrafía; Sacrificio animal.
ABSTRACT	This work tries to disclose the grammar, etymology and dialectal ascription of the inscription of Cabeço, focusing on its structural affinities with less well known Lusitanian inscriptions also found in the West of the Iberian Peninsula.
KEYWORDS	Indo-European; Lusitanian; Epigraphy; Animal sacrifice.

1. Contenido de la inscripción

Todas las inscripciones indoeuropeas indígenas de la franja occidental de Hispania, en otras palabras, aquellas sin grado alguno de latinización en su expresión, más allá del empleo del alfabeto latino, tienen algo en común: El texto contiene la conmemoración (o la prescripción ritual para futuras ocasiones) de un sacrificio cruento a una serie de divinidades locales o regionales. Hablamos de Cabeço das Fráguas (Guarda), Lamas de Moledo (Viseu), Arroyo de la Luz I-III (Cáceres) y Arronches (Portalegre). Sobre inscripciones “mixtas” o dialectalmente ambiguas, como la de Freixo de Numão (guarda) y fuertemente influidas por el latín, hablaremos más abajo, pero podemos adelantar que reflejan idéntico modelo textual.

Cabeço das Fráguas se refiere a una suovetaurilia, es decir, el triple sacrificio de cerdo, oveja y toro. El sustantivo referido a la víctima en acusativo aparece seguido siempre por el nombre y epíteto de la divinidad receptora en dativo. Este sacrificio se conoce a través de diversas lenguas indoeuropeas. En Roma consiste en una oveja (ofrecida a Júpiter), un cerdo (a Tellus) y un toro (a Marte). En la India, las víctimas del Sautramani son un carnero (a Sarasvati) una cabra (a los A vinas) y un toro (a Indra). En Irán, la diosa Arədvī Anahita recibe diez mil ovejas, mil cabezas de ganado y cien caballos¹. Las τριπτοῖαι de los griegos (Hom., λ. 130-31) se ofrecen a Poseidón, Apolo, Asclepio, etc. En las Tablas Iguvinas umbras, la remodelación del sistema heredado ha dado como resultado un rito complejo, articulado en torno a dos tríadas, Jovia y Grabovia. Es raro hallar testimonios textuales en el mundo celta o germánico, aunque hay documentación en el registro arqueológico: Por ejemplo, en Celtiberia, el triple sacrificio de cerdo, oveja y mustélido está pintado en una pared de Bilbilis (S. I a. C.)².

1 Cf. Dumézil 1974, passim. (nota 1) Este trabajo ha sido financiado por el proyecto DGICYT, Hum2005-01340.
2 Se trata de una ofrenda a Lugu de acuerdo con Salinas de Frías 1983.

2. El Cabeço das Fráguas y la estructura universal de la fórmula sacrificial indoeuropea

La estructura de nuestra inscripción es idéntica a la del resto de los textos indígenas que reproducen un sacrificio. Consiste en varias secuencias de acusativo + dativo, en este orden, en asíndeton o separadas por la conjunción copulativa INDI. Hay alguna excepción a este orden en inscripciones de lectura discutida, como Freixo de Numão, donde la anticipación del teónimo a la posición inicial quizás venga dada porque es el destinatario único de la serie de ofrendas.

La aparición en una misma inscripción de formas de dativo en -A y en -E puede inducir a confusión sobre este punto estructural, ya que las formas en -A de la primera declinación son idénticas a los nominativos en -A. Esto ha conducido a ciertos autores a interpretar las formas en -A sistemáticamente como nominativos, y las formas en -E como sus dativos correspondientes, procedentes de $*-\bar{a}i^3$. Existen, no obstante, objeciones a esta distribución: En primer lugar, no se documentan apenas, ni siquiera en inscripciones fuertemente latinizadas, casos inequívocos de dativos de temas en $-\bar{a}$ con la forma -E. Es decir, existe poca evidencia independiente de un fenómeno de etacismo que produzca la alternancia, al menos en el nivel desinencial, entre -E y -AE. En segundo lugar, existe evidencia independiente y múltiple de que las formas en -E de dativo singular de las inscripciones indígenas pertenecen a temas en consonante y no a femeninos en $-\bar{a}$. Por ejemplo, en las numerosas inscripciones en que se documenta, TREBARVNE alterna solamente con formas en -I, como TREBARONI, lo que excluye definitivamente su pertenencia a los temas en $-\bar{a}$. En el caso de REVE, que en toda la fachada occidental no conoce variantes, sabemos que se trata de una formación a la vez atemática y masculina gracias al epíteto REVMIRAEGO. Por consiguiente, no hay motivo para negar que TREBOPALA, ICCONA y LOIMINNA sean dativos femeninos.

La alternativa consistente en explicar las formas en -A como nominativos de antropónimos, referidos a los oferentes, conlleva una larga serie de dificultades: Se trata de antropónimos desconocidos (dificultad que últimamente soslaya Untermann aduciendo que se trata de diversos cargos sacerdotales, sin aducir paralelos tipológicos). Además existen coincidencias totales o parciales con otra onomástica de inscripciones similares, como pasa en los casos de LOIMINNA que se repite en el LOEMINA de Arroyo de la Luz, o de ICCONA e ICCINVI en Arronches, lo que prácticamente descarta que se trate de antropónimos. En el Cabeço das Fráguas, de este análisis resulta que en las primeras 3-4 líneas, ciertos animales son ofrecidos por ciertas personas, y luego otros animales distintos son ofrecidos a un dios, de modo que la estructura sintáctica y semántica sufre un quiebro que la hace extrañamente asimétrica. Ni se comprende quién ofrece los dos últimos animales, ni a quién son ofrecidos los tres primeros! En otros textos, como Arronches o Lamas de Moledo, los oferentes están claramente reseñados en un lugar aparte que no ofrece duda: En Arronches, en la parte de abajo, donde resulta muy espinosa la cuestión de si se ha añadido, con posterioridad o no, un segundo texto, puesto que aparecen nuevas divinidades en dativo. En Lamas, los oferentes, el grupo humano de los VEAMNICORI, aparecen en primer lugar, como sujeto de la oración y precediendo inmediatamente al verbo. Y esto nos hace desviarnos a una cuestión algo diferente: El objeto directo difícilmente puede preceder al sujeto, dado que en cualquier lengua del mundo eso sucede, fundamentalmente, si por algún motivo el objeto está topicalizado. Aquí no se ve ningún motivo para que sea el animal, y no el nombre de la divinidad, como sería lo admisible, el que se adelante al primer lugar.

La simetría queda igualmente rota por la idea de que los compuestos cuyo primer miembro es TREBO-, y que ocupan lugares similares en el texto, o sea, TREBOPALA y TREBARVNE, se pueden referir a miembros de clases diferentes, siendo uno un antropónimo y el otro, en cambio, un teónimo. Si se considera que TREBOPALA e ICCONA son teónimos en nominativo, resulta que hay que entender que estas divinidades “reciben” su animal

3 Maggi 1983, Untermann 1997, Best 1982, 757-58.

correspondiente. En este caso, el problema insalvable es el principio de la elipsis verbal: de no haber verbo explícito, se entiende por defecto que las relaciones entre papel semántico y función sintáctica serán las no marcadas. En otras palabras, el sujeto se entenderá automáticamente como agente y el objeto como paciente, de modo que el único marco predicativo aceptable será el del verbo “dar”; extremo incompatible con la mencionada teoría, que no postula una divinidad dadora, sino receptora, para que el texto en conjunto mantenga un sentido coherente⁴.

Finalmente, estos hipotéticos nominativos en -A no encuentran su correspondencia en ningún caso de nominativo temático o atemático masculino, como sería de esperar. De hecho, tanto en Cabeço das Fraguas como en Arroyo de la Luz se coordinan solamente con las formas en -O como son LAEBO y RVRSEAICO. Y parece innegable, por motivos ligados tanto a la ausencia de la esperable variación entre masculinos de varias flexiones como a motivos internos, que éstas son dativos temáticos masculinos. En el segundo caso, concretamente, afirmar que se trata de un nominativo de tema en nasal vulnera el principio de que los adjetivos en -aiko- pertenecen a la flexión temática y no es común que se conviertan en individualizadores en nasal.

Adicionalmente, y pese a las reiteradas omisiones de los críticos del postulado más obvio, la existencia en latín epigráfico rústico de -A en el lugar del ‘urbano’ -AE está perfectamente establecida, como lo está en diversos epígrafes lusitanos frente a -AE y -AI, reflejando simples diferencias geo- o sociolectales. El dativo masculino se documenta en la Hispania occidental bajo nada menos que cinco formas: -O, -OI/-OE/-VI y -V, siendo la terminación -O especialmente común en la Callaecia Lucensis. Por tanto, no hay ningún motivo para impugnar la secuencia de acusativo + dativo. Veamos a continuación el reflejo de la expresión estereotipada de acusativo + dativo en otras inscripciones desde un punto de vista no ya de su similitud estructural, que es muy conocida, sino del paralelismo individualizado entre términos etimológicamente comparables a diversos niveles, directa o indirectamente, en el contexto de los paralelismos que ofrece su función sintáctica en documentos muy aislados geográficamente:

Cuadro 1 – Comparativa sintáctico-etimológica

	Cabeço das Fráguas	Lamas de Moledo	Arronches	Arroyo de la Luz	Textos votivos diversos
ac.	OILAM		OILAM		
dat.	TREBOPALA				TOVDOPALANDAIGAE PALANTICO (Cáceres)
ac.	PORCOM	PORGOM			
dat.	LAEBO				LAEPO? (Guarda)
ac.	COMAIAM				
dat.	ICCONA LOIMINNA		ICCINVI?	LOEMINA	
ac.	OILAM				
dat.	TREBARVNE				TREBARVNE, TREBARONI (Hispania occidental)
ac.	TAVROM IFADEM		TAV[--- IFATE		TARBOVM (Guarda)
dat.	REVE		REVE		REVE (Hispania occidental)

4 Cf. Santos 2007, 182, y antes Maggi 1983. Es inaceptable la idea de Búa 1997, 326, según la cual TREBARVNE y REVE son las deidades a las cuales se sacrifican todas las víctimas, mientras que TREBOPALA, LABBO e ICCONA LOIMINNA se refieren a los lugares de los que supuestamente proceden los animales, y son ablativos procedentes de *-ād/-ōd, lo que implica que se da a las víctimas una relevancia absurda y sin precedentes. Este autor otorga además carácter toponímico a la base de la forma adjetival VSSEAM, que interpreta como “ciudad alta”. Todo ello entraña una considerable petición de principio, destinada en exclusiva a prescindir de los dativos en -A.

Cuadro 2 – Dativo de singular teonímico en inscripciones indígenas

	TEMAS EN -o- (*-ōi)		ATEMÁTICOS (*-eī)		TEMAS EN -ā (*-āi)	
Cabeço das Fráguas	<O>	LA <u>E</u> BO	<E>	REVE TREBARVNE		TREBOPALA ICCONA LOIMINNA
Arroyo de la Luz		RVRSEAICO	?			AMPILVA LOEMINA
Arronches	-o- <VI>	(A)HARACVI ICCINVI	<E> <I>	REVE BANDI PANDITI	<A>	CARIA
	-yo- <IE>, <E>	MVNITIE HARASE BROENEIAE				
Lamas de Moledo	<OI>	MAGAREAIGOI PETRANIOI CAEIOBRIGOI	?		<AI>	CROVG ^E AI IOVEAI

3. Etimología y clasificación dialectal de la inscripción

Como las demás inscripciones indígenas occidentales, ésta muestra rasgos que la hacen inequívocamente incompatible con la familia celta, como son: La conservación de /p/ indoeuropea, la presencia de <F>, el dativo en -O (y no en -V, -VI) y el empleo de léxico totalmente desconocido en aquélla, y otros rasgos simplemente ausentes en las lenguas celtas de Hispania y en general en celta continental, como los dativos femeninos en -A o la sonorización de oclusivas sordas intervocálicas. Pasemos al análisis pormenorizado de la lengua de la inscripción:

OILAM “oveja”, de **He/owi-* (diminutivo, como sánscrito *avi-lā*; latín *oui-cula*)

TREBOPALA, teónimo, de **trebo-* “casa, lugar habitado” (umb. *trebe*, o. *tríibúm*) + **p/H-eH₂* “que fluye”. Es evidente su similitud compositiva con el epíteto TOVDOPALANDAIGAE (Cáceres), y hay que añadir el epíteto PALANTICO (Cáceres), el río *Palantia*, que va a desembocar en el Mediterráneo (Valencia); la ciudad vaccea de *Palantia*, hoy *Palencia* del Carrión, *Palantia* (León) y el río *Plencia* (Vizcaya)⁵.

PORCOM “cerdo”, de **por*kos.

LAEBO o LABBO, teónimo, tal vez de **loipo-* “pantano” (ai. *lépa-* “suciedad”, gót. *laiba* “resto”, aegl. *lēpū* “pegamento”). Lectura e interpretación por desgracia inseguras.

COMAIAM “hembra preñada”, de **gom-yā* (lat. *gumia*, umb. *kumiaf*, gr. γόμῶ “carga”).

ICCONA teónimo, de **H₁ékwo-* “caballo” (galo *Epona*, gr. ἵππῶ, tarent. ικκῶ) o **yeH₁k-* “curar” (cf. galo ICCAV).

LOIMINNA, epíteto divino, cf. **loimos* en lat. *līmus*, aaa. *leim* “barro”.

5 Como los hidrónimos lit. *Palà*, ruso *Pola*, etc. La comparación de Maggi 1983, 54-58, con védico *Viś-palā* es sugerente pero en rigor indemostrable, dado que el segundo término, en grado pleno /e/, es compatible con diversas interpretaciones.

VSSEAM “añoja”, de **w(e)ts-yā* (luv. *uššali-* “año”, ai. *vátsa-* “ternero”, lat. *uetus*, gr. *ἔτος*).⁶

TREBARVNE, teónimo, de **trebo-* “casa, habitación” + **H₁(V)r-u-n-/ōn-* “fluir” (het. *arunas* “mar”, gót. *runs* < **Hrunis* “corriente”), o bien tema de oblicuo **H₂erH₃un-* de **H₂erH₃wr-* “campo”, cf. air. *arbar* “grano”.

TAVROM “toro”, de **tauros* y no ha sufrido la típica metátesis celta por la que se obtiene **tarwos*, documentada en celtib. *Taruotureska* (de un *Tarvodurum*) y en Freixo de Numão TARBOVM.

IFADEM “bravo”, de un nombre de agente **H₁en(i)-bhat-yo-*, idéntico al ac. pl. IFATE del epígrafe recién editado de Arronches. La pronunciación aproximada de la palabra es [ēfadēm] y reconstruyo la raíz como **bhat-* “combatir” (de **bh_ht-*). Cf. el antropónimo gálata Κομβατιακῶ, de **kom-bhat-yo*⁷. Se han conservado los descendientes más seguros de esta raíz en formas itálicas y celtas: latín *fatīgō*, galo-latín *battuo* “combatir” (desde Plauto).⁸ Tal vez sean del mismo origen formas germánicas como danés *bad* “combate”⁹.

REVE “río”, de **H₁r-eu*¹⁰. Varios autores identifican REVE con **dyew-ei* (= latín *louī*, osco *DIÚVEĪ*)¹¹. El sustento de esta idea es el cambio fonético /d/ > /r/, que comparan con el cambio umbro /d/ > /r/. Esto es inexacto, porque éste se produce en posición intervocálica y a veces ante consonante. Mańczak apoya esa hipótesis con el falso argumento de que se trata de una evolución irregular, debida a la alta frecuencia de uso de esta forma. El teónimo *Iuppiter* (del vocativo **dyeu pātēr*) sería, de las palabras que empiezan por *d*, la única que ha perdido la dental inicial, debido a su uso frecuente. Esta idea no explica cómo se extendió el cambio a una palabra de idéntica etimología, *iubar* “estrella matutina”¹². En resumen, un cambio **dyV-* > **rV-* permanece inexplicado. En cambio tenemos un resultado africado [dz] más plausible en el etnónimo astur *Zoelae* (Braganza), de **dyew-elo*¹³.

4. La inscripción rupestre de Freixo de Numão (Guarda): de nuevo el sacrificio lusitano

El texto de la inscripción, hoy desaparecida, se leyó por vez primera como: IVNO(NI?) / VEAMVAEARVM / TARBO+V+M AN / CNVNARVM / SACRVM / CIRI / CVR¹⁴.

Las lecturas alternativas de esta inscripción perdida son poco convincentes porque, a falta de un texto que contrastar, no mejoran la interpretación lingüística: Corominas leía IVNONE AMRVNEARVM a fin de casar esta divinidad, diferente de la Juno romana, con otra habitualmente interpretada como IVNO MEIRVRNARVM de Felgueiras (Oporto)¹⁵. Su idea de

6 Tovar 1985. Para Untermann 1997, 758 procede de **upsyā* “oben befindlich, hoch, als Qualität eines Tieres entweder groß oder erwachsen”. Pero no se entiende cómo aplicar tal adjetivo a una oveja; y no se puede poner VSSEAM en relación con las MATRIBVS VSEIS de Álava (Untermann 1987, 64, 68), que Núñez Marcén – Blanco 2002 leen correctamente como MATRIBVS FESTIS.

7 Prósper 2004, 169-76, Prósper – Villar 2009, 14. Dada la existencia de proto-italico **fati-* “cansancio” (cf. lat. *ad fatim*) cabría pensar también en un compuesto hipostático **en(i)-fati-*.

8 Pokorny 1959, 111-12.

9 La reconstrucción **in-wad-m* “que salta” que hace Untermann en este mismo volumen es implausible por motivos de fonética general, que no admiten el paso requerido /w/ > /f/ en contacto con nasal (por lo demás inexistente en toda la Península) y porque no tiene en cuenta la forma IFATE, decididamente más cercana a la fonética primitiva.

10 Villar 1996.

11 Búa 1997, 79-82, Witczak 1999, 70-71, Mańczak 2006, Santos 2007, 185-86.

12 Dunkel 1997.

13 Prósper 2008. No es ya seguro que IOVEAI en Lamas de Moledo tenga el mismo origen, como varios autores hemos asegurado. Hoy creo que es preciso reconstruir **yew-yā* “pradera”, derivado primario de **yewo-*, la palabra indoeuropea más primitiva para “cereal” o “cebada”.

14 CIL II, 430, García 1991, n.º 594.

15 1976, 475-78.

que es una divinidad “ternera” que “muge por aquí y allá” como indicaría su epíteto queda a la buena voluntad del lector. Coixão y Encarnação leen IVNO VEAMVRERVM TARBORVM ANCNVARVM / SACRVM CIR CVR¹⁶, cuya posible significación se me escapa, al margen de su eventual justificación epigráfica, aunque sobrevuela a esta segmentación la voluntad de obtener una retahíla de genitivos de plural. Witczak lee VEAMINEARVM sobre la base ilusoria de su lejano parecido con el inicio del nombre de los lejanos VEAMINICORI de Lamas de Moledo¹⁷. Finalmente, de acuerdo con un estudio reciente, que no da crédito a la lectura original, el texto decía, en su parte indígena¹⁸:

IVNONE AMMAEARVM (AMNIAEARVM, ANNVIIEARVM). TARBOVMA (TARBOVNA) NONVNARVM, o bien:

IVNO / VEAMNIAEARVM (VEAMINIAEARVM) / TARBOVMA N/OMANARVM

Según esta lectura, dos etnias (que aparecen en gen. pl.) se habrían reunido para venerar a sus respectivas divinidades tutelares. Lo cual es tipológica y sintácticamente raro, pero cómodo, porque permite utilizar la roca simultáneamente como término entre ambos grupos humanos y convierte la transgresión de las fronteras en un sacrilegio. Lo mejor de todo es que puede ajustarse el texto para que los étnicos procedan de alguna forma de topónimos conocidos como *Ammaea* o *Nomana* (que sería *Naumana*, por lo visto, a su vez, el nombre romano de *Numão*). IVNO, si se admite la segunda opción, sería un vocativo (incomprensible por otra parte en ese contexto).

Mi propia segmentación es igualmente discutible, pero al menos se basa no sólo en la autoridad, por muy limitada que estuviera, del único autor que verdaderamente ha visto la inscripción, sino en lo que dicta el sentido común aplicado a esta clase de inscripciones, que consiste en no hacer comparaciones entre nombres propios de improbable extensión espacial, no hacer caso omiso de las discrepancias de formación de palabras entre éstos y no inventar vocabulario indefendible. Con toda cautela, y teniendo en cuenta la posibilidad muy real de que en algunos segmentos estemos ante malas lecturas, diría que la inscripción se puede entender de forma aproximada alterando exclusivamente la segmentación, que en realidad, y en ausencia de interpunciones, es lo único que Viterbo no podía interpretar ni aunque las letras fuesen totalmente legibles y, por consiguiente, lo único que es lícito modificar con la pretensión de obtener un texto comprensible. Creo irrefutable que contamos con una palabra TARBOVM “toro”¹⁹. Por lo tanto, es probable que se trate de una inscripción votiva en que se ofrecen a una divinidad cierto número de víctimas en un sacrificio cruento o tal vez mixto. Y así obtendríamos:

IVNO / VEAM VAEARVM / TARBOVM AN/CNVN ARVM / SACRVM / CIRI / CVR(AVERVNT)²⁰

El resultado parece una secuencia de divinidad en dativo más una serie de acusativos en asíndeton, que preceden al grupo formular latino SACRVM CIRI CVR(---) con que se firma la ofrenda. Examinemos ahora la posible relación con las formas lusitanas ya conocidas en acusativo:

VEAM = VEAM (Arroyo de la Luz). Puede tratarse de una bestia de carga, en cuyo caso procedería de **wegh-yeH₂*, cf. ai. *vahyá-* “vehículo”, av. *vazya-* “carga”, as. *wigg* “caballo”.

VAEARVM (si la segmentación es correcta, es forma desconocida)

TARBOVM = TAVROM (Cabeço), TAV[---] (Arronches). Ha sufrido un evidente influjo celta. Es posible que el escriba conozca los dialectos celta y no-celta del extremo occidente y en este caso haya relajado su atención, cayendo en un caso típico de code switching, por el

16 1998, 83.

17 2005, 197, idea ya adelantada por Hübner, suponiendo que no haya que leer VEAMNICORI.

18 Alarcão 2004.

19 Tovar 1985, 244.

20 Restitución de Tovar 1985.

que introduce de forma individual y semi-inconsciente, en un discurso concreto, un rasgo propio de una lengua que no está utilizando en realidad²¹. Llega al punto de utilizar una desinencia indígena *-om*, pero se corrige a destiempo (admitiendo, por supuesto, que las ligaduras estén correctamente resueltas) introduciendo tras la vocal *-o-* la desinencia que emplea a lo largo del documento²².

ANCNVN = ANGOM (Lamas de Moledo), cf. lat. *agnus*, gr. ἀμνός, air. *úan* “cordero”, de **H₂eg^w-no-*, con temprana deslabialización de la labiovelar, que se ha dado tanto en celta como en itálico, lo que es obviamente extensible al lusitano²³.

ARVM ¿cf. lat. *arvum*? Tanto si es latín con grafía idiosincrática como si es su correspondencia en lusitano, puede proceder de **H₂erH₃-wo-*. Cf. MVNIDI FIDVENEARVM si se lee MVNIDI FIDVENE ARVM HIC (Oporto), donde la nueva segmentación no sólo elimina el incómodo genitivo de plural femenino, sino que permite entender mejor el empleo del adverbio local HIC “aquí”, e introduce un curioso paralelismo con otras inscripciones a la misma divinidad y otras de índole parecida²⁴. Por supuesto existe la alternativa de que se trate de un adjetivo que concuerda con ANCNVN (como en su paralelo ANGOM LAMATICOM de Lamas de Moledo) y que en Oporto se referiría tal vez, por antonomasia, al mismo animal.

Bibliografía

- Alarcão 2004: J. D' Alarcão, “Notas de arqueología, epigrafía e toponímia II”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7, 2004, 193-216.
- Anreiter *et alii* 2000: P. Anreiter – M. Haslinger – U. Roider, “The names of the Eastern Alpine region mentioned in Ptolemy”, D. N. Parsons – P. Sims-Williams (eds.), *Ptolemy. Towards a linguistic Atlas of the earliest Celtic place-names of Europe*, Aberystwyth, 2000, 113-42.
- Best 1982: J. G. P. Best, “Zur frühindoeuropäischen Sprache in Lusitanien”, *Supplementum Epigraphicum Mediterraneum, Talanta* 13, 1982, 63-68.
- Búa 1997: J. C. Búa, “Dialectos indoeuropeos na franxa occidental hispánica”, G. Pereira (ed.), *Galicia Fai Dous Mil Anos. O Feito Diferencial Galego I*, Santiago, 1997, 51-99.
- Coixão 1998: A. Coixão – J. d'Encarnação Foz Côa romana – *Notas epigráficas. Côavisão*, Vila Nova de Foz Côa, 1998.

- 21 No debe confundirse con lo que sucede por ejemplo con el RVFINVS ET TIRO SCRIPSERVNT que precede a la evocación o prescripción ritual indígena de Lamas de Moledo, preámbulo que se refiere al texto propiamente dicho del epígrafe metalingüísticamente, de forma totalmente consciente, producto tal vez de un orgulloso, por selecto, bilingüismo, del deseo de los escribas de dar a conocer sus nombres ya latinos o incluso por la intención de complacer a la autoridad romana; pero que en todo caso refleja ya una situación colectiva y no un error individual. Tampoco puede confundirse, desde luego, con expresiones onomásticas latinizadas ni con fórmulas como V S L M, que incluso en inscripciones votivas lingüísticamente indígenas son meros estereotipos, más ligados al carácter ya romanizado del monumento y a su arraigo local que a la lengua materna de sus portadores, por más que ésta se siga reflejando en el texto central que es el motivo de la inscripción.
- 22 Si ésta, a su vez, está latinizada (es decir, si no estamos ante un dialecto indígena no celta que sencillamente conoce el cierre *-om > -um*), entonces estamos ante un epígrafe indígena en su mayor parte, pero alterado, conscientemente o no, por uno o más rasgos latinizantes. Incluso es imposible descartar que el que escribe esté pretendiendo incluso hacerlo en latín, aunque con numerosos rasgos indígenas debido a su insuficiente dominio de la lengua y los recursos gráficos que la tradición estándar pone a su disposición.
- 23 Esa notación se conoce en latín epigráfico y se hace frecuente en latín medieval; por ejemplo, *congñate*, *AE* 2001, 777 (Italia), *ingñominiae*, *CIL* I, 593 (Italia); *singñifer*, *CIL* VI, 3280 (Italia) y se cree que refleja [n], aunque puede ser un indicio del inicio de la palatalización conocida en las lenguas romances. Al carecer del texto, se puede pensar que al final haya que leer más bien *-M*, esto es ANCNVM, aunque esta posible vacilación constituye un problema menor.
- 24 Como CARIA CANTIBIDONE (Arronches), ERBINE. IAIDI. CANTIBIDONE (Idanha), frente a BOREA CANTIBEDONIESI (Huelva, ofrecida por un lírico).

- Corominas 1976: J. Corominas, "Acerca de algunas inscripciones del Noroeste", F. Jordá, J. de Hoz, L. Michelena (eds.), *Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*. Salamanca 1976, 363-385.
- Delamarre 2002: X. Delamarre, *Dictionnaire de la langue gauloise*, París, 2002.
- Dumézil 1974: G. Dumézil, *La religion romaine archaïque avec un appendice sur la religion des étrusques*, París, 1974.
- Dunkel 1997: G. Dunkel, "Latin *iubar* and *fās*: Sound-law and analogy", A. Lubotsky (ed.), *Sound law and analogy. Papers in honor of R. S. P. Beekes*, Amsterdam, 1997, 27-36.
- Garcia 1991: J. M. Garcia, *Religiões antigas de Portugal*, Lisboa, 1991.
- Maggi 1983: D. Maggi, "Sui teonimi *Trebopala* e *lconna* nell'iscrizione lusitana del Cabeço das Fraguas", E. Campanile (ed.), *Problemi di lingua e cultura nel campo indoeuropeo*, 1983, 53-60.
- Mańczak 2006: W. Mańczak, "Lusitanien Reve = Latin *Jovi*", *Lingua Posnaniensis* 48, 2006, 63-65.
- Núñez Marcén – Blanco 2002: J. Núñez Marcén, Á. Blanco, "Una nueva propuesta de lectura y contextualización de la conocida ara votiva a las MATRIBVS VSEIS de Laguardia (Álava)", *Iberia* 5, 2002, 49-64.
- Pokorny 1959: J. Pokorny, *Indogermanisches Etymologisches Wörterbuch*, Berna, 1959.
- Prósper 2002: B.M. Prósper, *Lenguas y religiones prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*, Salamanca, 2002.
- Prósper 2004: B.M. Prósper, "Varia Palaeohispanica Occidentalia. I. Lusitano TAVROM IFADEM. II. Origen del topónimo galaico Γλανδοπωμιρον. III. Indoeuropeo **kor*-(y)o- 'ejército' en Hispania. IV. Un superlativo hispano-celta **kintúsamos* y una cuestión de acento", *Palaeohispanica* 4, 2004, 1-25.
- Prósper 2008: B.M. Prósper, "Los nombres 'itálicos' de los astures meridionales", *Conimbriga* 47, 2008, 145-69.
- Prósper – Villar 2009: B.M. Prósper – F. Villar, "Nueva inscripción lusitana procedente de Portalegre", *Emerita* 77/1, 2009, 1-32.
- Salinas de Frías 1983: M. Salinas de Frías, "El culto al dios celta Lug y la práctica de sacrificios humanos en Celtiberia", *Studia Zamorensia* 4, 1983, 304-12.
- Santos 2007: M. J. Santos, "El sacrificio en el occidente de la Hispania Romana: para un nuevo análisis de los ritos de tradición indoeuropea", *Palaeohispanica* 7, 2007, 175-217.
- Tovar 1985: A. Tovar, "La inscripción de Cabeço das Fráguas y la lengua de los lusitanos", J. De Hoz (ed.), *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas paleohispánicas*, 227-54.
- Untermann 1987: J. Untermann, "Lusitanisch, Keltiberisch, Keltisch", J. Gorrochategui – J. L. Melena – J. Santos (eds.), *Studia Palaeohispanica, Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*, Vitoria, 1987, 57-76.
- Untermann 1997: J. Untermann, *Monumenta Linguarum Hispanicarum IV. Die tartessischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*, Wiesbaden, 1997.
- Vaan 2008: M. De Vaan, *Etymological dictionary of Latin and the Italic languages*, Leiden 2008.
- Villar 1995: F. Villar, "Reve Marandigui", *Beiträge zur Namenforschung* 29-30, 1995, 247-55.
- Villar 1996: F. Villar, "El teónimo lusitano Reve y sus epítetos", W. Meid – P. Anreiter (eds.), *Die Grösseren Altkeltischen Sprachdenkmäler*, Innsbruck, 1996, 160-211.
- Witczak 1999: K. T. Witczak, "On the Indo-European origin of two Lusitanian theonyms (LAEBO and REVE)", *Emerita* 67, 1999, 65-73.
- Witczak 2005: K. T. Witczak, *Język i religia luzytanów*, Łódź, 2005.

Lengua y onomástica

las inscripciones lusitanas

Joaquín Gorrochategui | José María Vallejo

Universidad del País Vasco - Euskal Herriko Unibertsitatea

joaquin.gorrochategui@ehu.es | josemaria.vallejo@ehu.es

Iberografías 6 (2010), 71-80. ISSN: 1646-2858

RESUMEN	Este artículo analiza los datos de las nuevas inscripciones lusitanas, los cuales, a la vez que refuerzan la idea de unidad lingüística del lusitano, sirven para perfilar sus variedades dialectales y diacrónicas.
PALABRAS CLAVE	Lusitano; Onomástica; Epigrafía.
ABSTRACT	The aim of this article is to analyze the data from the new Lusitanian inscriptions, which reinforce the impression of linguistic unity of Lusitanian while serving to outline its dialectal and diachronic variants.
KEYWORDS	Lusitanian; Onomastics; Epigraphy.

1. No siempre se tiene la suerte de contar con la aparición de nuevos materiales que contribuyan a aumentar el conocimiento de alguna de estas lenguas llamadas de atestiguación fragmentaria¹; en nuestro caso hispano, la aparición de recientes testimonios en lengua lusitana ha servido además en estos últimos meses para relanzar los estudios sobre esta variedad lingüística del occidente peninsular: se trata en concreto de un largo texto sobre laja, procedente de Arronches, escrito con seguridad en lusitano, y de un ara votiva hallada en Viseu y redactada en una mixtura entre léxico y desinencias indígenas y formulario latino. La inscripción de Arronches sirve, también, para ampliar el área geográfica de atestiguación de la lengua lusitana, ya que constituye el ejemplo más meridional de los hallados hasta el momento.

Las similitudes halladas con respecto a las inscripciones más importantes (Lamas de Moledo y Cabeço das Fráguas)² no son únicamente *léxicas* (recordemos términos como *porcom*, *oilam*, *Reue*, *tauro- ifade-*), sino también *sintácticas*, como las usuales construcciones de *acus.* + *dat.* en las dedicatorias u ofrendas a las divinidades. Además, la presencia repetida de elementos teonímicos parece igualar su función como preferentemente religiosa. Curiosamente, otro aspecto en el que los textos parecen coincidir es la mención del topónimo moderno del lugar de hallazgo, bajo la forma de un adjetivo referido al teónimo o a alguno

1 Este trabajo se ha realizado en el marco del proyecto de investigación “Estudios léxicos y onomásticos sobre lenguas paleohispánicas” FFI 2009-13292-C03-01/FILO, del Ministerio de Ciencia e Innovación y del Grupo Consolidado del Gobierno Vasco – Eusko Jaurlaritza IT486-10.

2 Se remite al lector a las ediciones de las inscripciones lusitanas: para Lamas de Moledo (VIS), *CIL* II 416 (p. 695) y *MLH* L.2.1; para Arroyo de la Luz (CC) I-II, *CIL* II 738-739 y *MLH* L.1.1; para Cabeço das Fráguas (GUA), Tovar 1985 y *MLH* L.3.1; para Arroyo de la Luz III, Almagro-Gorbea et al. 1999 o Villar, Pedrero 2001; para Ribeira da Venda, Arronches (PTL), Carneiro et al. 2008 o Prósper, Villar 2009; y para la de Viseu, Silva Fernandes et al. 2009.

de los sustantivos: así en la Ribeira da Venda (Arronches) aparece *Vendicus*, en Lamas se documenta *lamaticom* y en Viseu *Vissaieigobor*, una fortuna con la que no cuentan otros testimonios en otras regiones.

Nuestros epígrafes también comparten una característica como es el cambio de registro que se establece entre la lengua indígena y el latín³, un *Code-switching* que produce curiosos ejemplos de bilingüismo, como el que se observa en la inscripción de Viseu, en la que la expresión de las divinidades está en lengua lusitana y la del dedicante y formulario votivo en latín (Deibabor / igo / deibobor / Vissaieigo/bor / Albinus / Chaereae / f / u s l m). Esta peculiaridad lingüístico-social nos obliga a revisar nuestra documentación y a proponer en la misma categoría de epígrafes indígenas, o mejor mixtos, algunas otras inscripciones como las de Aguas Frias⁴ o Arroyomolinos de la Vera⁵, además de la clásica de Santa María da Ribeira⁶, que muestran claras marcas de desinencias flexivas indígenas no asimilables a las latinas.

2. No es descabellado, por tanto, pensar en que la extensión atribuida al lusitano pueda ser aún mayor que lo imaginado hasta ahora; y, si bien es verdad que las inscripciones indígenas de toda esta área presentan características comunes que las legitiman a ser consideradas como pertenecientes a una misma lengua, también es cierto que muestran algunas diferencias que conviene analizar con detenimiento.

La primera es el diferente tratamiento de las sordas intervocálicas: así *ifate* de Arronches al lado de *ifadem* de Cabeço das Fráguas. Podríamos incluir también *Munitie* de Arronches (el texto perdido de Arroyo tiene *muitieas*) o *Laebo* de Fráguas frente a *Munidi* o *Laepo* de las inscripciones latinas. Si bien es verdad que en los textos indígenas parecen oponerse aún las consonantes sordas y sonoras tras consonante (por un lado *Canti*, *sintamo* y por otro *Bandi*, *praesondo*, *panditî*) también es cierto que son pocos ejemplos para extraer conclusiones, puesto que en la teonimia hallamos *Toudopalandaigae* (frente a *Palantico*) o *Vordeaeco* al lado de *Vortiaeci*. Es, por lo tanto, habitual hallar ejemplos de sonorización en parejas seguras que presentan variantes con sordas y variantes con sonoras independientemente de cualquier conjetura etimológica. Para ilustrar el fenómeno puede verse el mapa 1, que recoge los ejemplos teonímicos más claros, con los lugares en los que hallamos sonorización. Ejemplos como *Adaegina*, *Lacibaea*, *Munidi*, *Vordeaecui*, *Laebo*, el tema *Toudo-* y quizá *Candi-* (en *Candeberonio*) son claros ejemplos de tratamiento sonorizador, que se circunscribe geográficamente a un área lusitano-galaica. Sin embargo⁷, según los datos que nos proporciona la antroponimia puede decirse que apenas se observa el fenómeno de la sonorización en el área lusitana, y aparecen bien conservados radicales y temas como *Ambatus*, **ap-*, **touto-*, **klouto-*, **trito-*, **katu-* (conservada la diferencia incluso tras nasal: *Aranta-*, *Segonto-*, *Arganta-*, vs. *Aecando-*, *Elando-*, *Aplondo-*, *Curundo-*) (ver mapa 2).

3 En las inscripciones de Arroyo y Lamas de Moledo se encabeza el texto con una "presentación" latina: *Ambatus scripsi / Rufinus et Tiro scripserunt* respectivamente. El texto de Arronches participa de ciertas características latinas, como el nom. sg. en -us en la onomástica personal de la segunda parte del texto, o el numeral X para '10'.

4 Águas Frias (Chaves, VRE), *HEp* 2, 839 + *HEp* 7, 1214: Deibabo / Nemucel/aicabo / Fuscinus / Fusci f(ilius) / u l a s.

5 Arroyomolinos de la Vera (CC), Búa 2000, 526; *HEp* 13, 215: Arabo / Corobe/licobo / Talusico/bo / M T B / D M / L A.

6 Santa María de Ribeira (C), *CIL* II 2565: Crougiai / Touda/digoe / Rufonia / Seuer[i]: lectura corregida por Gorrochategui 1994, 320ss.

7 A la vista de esta distribución poco coincidente entre la teonimia y la antroponimia cabría preguntarse si en los textos en los que aparecen teónimos sonorizados aparecen también antropónimos que han sufrido sonorización. Desgraciadamente, la generalidad de los dedicantes de estas inscripciones llevan nombres romanos: *Ba[e]bia* [---], [---] *Caesius Cresces*, L. *Val(erius) Florus*, *Sulpicius Paternus*, *Flauia Patricia*, G. I. *Pelecus*, *Rectus Rufi f.*, T. *Caesius Rufus Saelenus*, *Sabinus Caluini*, *Secun[d]u[s]*, *Iulia Seuera*, *Rufonia Seuer[a]*, G. C(...) *Seuerus*, *Victorin[-] ser C(occeia) Seuerae* y M. C(---) O(---) *Qi fi*. Tan sólo se documenta un nombre de persona indígena, *Boutila*, con mantenimiento de sorda.

Para hallar ejemplos claros de antropónimos sonorizados, tenemos que alejarnos hasta el foco de los cántabros y los *astures transmontani*, con nombres del tipo *Caled-*, *Cloud-*, *Doud-*, *Trid-*, *Ambad-* (puede apreciarse bien en el Mapa 3).

Ahora bien, en la misma línea de distribución que el gráfico 1, cuando representamos en un mapa las variantes no sonorizadas de estos nombres (*Calet-*, *Clout-*, *Ambat-*, etc.), obtenemos una dispersión en la que el área lusitana se muestra coherente en el mantenimiento de la sorda. Parece como si la expresión de los teónimos estuviera más próxima de las evoluciones propias de la lengua (que se manifiestan en los apelativos de las inscripciones indígenas), y el registro antroponímico se mantuviera, por el contrario, inmune a estos cambios, como un sistema aparte fuertemente conservador. Hemos de recordar que los nombres propios de persona pueden verse abstraídos de algunos procesos fonéticos que se dan en la lengua común⁸. Creemos que habría que considerar también la influencia del sistema onomástico personal romano sobre el indígena, y cómo pudo pesar sobre él: quizá supuso cierto freno a algunas evoluciones que no tuvieron problema en producirse en el registro teonímico, menos comparable al romano. El hecho de que en las inscripciones mixtas (como las señaladas arriba) la onomástica personal aparezca siempre redactada ‘en latín’ es indicio elocuente de que en el comportamiento sociolingüístico de los hablantes lusitanos se prefería una expresión latina o latinizante de su onomástica personal. Este mantenimiento “cultista” no alcanzaría a las formas cántabro-astures, que sí sonorizan: en este caso, quizá podamos aducir un menor peso de la tradición romana o una cronología más tardía.

3. Una de las explicaciones más verosímiles para los términos *porcom*, *taurom* y *oilam* de la inscripción de Cabeço das Fráguas es la de que se trata de tres animales que se integran dentro de lo que se conoce como *suovetaurilia*⁹, es decir, el sacrificio de un cerdo, un toro y una oveja, términos cuya etimología no revestiría mayores problemas a no ser por la pérdida de *-w-* en *oilam* (< **owilam*), dado que no se documenta con seguridad en ningún otro nombre del occidente peninsular¹⁰. Tan sólo la región cántabra (Mapa 4) documenta de una manera fidedigna la pérdida de *-w-* en el nombre *Douiterus* > *Doiderus*¹¹ y algún topónimo como *Deobriga*.

En la teonimia lusitana no hay más pérdidas indudables: el mantenimiento es la norma en *Reue* (Cabeço das Fráguas y Arronches), y en la epigrafía latina *Nauiae*, *Endouellico*, *loueai*. En las inscripciones indígenas de Águas Frias y Viseu se documenta el refuerzo consonántico *w* > *b* (*Deibabo*, *Deibabor* y *Deibobor*), frecuente en la antroponimia, como se puede ver en la representación lusitana de la pareja *Dobiterus*, *Dobitera* (con cambio *Doui-* > *Dobi-*), o en la variante *Lobes-* frente al general *Loues-*. El nombre de la ‘oveja’ se repite en la nueva inscripción de Arronches y ello supone que no puede achacarse la pérdida de *-w-* a una variante dialectal, pues está muy extendida. Además, si atendemos a la precisión de Prósper y Villar¹² sobre el carácter arcaico de la inscripción de Arronches – tanto por motivos lingüísticos (dado que la *-t-* de *ifate* aún no ha sonorizado y se mantienen las aspiraciones), como por otros argumentos de tipo paleográfico –, deberemos concluir que *oilam* perdió su *-w-* en época temprana. Quizá el contexto de una *-o-* acentuada facilitara esta pérdida, sea directamente sobre **owila* o en una fase anterior sin sufijo.

Por otro lado, los textos conocidos con anterioridad no presentaban ningún rastro de fonemas aspirados y sin embargo, el nuevo texto de Arronches recoge los teónimos *Harase*,

8 Así el nombre *Michael* no sufre en español la palatalización de */k/* > */ç/* que después llegaría hasta la interdental */θ/*, lo que habría dado **Miciel* o **Micel*; en su lugar, la velar sorda */k/* sonorizó a *Miguel* como si no hubiera detrás una vocal palatal.

9 Cf. Tovar 1985, 245s.; Prósper 1999, 153-154.

10 Prósper 2004, 177 conjeturaba para el verbo *doenti* y para los nombres *oilam* y *Boelius* una pérdida de *-w-* debida a una pronunciación *en allegro*, altamente improbable en verbos, apelativos o nombres propios.

11 La dispersión “cántabra” de este fenómeno viene a coincidir con la de la sonorización en el gráfico anterior.

12 Prósper, Villar 2009, 14.

Aharacui y *Haracui*; sólo *Haracui* podría identificarse a un conocido *Araco* sin aspiración. En cualquier caso, parece que estas grafías son expresión de una aspiración real y hablarían de nuevo en favor de la antigüedad del documento; a ello se sumaría además la pertenencia del texto a un área marginal, lo cual habría contribuido más fácilmente al mantenimiento de un arcaísmo.

En cuanto a las conjunciones y su empleo, en el texto de Lamas de Moledo y en el de Arronches hay yuxtaposición de los sintagmas sin conjunciones; el difícil texto de Arroyo I y II emplea al menos en seis ocasiones la conjunción *indi* con el valor de *et* latino, mismo término que en el texto de Cabeço das Fráguas, a pesar de que en este último alterna el uso de la conjunción con la yuxtaposición. Por el contrario, en el texto mixto de Viseu aparece lo que a todas luces es una nueva conjunción: *igo*, o bien en función de *-que* latino, aunque no enclítico, que uniría dos elementos funcionalmente mucho más próximos, o bien en el valor de *seu* / *sive* latino, dado el paralelo existente en las aras votivas latinas¹³.

4. La alternancia observada en la marca de dativo ha sido motivo de discusión entre los especialistas: la desinencia esperada según la comparación indoeuropea, visible en la inscripción de Lamas (*-oi* / *-aī*), alterna en Cabeço das Fráguas con *-o* / *-a*. Esta variación morfológica hizo que algunos autores interpretaran de otra manera los finales *-o* / *-a*; para Untermann eran nominativos¹⁴ y para Búa ablativos¹⁵. A pesar de las dificultades comparativas, Tovar o Villar las habían interpretado como formas de dativo: concretamente Villar y Pedrero agrupaban las inscripciones en un dialecto meridional con *-o* (representado en Cabeço das Fráguas y Arroyo) y uno septentrional con *-oi* (en Lamas). Pero la inscripción de Arronches viene a romper esta distribución dialectal, dado que presenta *-ui* (procedente de *-oi*)¹⁶, donde se esperaría *-o*; parece, por tanto, que la separación dialectal sería más bien occidental / oriental. No es éste el lugar para discutir la forma antigua de la desinencia de dativo, ni si el lusitano tuvo una desinencia doble *-o* / *-oi*. En realidad, algunas formas podrían explicarse sin problemas desde un punto de vista etimológico (*-oi* / *-aī*). La *-o* podría ser fruto de evolución propia o del influjo latino. Lo que es más difícil de explicar es la *-a* que se ve con seguridad en algunos dativos¹⁷ de teónimos procedentes de aras latinas. En cualquier caso, parece que tenemos que aceptar dativos en *-oi* / *-aī* tanto como en *-o* / *-a*, independientemente del origen que tengan.

Otro asunto que parece revelar con bastante claridad la nueva inscripción de Arronches es que el lusitano pierde (¿algunas?) *-s* finales; en realidad, a excepción de los dudosos términos *secias* y *muitieas* de la perdida lápida de Arroyo, no se constata ninguna otra palabra con *-s* final. Los casos en los que más claramente se identifica la pérdida de una *-s* final son *oila* e *ifate*, ambos aparentemente en acus. pl. La escasez de datos nos impide saber si la pérdida es universal o, por el contrario, está limitada a determinados contextos; la pérdida de *-s* final podría suceder tras vocal larga o ante consonante (Prósper, Villar 2009, 29). En el caso de acusativos plurales, el contexto antiguo **-ns* podría facilitar la pérdida; pero también habría que valorar otros contextos proclives a la caída, como el dativo plural en *-bo* / *-bu* varias veces atestiguado en la teonimia, y cuya dispersión responde también al área lusitano-galaica (mapa 5). Quedan sin buena interpretación dos secuencias del difícil

13 Hay que recordar fórmulas como *sive deo sive deae*, que podrían tener cierto paralelo con la aquí comentada; cf. Bernardo, Hainzmann 2010.

14 Untermann 1997, 758.

15 Búa 1999, 309-327.

16 La secuencia *-oi* presenta una tendencia general a la asimilación de abertura, con resultados *-ui* como en Arronches o en celtibérico, y *-oe* como en Santa María de Ribeira: *Toudadigoe*.

17 Con seguridad documentamos teónimos como *Abercicea* (El Bodón, SA {---}acer / {---}jeuri / *Abercicea* / u [a] l m), Romero, Salinas 2001, 345), *Arantia* (Ferro, Covilha, CSB {Rufus P/eicani / f. Arant/[i]a Ocela/[e]ca et A/rantio / [O]celaeco / ---}, Albertos 1985, 470) o *Arentia* (Coria, CC {Arentia / Arentio / Amru/naeco / Silo / Mani / u(otum) s(oluit) l(ibens) m(erito)}, AE 1967, 219 a; *CPILC* 771).

texto de Arroyo I-II (*secias* y *muitieas*), pero algunas de las alternancias de esta inscripción también podrían explicarse como pérdida de *-s*: *sintamo* / *sintamom*, *arimo* / *arimom*, o *erba* frente a *erbam* de Arronches.

Para las formas sin *-s* de los dativos plurales en *-bo* / *-bu* cabía una explicación analógica, a saber, que su originaria desinencia **-bhos* se hubiera visto influida por la desinencia de instrumental **-bhi*, de modo parecido a lo que ocurre en galo. Pero ahora contamos con las recientes formas en *-bor* del ara de Viseu¹⁸, que quizá puedan estar reflejando un paso intermedio del proceso de desaparición; en realidad, no se documentan más finales en *-r* en lusitano.

Al hilo de las anteriores evoluciones fonéticas, si es cierta una pérdida general de toda *-s* final, son varias las implicaciones morfológicas y sintácticas que pueden ponerse de manifiesto. Dada la falta de espacio nosotros nos ceñiremos a comentar las desinencias de la flexión temática unida al orden sintáctico del lusitano. Una propuesta de reconstrucción de algunos casos flexivos (especulativo solo para el nom. sg.) sería la siguiente:

N. sg.	*-os > -o?	Nom. pl. -i
Ac. sg.	-om	Ac. pl. *-ons > -o
Dat. sg.	-o / -oi (>-ui)	Dat. pl. -obo (¿< -obor? < *-obos)

En primer lugar, la pérdida de *-s* pudo igualar la desinencia de un nom. sg. con la del acus. pl., confusión que es más plausible aún en los temas en *-ā*. Por poner un paralelo con la evolución fonética y la pérdida de casos de las lenguas romances y la ruina de su flexión nominal, esta igualdad de formas pudo condicionar la presencia en lusitano de un orden SVO (Lamas), lo que ayudaría a seguir manteniendo la diferencia en la función (nom./acus.). Otras implicaciones como el orden del adjetivo las dejaremos para otra ocasión.

A decir verdad, la solución del origen del sufijo flexivo *-bo* implica no sólo problemas con la *-s* final, sino también con el resultado de la aspirada proto-indoeuropea **bʰ*, dado que parece fuera de dudas que provenga de **-bʰos*, con un desarrollo propio del celta (Prósper); pero como se ve en el mapa 5, la dispersión de este morfema flexivo responde al ámbito lusitano-galaico. El problema es que en la misma área se documenta *ifadem* / *ifate*, para cuya *f* también se ha propuesto un origen aspirado (Tovar 1985 o Prósper 2004, a pesar de la diferencia en el étimo). Convendría delimitar más los contextos¹⁹ en que estos resultados pueden aparecer y comparar con el resultado general en antroponimia (> *b*)²⁰. Aunque no dispongamos de información suficiente para aclarar el proceso evolutivo de la aspirada labial, hay que señalar que en este caso también (parte de) la teonimia se alinea con apelativos de la inscripciones en presentar /f/, frente al comportamiento de la antroponimia tendente a presentar /b/.

5. El rápido repaso a los datos aportados por las recientes inscripciones ha servido más para abrir nuevas perspectivas de explicación que para solventar definitivamente viejas dudas. Se ha ampliado el área geográfica de la lengua hacia el Sur, el dominio lingüístico muestra

18 Creemos que la lusitaneidad de esta inscripción está fuera de duda pues se ajusta a la distribución lusitana, tiene rotacismo y pérdida, *ei* mantenido, *-w-* reforzada.

19 Recordemos que el latín distingue resultados en inicial (*f-*) o en interior (*-b-*), diferencia que podría dar cuenta de *f-* iniciales como la de *Fidueneorum*, incluso la de *ifadem*, *ifate* si preferimos la propuesta de Prósper (más ventajosa también por la presencia de *-t-*), que coloca a *f* como inicial del segundo elemento del compuesto. Pero no valdría para dar cuenta de (*Lari*) *Sefio*, cuya explicación como ‘Lari Familiari’, a partir de **swebʰio-* mantenemos. Otra idea ya apuntada al menos por Búa 2000, 156 y que habría que seguir teniendo en consideración, es el contexto en *-i-* para toda presencia de *f*.

20 Cf. Vallejo 2005, 708-709.

variables dialectales, cuyos límites geográficos y cronológicos no pueden sino vislumbrarse someramente y, por último, nos enfrentamos a algunas formas cuya interpretación textual más sencilla nos lleva a tener que aceptar evoluciones lingüísticas antes no previsibles, como la pérdida de -s en acusativos plurales.

En cuanto a la relación de los datos textuales procedentes de las inscripciones indígenas con los datos onomásticos, se aprecia una vinculación más estrecha entre lengua común y teonimia (quizá fortalecida por el hecho de que las inscripciones indígenas sean casi exclusivamente religiosas), quedando el material antroponímico como un sistema algo marginal. Es interesante observar, por otra parte, que en la confrontación sociolingüística entre la lengua lusitana y la latina, que aflora en notables casos de *Code-switching*, la expresión de los individuos, y por tanto la onomástica personal, se alinea con la lengua latina.

Anexo

Mapa 1 – Sonorización en teonimia



1 - Albalá (CC), {La/cibaea}, *CILCC* I 2; 2 - Alcuéscar (CC), {Dominae / Turibri / [A]deginae}, *CILCC* I 32; {Domin/ae Turi/bri Addeginae}, *CILCC* I 35; {D D S / Turibr/i Adaec/inae}, *CILCC* I 44; {Tur(ibrigensi) Ad(aecinae)}, *CILCC* I 37; {D S D / Turi.b/ri(g)e(nsi) A/deginae}, *CILCC* I 41; {D D / Turibri / Adecein/e Sancte}, *CILCC* I 42; 3 - Braga, {Cand/ebero/nio Ca/edura/dio}, *AE* 1973, 306; 4 - Castelo Branco, {Reue / Langanid}, *Búa* 2000, 488; 5 - Chaves (id., VRE), {Munidia}, *HEp* 2, 869; 6 - Galicia. Sin colocar en el mapa, {l(oui) O(ptimo) M(aximo) / Candiedoni}, *CIL* II 2599; 7 - Idanha-a-Velha (Idanha-a-Nova, CSB), {Reue / Langa/nidaei/gui}, *AE* 1909, 245; {Mun[i]di Igaed(itanae)}, *AE* 1967, 142; 8 - Malpartida de Cáceres (CC), {D S T AD}, *CIL* II 5298; *CPILC* 138 = *CPILC* 331; 9 - Meda (Meda, GUA), {Bandi / Vorde/aicui}, *FE* 315; 10 - Medellín (BA), {Dominae / Turibrig[i] / Adaegina[e]}, *CIL* II 605; *Búa* 2000, 627; 11 - Mosteiro de Ribera (Xinzo de Limia, OR), {Crougiai / Touda/digoe}, *CIL* II 2565; *IRG* IV 91; *HEp* 2, 542 + *HEp* 5, 640 + *HEp* 6, 699; 12 - Pousafoles do Bispo (Sabugal, GUA), {Laebo}, *HEp* 5, 1029 + *HEp* 6, 1042 + *HEp* 9, 745 + *HEp* 13, 992; 13 - São Pedro (Celorico da Beira, GUA), {[M]unidi}, *CIL* II 424 + *HEp* 2, 792; 14 - Sabugal (Sabugal, GUA), {Vord[i]o Talagonio}, *Búa* 2000, 463; 15 - Seixo de Ansiães (Carrazada de Ansiães, BRA), {Bandu / Vorde/aeco}, *HEp* 5, 986; 16 - Talaván (CC), {Munidi Ebe/robrigae / Toudopala/ndaigae}, *AE* 1915, 8; *CPILC* 471; 17 - Três Minas (Vila Pouca de Aguiar, VRE), {[Mu]nidi}, *HEp* 7, 1258.

Mapa 2 – Mantenimiento de sordas en antroponimia



La leyenda de este mapa es demasiado extensa para representarla aquí con detalle. El lector podrá encontrar los datos precisos consultando las entradas para los nombres *Ambat-*, *Douit-*, *Clout-*, o *Trit-* en Vallejo 2005, Gorrochategui, Navarro y Vallejo 2007 y algunas entradas nuevas en *HEp*. Se trata básicamente de nombres con consonante sorda que cuentan con variantes sonorizadas (ver Mapa 3).

Mapa 3 – Sonorización en antroponimia



Al igual que con el mapa anterior el lector podrá consultar en otros lugares los detalles, referidos a los nombres *Ambad-*, *Caled-*, *Cloud-*, *Doid-* o *Trid-*. Las localidades concernidas son, en este caso: 1 - Ampudia de Campos (P); 2 - Argovejo (LE); 3 = 9 - Armada (LE). Vadiniense; 4 - Arroyo de Muñó (BU); 5 - Astorga (LE). Zoela; 6 - Baltezana (S); 7 - Barniedo (LE); 8 - Cella (TE); 9 - Coraín (Cangas de Onís, O); 10 - Crémenes (LE); 11 - Felgueiras (Moncorvo, BRA). Seurra. Loc. posible; 12 - Figueras (Allande, O); 13 - Grijó de Parada (Bragança, BRA); 14 - Gyaloka (Pannonia Superior). Aligantiesis. Sin colocar en el mapa; 15 - Hinojosa de Duero (SA); 16 - Hortigüela (BU); 17 - La Puerta (LE); 18 - Lara de los Infantes (BU); 19 - Liegos (LE); 20 - Luriez (S); 21 - Mata de Hoz, Valdeolea (S); 22 - Olleros de Pisuerga (P); 23 - Pancorbo (BU); 24 - Pedraza (SG); 25 - Quintanaález (BU); 26 - Quintanilla de las Viñas (BU); 27 = 9 - Riaño (LE). Vad(iniense); 28 - Ruesga (P); 29 - Sales (Colunga, O); 30 - Sasamón (BU); 31 - Sorriba (LE); 32 - Trévago (SO); 33 - Valmartino (LE); 34 - Vega de Riacos (P). Origenomesum. Localización aproximada; 35 = 9 - Velilla de Valdoré (LE). Vad(iniense); 36 - Villafranca-Montes de Oca (BU); 37 - Villaviciosa (O); 38 - Villayandre (LE).

Mapa 4 – Pérdida de -w-



Los datos están referidos exclusivamente al nombre *Douiterus / Douitena* > *Doiterus / Doitena* (más variantes sonorizadas). Cf. los datos precisos en Vallejo 2005.

Mapa 5 – Sufijo -bo de dativo plural



1 - Aguas Frias (Chaves, VRE), {Deibabo Nemucelaicabo}, *HEp* 2, 839 + *HEp* 7, 1214; Búa 1997, 60; 2 - Arroyomolinos de la Vera (CC), {Arabo Corobelicobo Talusicobo}, *AE* 1977, 423; Búa 2000, 526; *HEp* 13, 215; 3 - Idanha-a-Velha (Idanha-a-Nova, CSB), {jneabo}, *HEp* 4, 1038; 4 - Liñarán (Sober, LU), {Lugubo Arquienob(o)}, *IRLugo* 67; 5 - Lugo, {Lucobo Arousa(ecis)}, *HEp* 11, 313; 6 - Sinoga (Rábade, LU), {Lucobu / Arquieni(s)}, *IRLugo* 68; *IRG* II 18.

Bibliografía

AE: *L'Année épigraphique*, Paris.

Albertos 1985: M.^a L. Albertos Firmat, "A propósito de algunas divinidades lusitanas", en J. L. Melena (ed.), *Symbolae Ludovico Mitxelena septuagenario oblatae*, Vitoria, 1985, 469-474.

Almagro-Gorbea et al. 1999: M. Almagro-Gorbea, J. Ortega, F. Villar, «Una nueva inscripción lusitana: Arroyo de la luz III», *Complutum* 10, 1999, 167-173.

Bernardo, Hainzmann 2010: P. de Bernardo, M. Hainzmann, "Sive in theonymic formulae as a means for introducing explications and identifications", en J. A. Arenas-Esteban (ed.), *Celtic Religion across space and time*, [IX Workshop FERCAN], Toledo, 2010, 28-39.

Búa 1997: C. Búa, "Dialectos indoeuropeos na franxa occidental hispánica", en G. Pereira (ed.), *Galicia fai dous mil anos. O feito diferencial galego*, Santiago de Compostela, 1997, 51-99.

Búa 1999: C. Búa, "Hipótesis para algunas inscripciones rupestres del Occidente peninsular", en F. Villar, F. Beltrán (eds.), *Actas del VII Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas*, Salamanca, 309-327.

Búa 2000: C. Búa, *Estudio de la teonimia lusitano-gallega*, Universidad de Salamanca, Tesis Doctoral policopiada, 2000.

Carneiro et al. 2008: A. Carneiro, J. d'Encarnação, J. de Oliveira, C. Teixeira, "Uma inscrição votiva em língua lusitana", *Palaeohispanica* 8, 2008, 167-178.

CILCCI: J. Esteban Ortega, *Corpus de inscripciones latinas de Cáceres. I. Norba*, Cáceres, 2007.

CPILC: R. Hurtado, *Corpus provincial de inscripciones latinas (Cáceres)*, Cáceres, 1977.

FE: *Ficheiro Epigráfico*, suplemento a *Conimbriga*.

Gorrochategui 1994: J. Gorrochategui, "La declinación céltica de los temas en -ā y los datos hispanos", en R. Bielmeier, R. Stempel (eds.), *Indogermanica et Caucásica. Fs. K.H. Schmidt*, Berlin-New York, 316-330.

Gorrochategui, Navarro, Vallejo 2007: J. Gorrochategui, M. Navarro, J. M.^a Vallejo, "Reflexiones sobre la historia social del valle del Duero: las denominaciones personales", en M. Navarro, J. J. Palao (eds.), *Villes et territoires dans le Bassin du Douro à l'époque romaine. Actes de la table-ronde internationale*, Bordeaux, 2007, 287-339.

HEp: *Hispania Epigraphica*, desde el n.º 1, 1989 al 15, 2006 (2009), Madrid.

IRG II: F. Vázquez Saco, M. Vázquez Seijas, *Inscripciones romanas de Galicia, II. Provincia de Lugo*, Santiago, 1954.

IRG IV: J. Lorenzo Fernández (ed.), *Inscripciones romanas de Galicia, IV. Provincia de Orense*, Santiago, 1968.

IRLugo: F. Arias Vilas, P. Le Roux, A. Tranoy, *Inscriptions romaines de la province de Lugo*, Paris, 1979.

Lambert 2003: P.-Y. Lambert, *La langue gauloise*, 2ª ed., Paris, 2003 [1994].

Michelena 1963: L. Michelena, *Lenguas y protolenguas*, Salamanca, 1963.

MLH = Untermann 1997.

Prósper, Villar 2009: B. M.^a Prósper, F. Villar, "Nueva inscripción lusitana procedente de Portalegre", *Emerita* 77, 2009, 1-32.

Prósper 1997: B. M.^a Prósper, "Tongoe Nabiagoi: la lengua lusitana en la inscripción bracarense del ídolo de la fuente", *Veleia* 14, 1997, 163-176.

Prósper 1999: B. M.^a Prósper, "The inscription of Cabeço das Fráguas revisited. Lusitanian and Alteuropäisch populations in the West of the Iberian Peninsula", *TPhS* 97, 2, 1999, 151-183.

- Prósper 2002: B. M.^a Prósper, *Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la Península Ibérica*, Salamanca, 2002.
- Prósper 2004: B. M.^a Prósper, "Varia Palaeohispanica Occidentalia", *Palaeohispanica* 4, 2004, 169-194.
- Prósper 2008: B. M.^a Prósper, "Lusitanian. A Non-Celtic Indo-European Language of Western Hispania", en J. L. García Alonso (ed.), *Celtic and other languages in Ancient Europe*, Salamanca, 2008, 53-64.
- Romero, Salinas 2001: A. Romero Pérez, M. Salinas de Frías, "Nuevo teónimo de la provincia de Salamanca", *Palaeohispanica* 1, 2001, 341-346.
- Silva Fernandes et al. 2009: Silva Fernandes, L. da, P. Sobral Carvalho, N. Figueira, "Divindades indígenas numa ara inédita de Viseu", *Paleohispanica* 9, 143-155.
- Tovar 1985: A. Tovar, "La inscripción de Cabeço das Fráguas y la lengua de los lusitanos", en J. de Hoz (ed.), *Actas del III Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas*, Salamanca, 1985, 227-253.
- Untermann 1997: J. Untermann, *Monumenta Linguarum Hispanicarum*, IV: *Die tartessischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*, Wiesbaden, 1997.
- Vallejo 2005: J. M.^a Vallejo, *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*, Vitoria, 2005.
- Villar, Pedrero 2001: F. Villar. R. Pedrero, "La nueva inscripción lusitana: Arroyo de la Luz III", en F. Villar, M.^a P. Fernández (eds.), *Actas del VIII Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península*, Salamanca, 2001, 663-698.

Las divinidades del Cabeço das Fráguas y la gramática de la lengua lusitana

Jürgen Untermann

Universidad de Colonia

juergen@untermannonline.de

Iberografías 6 (2010), 81-88. ISSN: 1646-2858

RESUMEN	Se tratan las desinencias nominales -a, -o, -e de los teónimos y funcionarios humanos, la continuación de los sonidos b ^h y b preceltas en los textos lusitanos, y las semejanzas de las lenguas celtas hispánicas con latín y los dialectos osco-umbros.
PALABRAS CLAVE	Flexión nominal; Fonología Comparativa; Hispanocelta y Paleoitalico.
ABSTRACT	Discussion of the endings of theonyms and terms for human functionaries; the representation of pre-celtic b ^h and b in Lusitanian; similarities between Hispanoceltic, Latin and the Osco-Umbrian dialects.
KEYWORDS	Nominal declension; Comparative Phonology; Hispano-celtic and Ancient Languages of Italy.

Siempre que expongo mi opinión respecto a la lengua prerromana del occidente hispánico, me siento como un delincuente convicto y confeso de la denegación obstinada de sagradas doctrinas de la enseñanza universitaria española. Desgraciadamente tampoco en este momento dispongo de argumentos para defenderme, por lo menos de nuevos argumentos de peso, que me permitan profundizar lo que he propuesto en mi artículo de 1987 „Lusitanisch, keltiberisch, keltisch“² o en el esbozo de una descripción de la lengua lusitana publicado en el cuarto volumen de los *Monumenta Linguarum Hispanicarum*³.

A la vista de esta situación, en el fondo no sé qué podría exponer aquí. Mi interpretación del texto de Cabeço das Fráguas sigue siendo la ya conocida. Así, sigo opinando que *trebopala* es nominativo, no dativo, dado que el dativo lusitano de la clase nominal en -ā se caracteriza por la terminación -ai, -e o -ae (grafía latinizada), como *carlae* en Arroyo de la Luz I y III, a diferencia del nominativo *carla* en Arronches, o *broeneiae* al lado del nominativo *attedia* en el mismo documento⁴.

1 Muy de corazón agradezco a mi amigo y colega José Luis García Ramón que ha leído y corregido cuidadosamente el texto de esta conferencia.

2 Untermann 1987.

3 MLH IV, 727-735.

4 El único testimonio indudable, que puede aducirse en favor de dativo en -a, es un altar hallado en Castelo Branco, dedicado a ARANTIA ... ET ARANTIO (Búa 2000, 455). Ninguno de los demás testimonios merece confianza: la inscripción del altar hallado en Idanha-a-Nova (AÉp. 1977, 102sg.) muestra una estructura sintáctica muy rara: al teónimo en nominativo TREBARON/NA (para la *n* doblada v. abajo n.7) sigue el nombre de una persona en dativo PROTAE TANCINI F(*iliae*) SACER(*doti*), y la dedicatoria D(e). S(*ua*). P(*osuit*). M(*onumentum*). G.FRON(*tonius*) CAMAL(*i f.*). En la inscripción hallada en S. Amaro (Orense, AÉp. 1974, 103sg.) no hay ningún motivo para combinar la A de la segunda línea con BANDV de la primera: un epíteto ALANOBRIGVE no es menos aceptable que LANOBRIGVE, como lo proponen de Hoz 1986 y otros.

Bien entendido, que para mí la forma *trebopala* nunca ha sido ni teónimo ni antropónimo, sino que basándome sobre la etimología, que debemos a Daniele Maggi, la he interpretado como título de una funcionaria religiosa, designada como „guardiana de la casa”, algo como el *ἱεροφύλαξ* en la Grecia antigua. Aparentemente tiene algo que ver con *treb-* “casa” o con un verbo emparentado que significa “habitar, demorarse”.

En cambio, no me convence la propuesta de Maggi, que identifica *iccona* con el teónimo galo *Epona*, reduciendo la -cc- doblada a indoeuropeo -kw-, poco verosímil a la vista de los etnónimos lusitanos *Equaesí* y *Quarquerni*, y los antropónimos *Arquius* y *Doquiricus*, bien representados en el centro de Lusitania. Por lo tanto, para mí sigue siendo enigmático el significado exacto de *iccona loiminna*. Con toda probabilidad se trata del título de otra funcionaria femenina, del mismo campo semántico que *trebopala*⁵.

Aún más desconcertado me deja la palabra *labbo* al final de la segunda línea. Cuando por primera vez abordamos el estudio de la piedra en 1963, de la tercera letra pudimos ver sólo una hasta vertical con tres mínimos trazos horizontales hacia la derecha. Al editar la inscripción, Antonio Tovar leyó el signo como e, e identificó, aunque con reservas, *Laebo* con el teónimo *Laepo*, atestiguado en unos altares hallados al pie del Cabeço das Fraguas⁶. Pero ya en la segunda visita en 1992 comprobamos que, sin duda alguna, se trata no de una e, sino de una *b*, claramente visible también en nuestra foto⁷.

Sin embargo, al aceptar la forma correcta se agrava el problema de la interpretación. Evidentemente no es teónimo, sino antropónimo, por dos razones: (a) la geminación del tipo -bb- en nombres breves de dos sílabas es corriente en la antroponimia, pero no se encuentra en teónimos⁸ y (b) la desinencia -o no es la del dativo temático, que termina en -oi en Lamas de Moledo, en -ui en Arronches, en -oe y -u en otras inscripciones votivas de la región. La forma podría ser el genitivo de singular de la flexión temática, bien atestiguado en celtibérico y, tal vez, también en lusitano por las palabras *arimo praesondo* en Arroyo de la Luz I y *ailatio* en Arronches. Pero en nuestro contexto no hay nada, que motiva la aparición de una persona mencionada en genitivo. A lo sumo cabría contar con un epíteto en función de atributo de *porcom* que especificaría una raza particular de cerdos.

Como última posibilidad, me atrevo a proponer otra interpretación tal vez digna de ser tomada en consideración: *labbo* podría ser el nominativo de singular de un nombre con sufijo -kn-, desinencia corriente en antropónimos del tipo *Arro*, *Burro*, *Catto* transmitidos en epígrafes latinos. Aunque en la lista del bronce III de Botorrita la terminación celtibérica correspondiente es -u, no me parece imposible, que la -o de *labbo* sea equiparable a la -u celtibérica: nótese que en el dativo temático al lado de -ui hay -oi y -oe, donde tanto la -u- como la -o- reflejan la -ō- larga de la desinencia protocelta -ōi.

A favor de la vacilación entre *o* y -u cabe citar el teónimo *Trebarune*, que con la misma grafía aparece en una inscripción latina de Fundão,⁹ mientras que en una ara votiva hallada en Coria¹⁰ se lee *Trebaroni*, con desinencia latinizada, y en un altar procedente de Castelo Branco *Trebaron/⟨n⟩e*¹¹. Las tres formas, *Trebarune*, *Trebaroni* y *Trebaron/ne* son dativos

5 Sin embargo, me parece digna de consideración, aunque no concluyente, la propuesta de Maria João Santos 2007, 180-182, que supone un cambio de estructura sintáctica entre *Trebopala*, *Labbo* e *iccona*, para los que hay que sobrentender un verbo “ellos reciben”, mientras los dativos *Trebarune* y *Reve* son objetos en dativo dependientes de un verbo “hay que darles”.

6 Tovar 1966/67, 253.

7 Publicada en MLH IV, 756. No comprendo como Villar “por autopsia” ha podido ver *laebo* (Villar, Pedrero 2001, 675, n.º 37).

8 A pesar de eso, casi unánimemente hasta hoy se mantiene la interpretación como teónimo idéntico con *Laepo*. Véase en último lugar Santos 2007, 183.

9 Búa 2000, con bibliografía completa.

10 *AEp.* 1952, 42-42.

11 *AEp.* 1977, 102. La doble *n* puede deberse al descuido del artesano que, al pasar a la segunda línea, repitió la *n* que ya había grabado al final de la primera.

cuyas nominativos serían **Trebaru*, **Trebarō*¹², lo que permite interpretar también *labbo* como nominativo, cuyo dativo sería **labbone* o **labbune*. Desgraciadamente, ni siquiera esta hipótesis permite imaginar, que se justifique la mención de una persona llamada *labbo* intercalada entre la de dos mujeres, de las que no mencionan los nombres, sino sus funciones.

Poco tengo que decir sobre *Reve*: sin ninguna reserva estoy convencido de que es el **dieus* lusitano, tal y como lo han demostrado Carlos Búa, K. T. Witzak, Witold Mańczak y Maria João Santos¹³.

Finalmente, el *taurom ifadem* y su llamativa repetición *tau[ro] ifate* en el texto de Arronches. Estoy muy contento de que la profesora Prósper nos haya liberado del „toro semental“¹⁴, y me alegro que acepte mi propuesta de que *ifadem* puede ser compuesto con el preverbio *in-* como primer elemento¹⁵. En cambio, no estoy de acuerdo con su hipótesis sobre el segundo elemento, que deriva de la raíz **b^hat-* „combatir“, a pesar de que el reflejo de una aspirada precelta *b^h* en la lengua lusitana es *b* y no *f*: lo comprueban claramente la desinencia *-bo* del dativo de plural, el preverbio *ambi-*, y también – una vez más me atrevo a sostener una opinión herética – el nombre antiguo de La Coruña *Brigantium* y los numerosos topónimos con *-briga*¹⁶. Estoy convencido de que *brig-* es un elemento que la lengua lusitana comparte con las demás hablas paleoceltas¹⁷.

Hay, además, un argumento estadístico: en las inscripciones lusitanas hay tan sólo una palabra con *f* – nuestro *ifadem*, *ifate* – y cuatro con *b*: *bandi*, *broeneiae*, *cantibidone* y *erba*, y entre los teónimos y epítetos lusitano-galaicos abundan los que contienen la letra latina *b*, *Bandi Arbariaico*, *Bolecco*, *Isibraiegui*, *Veigebreaeco*, *Tatibeaicui*, *Erbine*, *Reve Anabaraeco* y *Bormanico*, *Cusue Baeteaco* y *Berralogecu* y los compuestos con *-briga*, y sólo uno, las diosas *fidueneae*, que indudablemente atestigua la letra *f*. En una breve, pero inestimable contribución de 1987, hoy olvidada, la inolvidable M^a de Lourdes Albertos¹⁸ demostró que ninguno de los otros pretendidos testimonios epigráficos de la letra *f* merece confianza, su conclusión: „en las lenguas paleohispánicas no parecen haberse conservado las aspiradas primitivas indoeuropeas“.

Ahora bien, es sabido que la aspirada *b^h* es un elemento frecuentísimo en la reconstrucción de palabras y morfemas indoeuropeos, mientras que la labial sonora no aspirada *b* destaca por ser extremadamente rara. Uno de los poquísimos casos, en que cabe reconstruir **b*, es **treb-*, osco *triúbúm* „casa“, inglés antiguo *þorp* „finca, aldea“. Por consiguiente, no es muy verosímil, que haya un idioma indoeuropeo, en el cual al lado de veinte testimonios de la *b* no aspirada heredada, hay no más de a lo sumo tres con *f*, que continúan la aspirada *b^h*. Por lo demás, el recurso al dios romano *Dius Fidius* reuniría el lusitano con el latín

12 Búa 2000, 71. Los sufijos en *-ro-* son frecuentes en antropónimos de la zona lusitano-vetón, y en particular en étnicos del noroeste hispánico: Guerra 2005, 809.

13 Búa 1997, 79-82, Witzak 1999, 70, Mańczak 2006, Santos 2007, 185. La identidad funcional con el Júpiter romano ya había reconocido de Hoz 1986, 42, aunque sin proponer una etimología adecuada. Respecto a la discusión científica, es revelador un artículo, por lo demás muy digno de atención, de Olivares Pedreño (2005, 625-629), que tras haber expuesto detalladamente la estrecha y predominante relación del dios *Reve* con los cumbres de la montaña, sin más pasa a aceptar la etimología salmantina, que hace venir *Reve* de la raíz **reu-* „fluir“, en último lugar defendida por Prósper 2009, 205.

14 Prósper 2004, 169-179.

15 MLH IV, 730, n.16.

16 Entre los 80 nombres compuestos con *-briga* reunidos por M^a. de Lourdes Albertos 1990, 39, casi la mitad aparece en el territorio de la lengua lusitano-galaica. Algunos de estos contienen etnónimos de la región como primer elemento: los *Coelerni* en *Coeliobriga*, los *Helleni* en *Elaeneobriga*, los *Nemetates* en *Nemetobriga*. El elenco más actual de estos topónimos lo da Guerra 2005, 813-816, que hace resaltar el hecho de “que uma área linguística que muitos autores tomam como não-céltica possa apresentar um número tão largo de exemplos de toponímia céltica (...) mais do que a própria Celtibéria”.

17 También en los dialectos nordoccidentales la *r* silábica indoeuropea está representada por *ri-* y no por *ur/or*, como lo sostiene Prósper. Ninguno de los ejemplos, que aduce Prósper 2002, 399 en favor de su hipótesis, es más que una propuesta sin confirmación por el contexto.

18 1987, 139-143.

separándolo del osco-umbro: latín *Fidius* es el reflejo fonético regular de **b^hid^hios*, mientras que en osco-umbro lo hubiese dado **fifi(o)s*¹⁹.

Yo por mi parte, sigo suponiendo que todavía merece crédito una propuesta de Ulrich Schmoll, aunque él mismo la descartó posteriormente. Schmoll explicó la *f* del teónimo *fidueneae* como representación esporádica de una antigua consonante *w*, igual que en irlandés medieval²⁰, aunque normalmente este sonido permanece inalterado tanto en Lusitano como en las demás lenguas paleoceltas. Por lo tanto, para *fidueneae*, en lugar de la explicación a partir de **b^heid^h-* „confiar“, se ofrece la asociación con **wid^hu-* „bosque“²¹.

Para terminar, mi hipótesis respecto a *ifademlifate*: como acabamos de proponer, se trata de un compuesto, cuyo primer elemento es el preverbio *in-*, el segundo puede ser la raíz **wad-*, de la cual se deriva el verbo alemán *waten* „vadear“ y el latín *vadere* „andar“, en particular *invadere* „entrar por fuerza, asaltar, atacar“. En tal caso se podría contar con el cambio de *w* a *f*, favorecido por el contacto con la nasal precedente, y con un cambio **in-fad-* > *ifad-*. Puede ser un compuesto atemático del tipo latín *inlex* „seductor“, *redux* „que reduce (las tropas a la patria)“, *praeses* „que preside“, en acusativo *inlece*, *reducem*, *praesidem*. Al asumir el significado „que entra por fuerza, que penetra“, sería posible incluso volver al sentido que Tovar había defendido para *ifadem*. De todos modos, esta hipótesis no cuenta con derivaciones fonéticas inadmisibles, sino con otras, que igualmente se basan en poquísimos testimonios, pero contra las que no hay argumentos concluyentes.

A título de apéndice, unas pocas palabras sobre las demás coincidencias entre las lenguas itálicas y las hispanoceltas²². En primer lugar, el ablativo de singular. Al igual que en las lenguas itálicas, en la lengua celtibérica el modelo indoeuropeo del ablativo temático en *-ōd* se ha extendido a todas las clases nominales: en latín y osco a los temas vocálicos *-ad*, *-id*, *-ud*, en celtibérico además a la flexión atemática (*sekobiriked*, *oilauned*)²³ como en latín arcaico²⁴ y tal vez en umbro, a diferencia del osco, donde la desinencia temática *-ud* se emplea también en la clase atemática. A la vista de las formas *isaicid* y *puppud* de la inscripción Arroyo III podemos suponer, que también la lengua lusitana participó en este proceso, aunque los editores del texto, Francisco Villar y Rosa Pedrero, también discuten otras interpretaciones alternativas²⁵.

En segundo lugar: para *teked* K.6.1 (Luzaga), *iskued* (plomo de Cuenca)²⁶ y *oskued* (dos veces en el primer bronce de Botorrita, K.1.1, A.3,4), se ofrece la interpretación como tercera persona de pretérito. Francisco Villar demostró de manera convincente, que *teked* puede ser *deked* < **d^hē-k-ed*, que corresponde exactamente al latín *fēcīt*²⁷, con la muy característica ampliación de la raíz mediante un elemento *k*, que el latín comparte con el osco-umbro y tal vez con el venético. No menos tentador es el análisis de *iskued* como compuesto de **in-* y *squ-ed*, lo que recuerda inmediatamente el verbo latino *inquit* < **in-squ-et* „dijo“. Por su parte, *oskued* puede ser una variante, en que el preverbio *in-* está sustituido por

19 Atestiguado indirectamente por el término *fifeltares* en la inscripción CIL I² 756, que se refiere a la fundación de un templo en la ciudad vestina de Furfo. Aparentemente los *fifeltares* son los „jurados“, miembros de un gremio político o jurídico con competencia respecto a las decisiones del edil de la ciudad.

20 Schmoll 1959, 99 y 103sg.

21 Prósper 2002, 188: „Absolutamente implausible“. ¿Porqué?

22 Las que ya había tratado en un volumen de homenaje aparecido en 1997 (Untermann 1997.2), publicación inadvertida en la Península. Por lo tanto me permito recapitular aquí unos puntos, que me parecen dignos de atención.

23 Estas desinencias de ablativo forman parte del sensacional descubrimiento del valor *d* de la letra *sigma* en la epigrafía celtibérica, que debemos a Francisco Villar (primera comunicación en una conferencia de 1994, publicada 1996, 346-351). Primer resumen sobre el ablativo de singular celtibérico: Villar 1995, 106.

24 Blümel 1972, 68, Meiser 1998, 138.

25 Villar y Pedrero 2001, 678, 681-683.

26 Publicado y comentado por Lorrio y Velaza 2005.

27 Villar 1995, 31.

*ob-. Las tres palabras aparecen detrás de *uta*, que a mi modo de ver no es una conjunción copulativa, sino que corresponde al latín *utī*, *ut* y significaría „tal y como“. Por lo tanto *uta iskued*, *uta oskued* pueden ser interpretado como „tal y como dijo“.

En tercer lugar: el gran bronce III de Botorrita atestigua el nombre de familia *teiuantikum*, que presupone el nombre individual **deivant-* y exactamente coincide con el participio de presente del verbo osco *deiuatud*, *deiuaid*, *deiuast* „jurar“. Como antropónimo podría significar o bien „que invoca a un dios (como él que jura)“ o bien „digno de confianza (como el que jura)“, lo que también podría ser el sentido original de los antropónimos lusitanos y vetones *Tongeta*, superlativo *Tongetamus*, derivados de un verbo emparentado con irlandés *tongid* „jura“.

Para concluir, una breve digresión sobre celtibérico *didonti* y lusitano *doenti* „ellos dan“, corriente argumento en favor de la profunda diversidad de las dos lenguas en cuestión. Como punto de partida, citamos unos verbos hispanoceltas e itálicos, a los cuales suele atribuirse el sentido de „dar“, de la raíz indoeuropea **deh₃-*:

Celtibérico: **dideti** (plomo Cuenca A 5) con dativo, **didonti** (Botorrita I, A 7) con dativo y acusativo,

imperativo **tatud** < **datōd* (Botorrita I, A 8, 10, plomo Cuenca B 2), **tidadud** < **didatōd* (Botorrita IV, B 5 en contexto fragmentado),

infinitivo **taunei** < **da-w-nei* (Botorrita I, A 2), **tidaunei** < **dida-w-nei* (en el mismo contexto)²⁸.

Oско-umbro: indicativo vestino *didet*, imperativo umbro **teřtu**, *dirstu* < **didatōd* o **didetōd*.

Latín: *dō*, *dās* < **dō-s*, y con *a* breve *damus*, *datis*, *dant*, imperativo *datō*, compuesto *cedo* < **ce-dō*.

Lusitano: *doenti* (Lamas de Moledo).

Respecto al celtibérico, la forma *dideti* del plomo de Cuenca hace evidente, que la *o* de *didonti* no es el reflejo de la laringal *h₃*, sino de que se trata de un paradigma temático igual al que atestigua la forma *didet* del dialecto vestino del osco-umbro. Por otro lado, las formas *tatud* y *tidadud* tienen su correlativo exacto en latín y en umbro respectivamente, la primera en latín *datŕ*, la segunda en umbro *teřtu*, *dirstu*. Por lo demás, el presente del indicativo latino muestra restos de flexión atemática de la raíz („Wurzelpräsens“) con grado pleno en singular, *dō*, *dās*²⁹, grado cero en las demás formas, *damus*, *datis*, *dant* y el participio *datum*, – siempre con la *a* breve, al igual que el imperativo celtibérico *tatud*. La vocal del singular del verbo latino ha sufrido el influjo de la vocal del plural, excepto en la forma aislada compuesta con el preverbo *ce-*, *cedo* „¡da!“.

Enfin, la escandalosa forma lusitana *doenti*, con la raíz en grado pleno y la terminación pseudo-temática *-enti*. Para el indoeuropeista se impone un juicio claro: de una palabra que carece de forma cotejable en s lenguas indoeuropeas, la única explicación imaginable es la de que se trate de la innovación creada exclusivamente por los hablantes de la lengua en cuestión, en nuestro caso de la lusitana. Puede ser una innovación tardía, con generalización de la raíz en grado pleno en todo paradigma de indicativo de presente, y adopción de las desinencias personales, que preexistían en un paradigma heredado (en este caso el complejo *-enti* de la tercera persona de plural). Sea como fuera, *doenti* no tiene valor ninguno como

28 Sin correspondencia en las lenguas itálicas, pero muy semejante al griego *δόFevai*, *δοῦναι* y con grado pleno de la raíz sanscrito *dāvane*.

29 Además *dat* < **dāt* con abreviación secundaria y tardía, e igual que *dās*, con *ā* en lugar de *ō* por influjo análogo de la *a* breve del grado cero.

indicio de una antigua tradición de su lengua, que fuese esencialmente distinta de las demás lenguas paleoceltas dentro y fuera de la Península.

Tampoco las otras semejanzas, que acabo de aducir, necesariamente son correspondencias heredadas en el sentido del árbol genealógico indoeuropeo, sino al menos en parte, más bien síntomas de una profunda coincidencia tipológica manifestada por innovaciones, que en lenguas distintas se desarrollan en la misma dirección. Si bien hasta la fecha podemos observar sólo muy pocos fenómenos de esta índole, no hay que olvidar, que las lenguas cotejadas no permiten una comparación en todos aspectos: en su totalidad sólo conocemos el Latín. Del Osco-umbro sí tenemos fragmentos considerables, pero no más que fragmentos, del Celtibérico mucho menos y del Lusitano casi nada.

Sin embargo, como resultado provisional hay que hacer constar, que podemos observar semejanzas llamativas entre las dos lenguas itálicas y los dos idiomas celtas de la Península Ibérica, si bien hasta la fecha no disponemos de ningún fenómeno, que exclusivamente el lusitano tiene en común con el osco-umbro.

Bibliografía

- Albertos Firmat 1985: M^a. de Lourdes Albertos Firmat, "La onomástica personal indígena del Noroeste Peninsular (Astures y Galaicos)", *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas* (Lisboa 1980), 1985, 255-310.
- Albertos Firmat 1987: M^a. de Lourdes Albertos Firmat, "Las aspiradas en las lenguas paleohispánicas: la F y la H", *Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas* (Vitoria 1985), *Veleia* 2-3, 1987, 139-143.
- Albertos Firmat 1990: M^a. de Lourdes Albertos Firmat, "Los topónimos en -briga en Hispania", *Veleia* 7, 1990, 131-146.
- Blümel 1972: Wolfgang Blümel, *Untersuchungen zu Lautsystem und Morphologie des vorklassischen Lateins*, München, 1972.
- Búa 1997: Carlos Búa, „Dialectos indoeuropeos na franxa occidental hispanica“, *Galicia fai dous mil anos*, Museo do Pobo Galego, Santiago de Compostela, 1997, 51-99.
- Búa 1999: Carlos Búa, "Hipótesis para algunas inscripciones rupestres del occidente peninsular", *Actas del VII Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas* (Zaragoza 1997), 1999, 309-327.
- Búa 2000: Carlos Búa, *Estudio lingüístico de la teonimia lusitano-galega*, Tesis Doctoral policopiada, Salamanca, 2000.
- Búa 2009: Carlos Búa, "Hidronimia e teonimia", *Onomástica Galega II* (Coloquio Leipzig 2008), D.Kremer (ed.), *Verba*, Anuario Galego de Filoloxía, Anexo 64, 2009, 91-155.
- Guerra 2005: Amílcar Guerra, "Povos, cultura e lingua no ocidente peninsular: uma perspectiva a partir da toponomástica", *Palaeohispanica* 5, 2005, 793-822.
- De Hoz 1986: Javier De Hoz, "La religión de los pueblos prerromanos de Lusitania", *Primeras Jornadas sobre manifestaciones religiosas en la Lusitania*, Cáceres, 1986, 31-49.
- Lorrio, Velaza 2005: Alberto Lorrio, Javier Velaza, "La primera inscripción celtibérica sobre plomo", *Palaeohispanica* 5, 2005, 1031-1048.
- Luján Martínez 2006: Eugenio R. Luján Martínez, "The language(s) of the Callaeci", *E-Keltoi, Journal of interdisciplinary Celtic Studies*, vol. 6, The Celts in the Iberian Peninsula, University of Wisconsin, www.uwm.edu/Dept/celtic/ekeltoi, 2006, 715-748.
- Maggi 1983: Daniele Maggi, "Sui teonimi TREBOPALA e ICCONA nell'iscrizione lusitana del Cabeço das Fráguas", *Problemi di lingua e di cultura nel campo indoeuropeo*, E. Campanile (ed.), 1983, 53-60.

- Mańczak 2006: Witold Mańczak, "Lusitanien REVE = latin Jovi", *Lingua Posnaniensis* 48, 2006, 63-65.
- Meiser 1998: Gerhard Meiser, *Historische Laut- und Formenlehre der lateinischen Sprache*, Darmstadt, 1998.
- Olivares Pedreño 2006: Juan Carlos de Olivares Pedreño, „Celtic gods of the Iberian Peninsula", *E-Keltoi, Journal of interdisciplinary Celtic Studies*, vol. 6, The Celts in the Iberian Peninsula, University of Wisconsin, www.uwm.edu/Dept/celtic/ekeltoi, 2006, 607-649.
- Pedrero 2001: Rosa Pedrero, "Los epítetos del teónimo occidental Bandue/i", *Actas del VIII Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas* (Salamanca 1999), 2001, 541-560.
- Prósper 1994: Blanca Mª Prósper, "El teónimo paleohispano Trebarune", *Veleia* 11, 1994, 187-196.
- Prósper 2002: Blanca Mª Prósper, *Lenguas y religiones prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*, Salamanca, 2002.
- Prósper 2004: Blanca Mª Prósper, "Varia Palaeohispanica Occidentalia", *Palaeohispanica* 4, 2004, 169-194.
- Prósper 2009: Blanca Mª Prósper, "Reve Anabaraeco. Divinidad acuática de Las Burgas (Orense)", *Actas do X Colóquio sobre Línguas e Culturas Paleo-hispánicas* (Lisboa 2009), *Palaeohispanica* 9, 2009, 203-214.
- Santos 2007: Maria João Santos, "El sacrificio en el occidente de la Hispania romana: para un nuevo análisis de los ritos de tradición indoeuropea", *Palaeohispanica* 7, 2007, 175-217.
- Schmoll 1959: Ulrich Schmoll, *Die Sprachen der vorkeltischen Indogermanen Hispaniens und das Keltiberische*, Wiesbaden, 1959.
- Tovar 1966/67: Antonio Tovar, « L'inscription du Cabeço das Fraguas et la langue des Lusitaniens », *Études Celtiques* 11, 1966/67, 237-268.
- Untermann 1962: Jürgen Untermann 1962, „Personennamen als Sprachquelle im vorrömischen Hispanien", 2. *Fachtagung für indogermanische und allgemeine Sprachwissenschaft* (Innsbruck 1961), 1962, 63-93.
- Untermann 1963: Jürgen Untermann, (Reseña de) Tovar, Antonio, The Ancient Languages of Spain and Portugal. New York 1961, *Indogermanische Forschungen* 68, 1963, 317-325.
- Untermann 1980: Jürgen Untermann, „Namenkundliche Anmerkungen zu lateinischen Inschriften aus Kantabrien", *Beiträge zur Namenforschung*, Neue Folge, 15, 1980, 367-392.
- Untermann 1987: Jürgen Untermann, „Lusitanisch, keltiberisch, keltisch", *Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas* (Vitoria 1985), *Veleia* 2-3, 1987, 57-76.
- Untermann 1997a: Jürgen Untermann, „Die lusitanischen Inschriften", *Monumenta Linguarum Hispanicarum*, IV, 1997, 723-758.
- Untermann 1997b: Jürgen Untermann, „Keltiberisch und Altitalisch", *Latinitas et romanitas*, A. Bollée und J. Kramer (ed.), Festschrift für Hans Dieter Bork zum 65. Geburtstag, Bonn, 1997, 499-505.
- Untermann 2002: Jürgen Untermann, "A epigrafia em língua lusitana e a sua vertente religiosa", *Loquuntur Saxa, Religiões da Lusitânia*, Museu Nacional de Arqueologia, Catalogo da Exposição, 2002, 67-70.
- Untermann 2007: Jürgen Untermann, "Topónimos y apelativos de la lengua lusitano-galaica", *Onomástica Galega I* (Actas do primeiro coloquio, Trier 2006), D. Kremer (ed.), *Verba*, Anuario Galego de Filoloxía, Anexo 58, 2007, 57-73.

- Untermann 2009: Jürgen Untermann, "Galicia y Celtiberia. Rasgos comunes y diferentes", *Onomástica Galega II* (Actas do segundo coloquio, Leipzig 2008), D. Kremer (ed.), *Verba*, Anuario Galego de Filoloxía, Anexo 64, 2009, 185-198.
- Villar 1995: Francisco Villar, *Estudios de celtibérico y de toponimia prerromana*, Salamanca, 1995.
- Villar 1996: Francisco Villar, "Fonética y morfología celtibéricas", *La Hispania Prerromana*, Actas del VI Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Coimbra 1994), 1996, 339-378.
- Villar, Pedrero 2001: Francisco Villar, Rosa Pedrero, "La nueva inscripción lusitana: Arroyo de la Luz III", *Actas del VIII Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica* (Salamanca 1999), 2001, 663-698.
- Witczak 1999: K.T. Witczak, "On the Indo-European origin of two Lusitanian theonyms (LAEBO and REVE)", *Emerita* 67, 1999, 65-73.

O Santuário do Cabeço das Fráguas através da arqueologia

Maria João Correia Santos | Thomas G. Schattner

Instituto Arqueológico Alemão, Dept. de Madrid

santos@madrid.dainst.org

| schattner@madrid.dainst.org

Iberografias 6 (2010), 89-108. ISSN: 1646-2858

RESUMO No sentido de melhor compreender o contexto da inscrição rupestre do Cabeço das Fráguas, que indica este sítio inequivocamente como um espaço de santuário, foi conduzido um projecto de investigação entre 2006 e 2009, que revelou um importante centro cultural frequentado desde o século VIII-VII a.C. até ao final do século I da nossa era, cujos principais resultados são divulgados neste trabalho.

PALAVRAS CHAVE Santuário Indígena; Romanização.

ABSTRACT Attempting to better understand the context of the rock inscription from Cabeço das Fráguas, which clearly indicates this site as a sanctuary, a research project has been conducted between 2006 and 2009, revealing an important religious centre, occupied from the VIIIth century BC till the Ist century AD, whose principal results are presented in this paper.

KEYWORDS Indigenous Sanctuary; Romanisation.

1. Introdução

Este projecto de investigação insere-se no quadro do macro-projecto *A Romanização dos Santuários Indígenas no Ocidente Hispânico*, que o Departamento de Madrid do Instituto Arqueológico Alemão tem vindo a desenvolver em Portugal e Espanha desde 2002. O principal objectivo é confrontar a imagem obtida a partir do registo arqueológico com o panorama da religiosidade indígena desenvolvido desde os tempos do ilustre Leite de Vasconcelos, fundamentado quase unicamente nas fontes clássicas e epigráficas. O contraste de ambas as perspectivas traduz-se naturalmente numa imagem mais completa desta realidade, ao permitir a contextualização das fontes escritas no caso concreto de cada sítio.

A particular concentração de documentos epigráficos e o numeroso registo de distintas divindades indígenas no Ocidente Peninsular, incomparavelmente maior do que no levante, levou ao enquadramento de vários sítios emblemáticos neste projecto de investigação, cuja análise contextualizada esperamos que possa contribuir para o seu melhor esclarecimento. Neste sentido, têm sido conduzidos trabalhos de escavação e prospecção nos santuários de *Endovellicus* em São Miguel da Motta, Alandroal¹, de *Deus Lar Berobreus* em Donón, Vigo²

1 Guerra, Schattner, Fabião 2003; Schattner, Guerra, Fabião 2005.

2 Schattner, Suárez Otero, Koch 2004; 2006.

e de *Vaelicus*, em Postoloboso, Ávila³, na sequência do qual foi iniciada a investigação do Cabeço das Fráguas em 2006⁴.

Situado a cerca de 15 km a sul da Guarda, na Quinta de São Domingos (Fig.1), o Cabeço das Fráguas é, com 1015 m de altitude, um dos marcos visuais mais importantes da Cova da Beira e das terras do Alto Côa, assumindo-se como um sítio verdadeiramente privilegiado para o estudo da romanização dos santuários indígenas. A sua importância prende-se não só com a existência, no seu cume, de uma inscrição rupestre em língua lusitana que relata a celebração de um rito análogo aos *suovetaurilia*⁵ e o indica como um espaço de santuário, mas também com a posterior continuidade do culto de uma das divindades indígenas mencionadas na inscrição, já inteiramente de acordo com os cânones romanos, em três das aras votivas identificadas no sopé do monte, sob as formas *Laiipo* e *Laepo*⁶.

Fig. 1 – Localização do sítio de Cabeço das Fráguas (C.M.P. 1:25000, f. 214).



3 Schattner, Mariné, Koch, Geldmacher 2006; Schattner, Mariné, Koch 2007.

4 Santos, Schattner, Pereira 2008.

5 Gomez Tabanera 1965, 258-276; Tovar 1985, 245-248; Silva 1986, 294; López Monteagudo 1987, 250; Curado 1989, 350; Untermann 1987, 64; 1997, 758; 1999, 515; Cardim Ribeiro 2002, 369-370; Prósper 2002 e neste mesmo volume; Marco Simón 2005, 288, 306; Santos 2007, 180-184.

6 Santos 2007, 187-188.

O seu carácter extraordinário deve-se igualmente ao facto de colocar em contexto, num espaço frequentado desde o início do século VIII-VII a.C. até ao final do século I d.C., diversos aspectos da religiosidade indígena que habitualmente se registam apenas de forma isolada. É o caso da prática, entre estas populações, de ritos sacrificiais parecidos aos *suovetaurilia*, já indiciada por diversas representações iconográficas⁷ e pelo próprio registo arqueológico⁸, mas que, aqui, surge articulada em função de várias das divindades do panteão indígena, num texto litúrgico que ainda se conserva *in situ*, no seu suporte pétreo (Fig. 2).

Fig. 2 – Inscrição rupestre do Cabeço das Fráguas (DAI-Centro Nacional de Arte Rupestre).



Os principais objectivos que se colocavam eram, assim, por um lado, contextualizar a inscrição rupestre, definindo a cronologia e a funcionalidade da área de cumeeiro onde esta se encontra e, por outro lado, averiguar qual a relação entre este espaço e o sopé do monte, onde diversos vestígios de época romana⁹ e um total de vinte aras, uma das quais consagrada pelos *Vicani Ocelonenses*, sugeria a existência de um importante aglomerado populacional¹⁰.

2. Breve enquadramento da investigação

A mais antiga referência a este sítio reporta-se à inscrição rupestre, fazendo-se nota nas *Memórias Paroquiais* de 1758 de “uma laje virada ao Nascente com uns caracteres que se não deixam conhecer”¹¹. Em 1913, Leite de Vasconcelos publica a descoberta da primeira ara votiva dedicada a *Laepo* que, na altura, lê como *Caepo*¹². Mas será apenas muito mais tarde, a partir de 1943, com a edição do Roteiro dos Monumentos de Arquitectura Militar pelo General João de Almeida¹³, que este sítio começa a despertar o interesse da comunidade

7 Santos 2008; Schattner, neste mesmo volume.

8 Berrocal Rangel 1994.

9 Almeida 1943, 53-54; Rodrigues 1959, 122.

10 Osório 2002, 5-8; 2006, 122.

11 Távora 1758, 1901-1903.

12 Vasconcelos 1913, 618-620; Garcia 1991, 335-334.

13 Almeida 1943, 53-55.

científica, ao ser descrito o recinto fortificado existente no cume e ao ser publicada, pela primeira vez, a transcrição do texto rupestre.

Será, todavia, Adriano Vasco Rodrigues que, em 1958, maior destaque dá a este sítio, ao registar o mais importante conjunto de achados no sopé do monte e ao proceder à primeira sondagem arqueológica no cume. De entre os vários elementos identificados no sopé, assinala um total de catorze aras anepígrafas, uma estatueta feminina em ouro e outra em bronze¹⁴, bem como diversos elementos que apontavam a intensa ocupação desta área em época romana¹⁵.

Além dos vários estudos de natureza linguística que foram sendo publicados ao longo do tempo a propósito da inscrição rupestre¹⁶, mais achados foram sendo entretanto dados a conhecer. Patrício Curado¹⁷ viria a identificar duas outras aras consagradas a *Laepo*, sensivelmente na mesma área em que foram identificados os monumentos anepígrafos e, mais recentemente, Marcos Osório¹⁸ publicaria dois novos altares votivos provenientes do mesmo espaço. A este conjunto, junta-se ainda uma árula, também votiva e recuperada na mesma área, que nos foi dada a conhecer pelos proprietários durante a última campanha de escavação¹⁹, conformando, assim, um número invulgarmente elevado de monumentos votivos que definitivamente chama a atenção e precisa de ser explicado.

3. A intervenção arqueológica

Foram, neste sentido, distinguidas duas áreas de intervenção, correspondendo a primeira ao sopé do monte que converge com a base da vertente S-SW do Cabeço das Fráguas – designada como Sector A – e a segunda, ao cume do monte, designado como Sector B. No intuito de obter uma leitura de diagnóstico do local, a primeira campanha, realizada em 2006, foi conduzida em simultâneo em ambos os sectores, face a cujos resultados se optou por restringir posteriormente a intervenção unicamente ao Sector B (Fig. 3).

3.1. Sector A

Nesta área, procedeu-se à abertura de um total de cinco sondagens, implantadas de acordo com a localização dos achados publicados (Fig. 4). Numa primeira fase, foram abertas duas sondagens: o Corte 1, alinhado pelo actual edifício da Capela de São Domingos, de 8 m x 4 m, destinado a esclarecer o contexto de um muro parcialmente visível à superfície; e o Corte 2, de 5 m x 2 m, no sentido de aferir a sequência estratigráfica da área onde Rodrigues²⁰ alegou a existência de sepulturas de inumação. Muito embora a escavação de ambas as sondagens tenha atingido o nível geológico, não foi possível registar nem a existência de estruturas habitacionais, nem de contextos de enterramento de época romana.

A estrutura de muro identificada no Corte 1 (Fig. 5) revelou tratar-se de um pano de alicerce, em cuja construção foram reutilizados alguns elementos anteriores, como seja parte de uma ombreira de porta com os sulcos de encaixe e de tranca gravados, que deverá ter originalmente pertencido a um grande edifício. A este respeito, é interessante assinalar que, segundo os proprietários, nos anos 40 ainda ali existiam “muros antigos”, junto à antiga capela, os quais – os muros e a capela – se viram obrigados a derrubar para abrir o caminho

14 Ambas descritas pelo proprietário como “nossas senhoras com cachos de uvas”, o que sugere representações de tipo *Fortuna* ou *Abundantia*.

15 Rodrigues 1959, 122-126; 1959-60, 74-75.

16 Blanco Freijeiro 1957, 499-516; Gomez Tabanera 1965, 258-276; Tovar 1985, 245-248; López Monteagudo 1987, 250; Curado 1989, 350; Cardim Ribeiro 2002, 369-370; Marco Simón 2005, 288, 306; Silva 2007, 407.

17 Curado 1984, 8-12.

18 Osório 2002, 310.1-310.2.

19 Todo o conjunto epigráfico encontra-se tratado em maior pormenor neste mesmo volume por Correia Santos.

20 Rodrigues 1959, 122-126.

Fig. 3 – Localização das duas áreas de intervenção (DAI-C. Hartl-Reiter).



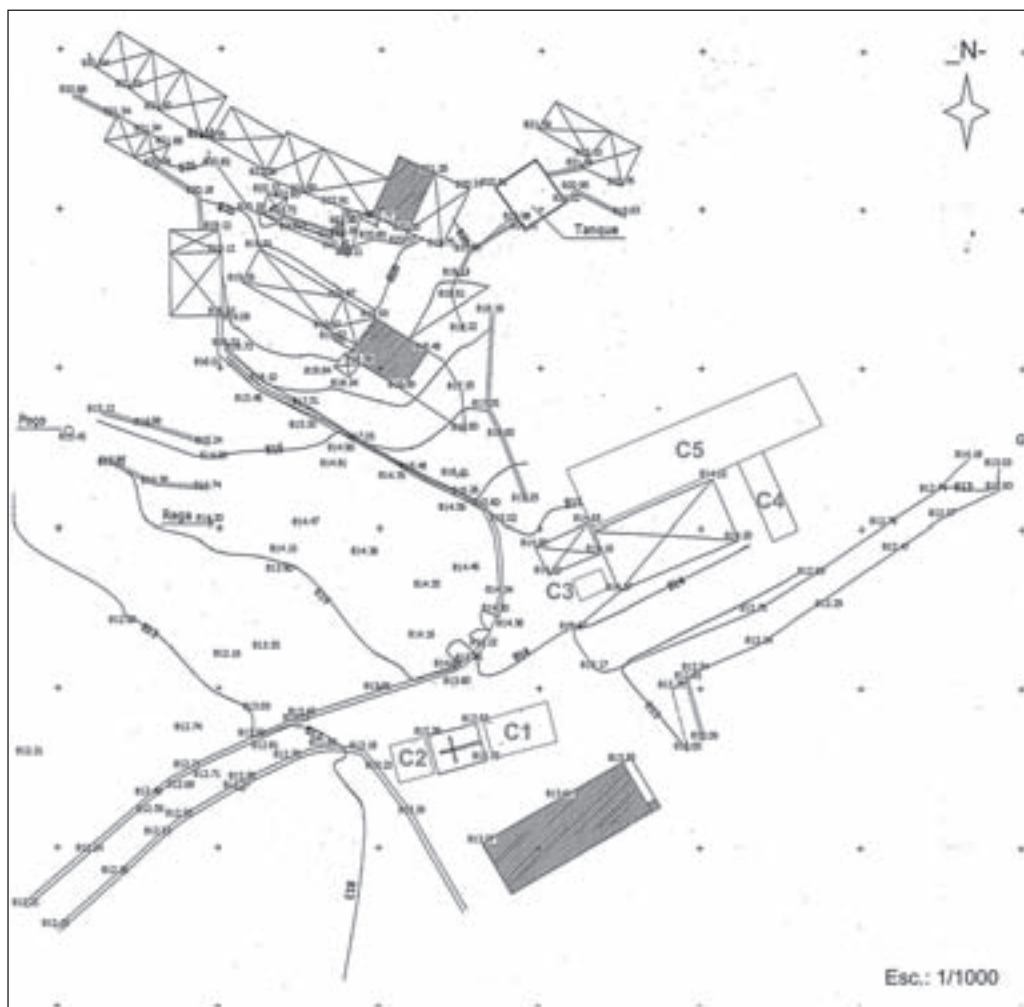
que conduz à povoação de Benespera, construindo mais ao lado a capela actualmente existente. Nas Memórias Paroquiais de 1758²¹ é também referida a presença, na Quinta de São Domingos, de uma capela “que se achava demolida e com a porta tapada de pedra por ordem do Senhor João de Mendonça, prelado que foi deste bispado, por não se averiguar quem devia fabricar esta capela”. É, assim, bastante verosímil que a estrutura identificada no Corte 1 corresponda à antiga capela, o que, por sua vez, é corroborado pela componente artefactual recuperada, maioritariamente pertencente ao século XVII-XVIII.

Algo desde logo evidente em toda esta área é a inusual concentração de grandes blocos de escória de ferro, a que se associam os vestígios de, pelo menos, dois fornos de fundição actualmente destruídos, indicando a importância que terá tido a actividade mineira e metalúrgica na época moderna, como aliás referem ainda as Memórias Paroquiais²² e alude o próprio topónimo de “fráguas”, com o sentido de “forjas”.

21 Bigotte Chorão 2002, 78.

22 Bigotte Chorão 2002, 83.

Fig. 4 – Implantação das sondagens do Sector A: C1, C2, C3, C4 e C5 (DAI-C.M. da Guarda)



Numa segunda fase, e de modo a completar a leitura obtida, absolutamente inconclusiva em relação aos objectivos propostos, procedeu-se à abertura de outras duas sondagens – o Corte 4, com 10 m x 2 m e o Corte 5, com 36 m x 5 m – na área onde teria sido encontrado o conjunto de aras votivas.

O achado mais extraordinário foi, porém e contra todas as expectativas, um antigo leito de ribeira, em cujos depósitos de aluvião foram recuperados diversos materiais, todos eles, não obstante, atribuíveis à transição Bronze Final-I Idade do Ferro e à II Idade do Ferro, seguramente arrastados de cotas mais elevadas pela acção das chuvas e da própria ribeira, ou seja, do Sector B, onde efectivamente se confirma a ocupação humana neste período.

De destacar, nesta mesma área de sopé, mas já mais afastada das sondagens realizadas, é a existência de uma fonte, construída com grandes silhares de granito, bem esquadros e justapostos²³, posteriormente reestruturada, mas datável de época romana (Fig. 6). Apresenta-se construída em talude, reaproveitando como parede interna a superfície da própria rocha, através da qual brota ainda hoje uma nascente.

23 Esparza et al. 2006.

Fig. 5 – Estrutura de muro possivelmente pertencente à antiga ermida de S. Domingos (DAI- M.J. Correia Santos).



Muito embora não tenha sido possível identificar contextos de época romana na intervenção realizada, a presença romana é, como vimos, indiscutível, não só pelo importante conjunto de aras, mas também pela ocasional presença de fragmentos de *tegulae* e *imbrici* à superfície, bem como de alguns silhares almofadados, pelo que posteriores intervenções nesta área poderão revelar-se frutíferas.

Fig. 6 – Fonte de época romana no Sector A (DAI-J. Fernández).



É, porém, no cume, que efectivamente se documenta uma ocupação que, desde os últimos momentos do Bronze Final, se parece manter até ao final do século I da nossa era.

3.2. Sector B

Com um amplo domínio visual, o Cabeco das Fráguas apresenta-se como um imponente recinto fortificado, delimitado por duas linhas de muralha em aparelho de pedra seca, que atinge os dois metros de espessura nos sectores melhor conservados e encerra uma ampla área aplanada, em que se distinguem duas plataformas em soalco. É na plataforma mais elevada que se situa a inscrição rupestre, gravada numa laje ao nível do solo e voltada a Nascente, precisamente no centro físico da coroa do monte e no interior de um recinto claramente demarcado, ao qual se acede pelo lado poente (Fig. 7).

Fig. 7 – Plano geral da área de cume (DAI-C.Hartl-Reiter-E.Puch-M.J.Correia Santos).



Aqui, Rodrigues²⁴ assinalou a existência de “casas rectangulares” formadas por pequenas pedras, o que o levou a realizar três pequenas sondagens de 1 metro quadrado. No sentido de averiguar estas realidades, optou-se, numa primeira fase, pela abertura de duas sondagens – Corte 1, com 10 m x 2 m, e Corte 2, com 6 m x 2 m –, cujos resultados imediatamente ditaram o alargamento em área da escavação.

Este recinto revelou-se como uma ampla área aberta, na qual se sucederam três etapas de ocupação. A primeira, situada na transição do Bronze Final para a Idade do Ferro (século VIII-VII a.C.); a segunda, arrancando da Idade do Ferro (século IV-III a.C.) e que se manterá até ao século II-I a.C. e; a terceira fase, de menor duração, que persistirá apenas até ao final do século I da nossa era, quando este espaço é, por fim, abandonado (Fig. 8).

À primeira fase, que podemos estimar pelo menos a partir do século VIII-VII a.C., corresponde a construção do talude que delimita este recinto superior – U.E. [12] – e que, estratigraficamente, antecede todas as outras estruturas. A esta etapa pertencem igualmente dois edifícios sub-circulares: o primeiro com cerca de 6 m de diâmetro – U.E. [111] –, e o segundo, cortado pela metade, com cerca de 7 m de diâmetro – U.E. [5]. Em momento indeterminado desta fase de ocupação, é adossado ao primeiro – U.E. [111] –, um pequeno compartimento quadrangular – U.E. [89] –, reutilizando parte da sua parede SE (Fig. 9).

Nenhum destes edifícios, porém, parece corresponder a unidades habitacionais, ao não existir qualquer lareira no seu interior. Na estrutura designada como U.E. [5], foi possível observar inclusive, no seu piso de utilização, vários fragmentos cerâmicos em conexão e um dormente de mó de sela *in situ*, mas nenhuma lareira. As únicas estruturas de combustão detectadas situam-se no exterior destas construções e correspondem a três unidades de combustão em fossa, escavadas directamente na terra e dispostas em linha – U.E. [107], [108] e [113] –, indicando todas elas, no entanto, episódios ocasionais de fogo e não um uso continuado (Fig. 10).

Pudemos igualmente identificar vários blocos de granito, distintamente afeiçoados e que se encontravam originalmente fincados no solo, no espaço entre os dois edifícios descritos, sendo muito interessante a configuração esteliforme, vagamente antropomórfica de um destes blocos, enquanto um outro apresenta duas covinhas²⁵.

De assinalar é também a existência de três orifícios circulares – U.E. [42], [43] e [44] – dispostos em triângulo e escavados artificialmente no afloramento granítico do quadrante NW que, aliás, apresenta nesta zona um elevado grau de deterioração que indica o desbaste artificial da rocha. A presença de fragmentos cerâmicos depositados directamente sobre o granito indica que este se encontrava a descoberto durante a primeira fase de ocupação nesta zona e que correspondia, portanto, ao piso de circulação usado.

A segunda fase de ocupação, que podemos estimar a partir do século IV-III a.C., apresenta-se bem demarcada. É então construída uma grande estrutura circular, com cerca de 8 m de diâmetro – U.E. [22] –, uma vez mais, sem lareira e que se irá sobrepor às realidades anteriores. Adossado à parede SE desta estrutura, regista-se um novo compartimento sub-rectangular – U.E. [24] –, muito semelhante ao anterior – U.E. [89]. Se, por um lado, chama desde logo a atenção o seu invulgar tamanho, por outro lado, e sem dúvida o mais interessante, é a evidente intenção de reproduzir o mesmo tipo de edifício em uso na primeira fase – conformado pelas U.E. [89] e [111] –, mantendo-se inclusive a mesma orientação e a proporção relativa das estruturas, que apenas aumentam de tamanho (Fig. 11). É reproduzido inclusive o mesmo tipo de construção usada na estrutura anterior, através da justaposição de consecutivas fileiras de pedras.

24 Rodrigues 1959, 6-7.

25 Cfr. Correia Santos, neste volume.

Fig. 8 – Plano geral da área de escavação do Sector B, com as estruturas assinaladas (DAI-J. Fernández-M.J. Correia Santos).



Fig. 9 – Pormenor da U.E. [89] (DAI-J.Patterson).

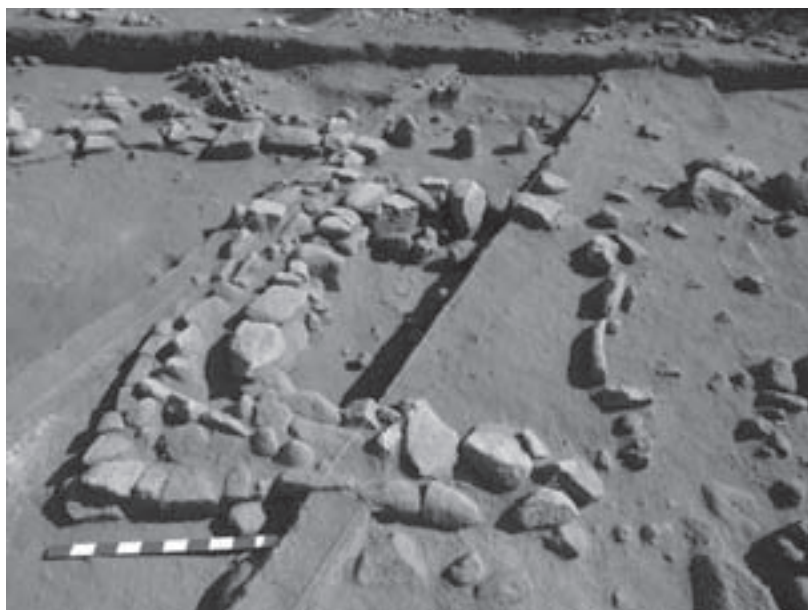
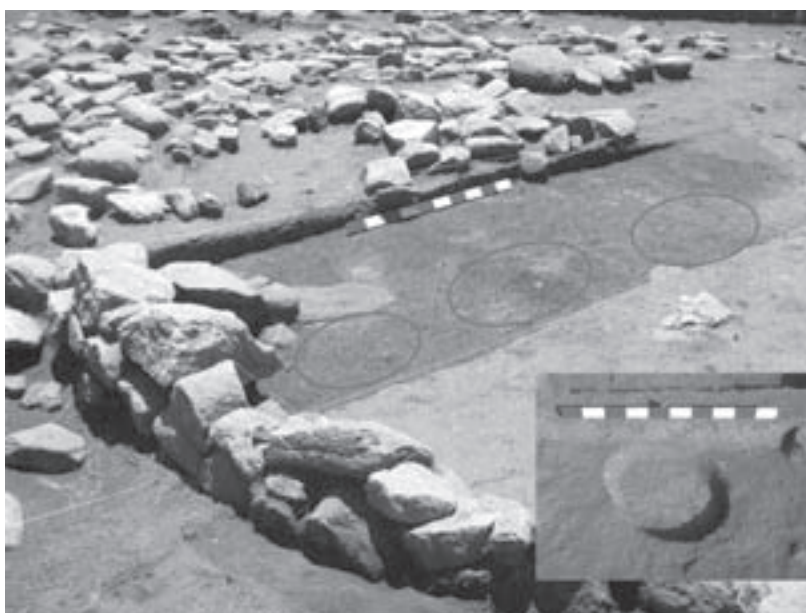


Fig. 10 – Unidades de combustão em fossa, U.E. [107], [108] e [113] (DAI-M.J. Correia Santos).



Esta estrutura parece ter sido usada ainda durante bastante tempo, tendo tido originalmente um pavimento de barro compactado, semelhante aos detectados, na região, nos povoados de Castelo dos Mouros²⁶ e Castelo do Sabugal²⁷, em níveis datados da II Idade do Ferro.

Nesta mesma fase é construído um curioso alinhamento de blocos de granito – U. E. [15] –, que irá destruir uma das estruturas circulares anteriores – U.E. [5]. Esta estrutura, de orientação SE-NW, é constituída por blocos muito heterogéneos, apenas grosseiramente afeicoados, mas firmemente fincados no solo e calçados com pedra miúda de ambos os lados, o que permite reconstituir com exactidão o seu alinhamento original, apesar de

26 Perestrelo 2005, 72.

27 Osório 2005, 42.

Fig. 11 – Aspecto geral do edifício formados pelas U.E. [22] e [24] (DAI-J. Patterson).



alguns dos blocos terem tombado (Fig. 12). Igualmente de destacar é a presença de duas pontas de seta em ferro de pedúnculo e aletas laterais, que se encontravam depositadas, aparentemente de forma intencional, sob o primeiro e o maior dos blocos (Fig. 13).

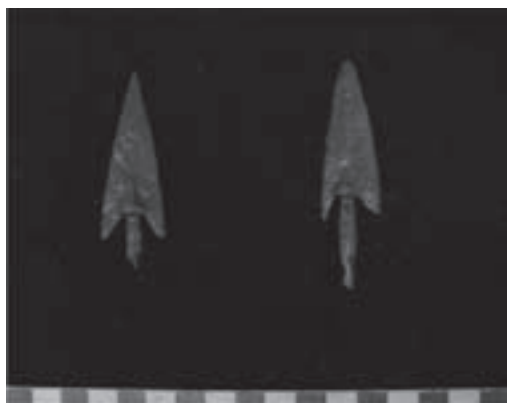
Outro aspecto muito interessante e que pode igualmente ilustrar a particularidade deste espaço²⁸, é a presença de diversos vestígios relacionados com a prática metalúrgica,

Fig. 12 – Alinhamento designado como U.E. [15] (DAI-J. Patterson).



28 Na óptica de “ferreiro e alquimista”, tal como definido por Eliade 1983, atendendo ao carácter especial de que se revestia a prática metalúrgica. Talvez mais por essa razão, do que pela mera necessidade prática de auto-suficiência que encontramos, por exemplo, nos santuários gregos como Didyma (Tuchelt 1980) e Olbia (Ballu 1972), poderia esta actividade ser incorporada no espaço sagrado.

Fig. 13 – Pontas de seta depositadas sob o primeiro bloco do alinhamento (DAI-M.J. Correia Santos).

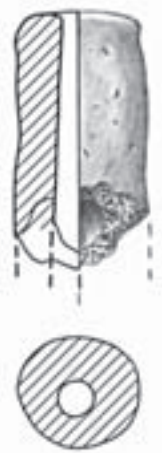


claramente concentrados no sector SE da área escavada. Parece tratar-se claramente de uma área especificamente destinada a esse fim, onde pudemos registar desde pingos de escória de ferro a metal fundido e mesmo um fragmento de tubeira de fole em barro (Fig. 14), que indicam, no seu conjunto, um tipo de fundição em vasilha aberta²⁹. Foi possível recuperar ainda dois possíveis moldes univalves de pedra, muito embora ligeiramente deslocados desta área, quiçá devido à passagem do arado. A ausência de manchas de fogo oulareiras estruturadas indica que estas se encontrarão seguramente fora do perímetro escavado, o que esperamos poder averiguar de futuro.

Uma terceira fase, que podemos estimar a partir do século I a.C., encontra-se, por sua vez, testemunhada por uma nova reestruturação do espaço. A antiga grande estrutura circular – U.E. [22] –, entretanto caído em desuso, é sobreposta por uma nova construção – U.E. [27]-, também circular, mas comparativamente bastante mais pequena, com apenas 4 m de diâmetro, note-se, mais uma vez, sem qualquer lareira no interior. É nesta fase que surgem os primeiros elementos romanos e, muito possivelmente, será gravada a inscrição rupestre.

A nível da componente artefactual, é importante constatar que a grande maioria dos materiais corresponde às duas primeiras fases, notando-se um decréscimo há medida que avançamos no tempo até que, no final do século I, parecem cessar as actividades neste recinto.

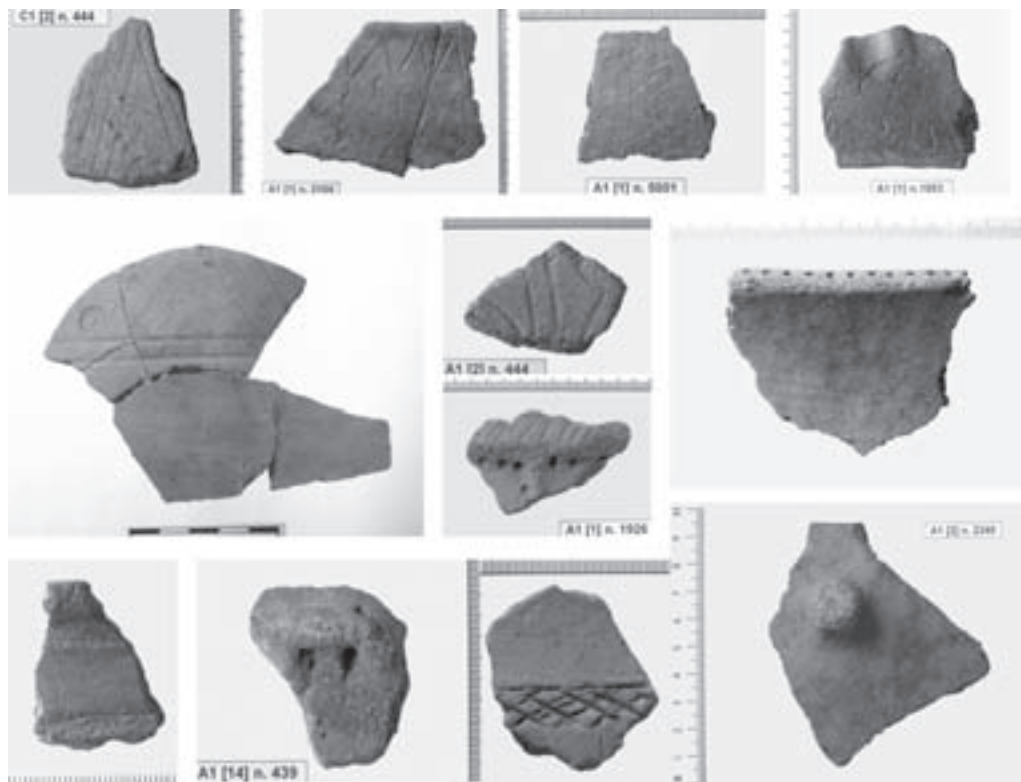
Fig. 14 – Pingo de metal fundido e tubeira de fole em barro (DAI-M.J. Correia Santos-J. Fernández).



29 Cfr. Senna Martínez neste mesmo volume.

No entanto, e contrariamente ao observado nos povoados contemporâneos às Fráguas da região – como sejam o Tintinholho, o Caldeirão, a Pedra Aguda, o Picoto ou o Castelo dos Mouros³⁰ –, caracterizados pela escassez de materiais de qualidade e pela pobreza decorativa da cerâmica, no Cabeço das Fráguas, chama desde logo a atenção a grande diversidade decorativa, por vezes de grande originalidade e a existência de peças de boa qualidade (Fig. 15).

Fig. 15 – Exemplos da componente artefactual cerâmica (DAI-J. Patterson).



Para a primeira fase, testemunhamos aquilo que vem sendo apontado por todos os investigadores que se centram nesta região: a extraordinária dificuldade em distinguir o Bronze Final da I Idade do Ferro³¹, dificuldade que, aliás, *grosso modo* se estende a todo o Noroeste Peninsular³². Registam-se contas de colar em pasta vítrea monocromáticas e oculadas (Fig. 16), fragmentos de unguentário tricolor, diversos artefactos de bronze e de ferro, entre os quais se destacam uma fíbula de tipo Bencarrón (Ponte 10), de mola bilateral rudimentar, e um cinzel de bronze, elemento pouco comum destinado ao trabalho de madeira e que representa um paralelo directo do encontrado no depósito de Vila Cova do Perrinho, Vale de Cambra³³ e do exemplar de Villadáfila em Zamora³⁴. A nível da componente cerâmica, e associadas a uma esmagadora maioria de produções manuais de cozedura irregular em ambientes redutores, distinguem-se, fragmentos brunidos de tipo Lapa do Fumo e decoração

30 António Carvalho, comunicação pessoal; Perestrelo 2000, 55-59; Pereira 2003, 338; Perestrelo 2005, 73.

31 Vilaça, Basílio 2000, 39-47; Vilaça 2005, 14-16; Batata 2006, 31-35, 92-96.

32 De que é exemplo a subdivisão da fase I – Bronze Final III de Silva, na fase IB que se prolonga até 500 a.C. (2007, 84).

33 Silva 2007, 250.

34 García Rozas 1999, 28.

Fig. 16 – Conjunto de contas vítreas identificadas
(DAI-J. Patterson-M.J. Correia Santos-F. Barbosa).



de tipo Baiões³⁵ associadas a motivos típicos de Cogotas II³⁶; decoração canelada executada sobre pasta fresca; cerâmica penteada de inspiração mesetenha; a recorrente decoração impressa ou incisa no lábio ou no bordo das peças; a frequente utilização do cordão plástico com impressões ou ungulações sobre a pança; as pegas mamilares perfuradas e formas em S associadas a recipientes carenados.

A segunda fase é representada, por sua vez, pelo aparecimento de grandes recipientes de bordo moldurado em aba, aqui escassos, mas cuja difusão é sobretudo característica do século IV-III a.C.³⁷, por fragmentos com decoração estampilhada, que acompanham a continuidade de grande parte das formas e dos motivos decorativos, sendo de notar, porém, a caída em desuso das gramáticas de tipo Baiões e a ocorrência de mais fabricos a torno que, não obstante, se mantém de carácter residual. Nesta fase, verifica-se que as produções de bronze são ainda bastante expressivas, embora surjam associadas a um número crescente de elementos de ferro. É o caso de um escopro de bronze de secção quadrangular, semelhante aos identificados no Sabugal, em Aldeia do Bispo e em Vila Boa³⁸ e que aqui se encontra associado a vários elementos de ferro, como sejam dois contos de lança, dois fragmentos de espada e as duas pontas de seta a que já nos referimos, que de resto, são de destacar, pela sua raridade ao longo de toda a Idade do Ferro³⁹ no território peninsular. Algo muito interessante também é a presença de fragmentos de uma fúrcula em bronze

35 Senna-Martínez 1994, 215-232.

36 Como sejam as linhas incisas penteadas, onduladas e entrecruzadas associadas a alinhamentos oblíquos de picotagem ou incisões, típicos de contextos de Cogotas II e sobretudo de Sanchorreja (Seco Villar, Treceño Losada 1993, 147; Sanz Mínguez 1997, 139-142).

37 Hernández Hernández *et al.* 1989, 123-125, Fernández Posse 1998, 165-166.

38 Osório 2005, 44.

39 Stary 1994, 144.

que igualmente se associa a este conjunto e que definitivamente sugere a realização de actividades de banquete nesta área⁴⁰.

A terceira fase caracteriza-se por fabricos e decorações típicos da II Idade do Ferro que se associam agora a produções de época romana, de carácter, porém, muito residual. De sublinhar é, por exemplo, o facto de terem sido recuperados apenas dois pequenos fragmentos de *tegulae*, em toda a área escavada. Da mesma forma, as cerâmicas de mesa, estão escassamente representadas, reportando-se na esmagadora maioria a fabricos hispânicos, mas cujo elevado grau de fragmentação e desgaste impossibilita qualquer tentativa de classificação formal. Entre os fragmentos melhor conservados, identifica-se uma taça Drag. 27, de fabrico hispânico, datável do século I⁴¹. Registam-se, no entanto, também alguns exemplares de *campaniense* B, cuja cronologia mais tardia será o séc. I a.C., de pasta bege, muito depurada e verniz negro azulado pouco espesso. Entre a componente artefactual desta fase, destacam-se ainda uma fíbula em ómega tipo Fowler B1 (Ponte b51.2) e outra de tipo charneira de arco triangular (Ettlinger 28), bem como um amuleto podomorfo, igualmente de bronze (Fig. 17). O que caracteriza todo o conjunto é, porém, um ambiente marcadamente indígenista e conservador.

Considerando todo o conjunto, chama a atenção, ao longo das várias fases de ocupação, a escassez de grandes contentores de armazenamento, face à predominância de recipientes

Fig. 17 – Respectivamente, fíbula em ómega Fowler B1, amuleto podomorfo e fíbula tipo Ettlinger 28 (DAI-J. Patterson).



destinados à contenção de líquidos, geralmente de pequena e média dimensão, bem como de potes e panelas de média dimensão, destinadas à confecção de alimentos, como sugerem os vestígios nítidos da sua sujeição ao fogo.

Considerações finais

Num território intrinsecamente de transição, entre a Beira Transmontana planáltica e agreste, que arrasta consigo a Meseta Ibérica até à linha do Côa e a Zona Serrana, no prolongamento da Cordilheira Central que irrompe, de modo abrupto, no maciço da Serra da Estrela, o Cabeco das Fráguas cedo assumiu papel de destaque como um importante marco visual na geografia física e religiosa das comunidades proto-históricas da região. Comprova-o não só a longevidade da sua ocupação, desde os últimos momentos do Bronze Final até ao

40 Silva 2007, 263. Ver imagem em Correia Santos neste volume.

41 Beltrán Lloris 1990, 94, 104.

século I, como também a vitalidade do uso deste espaço no âmbito cultural, manifesta no factor de continuidade que perpassa as subsequentes reformulações da área de acrópole.

É assim que, se numa primeira fase, a actividade documentada se associa a diversos blocos esteliformes fincados no solo e a um curioso edifício de planta circular com um anexo quadrangular; numa segunda fase e passadas várias gerações, não obstante seja construído o alinhamento de blocos a que já nos referimos, num momento em que vários dos blocos anteriores estariam já tombados, se volta a construir um edifício análogo, com o mesmo tipo de construção e a mesma orientação, mas de maiores dimensões, certamente para responder a uma maior afluência de indivíduos, como de resto a componente artefactual deixa entrever para a segunda fase, que inequivocamente corresponde ao apogeu deste espaço sagrado.

Com a romanização, a que corresponde a terceira fase, assiste-se à gradual perda de importância deste centro religioso. As antigas estruturas são abandonadas e regista-se um acentuado decréscimo da componente artefactual. É ainda construída uma nova estrutura circular, mas o seu reduzido tamanho indica a drástica redução de actividades neste recinto, à medida que se conforma uma nova organização territorial e paulatinamente são incorporados novos usos e costumes. É disso testemunho a inscrição rupestre, ao introduzir algo de tão inaudito como a escrita neste espaço⁴² e ao perpetuar, gravado na rocha, a cerimónia sacrificial que, durante centenas de anos, aqui teria tido lugar.

Embora não tenha sido possível, até ao momento, identificar o *vicus* de que dá testemunho a ara dedicada pelos *vicani ocelonensis* na área de sopé, o que fica claro é, sem dúvida, a presença romana e, o mais interessante, a pervivência do culto a *Laepo*, possível divindade tutelar que continuaria a ser cultuado muito depois de terem caído em desuso os ritos sacrificiais praticados no cume, de ter sido esquecido o papel de Reve e Trebarune na cerimónia e de o monte não ser mais do que um longínquo lugar de memória.

Bibliografia

- Alfayé, Marco Simón 2008: S. Alfayé Villa, F. Marco Simón, "Religion, language and identity in Hispânia: Celtiberian and Lusitanian rock inscriptions", R. Häussler (dir.), *Romanisation et Epigraphie. Études interdisciplinaires sur l'acculturation et l'identité dans l'Empire romain*, Archéologie et Histoire Romaine, 17, Montagnac, 2008, 281-305.
- Almeida 1943: J. de Almeida, *Roteiro dos Monumentos da arquitectura Militar do Concelho da Guarda*, Lisboa, 1943.
- Ballu 1972: E. Belin de Ballu, *Olbia, cité antique du littoral nord de la mer noire*, E. J. Brill, Leiden, 1972.
- Batata 2006: C. A. Batata, *Idade do Ferro e Romanização entre os rios Zêzere, Tejo e Ocreza, Trabalhos de Arqueologia*, 46, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2006.
- Blanco Freijeiro 1957: A. Blanco Freijeiro, "Exvoto com escena de sacrificio", *Revista de Guimarães*, 67, 1957, 499-516.
- Beltrán Lloris 1990: M. Beltrán Lloris *Guía de la Cerámica Romana*, Libros Pórtico, Zaragoza, 1990.
- Berrocal-Rangel 1994: L. Berrocal-Rangel, *El altar prerromano del Castrejón de Capote: ensayo etno-arqueológico de un ritual céltico en el Suroeste peninsular*, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, 1994.
- Bigotte Chorão 2002: M. J. Bigotte Chorão, *Memórias Paroquiais, Retrato do Concelho da Guarda em 1758*, Edição da Câmara Municipal da Guarda, Guarda, 2002.

42 Alfayé, Marco Simón 2008, 18-24.

- Cardim Ribeiro 2002: J. C. Cardim Ribeiro, "A Ideologia Tripartida dos Indo-europeus", *Religiões da Lusitânia, Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, 2002, 369-370.
- Curado 1984: F. P. Curado "Aras a *Laepus* procedentes de Pousafoles, Sabugal", *Ficheiro Epigráfico*, 7 (28), 1984, 8-12.
- Eliade 1983: M. Eliade, *Ferreiros e Alquimistas*, Artes Gráficas Ibarra, S.A., Madrid, 1983.
- Ettlinger 1973: E. Ettlinger, *Die römischen Fibel in der Schweiz*, Bern, 1973.
- Fernández Posse 1998: M. D. Fernández Posse, *La investigación protohistórica en la Meseta y Galicia*, Ed. Síntesis, Madrid, 1998.
- Fowler 1960: E. Fowler, "The origins and developments of the pennanular brooch in Europe", *Proceedings of the Prehistorical Society*, XXVI, 1960, 149-177.
- Garcia 1991: J. M. Garcia, *Religiões Antigas de Portugal, Aditamentos e Observações às "Religiões da Lusitânia" de J. Leite de Vasconcelos*, Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, 1991, 333-334.
- García Rozas 1999: R. García Rozas, *Museo de Zamora*, Museos de Castilla y León, Serie guías, 12, Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, Zamora, 1999.
- Gomez Tabanera 1966: J. M. Gomez Tabanera, "La función ternaria en el sacrificio celtibérico", *Actas del IX Congreso Nacional de Arqueología*, 1966, 257-276.
- Guerra, Schattner, Fabião 2003: A. M. R. Guerra, T.G. Schattner, C. Fabião, "Novas investigações no santuário de Endovélico (S. Miguel da Mota, Alandroal): a campanha de 2002", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6, 2, 2003, 415-479.
- Hernández Hernández et al. 1989: F. Hernández Hernández, M. D. Rodríguez López, M. A. Sánchez Sánchez, *Excavaciones en el castro de Villasviejas del Tamuja (Botija, Cáceres)*, Editorial Regional de Extremadura, Mérida, 1989, 114-126.
- López Monteagudo 1987: G. López Monteagudo, "Las Cabezas Cortadas en la Península Ibérica", *Gerión*, 5, Editorial de la Universidad Complutense de Madrid, 1987, 245-252.
- Marco Simón 2005: F. Marco Simón, "Religion and religious practices of the ancient Celts of the Iberian Peninsula", *E-Keltoi, Journal of interdisciplinary Celtic Studies*, vol. 6, The Celts in the Iberian Peninsula, University of Wisconsin, www.uwm.edu/Dept/celtic/ekeltoi, 2005, 287-345.
- Osório 2002: M. Osório da Silva, "Duas aras da Quinta de S. Domingos (Pousafoles do Bispo, Sabugal)", *Ficheiro Epigráfico*, n.º 69 (310), 2002, 4-9.
- Osório 2005: M. Osório, "Contributos para o estudo do I milénio a.C. no Alto Côa", *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*, Actas das Segundas Jornadas de Património da Beira Interior, Centro de Estudos Ibéricos, 2005, 35-65.
- Pereira 2003: V. Pereira, "O povoamento no I milénio a.C. na bacia hidrográfica do Alto Mondego", in A. Esparza Arroyo (coord.), *Encuentro de Jóvenes Investigadores sobre Bronce Final y Hierro en la Península Ibérica*, Fundación Duques de Soria, 2003, 336-354.
- Perestrelo 2000: M. S. Perestrelo, "O povoado do Caldeirão – subsídios para o estudo do Bronze Final na região da Guarda", *Beira Interior, História e Património, Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*, M. Ferreira, M. S. Perestrelo, M. Osório, A. A. Marques (coords.), 1-3 de Outubro de 1998, 2000, 51-96.
- Perestrelo 2005: M. S. Perestrelo, "O Castelo dos Mouros de Cidadelhe e a Idade do Ferro no Médio Côa", *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*, Actas das Segundas Jornadas de Património da Beira Interior, Centro de Estudos Ibéricos, 2005, 67-92.
- Ponte 2006: S. Da Ponte, *Corpus signorum das fibulas: proto-históricas e romanas de Portugal*, Caleidoscópio, Coimbra, 2006.
- Prósper 2002: B. Prósper, *Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*, Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 2002.

- Rodrigues 1959: A. V. Rodrigues, "O castro do Cabeço das Fráguas e a romanização das suas imediações", Separata de *Beira Alta*, XVIII, n.º 1-2, 1959, 111-128.
- Santos 2007: M. J. Santos, "El sacrificio en el occidente de la Hispania romana: para un nuevo análisis de los ritos de tradición indoeuropea", *Paleohispanica*, vol. 7, 2007, 175-217.
- Santos 2008: "The triple animal sacrifice and the religious practices of the indigenous western Hispania", *Dedicanti e Cultores nelle Religioni Celtiche, VIII Workshop F.E.R.C.A.N.*, Gargnano del Garda (9-12 maggio 2007), A. Sartori (ed.), Quaderni di Acme, 104, Università degli Studi di Milano, Cisalpino Istituto Editoriale Universitario, pp. 253-274.
- Santos, Schattner, Pereira 2008: M. J. Santos, T. Schattner, V. Pereira, "O Cabeço das Fráguas (Quinta de São Domingos), 2006: O Contributo da Primeira Campanha de Escavações", *Praça Velha*, n.º 24, Câmara Municipal da Guarda, 2008, 175-202.
- Sanz Mínguez 1997: C. Sanz Mínguez, *Los vacceos: cultura y ritos funerarios de un pueblo prerromano del valle mediodel Duero. La Necrópolis de las Ruedas, Padilla de Duero (Valladolid)*, Arqueología en Castilla y León, Memórias, 6, Salamanca, 1997.
- Schattner, Suárez Otero, Koch 2004: T. G. Schattner, J. Suárez Otero, M. Koch, "Monte do Facho, Donón (O Hío/Prov. Pontevedra) 2003. Informe sobre las excavaciones en el Santuario de Berobreo", *Archivo Español de Arqueología*, 77, 2004, 23-71.
- Schattner, Guerra, Fabião 2005: T. G. Schattner, A. Guerra, C. Fabião, "La investigación del santuario de Endovelico en São Miguel da Motta (Portugal)", *Paleohispanica – Revista sobre Lenguas y Culturas de la Hispania Antigua*, 5, 2005, 893-908.
- Schattner, Suárez Otero, Koch 2006: T. G. Schattner, J. Suárez Otero, M. Koch, "Monte do Facho, Donón (O Hío/Prov. Pontevedra) 2004. Informe sobre las excavaciones en el Santuario de Berobreo", *Paleohispanica – Revista sobre Lenguas y Culturas de la Hispania Antigua*, 6, 2006, 183-223.
- Schattner, Mariné, Koch, Geldmacher 2006: T. G. Schattner, M. Mariné, M. Koch, N. Geldmacher "Bericht über die Kampagnen der Jahre 2004/05 im Heiligtum des Vaelicus in Postoloboso (Candeleda, Ávila)", *Madridrer Mitteilungen*, 47, 2006, 193-220.
- Schattner, Mariné, Koch 2007: T. G. Schattner, M. Mariné, M. Koch, "Postoloboso (Candeleda, Ávila) 2004/05: informe sobre la investigación en el santuario de Vaelicus", Diputación de Ávila, 2007, 75-100.
- Seco Villar, Treceño Losada 1993: M. Seco Villar, F. Treceño Losada, "La temprana iberización de las tierras del sur del Duero a través de la secuencia de la Mota, Medina del Campo (Valladolid)", in F. Romero Carnicero, C. Sanz Minués, Z. Escudero Navarro (eds.), *Arqueología Vaccea, Estudios sobre el mundo prerromano en la cuenca media del Duero*, Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo, 1993, 133-171.
- Senna-Martínez 1994: J. C. Senna-Martínez, "Entre Atlântico e Mediterrâneo: algumas reflexões sobre o Grupo Baiões/ Santa Luzia e o desenvolvimento do Bronze final peninsular", *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.*, Revista Anual da Associação para o Estudo Arqueológico da Bacia do Mondego, 2, 1994, 215-232.
- Silva 2007: A. C. F. Da Silva, *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, 2ª ed., Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 2007..
- Sary 1994: P. F. Sary, *Zur eisenzeitlichen Bewaffnung und Kampfweise auf der Iberischen Halbinsel*, Madrider Forschungen, 18, 2 vols., W. de Gruyter, Berlin, 1994.
- Tovar 1985: A. Tovar, "La inscripción del Cabeço das Fráguas y la lengua de los Lusitanos", *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas*, Universidad de Salamanca, 1985, 227-254.
- Tuchelt 1980: K. Tuchelt, „Didyma. Bericht über die Arbeiten der Jahre 1975–1979“ *Istanbuler Mitteilungen*, 30, 1980, 102-121.

- Vasconcelos 1913: J. L. de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, vol. III, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, 1913.
- Vilaça 2005: R. Vilaça, "Entre Douro e Tejo, por terras do interior: o I milénio a.C.", *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*, Actas das Segundas Jornadas de Património da Beira Interior, Centro de Estudos Ibéricos, 2005, 13-31.
- Vilaça, Basílio 2000: R. Vilaça, L. Basílio, "Contributo para a caracterização arqueológica da I Idade do Ferro da Beira Interior. Cerâmicas a torno da Cachouça (Idanha-a-Nova)", *Almadan*, 2ª. Série, 9, 2000, 39-47.

Breve observação sobre a representação processional no ocidente hispânico

Thomas G. Schattner

Instituto Arqueológico Alemão, Dept. de Madrid
schattner@madrid.dainst.org

Iberografias 6 (2010), 109-129. ISSN: 1646-2858

RESUMO Analisando as peças que ostentam procissões de animais procedentes do ocidente hispânico, observa-se de forma contundente a presença, em quase todas elas, de elementos de arte romana. Consequentemente, a sua datação só poderá situar-se num momento em que a arte romana era conhecida na região. No entanto, nenhuma delas representa os *suovetaurilia* na sua forma iconográfica canónica: nem o número, nem as espécies de animais, nem mesmo Marte, a divindade a que são habitualmente destinados, estão sempre presentes. A razão para tal dever-se-á ao facto de, tratando-se de um sacrifício de longa tradição indo-europeia, ser este também desde há muito um rito nativo da Hispânia Indo-europeia e, assim, não corresponder necessariamente à sua forma romana canonizada, conhecida como *suovetaurilia*.

PALAVRAS CHAVE Friso de animais; Procissão; Arte romana; Representações de *suovetaurilia*.

ABSTRACT When analyzing the pieces with animal processions from western Hispania, it becomes clear, that nearly all of them show elements of roman art. So, their datation can only be estimated at a moment, when roman art was known in the region. Nevertheless none of them follows the iconographical canonical representation of a *suovetaurilia*: neither the number, nor the animal species or even Mars, the deity to which these sacrifice are usually dedicated, are always present. The reason should be that, being this a sacrifice of long Indo-European tradition, it must have been a native rite also practiced in Indo-European Hispania, and so, not necessarily correspondent to the canonical roman form known as *suovetaurilia*.

KEYWORDS Animal frieze; Procession; Roman art; Representations of *suovetaurilia*.

I

Uma das questões primordiais que se prende com a inscrição rupestre do Cabeço das Fráguas e que tem sido consecutivamente relegada para segundo plano, é aferir a qual dos géneros epigráficos – comemorativo, funerário ou votivo – esta pertence. De um modo geral, é tacitamente aceite tratar-se de um texto votivo, no entanto, esta inscrição é algo mais que isso: supõe uma prescrição sacrificial. Juntamente com as inscrições de Lamas de Moledo, Arroyo de la Luz y Arronches¹, formam um grupo específico do ocidente hispânico, escritas na chamada língua lusitana. Já de um momento muito posterior, as inscrições de Panóias² podem ser incorporadas aqui, embora estas sejam mais elaboradas que aquelas pelo facto de conterem uma *sequentia temporum* do acto sacrificial em si, abarcando os diferentes momentos da cerimónia, desde o início até ao fim. Neste sentido, contem a liturgia concreta do sacrifício, facto absolutamente insólito para o mundo da Antiguidade e que às outras falta, mas que está inerente ao carácter específico destas inscrições.

1 Carneiro, Encarnação, Oliveira, Teixeira 2008; Prósper, Villar 2009, para a recente inscrição de Arronches.
2 As cinco inscrições no santuário contêm indicações precisas para a oferta da carne e do sangue dos animais sacrificados, seguindo um ritmo determinado (Alföldy 1997).

Além de escritas em língua lusitana, este conjunto de inscrições destaca-se também pelo facto de não seguirem o formulário canónico romano, o que constitui uma prova clara da sua origem ainda à margem deste mundo. Interessante ainda neste sentido é que, contrariamente às inscrições puramente votivas, estas ou não apresentam o nome do dedicante ou apenas o dos oficiantes. Os nomes que aparecem em algumas delas, como em Lamas de Moledo têm sido interpretados de outra maneira³, mas também em Panóias, o nome de Gaius Calpurnius Rufinus aparece apenas assinalando o seu evergetismo, e não como dedicante. Talvez com este mesmo contexto se possam relacionar as aras do Monte Facho⁴ que, embora seguindo o formulário votivo usual, em toda uma centena de monumentos apenas duas apresentam o nome de dedicantes. Esta situação um tanto ambígua eventualmente poderá estar vinculada também a outros aspectos atendendo à sua cronologia tardia. É assim muito importante assinalar este paralelismo para nos aproximarmos um pouco mais das implicações culturais implícitas. Interessante é também o facto de todas estas inscrições sacrificiais, chamemos-lhes assim, mencionarem sacrifícios de animais e se encontrarem sobre rocha nativa, isto é, num estado inamovível. No entanto, parece poder observar-se uma evolução dentro do género, já que pelo menos uma delas, a de Arronches, corresponde a uma laje móvel. Neste patamar de evolução talvez se inscreva ainda a ara de Marecos (Penafiel)⁵, cujo texto e demais características se correspondem. Neste sentido, e observando estes exemplos e também o caso das aras do Monte Facho, parece existir uma margem tanto para o texto da inscrição em si, como para a colocação num suporte.

No caso do Cabeço das Fráguas⁶, a linguística tem-se debatido sobre quem estará por detrás dos nomes TREBOPALA, LAEBO, ICCONA LOIMINNA, TREBARUNA e REVE. A questão aqui é essencialmente se se tratam de nomes de oficiantes, designações de cargos ou se correspondem a divindades que recebem sacrifícios de animais, hipótese para a qual se inclina a maioria dos investigadores. O debate sobre este assunto está presente nos contributos de Jürgen Untermann e Blanca Prósper, incluídos neste volume.

II

A particularidade do sítio do Cabeço das Fráguas vem-lhe justamente da inscrição, na qual é reportado o sacrifício de uma ovelha, de um porco, de uma *comaïam*, de uma ovelha qualificada de *usseam* e de um touro *ifadem*, animais que são atribuídos aos diferentes nomes acima indicados, provavelmente pertencentes a divindades⁷.

A ligação é óbvia e, como tal, não é de admirar que desde a primeira publicação de António Tovar, muitos autores tenham chamado a atenção para a proximidade relativamente aos *souvetaurilia*⁸. Trata-se de um antigo rito sacrificial romano, mas que tem as suas raízes, no contexto indo-europeu, pelo que tanto se encontra quer no mundo grego (Hom. Od. 11, 131-134), quer no mundo védico e persa, tal como Georges Dumézil há muito demonstrou⁹. Este rito tem simultaneamente a valência de lustração e purificação, bem como carácter expiatório, para apaziguar a ira dos deuses (ira deorum), remissão dos pecados e a restituição da paz com as divindades (pax deorum). Nestes últimos casos, as acções de sacrifício são

3 Em conjunto sobre estas inscrições ver, mais recentemente, Santos 2007. Para a inscrição de Sagunto, ver CIL II 3820; Tovar 1985, 246, nota 78.

4 Schattner, Suárez Otero, Koch 2005, 170-175.

5 A inscrição no altar remete para o ano de 147 d. C., data extraída a partir das personagens ali mencionadas, que também não são dedicantes, v. Le Roux, Tranoy 1974; Tovar 1985, 246 nota 78. Relativamente ao tema em geral v. Santos 2007.

6 As várias leituras reunidas e discutidas em Santos 2007, 180-186.

7 Debate ao pormenor sobre as partes componentes da inscrição recentemente por Curado 2002, 71-73 e Santos 2007, 175-186.

8 Tovar 1966-1967; Silva 1986, 294-295; Tovar 1985, 245; recentemente em resumo por Curado 2002, 71-73; Santos 2007, 186.

9 Descrito por Tovar 1985, 246 com notas 78-80 e recentemente por Santos 2007.

únicas. Porém, também a repetição do sacrifício está comprovada, naqueles situações em que assumem um carácter preventivo e apotropaico ou em que são executados no quadro de acções que se repetem, como, por exemplo, na lustração do censo dos cidadãos ou na lustração do exército antes da guerra¹⁰. Através da cooperação de vários agentes, os sacrifícios de *suovetaurilia* exercem um efeito de fomentação comunitária sobre o grupo que leva a cabo a oferenda sacrificial¹¹. O rito é multifacetado, pelo que, em última instância, encontrará utilidade em tudo, desde locais a pessoas, como o demonstram bem os muitos exemplos existentes. Os sacrifícios eram praticados tanto na esfera privada, como no âmbito estatal e público¹². Embora inicialmente destinados a Marte, já no século I d. C., período em que a inscrição de Fráguas será gravada, segundo indica o registo arqueológico, os sacrifícios eram passíveis de serem dedicados a qualquer divindade, mesmo àquelas que não pertenciam ao panteão¹³. Nas representações de *suovetaurilia* de época imperial, é frequente observar-se a ligação deste sacrifício à figura do imperador, como oficiante do rito, *capite velato*¹⁴. Elementos habitualmente constituintes são ainda a procissão em redor do local e o sacrifício em si, no final da representação.

Como representativos de *suovetaurilia* conhecem-se em Roma e em Itália vários monumentos e relevos históricos, desde a época republicana ao tempo da tetrarquia¹⁵, como seja o altar do Domitius Ahenobarbus¹⁶, a procissão no Arco de Susa¹⁷, o relevo Grimani no Louvre¹⁸ os relevos na Coluna de Traiano, na qual surge não menos do que três vezes o sacrifício de um touro, de uma ovelha e de um porco¹⁹, e a base decenária do Forum Romanum²⁰.

Ao olharmos as representações romanas de procissões sacrificiais, como a marcha triunfal no friso do Templo de Apolo junto ao Teatro Marcellus²¹, na face esquerda do altar de Ara Pacis²², na denominada *Ara dei vicomagistri*, o chamado relevo de Cancelleria²³, como as demais representações na Coluna de Trajano²⁴, torna-se claro que este sacrifício se distingue essencialmente pela característica ordem estandardizada do número três das espécies dos animais sacrificados. Além da espécie animal e do número deve-se igualmente ter em atenção que nos relevos históricos são apenas representados sacrifícios de bovinos, não de ovelhas, carneiros, porcos ou javalis, animais que, contudo, também eram conduzidos nas procissões²⁵. Uma observação assim demonstra quão próximas se encontravam as procissões sacrificiais, em geral, e as representações de *suovetaurilia* no particular. Estas remontam à arte grega, reconhecendo-se há muito tempo as ligações entre a *Ara Pacis* e o friso do Parthenon²⁶.

No conjunto de monumentos romanos, são habitualmente considerados como referência a Ara de *Domitius Ahenobarbus*, datada a cerca de 115-100 a. C., e o relevo Grimani de época tiberiana, actualmente ambos no Museu do Louvre. O primeiro exhibe uma representação da procissão sacrificial orientada para o altar disposto ao centro que, pelo esquema da sua iconografia, sua forma e motivo será seguido no futuro. Também a composição central

10 Ryberg 1955, 109; Wissowa 1971, 142; Tortorella 1992, 92; Santos 2007, 176; 2008, 254.

11 Wissowa 1971, 562; Scullard 1981, 124; Beard, North, Price 1998, 152; Der Neue Pauly 2001, 1079 v. Sühneritual (Rosenberger); 1111 s. *suovetaurilia* (Siebert).

12 Relativamente ao sacrifício, Tortorella 1992, 87.

13 Tortorella 1992, 91.

14 Tortorella 1992, 96.

15 Fundamental, como sempre, Ryberg 1955, 104-119.

16 H. von Heintze, in Kraus 1967, 221 fig. 173; Andreae 1973, 63 fig. 195, 196, 198, 199.

17 Ryberg 1955, 104-106 pl. 34.

18 Ryberg 1955, 106 fig. 54 a pl. XXXV; Fless 1995, 105 cat. 17 Taf. 43,1.

19 Ryberg 1955, 109-113; Nash 1961, 283-286, fig. 334-337; Coarelli 2000, 53, fig. 9. 99, fig. 55. 168, fig. 124.

20 Nash 1961, 198 s. fig. 223-228; Brilliant 1974, 88 fig. II.2.

21 H. von Heintze, in Kraus 1967, 223, fig. 178 d.

22 H. von Heintze, in Kraus 1967, 225, fig. 185 a; Andreae 1973, 133, fig. 265.

23 Andreae 1973, 148, fig. 332.

24 Coarelli 2000, 142, fig. 98, 99.

25 Fless 1995, 73.

26 Ryberg 1955, 2.

permanecerá desde então determinante para este tipo de relevos²⁷. Com o relevo Grimani que se encontra no Louvre atinge-se a forma canónica com a ordem correcta dos animais, a qual ressalta do nome que espelha igualmente a ordem da matança dos mesmos: mais próximo do altar encontra-se o porco, depois a ovelha, e por último, o touro²⁸.

Esta ordem não voltará a ser alterada²⁹, permanecendo bastante uniforme a representação em si dos sacrifícios³⁰, encontrando-se, por vezes, monumentos mais recentes que citam motivos de outros mais antigos³¹. Estes são constituídos por procissões com animais para sacrifício e pessoas que se movimentam em direcção ao mesmo local, o altar. As figuras que na procissão conduzem os animais, conduzem-nos por entre a multidão, puxando-os ou arrastando-os com as mãos ou, ocasionalmente, por meio de cordas. Os animais encontram-se dispostos de acordo com o seu tamanho; os instrumentos de matança, como a faca sacrificial ou o machado, são trazidos de forma ostensiva pelos serventes³².

Chegados aqui, observemos brevemente os testemunhos das imagens que representam procissões de sacrifício com animais que se podem encontrar nos poucos monumentos do ocidente hispânico. Vários autores relacionaram-nos com a inscrição de Fráguas, como que ilustrativos da mesma, uma vez que poderiam ser validados como produtos do Noroeste hispânico, na medida em que se distinguem das respectivas representações de sacrifícios de outras regiões peninsulares³³.

III

No catálogo que se segue são listados monumentos do Noroeste hispânico com representação de procissões de animais. São conhecidos desde há muito, mas têm originado pouco debate. Inicialmente tratados por Blanco³⁴, foram mais recentemente alvo de estudo por parte de Armada Pita e García Vuelta³⁵, tal como por Santos³⁶.

O catálogo incorpora dois tipos de peças: os relevos e os bronzes figurativos tridimensionais, estando por isso dividido nestas categorias. Uma vez que se tratam de peças conhecidas, as descrições que se seguem são resumidas, bastando, da mesma forma, indicar a referência bibliográfica mais antiga e a mais recente ou importante. A ficha de catálogo segue a sequência normal de um catálogo arqueológico: em primeiro lugar aparece o nome, pelo qual a peça é conhecida, depois o material e as medidas, procedência, breve descrição, datação e bibliografia.

Relevos

1. Diadema de Moñes (Fig. 1)

Ouro

Medidas: 42 x 6,2 cm max.

Moñes, outrora conhecido como procedente de Ribadeo (v. bib.)

27 Ryberg 1955, 108, 191.

28 Ryberg 1955, 109 pl. 35.

29 Excepção é a representação da coluna de Marco Aurélio, ou também alguma representação provincial, como no relevo de Beaujeu/Lyon s. Ryberg 1955, 114-116; Tortorella 1992, 88-90, fig. 11-13.

30 Fless 1995, 74.

31 Tortorella 1992, 100-103.

32 Fless 1995, 70-74.

33 Assim por Gómez-Tabanera (1966), Silva (1986) ou García Quintela (1999), citação resumida por Armada Pita, García Vuelta 2003, 70.

34 Blanco Freijeiro 1957.

35 Armada Pita, García Vuelta 2003.

36 Santos 2007; 2008.

Encontrado antes de 1885 ou 1924. Três partes conservadas. Incompleto.

Diadema com dois frisos. Representação alternada de cavaleiros ou de guerreiros de braços abertos, ou com armas nas mãos, guerreiro a pé, com todo o tipo de armas, e carregadores de recipientes num ambiente caracterizado pela representação de peixes e aves aquáticas. Nas armas, reconhecem-se escudos redondos, tal como elmos com penacho de três pontas e ainda lanças e punhais.

Datação: século III-I a. C.

Bib.: Galicia no Tempo 1991, 147 s. nº 54; Parzinger 1991; Marco Simón 1994; Höck 2001; Armbruster, Perea 2001; García Vuelta, Perea 2001.

Fig. 1 – Relevo de Moñes.

M. Blech, M. Koch, M. Kunst, *Hispania AntiTaf. Denkmäler der Frühzeit* (Mainz 2001) fig. 160 Taf. cores 55 b



2. Relevo de Formigueiro (Fig. 2)

Granito

Medidas: 126 x 83 x 15 cm

Verso do relevo empregue em construção de frontispício do altar da Capela de San Sebastián y la Candelaria em San Pedro de Trasalba (Amoeiro, Orense).

Laje. Três frisos. Os dois superiores são ornamentais, o inferior representa figuras. No bordo superior e entre o primeiro e o terceiro existem filetes separadores semicirculares. Trabalhada respectivamente na lateral para ligação. O primeiro friso é constituído por faixa entrançada, com três laços e um núcleo. O segundo friso é constituído por ganchos em forma de S ordenados em contraposição, alternando a forma triangular interior deitada ou de pé. O terceiro friso é constituído por figura de cinco cavalos direccionados para a esquerda. O quarto cavalo traz um cavaleiro a abrir os braços. Enquanto os três cavalos centrais apresentam o mesmo tamanho, os cavalos de cada extremo são mais pequenos. As suas cabeças encontram-se à mesma altura das dos outros cavalos, contudo os cascos encontram-se à altura dos joelhos dos outros. Em comparação com os demais ornamentos de traço geométrico exacto, o desenho das figuras salta à vista pelo seu aspecto desajeitado e irregular.

Bib.: Castro Pérez, Reboreda Morillo 2006; Llinares García 2008.

Fig. 2 – Relevo de Formigueiro, a estado, b reconstrução.
a IAA Madrid (John Patterson), b Castro Pérez, Reboreda Morillo 2006, 84 fig. 1



3. Relevo de Seoane de Atán (Fig. 3)

Granito

Medidas: 77 x 72 x 20 cm

Desconhecido o local do achado, de Seoane de Atán, Ferreira de Pantón (Lugo).

Friso no verso de um relevo tumular com duas pessoas sentadas. As cabeças foram quebradas, faltando, portando, a parte superior.

Fig. 3 – Relevo de Seoane de Atán.
Rodríguez Colmenero 1993, figura da página 387



Friso de cavaleiros para a esquerda. Dois cavaleiros armados com escudos ovais, longos e pontiagudos. Um dos cavalos encontra-se tão bem conservado, que é observável o levantar da pata dianteira direita.

Datação: primeiro terço do século II d. C.

Bib.: Rodríguez Colmenero 1993, 384-387; Rodríguez Colmenero 1995.

4. Relevo de Vilarín (Fig. 4)

Granito

Medidas: 100 x 40 x 40 cm

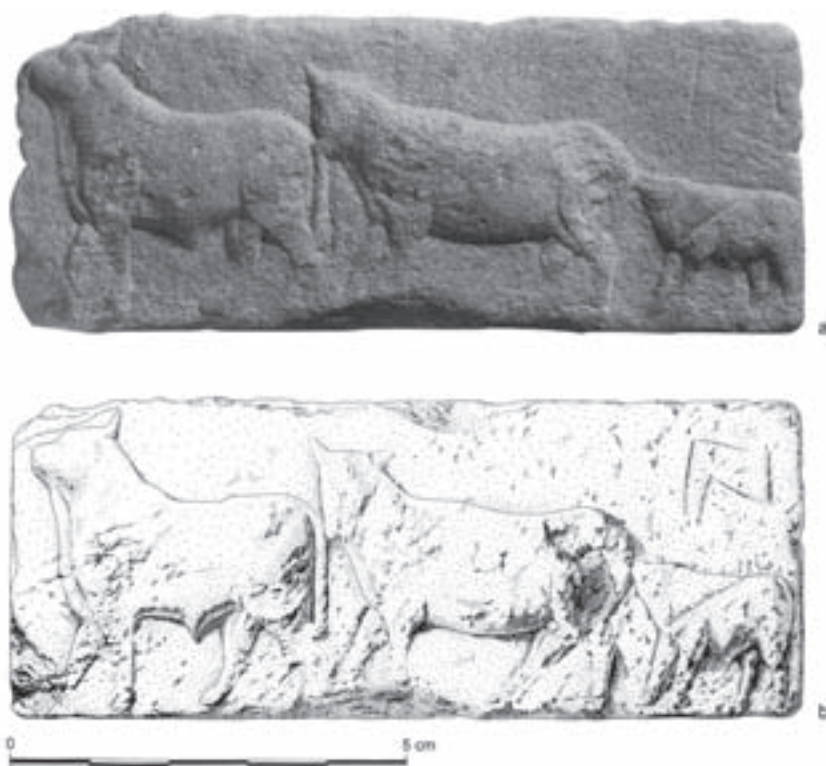
Empregue secundariamente num forno de tijolos romano em Vilarín (Becerreá, Lugo).

Laje com friso. Três animais para a esquerda. Touro, vaca, vitelo, escalonados por tamanho. Enquanto o touro ergue a sua cabeça para a frente, a vaca olha para fora da imagem para o observador. A cabeça do vitelo não parece estar representada. Talvez com isso se pretenda implicar um movimento de cabeça para o lado oposto do observador. Na publicação é descrita uma meia-lua deitada que se encontra na testa da vaca³⁷ e cuja existência, porém, tem vindo a ser contestada³⁸.

Datação: final do século I à primeira metade do século II d. C.

Bib.: Suárez Otero, Caramés Moreira 2003; Rodríguez Colmenero 2007.

Fig. 4 – Relevo de Vilarín, a fotografia, b desenho.
ab. Suárez Otero, Caramés Moreira 2003, fig. 3. 4



37 Suárez Otero, Caramés Moreira 2003, 391 com fig. 5.

38 Rodríguez Colmenero 2007.

5. Relevos de Frende (Fig. 5)

Granito

Medidas: 47,5 x 68 x 20 cm

Desconhecido o local do achado, de Frende (Baião, Porto).

Três relevos, encontrados de forma separada em 1888: dois reutilizados na capela de São João e o terceiro, identificado na aldeia.

O relevo 1 mostra um friso com duas figuras a deslocarem-se para a direita e que conduzem um touro ou um boi. Um homem envergando uma túnica sobre outra, mais comprida, provavelmente uma toga, segura a cauda do animal. O outro, de pé atrás do touro e, como tal, parcialmente encoberto por este, tem ambos os braços colocados por sobre o dorso do animal. Este faz movimentos bruscos com as patas dianteiras. Este homem traz uma túnica curta, a qual termina sobre o joelho. Provavelmente tratar-se-á de um *limus*: nesse caso, a parte superior do corpo do homem teria de estar desnuda. Os relevos 2 e 3 têm aproximadamente o mesmo tamanho e parecem pertencer ao primeiro, sem se ajustarem. É representada uma cena de luta, havendo quem sugerisse tratar-se de uma luta entre gladiadores (Souza), entre gigantes (Vasconcellos, Matos, Ribeiro), de uma luta ritual no âmbito de jogos funerários (Tranoy), ou ainda de uma procissão de três figuras que são recebidas por uma quarta.

Fig. 5 – Lajes de relevo de Frende, a procissão, b maquia entre gigantes, c procissão de pessoas.
Matos 1995, 86 n.º 39



O relevo 1 foi sempre associado a acções sacrificiais: ou como cena de um sacrifício em si (Souza), ou como procissão sacrificial (Matos, Ribeiro).

Da mesma forma, divergem as opiniões sobre o emprego do friso. Enquanto uns defendem que foi utilizado numa construção tumular (Alarcão), outros vêem-no como parte constituinte de um templo (Souza, Tranoy, Ribeiro)³⁹. Gonçalves reconhece nos três relevos – e está certamente correcto – partes pertencentes a um mesmo programa iconográfico que, assim sendo, seria constituído por três representações⁴⁰: condução do animal para sacrifício, luta ritual, dança ritual.

Datação: século III ou IV d. C.

Bib.: Souza 1990, 52 n.º 145; Matos 1995, 86 n.º 39; Cardim Ribeiro 2002, 375 n.º 23; Gonçalves 2007, 447-450 n.º 231.

Bronzes figurativos

6. Machado de bronze da colecção Valencia de Don Juan (Fig. 6)

O machado tem a forma de cabeça de boi. A lâmina é ornamentada por um anel. Numa das partes mais largas da lâmina encontram-se ordenadas várias figuras de pé: pessoas, animais e um caldeirão. As pessoas e os animais surgem de forma alternada, o caldeirão encontra-se junto à maçã do machado. Segue-se um homem com um *torques* em redor do pescoço que segura um carneiro com a mão direita. À frente deste parece jazer um *torques* no chão. Segue-se outro homem, também ele com um *torques* ao pescoço. A sua mão esquerda encontra-se pousada no carneiro e a direita segura uma faca, cuja lâmina aponta ao pescoço do animal. Atrás deste homem encontra-se um borreguinho que, numa perspectiva de frente, é praticamente tapado por aquele. Segue-se ainda um porco de orelhas largas em pé, atrás um leitão. Por fim surge um homem de braços abertos, com a mão esquerda pousada nas costas do porco e a direita em cima de uma cabra que se encontra ao lado. Esta também apresenta um cabrito atrás. Deve ter havido mais outra figura no final, provavelmente um homem, tendo permanecido apenas vestígios da parte em que se encontrava de pé. Ao lado reconhecem-se ainda os vestígios da parte onde pousava decerto uma ave (um galo?). O homem terá tido uma corda, com a qual puxaria o último animal, um urso

Fig. 6 – Machado de bronze da colecção de Valencia de Don Juan, a perspectiva frontal, b perspectiva de trás.
Blanco Freijeiro 1957, lám. I



39 Todas as opiniões referidas por Gonçalves 2007, 449.

40 Gonçalves 2007, 450.

bebé que, tendo em conta a postura do condutor, se terá oposto a acompanhá-lo. Trata-se, ao todo, de quatro pessoas, homens, e de quatro animais na fila da frente: carneiro, porco, cabra, urso, tendo os três primeiros animais as crias atrás deles: borrego, cabrito, leitão.

Bib.: Blanco Freijeiro 1957; Tovar 1985, 247; Armada Pita, García Vuelta 2003, 50-57 n.º 2 lám. I,2. II-IV fig. 3; Santos 2007, 187; 2008, 257.

7. Machado de bronze de Castelo Moreira (Fig. 7)

Num dos lados, o machado termina em forma de cabeça, no outro, com um anel. O cabo do machado consiste numa trança plástica, na qual se encontram quatro animais de pé: um carneiro, um bode, uma cabra e um porco. À altura do carneiro, mas na parte lateral do entrançado, está representado a parte superior do corpo de um homem como prótomo. O homem traz um machado sobre o ombro e estende a outra mão para baixo, onde se encontra um *torques*. Ao lado, no chão, está um recipiente.

Bib.: Armada Pita, García Vuelta 2003, 49 n.º 1 lám. I,1 fig. 2; Santos 2007, 187; 2008, 257-258.

Fig. 7 – Machado de bronze de Castelo Moreira, a lado direito, b lado esquerdo.
Blanco Freijeiro 1957, lám. IV



8. Machado de bronze de procedência desconhecida (Fig. 8)

Museu Nacional de Arqueologia de Madrid, Inv. 1981/61/3

Medidas: 8 x 3,4 cm

Machado que termina em cabeça de touro. Ao longo do machado prótomos de cabeças de carneiro, de uma cabra, e de um pequeno boi, ainda que resulte algo incerta a determinação dos animais. Antes, três figuras humanas e, no lado inferior, uma chapa com a representação de um *torques*. A crina do touro é artisticamente concebida como trança longa⁴¹.

Bib.: Pena Graña 1997; Barril Vicente 2002, 308 n.º 110; Armada Pita, García Vuelta 2003, 57-60 lám. I, 3. V fig. 4; Santos 2007, 187; 2008, 257.

41 Conhecem-se machados semelhantes, mas sem representação de vários animais, v. Blanco Freijeiro 1957, 508-510 lám. V; Barril Vicente 2002, 309 n.º 111.

Fig. 8 – Machado de bronze de local de achado desconhecido, Valladolid?
Barril Vicente 2002, 308 n.º 110



IV

Tal como os testemunhos literários, as evidências arqueológicas de sacrifícios de animais aumentam significativamente na Península Ibérica a partir da Idade do Ferro. Neste sentido, as fontes escritas reportam, por exemplo, que no ano de 147 a. C., os habitantes de Segobriga oferecem a Viriato um sacrifício, quando este vem à cidade⁴²; que nos sacrifícios de animais era deglutida uma parte da carne sacrificial⁴³; que o fígado e/ou as tripas do animal sacrificado eram expostos ou que os cantabros bebiam o sangue dos cavalos sacrificados⁴⁴; que eram imolados bodes em honra do Ares indígena, bem como prisioneiros de guerra e cavalos⁴⁵. Em termos arqueológicos, vale a pena referir, justamente neste sentido, os restos da refeição sacrificial descobertos *in situ* pelos escavadores de Castro Capote⁴⁶.

Os correspondentes monumentos alegóricos existem em pequeno número, como o ilustra este catálogo, o qual abrange todos os monumentos conhecidos datados habitualmente na II Idade do Ferro e em Época Romana. Todos correspondem ao Noroeste e Ocidente hispânico (Fig. 9), cruzando, portanto, o território de distribuição das famosas estátuas de guerreiros lusitano-galaicos⁴⁷. Tendo em conta o carácter geral não icónico dos monumentos da região, este aspecto afigura-se notável. Numa perspectiva global, o catálogo distingue três grupos de monumentos, de acordo com o material, a forma, o motivo e a tradição da imagem plástica representada.

1. O primeiro grupo abrange os relevos de Moñes (n.º de cat. 1 fig. 1), Formigueiro (n.º de cat. 2 fig. 2) e Seoane de Atán (n.º de cat. 3 fig. 3). Em comum estão o género dos relevos, o motivo do friso de cavalos com cavaleiros, tal como a tradição da imagem plástica representada. Foram-lhes reconhecidas duas fontes por parte de Hermann Parzinger, relativamente à peça de Moñes (n.º de cat. 1): a Arte de Sítulas do norte itálico juntamente com a Torêutica Ibérica. Face à datação e à localização geográfica de ambos os lados junto ao Mar Tirreno, parte-se, para já, de uma influência da Arte de Sítulas sobre a Torêutica Ibérica. Se, para a representação no diadema, foi utilizado unicamente o modelo da Arte de Sítulas, ou igualmente o da Torêutica Ibérica, permanece por comprovar⁴⁸. Através da confrontação e da comparação, Parzinger fundamentou as observações amplamente aceites pela investigação⁴⁹. Assim, parece claro que, no noroeste hispânico, no período tardio da

42 Front. 3, 2, 5.

43 Hor. Carm. 3, 4, 34.

44 Sil. It. 3, 344 f., 357 ff.

45 Estr. III, 3, 7.

46 Berrocal Rangel 1994, 262.

47 Schattner 2003 a, 4 fig. 1; para ver resumo/balanço sobre o congresso de Lisboa no ano de 2002, v. Frey, Schattner 2003.

48 Isto requer um estudo próprio.

49 Höck 2001, 384; Armbruster, Perea 2001, 395-397; Koch 2001 e, em resumo para a investigação espanhola, García Vuelta, Perea 2001, 20; Castro Pérez, Reboreda Morillo 2006, 86.

Fig. 9 – Mapa de distribuição de monumentos e inscrições.
IAA Madrid, Elisa Puch



Idade do Ferro (séculos III a I a. C.),⁵⁰ se tenha desenvolvido uma tradição em que foram adoptadas e trabalhadas as influências vindas dessas fontes⁵¹.

Enquanto a distância formal do Diadema de Moñes (n.º de cat. 1) é mais diminuta em relação a esses modelos externos, ela torna-se maior nos exemplos de Formigueiro (n.º de cat. 2) e de Seoane de Atán (n.º de cat. 3). A diferença consiste sobretudo na circunstância de o diadema conservar tanto a pequenez do formato, portanto o desenho de miniatura da Arte de Sítulas, como também o metal para material de suporte. A diferença consiste ainda em a representação no diadema corresponder a uma arte narrativa, ou seja, uma sequência de imagens isoladas, que são lidas uma após a outra e que, em conjunto, contam uma história. Os agentes são sobretudo animais, mas igualmente pessoas. Frisos deste género, de animais e de humanos, são conhecidos na Arte de Sítulas. A reconstrução da história acima mencionada que se encontra no Diadema de Moñes tem sido difícil para a investigação⁵²; nenhuma das explicações até agora apresentadas parece ser convincente. O diadema é, no entanto, o primeiro exemplo da arte narrativa no contexto do norte hispânico⁵³.

Às lajes de um friso com ligação de pelo menos para um lado⁵⁴ pertence o relevo de Formigueiro (n.º de cat. 2), igualmente integrado num contexto alegórico e plástico mais vasto⁵⁵. Este transparece na própria representação, uma vez que o cavalo é recortado no lado exterior direito do bordo da laje. Isto é notável, uma vez que se poderia ter pensado que as imagens haviam sido distribuídas dessa forma sobre as lajes para caberem por completo na

50 Relativamente à datação e à história da investigação do diadema v. García Vuelta, Perea 2001, 20.

51 Parzinger 1991, 29-31.

52 Relativamente à história da investigação das respectivas explicações apresentadas, resumo recente v. García Vuelta, Perea 2001, 19.

53 Parzinger 1991, 31. Relativamente aos inícios da arte narrativa v. Kossack 1996, 24. 30.

54 O outro lado está rasurado.

55 Na publicação aponta-se para a existência de fragmentos correspondentes, v. Castro Pérez, Reboreda Morillo 2006, 83 s.

respectiva laje de friso. A solução dada apresenta, nesse sentido, um progresso na história da evolução figurativa.

Oposto à representação no Diadema de Moñes (n.º de cat. 1), o friso de Formigueiro (n.º de cat. 2) mostra, contudo, alterações significativas: no material, no tamanho e na disposição dos frisos. No diadema, os dois frisos de figuras ocupam o maior espaço no lugar disponível. As superfícies das imagens são contornadas por linhas finas. Nos bordos esquerdo e direito encontram-se gravados, como enquadramento, frisos mais finos de faixas entrançadas. O significado do friso de figuras torna-se assim claro, ora através da posição na superfície, ora através do escalonamento da respectiva altura dos frisos e de sua separação em frisos principais e frisos secundários.

Diferentemente, o relevo de Formigueiro é formado, no seu lado frontal, por três frisos mais ou menos da mesma altura (fig. 2b)⁵⁶. Um friso de faixa entrançada é seguido de um friso de ganchos em forma de S, depois pelo friso de figuras, o qual fica, dessa feita, situado na parte mais inferior. Na laje em si não surge nenhum destaque em particular. Para o ordenamento dos frisos, um em cima do outro, não se conhece qualquer exemplo entre os monumentos em pedra da cultura castreja, como se poderá verificar através das respectivas publicações gerais⁵⁷. As conhecidas lajes frontais dos monumentos do tipo Pedra Formosa exibem padrões sobrepostos, porém não podem servir de comparação, uma vez que não mostram frisos, no sentido arqueológico da palavra, mas superfícies decorativas poliangulares rematadas, com enquadramentos assimétricos, ou então áreas decorativas abauladas e sobrepostas, também elas com enquadramentos⁵⁸.

Por oposição, na arte de miniatura é habitual a disposição regular de frisos da mesma altura num mesmo objecto. Nomeiem-se aqui, em primeiro lugar, os elmos de ouro, provavelmente do período tardio da Idade do Bronze, de Axtroki ou Rianxo, que também exibem faixas entrançadas decorativas no ordenamento dos frisos em questão⁵⁹, ou o diadema, do período tardio da Idade do Ferro, do tesouro de Aliseda⁶⁰. A observação oferece-nos mais uma dica para a ligação entre a laje de Formigueiro e a arte de miniatura⁶¹. A transferência para um outro material, o granito, tal como o aumento considerável do tamanho – o Diadema de Moñes tem o máximo de 6,2 cm de altura, a laje de Formigueiro 83 cm – comprovam uma vontade clara para a monumentalidade, a qual é demonstrada pelo facto de a laje pertencer a um contexto arquitectónico e, como tal, continuar a exercer o seu efeito sobre muitos observadores.

Construções rectangulares, numa das quais poderá ter estado colocada a laje de friso de Formigueiro, existem na arquitectura castreja, a qual se distingue pelo emprego regular de construções circulares⁶². Perante a disposição inferior do friso de figuras, talvez se possa deduzir, tendo como pano de fundo a vontade dada de monumentalidade, uma fixação alta na parede⁶³. Isto faria lembrar a colocação dos frisos na arquitectura romana. Como Ryberg explica, em Roma eram criados relevos com representações da religião estatal

56 Na primeira publicação científica supõe-se que o friso superior com o padrão entrançado foi separado secundariamente, talvez para encaixar a laje na superfície do altar, onde foi encontrada (Castro Pérez, Reboreda Morillo 2006, 83 s. fig. 1).

57 Silva 1986; Calo Lourido 1994.

58 Como é o caso da Citânia de Briteiros (Höck 1985 Taf. 59).

59 Axtroki: Pingel 1992, 249 n.º 97 Taf. 87,1.2; Koch 2001, 493 Taf. cor 35 b. – Rianxo: Pingel 1992, 309 n.º N3 Taf. 98,13; Koch 2001, 494 Taf. cor 36 e. As faixas entrançadas de Pérez, Reboreda Morillo 2006, 86 descritas como “discos solares”.

60 Pingel 1992, 146. 221 f. Nr. 42/1774 Taf. 73,5.

61 Castro Pérez, Reboreda Morillo 2006, 87. 95.

62 Romero Masiá 1976, 57 fig. 16 grupo 4.

63 Castro Pérez, Reboreda Morillo 2006, 84 s. falam de uma “fachada monumental”, as pedras de cantaria reutilizadas na aldeia de Formigueiro poderão ter pertencido a essa obra de construção. De acordo está Llinares García 2008, 229.

para colocação ou emprego em uma arquitectura⁶⁴. Esta observação permite-nos estabelecer um critério externo para uma datação: o relevo de Formigueiro surgiu num período em que no Noroeste hispânico era conhecida a existência de relevos transpostos para a arquitectura.

Comparável no seu tamanho é o relevo de Seoane de Atán (n.º de cat. 3) que se encontra trabalhado como relevo alto no verso de uma pedra tumular. Em relação às outras duas peças deste grupo, a utilização de filetes de enquadramento assemelha-se ao uso de separadores de frisos, existindo uma proximidade particular com a peça de Formigueiro relativamente à espessura dos filetes, cuja secção transversal também varia: semi-redondo (Formigueiro) ou facetado (Seoane de Atán)⁶⁵. Em comparação com a laje de Formigueiro (n.º de cat. 2), no relevo de Seoane saltam à vista algumas particularidades: a boa qualidade do trabalhado das figuras, tal como a circunstância de haver apenas dois animais representados, sendo ambos cavalgados.

A representação dos dois cavaleiros parece idêntica; nesse sentido, também a perna dianteira do cavalo à frente deverá ter uma posição dobrada numa reconstrução. Faz lembrar uma exibição. Uma vez que a pata dianteira direita se encontra levantada, numa representação correcta de parada ou exibição equestre também teria de estar levantada a pata esquerda traseira. Falta a característica dobra da pata traseira até ao quadril, sinal de ajuntamento ou recolher do cavalo⁶⁶. Modelos para representações de cavalos e cavaleiros deste tipo encontram-se novamente na Arte de Sítulas⁶⁷. Monumentos deste período mais antigo devem ter estado disponíveis posteriormente, para, assim, servirem de modelo, como o demonstra a Sedia Corsini, um trono em estilo arcaizante, mas de época avançada, cujas representações imitam imagens correspondentes em tronos do século VII a. C.⁶⁸. Face a esta situação parece superfluo querer-se reconhecer na representação dos cavalos no relevo de Formigueiro representações de formas de andadura autóctones⁶⁹, passos laterais como o passo travado, até porque também estes se verificam na Arte de Sítulas⁷⁰. Ao lado do relevo de Seoane de Atán (n.º de cat. 3) dever-se-ia colocar formalmente um relevo de Braga, o qual, porém, mostra apenas um cavaleiro, portanto nenhuma procissão, e que, como tal, não pôde ser tido em conta neste catálogo⁷¹.

A sequência que aqui seguimos corresponde à sequência das datações. Se o Diadema de Moñes pertence ao período tardio da Idade do Ferro (século III-I a. C.) e o relevo de Seoane de Atán ao século II d. C., existe entre os dois o relevo de Formigueiro. Se aqui é representativamente aceite a pertença a um determinado grupo, até pela singularidade e o reduzido número de exemplares existentes, então talvez se possa igualmente falar de uma evolução dentro do grupo: da arte de miniatura até ao relevo arquitectural. Neste passo, foram primeiramente levados em consideração os ornamentos (Formigueiro) que, contudo, se haveriam de perder no período seguinte (Seoane de Atán). No decorrer da evolução, o significado do cavalo transforma-se do cavalo sem sela para o animal equestre. Esta evolução decerto acompanha a da utilização dos monumentos. O relevo de Seoane de Atán pertence a um relevo tumular; para o Diadema de Moñes, o contexto mais correcto talvez seja igualmente funerário ou, então, o de um tesouro. Para o relevo de Formigueiro deve-se presumir o contexto de uma arquitectura representativa. Cada respectiva utilização exterior deve ter tido um papel preponderante no desenrolar da evolução interior dos relevos.

64 Ryberg 1955, 190: "Reliefs representing rites of the state religion were usually designed for an architectural setting".

65 Castro Pérez, Reboreda Morillo 2006, 84 apontam para filetes semelhantes em colunas sepulcrais no norte de Meseta.

66 Representação correcta em Dietz 2008, 342 fig. 3 c.

67 Mais recente, Dietz 2008, 340 fig. 1. 2 (cavaleiro), 343 fig. 4 (posição de exibição).

68 Ryberg 1955, 9 fig. 5 pl. III.

69 Castro Pérez, Reboreda Morillo 2006, 87.

70 Dietz 2008, 343.

71 Castro Pérez, Reboreda Morillo 2006, 88 e, mais recentemente, Gonçalves 2007, 446-447 n.º 230 *Heros equitans*.

2. Como grupo próprio, o segundo reúne os bronzes da colecção de Valencia de Don Juan (n.º de cat. 6), de Castelo Moreira (n.º de cat. 7), e a de procedência desconhecida (n.º de cat. 8). As representações surgem-nos como miniaturas. Caracterizam-se especialmente pelo facto de um número de animais se encontrar representado de forma alinhada, em cima de um suporte, um machado⁷². Pertencem sempre à cena representada, um recipiente, tal como os serviçais para o sacrifício e o machado. Os investigadores estão de acordo que se trata efectivamente de cenas inspiradas em cerimónias sacrificiais. Tratam-se de imagens de procissões de animais para sacrifício, juntamente com os serviçais e respectivos instrumentos, bem como o recipiente para recolher o sangue e os pedaços de carne⁷³.

Relativamente à datação, permanece grande a incerteza. Mesmo as aportações mais antigas apenas fornecem datações pouco claras e genéricas, como seja a Idade do Ferro, (séculos IV a III a. C.), ou não contêm qualquer indicação temporal⁷⁴. Blanco reconhece uma certa relação deste género de monumentos, em termos de evolução paralela, com a Arte de Hallstatt do norte de Itália e chama a atenção para exemplos correspondentes em que existem igualmente miniaturas de animais sentados em cima de suportes, neste caso em pegas ou machados com prótomo de touro⁷⁵. Também há facas que o comprovam⁷⁶.

No estado actual da investigação, porém, apenas se pode estabelecer uma relação dos bronzes catalogados com a arte romana e apontar justamente para as representações de procissões sacrificial e de *suovetaurilia*, presentes nestes elementos, até agora, não reconhecidas como tal. A relação estabelece-se ao nível da disposição, do sujeito, da forma e do motivo.

A junção numa imagem do sujeito: a representação da procissão de animais com os serventes/oficiantes que acompanham ou levam a cabo o sacrifício, é greco-romana; as representações são sobretudo desenvolvidas no período helenístico e depois em época romana, de forma que a representação de uma procissão grega com efeito fora do tempo e do espaço, até mesmo com efeito de infinito, seja colocada em época romana num contexto concreto, que encontra a sua expressão máxima nos relevos históricos, onde são representados eventos memoráveis, sendo, como tal, geralmente datáveis⁷⁷. Formalmente, isto acontece através de 1) a introdução de um ponto central (composição central) junto ao altar onde culmina a procissão; 2) a dramatização do acontecimento, mostrando-se o acto da matança, e 3) através da inclusão num enquadramento local concreto (imagem de paisagem).

Tendo em conta os relevos de referência inicialmente aqui descritos, o de Domitius Ahenobarbus e o de Grimani, com a introdução da composição central e da disposição canónica dos animais para sacrifício, observamos, apenas através do pedaço com o número de catálogo 8, já uma correspondência nos monumentos hispânicos, uma vez que a cabeça do porco se encontra mais próximo do lugar do sacrifício, enquanto a cabeça do boi é aquela que se encontra mais distante do mesmo. Contudo, deve-se ainda apontar como motivo claramente romano a figura do sacrificador (n.º de catálogo 7), que apresenta um machado sobre o ombro⁷⁸. Este motivo surge com frequência nas representações romanas inicialmente descritas⁷⁹. Trata-se da figura do *victimarius*⁸⁰, habitualmente representado

72 Adota-se aqui a determinação mencionada na bibliografia mais recente: Armada Pita, García Vuelta 2003 e em Santos 2007, porque a documentação gráfica em foto ou desenho não permite outra classificação.

73 Resumo de Santos 2007, 186-188.

74 Blanco 1957, 511 („tardíos cuchillos hispánicos, cuya fecha ignoramos”); Armada Pita, García Vuelta 2003, 47; Santos 2007, 186.

75 Blanco 1957, 511 fig. 3.

76 Blanco 1957, 510.

77 Ryberg 1955, 190-202 e passim.

78 É difícil de discerni-lo nas fotografias. Desenho ilustrativo em Blanco 1957, 506 fig. 2,1.

79 Comparar com as representações em Ryberg 1955.

80 Sobre o papel e a representação destes, v. Fless 1995, 70-78.

com o característico machado sacrificial ao ombro. A este propósito é interessante assinalar também a representação deste elemento em todos os bronzes figurativos hispânicos: todos eles parecem representar machados⁸¹ tipicamente romanos, apresentando além disso uma figura de tipo *victimarius*. Por fim, deve-se apontar ainda, como marco de evolução, o escalonamento por tamanhos dos animais a sacrificar (n.º de cat. 6).

Outras particularidades ao nível formal e de motivo parecem, contrariamente, arcaizantes: a ordem não canónica da disposição dos animais, uma vez que o touro vai sempre à frente, seguido do carneiro e do porco⁸². Igualmente significativo é a ausência de serviçais a acompanharem os animais para o sacrifício, aparecendo apenas no final da procissão com os recipientes (n.º de cat. 7.8); ainda a utilização de prótomos em vez de figuras inteiras (n.º de cat. 8), assim como a escolha, como se vê no n.º de catálogo 6, do momento da apresentação dos animais para sacrifício juntamente com os respectivos serviçais antes do acto em si do sacrifício⁸³.

Nesta peça, a frontalidade da representação salta à vista, porque pressupõe a existência de um determinado espaço exterior, dessa forma incluindo o observador. A título comparativo, vale a pena ver o n.º de catálogo 7 e igualmente o 8. Aqui, as figuras estão ordenadas umas atrás das outras, mostrando, assim, a clara ligação com o friso. Estas representações apenas podem ser observadas e compreendidas enquanto frisos de relevo. O observador tem de ver o bronze a partir do lado esquerdo ou do direito e, respectivamente, atender ao movimento ora para a esquerda, ora para a direita da representação. Em ambos os casos, o observador reconhecê-la-á como um relevo. Se a observação for feita de frente, não conseguirá abarcar toda a imagem, permanecendo a representação incompreensível, um problema que os fundidores de bronze souberam reconhecer perfeitamente, encontrando para o mesmo uma solução engenhosa. Esta consiste em ir virando as peças na mão, o que permite várias perspectivas e várias novas interpretações. A imagem total é, por assim dizer, dividida nas partes isoladas que a compõem, e isto de uma forma sequencial correcta; porquanto que no n.º de catálogo 7, ora está primeiro a procissão dos animais, ora a figura humana, ora o *torques*, ou seja, a respectiva representação. No caso do n.º de catálogo 8 surge a primeira imagem de um carneiro, de uma cabra e de um boi apenas numa observação a partir da perspectiva lateral. À frente encontram-se três figuras humanas que parecem transpor-se para o lado inferior, onde está colocada uma representação de um *torques*.

Quanto aos recipientes representados no n.º de catálogo 6 e no 7, é possível que se tratar de uma forma indígena; pois os recipientes e baldes dos relevos romanos, designados nas inscrições como *olla* ou *extar*, são sempre carregados por parte dos serviçais do sacrifício, aos ombros ou pelas respectivas pegas⁸⁴, e não se encontram no chão, em local proeminente, no fim da procissão. O que foi presumido ganha em probabilidade se atendermos a que os altares, enquanto ponto central do sacrifício, não se encontram representados nas peças hispânicas do grupo 2, as quais permanecem em perfeito estado de conservação. E, pela composição da representação, parece mesmo que é o recipiente no chão que designa essa posição central. A observação resulta importante, já que é capaz de esclarecer de forma ilustrativa o papel dos grandes caldeirões do mundo celta, cujo exemplo mor é o de Gundestrup, cronologicamente contemporâneo dos exemplares hispânicos. No sacrifício romano, os recipientes destinam-se à recolha e cozedura em água das entranhas (*exta*) do animal sacrificado, depois de terem sido analisadas pelo sacerdote⁸⁵. Permanece por esclarecer, se os recipientes dos monumentos hispânicos teriam tido uma utilização semelhante.

81 Armada Pita, García Vuelta 2003; Santos 2007.

82 Santos 2007, 188 („jerarquización de las víctimas animales“).

83 Ryberg 1955, 5.

84 Fless 1995, 74 com os testemunhos literários.

85 Representado de forma alegórica no relevo *Extispicium*, no Louvre, v. Fless 1995, 74. 108 Cat. 29; figura em Ryberg 1955 fig. 69 a pl. XLV.

Como já foi indicado, tudo se passa de uma forma diferente na representação do n.º de catálogo 6. As figuras têm uma posição frontal. Mesmo adoptando várias perspectivas diferentes, o observador vê sempre a imagem inteira, visível e entendível a partir de todos os lados. A frontalidade, neste sentido, também é adoptada nos relevos romanos, ganhando um papel preponderante no decorrer da evolução dos mesmos. O sacerdote e as pessoas junto ao altar, como o sacerdote *capite velato* ou o músico (tocador de flauta), são mostrados dessa forma, e o touro olha, por vezes, para fora da imagem⁸⁶. A frontalidade vai ao encontro da posição de parada dos agentes no n.º de catálogo 6. Justamente os relevos romanos com representação de sacrifícios mais pequenos, do período tardio dos séculos II e III d. C., mostram tal frontalidade em combinação com uma atitude de parada ou desfile⁸⁷.

3. O terceiro grupo é constituído pelas peças de Vilarín (n.º de cat. 4 fig. 4) e Frende (n.º de cat. 5 fig. 5). Esta última pertence a um friso mais comprido, do qual se conservam dois outros blocos (fig. 5 bc). Devido à sua representação como relevos de pedra, as duas peças do n.º de catálogo 4 e 5 estão mais próximos dos relevos romanos inicialmente descritos. Nesse sentido, não é de admirar que exibam as fórmulas alegóricas romanas habituais como a procissão de animais, escalonados por tamanho (Vilarín), ou os serviços do sacrifício que os conduzem (Frende). Na peça de Vilarín salta ainda à vista o facto de a representação apenas incluir os animais, sem os serviços do sacrifício; pois nos relevos romanos, os serviços normalmente acompanham os animais, de forma muito próxima. Possivelmente, trata-se de uma maneira de representação que remete para modelos autóctones mais antigos. Tal como ressalta da descrição dos monumentos do grupo 2, também aí os serviços do sacrifício não surgem perto dos animais, mas apenas no fim da procissão, em estreita ligação com os recipientes (n.º de cat. 7.8). Neste sentido, talvez fossem de esperar serviços de sacrifício na próxima laje de relevo que se liga à esquerda, no n.º de cat. 4. Se o segundo animal no relevo, o bovino, traz mesmo uma meia-lua na testa, como foi descrito na primeira publicação, permanece incerto⁸⁸. Segundo se pode verificar na imagem⁸⁹, pode igualmente tratar-se do resto de um adorno na cabeça do animal, como é frequente usarem-no os animais de sacrifício representados em relevos romanos⁹⁰, uma vez que esse tipo de adorno também se encontra comprovado em animais participantes em *souvetaurilia*, justamente em relevos de períodos mais tardios⁹¹.

Os dois homens que conduzem o touro no relevo de Frende são indubitavelmente serviços de sacrifício, uma vez que guiam os animais com as mãos. Da circunstância de aquele que vai à frente possivelmente trazer um *limus* resulta uma datação precoce⁹². A maneira como pousa o braço direito no dorso do animal e como agarra, com a esquerda, o corno direito do touro encontra-se de forma igual num dos relevos da Cancellaria⁹³. A datação destes no período de Tibério resulta num *terminus post quem* para o relevo de Frende. Remissões destas, tal como referido inicialmente⁹⁴, são verificáveis com frequência justamente em representações romanas de sacrifícios. A toga como vestimenta para os serviços do sacrifício é rara, mas está comprovada, por exemplo nos *victimarii* do relevo Grimani⁹⁵. Talvez também aqui se possa remeter para o n.º de catálogo 4. Como o conhecimento destes

86 Resumo geral em Ryberg 1955, 190-202.

87 Ryberg 1955, 171 fig. 102 ab (Bonn); 196 fig. 116 e (Rom). 116 d (Reggio Calabria). 116 f (Dijon); Tortorella 1992, 102 fig. 16 (relevo Renn Rain).

88 Vide *supra* n.º de catálogo 4.

89 Suárez Otero, Caramés Moreira 2003, 392 fig. 5.

90 Por exemplo, Ryberg 1955, fig. 37 ab. 45 e. 54 a. 61 a.

91 Por exemplo, na base de *Decennalia* no Forum, v. Ryberg 1955, 118 fig. 61 a (ovelha e porco).

92 Fless 1995, 75 com Taf. 40. 41.

93 Ryberg 1955, 78 fig. 37 b (*Victimarius* à esq.).

94 Vide *supra* n. 32.

95 Fless 1995, 77 com Taf. 43,1.

relevos romanos citadinos, decerto famosos, chegou ao noroeste hispânico permanece por decifrar. Importa aqui observar que a região participaria na evolução romana citadina.

Conclusão

Pode-se concluir, antes de mais, que os artistas plásticos do noroeste hispânico estão interessados em representações de sacrifícios e de procissões. Como os grupos mostram, os modelos disponíveis são utilizados para tal de maneiras diferentes. Entre estes, só o n.º de cat. 1, o Diadema de Moñes, apresenta formas que aparentemente não têm influência romana. Os artistas plásticos conservam as características essenciais da tradição da Arte de Sítulas e criam, sob influência das formas romanas, os relevos de Formigueiro e Seoane de Atán (n.º de cat. 2 e 3). Isto é válido de modo semelhante para os monumentos do grupo 2 que, na sua origem, devem ter ligação à cultura de Halstatt ou de La Tène. Dos machados e maçãs de machados conhecidos⁹⁶, alguns são ornamentados com uma procissão de figuras animais. Para o efeito, encontram-se soluções engenhosas que testemunham uma análise profunda à forma romana. Resulta importante observar, que o caldeirão se encontra em posição destacada, substituindo dessa forma o altar conhecido nos relevos romanos. Nos monumentos do grupo 3 foi, por fim, possível observar citações literais do repertório dos relevos históricos romanos. Da mesma forma, este grupo de influência romana apresenta singularidades, as quais remetem para o mundo autóctone das formas. A datação de todos estes monumentos influenciados pela arte romana é expectável pertencer a um período em que os correspondentes modelos romanos para as figuras eram conhecidos no noroeste hispânico, ou seja, não antes do período imperial⁹⁷.

De importância afigura-se ainda a observação de que nem uma única das representações do Noroeste hispânico mostra um sacrifício de *suovetaurilia* na sua forma canónica, tal como é representada no já citado relevo Grimani. Nem o número, nem as espécies de animais estão sempre presentes. A razão para tal dever-se-á ao facto de o sacrifício de vários animais, na sua longa tradição indo-europeia, também ser há muito nativa na Hispânia indo-europeia, embora devamos ter cautela com a perspectiva simplificadora de Dumézil⁹⁸.

Quando, sob a influência das imagens romanas, surge no Noroeste hispânico a necessidade de representações correspondentes, são criadas quase todas as obras que apresentamos neste catálogo. Os diferentes modelos que se espelham nos grupos testemunham que existiram e perduraram tradições plásticas antigas, ainda vigentes no período romano. Isto pressupõe obras de imagens correspondentes, de que são testemunhos o Diadema de Moñes, para o grupo 1, e, para o grupo 2, os machados e maçãs de machado sem friso de animal⁹⁹. Os modelos para os monumentos do grupo 3 já são retirados directamente da arte romana citadina.

Esta observação condiz com as correspondentes inscrições¹⁰⁰, especialmente com a de Fraguas, onde são enumerados animais para sacrifício que, por um lado, testemunham a sua exibição em procissões, mas, por outro, não são correspondentes ao cânone dos *suovetaurilia*.

96 Lista completa em Armada Pita, García Vuelta 2003.

97 Com. reflexões semelhantes relativas à origem de algumas figuras guerreiras lusitano-galaicas por Schattner 2003 b, 128 f.

98 Vide *supra* nota 10.

99 Vide *supra* nota 91.

100 Vide *supra* Capítulo I.

Bibliografia

- Alföldy 1997: G. Alföldy, "Die Mysterien von Panóias", *Madrider Mitteilungen* 38, 1997, 176-246.
- Andreae 1973: B. Andreae, *Römische Kunst. Große Epochen der Weltkunst, Ars antiqua* (Freiburg i. Br. 1973), 1973.
- Armada Pita, García Vuelta 2003: X.-L. Armada Pita, O. García Vuelta, "Bronces con motivos de sacrificio del área noroccidental de la Península Ibérica", *Archivo Español de Arqueología* 76, 2003, 47-75.
- Armbruster, Perea 2001: B. R. Armbruster, A. Perea, "Goldschmiedearbeiten der eisenzeitlichen Castro-Kultur VII", in: M. Blech, M. Koch, M. Kunst, *Hispania AntiTaf. Denkmäler der Frühzeit*, 2001, 389-398.
- Barril Vicente 2002: M. Barril Vicente, in: *Torques, Belleza y Poder*. Catálogo da exposição de Madrid, Museo Arqueológico Nacional, Madrid, 2002.
- Beard, North, Price 1998: M. Beard, J. North, S. Price, *Religions of Rome*, Cambridge, 1998.
- Berrocal Rangel 1994: L. Berrocal Rangel, *El altar prerromano de Capote. Ensayo etno-arqueológico de un ritual céltico en el Suroeste peninsular*, Madrid, 1994.
- Blanco Freijeiro 1957: A. Blanco Freijeiro, "Exvoto con escena de sacrificio", *Revista de Guimarães* 67, 1957, 499-516.
- Blech 2003: M. Blech, "Die gallaecischen Kriegerstatuen im Lichte der eisenzeitlichen Plastik", *Madrider Mitteilungen* 44, 2003, 162-180.
- Brilliant 1974: R. Brilliant, *Roman art*, London, 1974.
- Calo Lourido 1994: F. Calo Lourido, *A plástica da cultura castrexa galego-portuguesa. Catalogación arqueológica y artística de Galicia del Museo de Pontevedra*, La Coruña, 1994.
- Cardim Ribeiro 2002: J. Cardim Ribeiro, "A ideologia tripartida dos Indo-europeus", *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*. Catálogo da Exposição do Museu Nacional de Arqueologia, 2002, 369.
- Carneiro, Encarnação, Oliveira, Teixeira 2008: A. Carneiro, J. Encarnação, J. Oliveira, y C. Teixeira, "Uma inscrição votiva em língua lusitana", *Palaeohispanica* 8, 2008, 1-11.
- Castro Pérez, Reboreda Morillo 2006: L. Castro Pérez, S. Reboreda Morillo, "Reflexiones sobre el relieve castreño de Formigueiro (Amoeiro, Ourense)", *Madrider Mitteilungen* 47, 2006, 83-103.
- Curado 2002: F. Patrício Curado, "A 'ideologia tripartida dos Indo-europeus' e as religiões de tradição palaeohispânica no ocidente peninsular", *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*. Catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia, 2002, 71-78.
- Dietz 2008: U. L. Dietz, "Hohe Schule in der Situlenkunst? ", F. Verse, B. Knoche, J. Graefe, M. Hohlbein, K. Schierhold, C. Siemann, M. Uckelmann, G. Woltermann (eds.), *Durch die Zeiten, Internationale Archäologie Studia Honoraria* 28, 2008, 339-347.
- Fless 1995: F. Fless, *Opferdiener und Kultmusiker auf stadtrömischen historischen Reliefs*, Mainz, 1995.
- Frey, Schattner 2003: O.-H. Frey, Th. G. Schattner, "Bilanz der Tagung", *Madrider Mitteilungen* 44, 2003, 305-307.
- Galicia no Tempo 1991: *Galicia no Tempo*. Monasterio de San Martiño Pinario, Santiago de Compostela, 1991.
- Gamer 1989: G. Gamer, *Formen römischer Altäre auf der Hispanischen Halbinsel*, *Madrider Beiträge* 12, Mainz, 1989.
- García Vuelta, Perea 2001: O. García Vuelta, A. Perea, "Las diademas-cinturón castreñas: el conjunto con decoración figurada de Moñes (Villamayor, Piloña, Asturias)", *Archivo Español de Arqueología* 74, 2001, 3-23.

- Gonçalves 2007: L. J. Rodrigues Gonçalves, *Escultura romana em Portugal: uma arte do quotidiano*, Mérida, 2007.
- Höck 1985: M. Höck, "Verzierte Bauteile aus Castros im Nordwesten der Iberischen Halbinsel", *Madri der Mitteilungen* 26, 1985, 243-256.
- Höck 2001: M. Höck, "Die Eisenzeit im Nordwesten der Iberischen Halbinsel", M. Blech, M. Koch, M. Kunst (eds.), *Hispania AntiTaf. Denkmäler der Frühzeit*, Mainz, 2001, 377-387.
- Höck 2003: M. Höck, "Os 'guerreiros lusitano-galaicos' na história da investigação, a sua datação e interpretação", *Madri der Mitteilungen* 44, 2003, 51-66.
- Koch 2001: M. Koch, "Diadem von Moñes", M. Blech, M. Koch, M. Kunst (eds.), *Hispania Antiqua. Denkmäler der Frühzeit*, Mainz, 2001.
- Kossack 1993: G. Kossack, "Religiöses Denken in Alteuropa vom 8. bis zum 6. Jahrhundert v. Chr. Geb.", P. Schauer (ed.), *Archäologische Forschungen zum Kultgeschehen in der Jüngerer Bronzezeit und Frühen Eisenzeit Alteuropas*, Regensburger Beiträge zur Prähistorischen Archäologie 2, 1993, 17-42.
- Kraus 1967: Th. Kraus, *Das römische Weltreich*, Propyläen Kunstgeschichte 2, Berlin, 1967.
- Le Roux, Tranoy 1974: P. Le Roux, A. Tranoy, "Contribution à l' étude des régions rurales du N.O. hispanique au Haut-Empire: deux inscriptions de Penafiel", *Actas do III Congresso Nacional de Arqueología I*, 1974, 249-258.
- Llinares García 2008: M. Llinares García, "El jinete y sus caballos. A propósito del relieve castreño de Formigueiro (Amoeiro, Prov. Ourense)", *Madri der Mitteilungen* 49, 2008, 229-237.
- Marco Simón 1994: F. Marco Simón, "Heroización y tránsito acuático: sobre las diademas de Moñes (Piloña, Asturias)", J. Mangas, J. Alvar (eds.), *Homenaje a José M^a Blázquez II*, 1994, 319-348.
- Matos 1995: J. L. de Matos (coord.), *Inventário do Museu Nacional de Arqueología. Coleção de escultura romana*, Lisboa, 1995.
- Nash 1961: E. Nash, *Bildlexikon zur Topographie des antiken Rom*, Tübingen, 1961.
- Parzinger 1991: H. Parzinger, "El mundo continental y Galicia en la Edad de Hierro. Reflexiones acerca de la diadema de Ribadeo", *Galicia no Tempo*, Conferencias, 1991, 23-39.
- Pena Graña 1997: A. Pena Graña, "Notas sobre la organización institucional celta en los territorios políticos autónomos (trebas) de la antigua Gallaecia", *Os Celtas da Europa atlántica: actas do I^o Congreso galego sobre a cultura celta*, 1997, 111-160.
- Pingel 1992: V. Pingel, *Die vorgeschichtlichen Goldfunde der Iberischen Halbinsel. Eine archäologische Untersuchung zur Auswertung der Spektralanalysen*, Madri der Forschungen 17, Berlin, 1992.
- Prósper, Villar 2009: B. M. Prósper – F. Villar, "Nueva inscripción Lusitana procedente de Portalegre", *Emerita, Revista de Lingüística y Filología Clásica* 77, 1, 2009, 1-32.
- Rodríguez Colmenero 1993: A. Rodríguez Colmenero, "Escultura en relieve y bulto redondo", F. Rodríguez Iglesias (ed.), *Galicia, Arte. Arte prehistórico y romano*, 1993, 373-475.
- Rodríguez Colmenero 1995: A. Rodríguez Colmenero, *Lucus Augusti, urbs romana. Los orígenes de la ciudad de Lugo*, Catálogo de la Exposición, Lugo, 1995.
- Rodríguez Colmenero 2007: A. Rodríguez Colmenero, "Anotaciones al relieve de los bóvidos de Vilarín, Ouselle (Lugo)", *Larouco* 4, 2007, 227-228.
- Romero Masiá 1976: A. Romero Masiá, *El habitat castreño*, Santiago de Compostela, 1976.
- Ryberg 1955: I. Scott Ryberg, *Rites of the state religion in Roman art*, Memoirs of the American Academy in Rome 22, Rome, 1955.

- Santos 2007: M. J. Santos, "El sacrificio en el occidente de la Hispania romana: para un nuevo análisis de los ritos de tradición indoeuropea", *Palaeohispanica* 7, 2007, 175-217.
- Santos 2008: "The triple animal sacrifice and the religious practices of the indigenous western Hispania", *Dedicanti e Cultores nelle Religioni Celtiche, VIII Workshop F.E.R.C.A.N.*, Gargnano del Garda (9-12 maggio 2007), A. Sartori (ed.), Quaderni di Acme, 104, Università degli Studi di Milano, Cisalpino Istituto Editoriale Universitario, 2008, 253-274.
- Suárez Otero, Caramés Moreira 2003: J. Suárez Otero, V. Caramés Moreira, "Ein römisches Relief aus Vilarín (Becerreá, Lugo)", *Madri der Mitteilungen* 44, 2003, 387-395.
- Schattner, Suárez Otero, Koch 2005: Th. G. Schattner, J. Suárez Otero, M. Koch, "Monte do Facho 2003. Bericht über die Ausgrabungen im Heiligtum des Berobreus", *Madri der Mitteilungen* 46, 2005, 135-183.
- Schattner 2003 a: Th. G. Schattner, "Die lusitanisch-galläkischen Kriegerstatuen", *Madri der Mitteilungen* 44, 2003, 1-5.
- Schattner 2003 b: Th. G. Schattner, "Stilistische und formale Beobachtungen an den Kriegerstatuen", *Madri der Mitteilungen* 44, 2003, 127-145.
- Scullard 1981: H. Scullard, *Festivals and Ceremonies of the Roman Republic*, London, 1981.
- Silva 1986: A. C. Ferreira da Silva, *A cultura castreja no noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, 1986.
- Souza 1990: V. De Souza, *Corpus Signorum Imperii Romani. Corpus der Skulpturen der römischen Welt*. Portugal, Coimbra, 1990.
- Suárez Otero, Caramés Moreira 2003: J. Suárez Otero, V. Caramés Moreira, "Ein römisches Relief aus Vilarín (Becerreá, Lugo) ", *Madri der Mitteilungen* 44, 2003, 387-395.
- Tortorella 1992: S. Tortorella, "I rilievi del Louvre con suovetaurilie: un documento del culto imperiale", *Ostraka* 1, 1992, 81-104.
- Tovar 1966-1967: A. Tovar "L'inscription du Cabeço das Fraguas et la langue des Lusitaniens", *Études Celtiques* 11, 1966-1967, 237-268.
- Tovar 1985: A. Tovar "La inscripción del Cabeço das Fraguas y la lengua de los Lusitanos", *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas*, Ed. Universidad de Salamanca, 1985, 227-254.
- Wissowa 1971: G. Wissowa, *Religion und Kultus der Römer*. Handbuch der klassischen Altertumswissenschaft als fünfter Band der vierten Abteilung, München, 1971.

O Cabeço das Fráguas e a concepção de espaço sagrado na *Hispania* indo-europeia

Maria João Correia Santos

Instituto Arqueológico Alemão

santos@madrid.dainst.org

Iberografias 6 (2010), 131-141. ISSN: 1646-2858

RESUMO Propõe-se, com o presente texto, contextualizar o santuário do Cabeço das Fráguas e as suas particularidades no âmbito da concepção de espaço sagrado na *Hispania* indo-europeia.

PALAVRAS CHAVE Santuário Indígena; Espaço Sagrado; Limites e Demarcação.

ABSTRACT The present text proposes to consider the sanctuary of Cabeço das Fráguas and its particularities within the sacred space conception of the Indo-european *Hispania*.

KEYWORDS Indigenous Sanctuary; Sacred Place; Limits and Boundary.

Um santuário é, por definição, um espaço onde a comunicação com o divino é possível, onde a *re-ligio* se torna realidade. Esta noção encontra-se estreitamente vinculada ao lugar em si mesmo. Um lugar sagrado nunca é escolhido: ele revela-se por si próprio, quer seja pela sua eminente situação topográfica, pela presença de nascentes ou particulares formações rochosas, por algo, enfim, que definitivamente o demarca do mundo profano e que em dado momento suscita o impacto emocional que lhe confere a sacralidade.

No mundo céltico, o termo geral para designar um santuário parece ter sido *nemeton*, etimologicamente relacionado com *nemos*, “claridade, céu, abóbada celeste” e com a noção de centro¹. Na *Hispania Indo-europeia*², apesar das dificuldades metodológicas, arqueológicas e linguísticas para asignar a “celticidade” a vários dos grupos étnicos, conhecem-se de facto referências ao termo *nemeton*, tanto a nível epigráfico como toponímico (Fig. 1), mas é sobretudo a diversidade dos lugares de culto que podemos considerar de tradição indígena o que mais se destaca.

De um modo geral e considerando o amplo horizonte cronológico compreendido entre o Bronze Final e a Época Romana, estes sítios podem ser agrupados em vários tipos³: A, estruturas rupestres com cavidades e degraus, cujos exemplos mais conhecidos são Panóias, em Vila Real⁴ e Ulaca, em Ávila⁵; B, estruturas rupestres sem degraus, frequentemente associadas a gravuras rupestres, como é o caso de Mogueira, em Resende⁶

1 Marco Simón 1993, 319.

2 Área geográfica coincidente com a fronteira linguística indo-europeia demarcada por Untermann (1962, 1992, 1999). A escolha desta definição prende-se igualmente com a dificuldade de filiação étnica de vários grupos indígenas, como sejam os Lusitanos e os Galaicos (Guerra 1998, 815-818, Correia Santos 2009, 181-193).

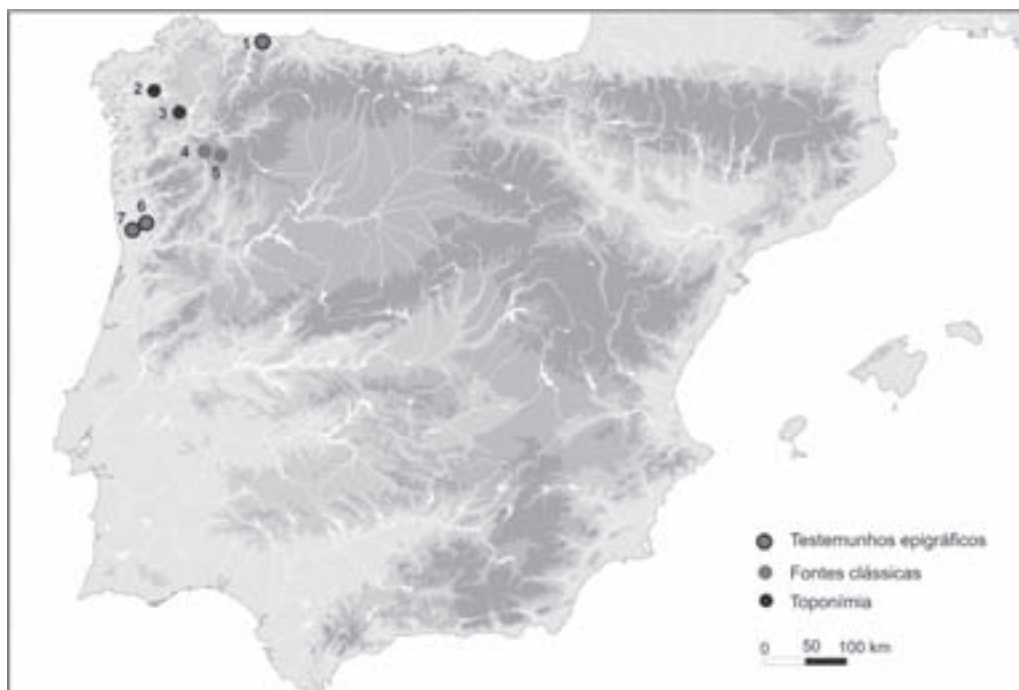
3 Correia Santos 2010, no prelo.

4 Alföldy 1997.

5 Ruiz Zapatero, Álvarez-Sanchís 1999.

6 Correia Santos, no prelo.

Fig. 1 – Distribuição geográfica das referências ao termo nemeton no NW Peninsular (DAI-Correia Santos): 1 - Nimmedo Seddiago (AEArq. 1934, 195); 2 - Nemenzo; 3 - Nemetia; 4 - Nemetati (Ptolomeu, II, 6, 40); 5 - Nemetobriga (Ptolomeu, II, 6, 36); 6 - Nimid Fiduenarum (CIL II 5607); 7 - Cusu Nemeoeco; Deo Nemeoeco (Silva 1986, 286; ILER 896).



ou de Monteferro, em Pontevedra⁷; C, locais documentados como santuários pela presença de inscrições *in situ* dedicadas a divindades indígenas, mas sem estruturas rupestres, a que corresponde Eiriz, em Paços de Ferreira⁸ e Fuente de la Higuera, em Cáceres⁹; D, espaços edificadas, geralmente no seio de povoados de que é exemplo Castrejón de Capote, em Badajoz¹⁰ e o próprio Cabeço das Fráguas; E, espaços subterrâneos, como o Abrigo das Bocas, em Rio Maior¹¹ ou a Cueva Santa del Cabriel, em Cuenca¹²; e, por fim, F, espaços funerários, com exemplo em Vale Ferreiro, Fafe¹³ e La Cerrada de los Santos, em Aragoncillo¹⁴.

O Cabeço das Fráguas é, desde logo, assinalado como um espaço de santuário pela inscrição rupestre que tem vindo a ser comentada ao longo deste volume, no entanto, e como descrito em pormenor nas linhas que reservámos à sua intervenção arqueológica, são vários os aspectos que definitivamente indicam a particularidade desta área.

Trata-se, em primeiro lugar, de um recinto bem demarcado que se afigura como uma ampla praça aberta, onde se destacam várias construções peculiares. Se, numa primeira fase, se registam diversos blocos esteliformes fincados no solo, associados a um edifício de planta circular com um anexo quadrangular; numa segunda fase e passadas várias gerações, é construído um edifício análogo, com o mesmo tipo de construção e a mesma orientação, mas muito maior e associado agora a um alinhamento de blocos bem estruturado, de orientação SE-NW, fase que o registo material indica ter constituído o apogeu deste espaço sagrado, assinalado pela diversidade decorativa da componente cerâmica, com peças

7 Santos Estévez 2007, 116-118.

8 CIL II, 5607; Silva 1986, 288, 294, 300.

9 Callejo Serrano 1965, n.º 10.

10 Berrocal-Rangel 1994.

11 Gomes, Calado 2007.

12 Lorrio et al. 2006.

13 Bettencourt et al. 2005.

14 Arenas Estebán 2003, 17-21.

de grande qualidade e que se afasta muitíssimo do panorama habitual em povoados deste período. Também interessante é o facto desta plataforma encontrar-se, por sua vez demarcada, pela presença de várias gravuras rupestres distribuídas pelos afloramentos rochosos que a delimitam (Fig. 2).

Fig. 2 – Plano geral da área de cume do Cabeço das Fráguas.



Se, por um lado, a comprovada ausência de lareiras no interior dos edifícios identificados nos impede de os classificar como unidades habitacionais, por outro lado, vemos que estes apresentam dimensões pouco frequentes¹⁵, encontrando-se isolados neste recinto: dois, na primeira fase, e um único, nas fases posteriores. Chama igualmente a atenção que estas estruturas se encontrem associadas a vários blocos, esteliformes ou grosseiramente afeixoados e que estes apresentem características distintivas, como covinhas intencionalmente feitas ou formas vagamente antropomórficas (Fig. 3). A construção do alinhamento de blocos na

15 À excepção da estrutura circular construída na última fase de ocupação, bastante mais pequena.

Fig. 3 – Blocos esteliformes afeiçoados da área de cumeeira
(respectivamente, V. Pereira, o primeiro e DAI-M.J. Correia Santos, os restantes).



segunda fase, de orientação NW/SE, é também reveladora, sobretudo se considerarmos as duas pontas de seta intencionalmente colocadas sob o primeiro e o maior destes blocos, no que tudo indica ser um depósito fundacional. Não deixa de ser interessante observar que, sem o presente contexto arqueológico, quer os monólitos fincados, quer este alinhamento poderiam facilmente ser tomados como manifestações bastante anteriores, aspecto que, salvaguardada a devida distância, parece igualmente documentado no Sudoeste da Irlanda, onde este tipo de alinhamentos continuam a ser construídos até inícios do século VIII a.C., note-se a título de curiosidade, observando geralmente a mesma orientação NW/SE¹⁶.

Embora o Cabeço das Fráguas seja, em vários aspectos, um sítio de excepção, o paralelo mais próximo, a nível cronológico e geográfico, será o povoado da Herdade da Cachouça, em Idanha-a-Nova, contemporâneo da primeira fase de ocupação das Fráguas. Aqui, Vilaça e Basílio¹⁷ identificaram um “invulgar talude de terra e pedras que delimita uma área sub-elíptica”, de cerca de 900 m², orientada a NW/SE e com o espaço interior aplanado e sobre-elevado em relação à área em redor”. Na zona norte encontrava-se uma cabana circular de 6 metros de diâmetro e, sobre o talude, cinco pequenos monólitos pontiagudos, em bruto ou rudemente desbastados, identificando-se ainda, ao longo desta construção, oito afloramentos com covinhas. A carga simbólica e ritual sugerida por estas estruturas, que segundo Vilaça, reforçam simbolicamente o limite, manifesta-se, por sua vez, na deposição intencional de dois vasos em posições altimétricas e contextuais opostas: do lado nascente, o depósito de um vaso de fundo perfurado e a poente, uma taça fragmentada *in situ*¹⁸. Igualmente assinalável é o achado, neste mesmo local, de um espeto articulado e de um fragmento de caldeirão¹⁹, elementos habitualmente relacionados com banquetes rituais.

16 O'Brien 1993, 154.

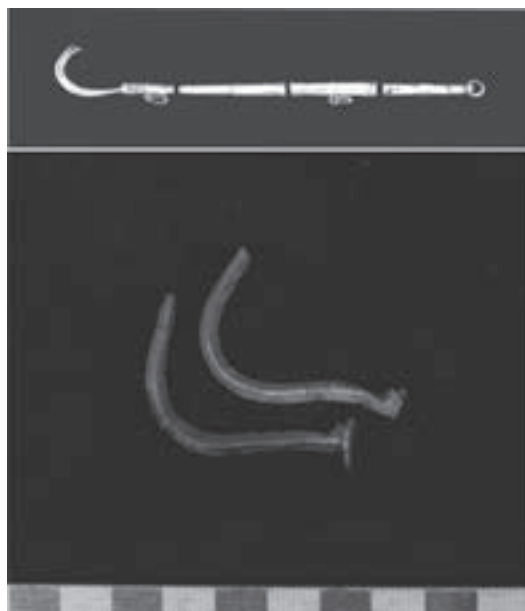
17 Vilaça, Basílio 2000, 40.

18 Vilaça 2005, 16-17. Veja-se, a este propósito, Alfayé e Rodríguez-Corral 2009, 107, 109, em que se alude a ritos relacionados com a delimitação física e simbólica, com o desejo de dotar as construções de estabilidade e renovar a sua eficácia profiláctica. Para mais paralelos, Alfayé 2009, 181-191, 287-311, 314-315.

19 Vilaça et al. 1998, 37.

Também no Cabeço das Fráguas vários indícios apontam para a realização de cerimónias comensais. Não foi possível identificar até ao momento restos faunísticos, à excepção de pequenas esquirolas de osso cujos resultados laboratoriais aguardamos e, à parte a utilização episódica de três unidades de combustão, não foram encontradas quaisquer outras estruturas de lareira que, porém, seguramente existiram, encontrando-se muito possivelmente na área ainda não intervencionada da acrópole. De qualquer forma, foi possível identificar dois ganchos de fúrcula em bronze (Fig. 4), assim como numerosos termoclastos, eventualmente usados como suporte de recipientes sobre o lume, além de vários fragmentos de potes e panelas com evidentes marcas de sujeição ao fogo. A presença de elementos de moagem – na primeira e sobretudo, na segunda fase –, indica igualmente actividades de preparação de alimentos nesta área. Os contentores de armazenamento são, não obstante, extraordinariamente escassos, o que poderá sugerir que os alimentos eram processados no local para consumo imediato, aspecto inteiramente consonante com a prática de banquetes rituais que, aliás, está desde logo implícita na inscrição rupestre.

Fig. 4 – Ganchos de fúrcula e desenho de fúrcula completa segundo Silva, 1986 (DAI-M.J. Correia Santos).



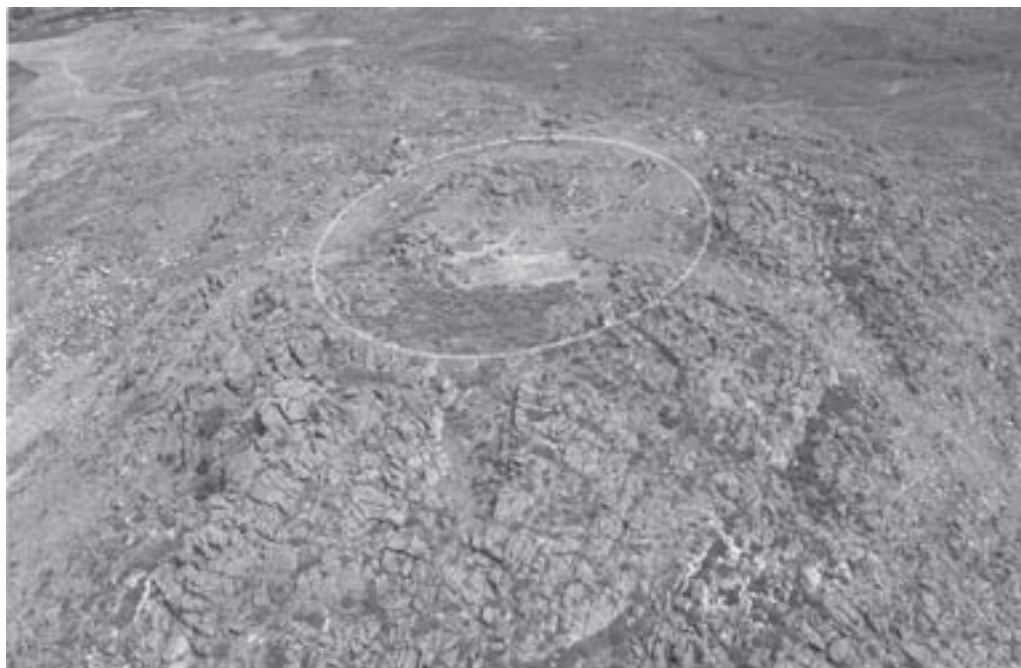
Algo que definitivamente chama a atenção de uma forma mais imediata é, porém, o cuidado posto na demarcação deste recinto e a sua organização sob a égide da circularidade. A própria laje escolhida para receber a inscrição não é fruto do acaso, encontrando-se precisamente no centro físico da coroa do monte que, de resto, apresenta uma configuração sub-circular (Fig. 5). Este aspecto está igualmente presente na Cachouça, bem como em outros espaços culturais de tradição indígena.

O exemplo mais paradigmático é, sem dúvida, o santuário dedicado a Laneana em Fuente de la Higuera, Torreorgaz, Cáceres: uma nascente que brota de um afloramento rochoso, em cuja superfície foram gravadas duas inscrições, a primeira informando tratar-se de um lugar consagrado a Laneana – *Laneane / s(acrum)* –, que a segunda estabelece muito claramente ter 150 pés de diâmetro – *Locus / constus / in circum / pedes CL*²⁰. É possível que a Fonte da Tigela, em Aldeia da Ponte, dedicada também a esta divindade²¹,

20 Callejo Serrano 1965, n.º 10.

21 *Laneane/ Tang(inus) F(ecit)* (FE 1987, 99; *HEp* 2, 800).

Fig. 5 – Centralidade da inscrição rupestre (DAI-T. Schattner).



obedecesse a uma demarcação semelhante, embora actualmente tal não seja perceptível. Outro exemplo interessante corresponde ao santuário do castro de Três Rios, em Tondela, em que é o próprio monte o centro em si mesmo, conformando uma pequena ilha sub-circular circundada por três cursos de água²². O que, porém, é claro, é que este princípio, como aliás não podia deixar de ser ao tratar-se de um dos mais poderosos arquétipos mentais humanos, encontra-se intimamente ligado à concepção simbólica de espaço sagrado e de centro, surgindo em âmbitos culturais de cronologias anteriores na região, como seja o Castelo Velho de Freixo de Numão²³.

No Cabeço das Fráguas, o próprio espaço da acrópole apresenta-se demarcado por várias gravuras rupestres distribuídas pelos afloramentos rochosos que delimitam esta área, situação que conhece vários paralelos e que mais uma vez reforça o papel liminal, sinalizador de limites e percursos que determinados tipos de gravuras terão desempenhado, como sejam as chamadas “cavinhas” e as composições lineares (Fig. 6). Situação semelhante é a que se documenta na Cachouça, mas também em Castanheiro do Vento, Vila Nova de Foz Côa²⁴, no Monte do Frade, Penamacor²⁵, e em San Cristóbal, Cáceres²⁶, para mencionar apenas um exemplo em território espanhol.

A demarcação do espaço sagrado que, sem dúvida na maior parte dos casos se nos escapa actualmente pelo desaparecimento ou difícil identificação dos antigos marcos, é efectivamente algo muito importante. No mundo grego, por exemplo, o santuário é constituído, antes de mais, pela delimitação que o destaca do profano e é o território demarcado que importa, sendo frequentemente bem mais antigo que os templos posteriormente construídos no seu interior²⁷. Se observarmos a sequência cronológica da constituição do espaço sagrado do Cabeço das Fráguas, não deixa de ser interessante verificar que, num primeiro momento,

22 Correia Santos 2010, no prelo.

23 Jorge 2004, 586-593.

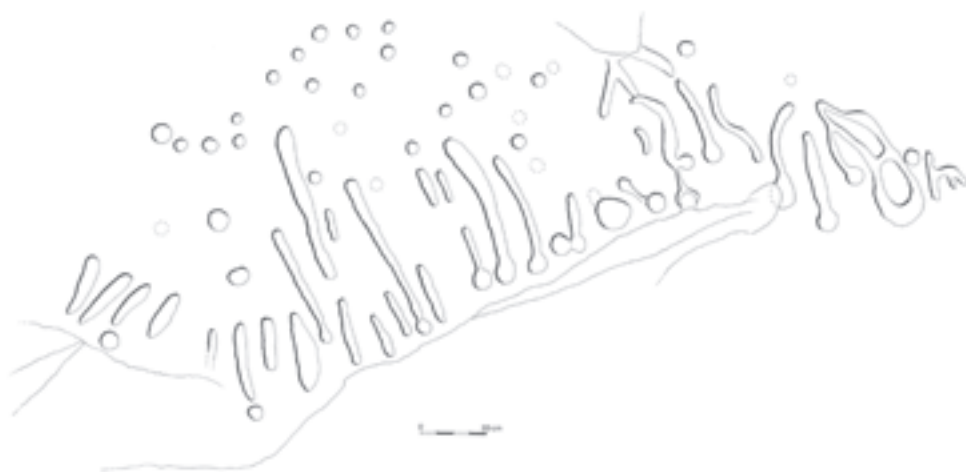
24 Jorge et al. 2003, 11.

25 Vilaça 2005, 18.

26 González Cordero, Barroso Bermejo 1996-2003.

27 Burkert 1993, 184,188.

Fig. 6 – Gravura rupestre: composição de motivos filiformes (DAI-J. Fernández).



a coroa do monte parece ser demarcada através da gravação de vários dos afloramentos graníticos que a delimitam; num segundo momento, é construído o talude que irá encerrar o recinto da acrópole e só depois são construídas as diversas estruturas que pudemos registar ao longo das várias etapas de ocupação.

A implantação de um santuário num sítio como o Cabeço das Fráguas, sem dúvida, uma das referências visuais mais importantes para as populações desta região, não é de estranhar. O seu nome antigo, possivelmente *Ocelona*, encerraria esta mesma impressão, derivado de *ocelum*, “sítio alto”²⁸. Mas é possível que, além da hierofania rupestre que este impressionante monte-ilha transmite, outros aspectos tenham contribuído para a sua eleição como lugar sagrado, como seja o facto de aqui se localizarem as nascentes de vários ribeiros.

As Memórias Paroquiais de 1758²⁹ referem a existência de três cursos de água com origem neste monte: a Ribeira do Boi, então muito caudalosa, correspondendo ao curso de água que conflui com a actual Ribeira do Freixial; um outro ribeiro que seguia na direcção da Quinta da Ribeira e que corre ainda hoje; e um terceiro, que atravessava a Quinta dos Bacelos e que igualmente ainda existe. Além destas linhas de águas, pudemos identificar um antigo leito de ribeira no decurso da escavação realizada no sopé³⁰, bem como aquela que seria a sua nascente no cume, actualmente seca.

Talvez para este papel de destaque tivesse ainda contribuído a sua proximidade da cassiterite de Pousafoles e Pega, os aluviões de estanho da Benespera ou mesmo as jazidas de ferro na sua parte ocidental, referidas nas Memórias Paroquiais, onde efectivamente se regista uma exploração intensiva deste minério, ao que tudo indica, porém, de época medieval e moderna³¹.

O que parece claro é que este sítio terá desempenhado uma função de lugar central, ao qual se deslocariam os habitantes dos territórios envolventes. Neste sentido, é, por exemplo, interessante a aparente existência de dois caminhos de acesso distintos, sugerindo uma intencional restrição do acesso à acrópole (Fig. 2). Um dos caminhos de acesso, eventualmente destinado às gentes que vinham de fora, seguia directamente para a acrópole, a partir da entrada na primeira linha de muralha, controlado por uma espécie

28 Osório 2002, 310.1; Osório 2008, 51.

29 Bigotte Chorão 2002, 285; Jorge 1990, 17-18; Jorge 1993, 44.

30 Vide Correia Santos, Schattner neste mesmo volume.

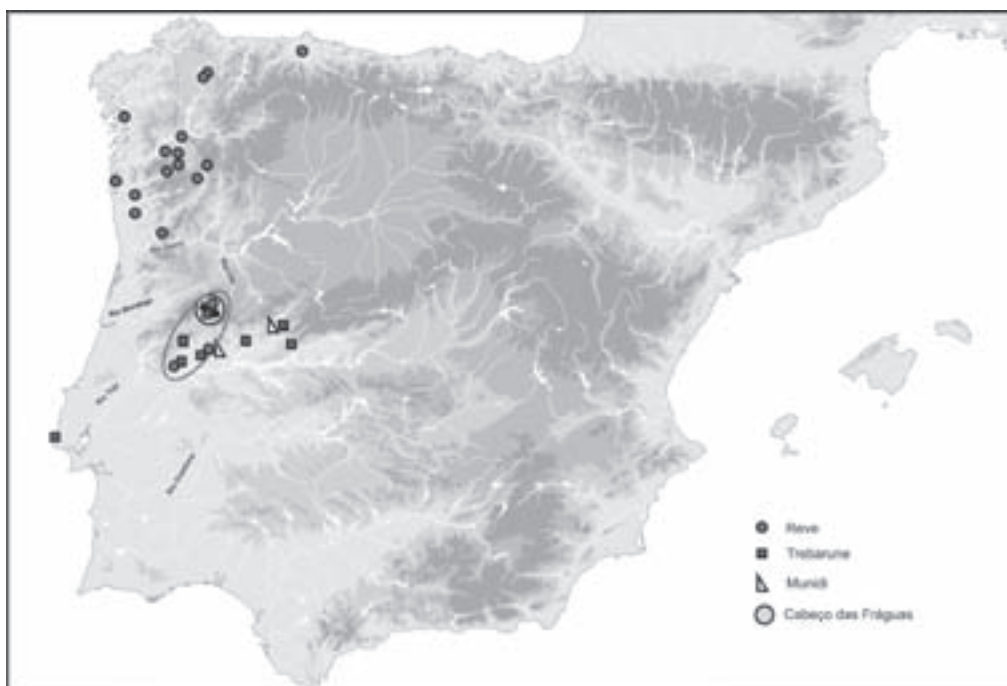
31 Vide Correia Santos, Schattner neste mesmo volume.

de bastião quadrangular que deveremos entender no âmbito da monumentalização deste espaço. O outro acesso, por sua vez, contornava o bastião pelo lado este, seguindo em direcção ao interior da área aplanada do cume. É verosímil que existisse outro acesso à acrópole, a partir desta área, mas não foi possível identificá-lo até ao momento.

Este carácter de lugar central transparece também no tipo de ritual a que se reporta a inscrição rupestre, muito embora a sua gravação corresponda já à fase de declínio deste santuário, à medida que se conforma uma nova organização territorial e são incorporados novos usos e costumes com a romanização. Partindo do princípio que de se trata de um rito de tradição indo-europeia, análogo aos *suovetaria* romanos e, como tal, destinado ao restauro do equilíbrio do todo³², este cobra especial sentido ao ser realizado num local central. O facto de este rito ser perpetuado justamente através da escrita, assume também particular relevância, pois traduz a necessidade de vincular este espaço a um tipo específico de cerimónia, aglutinadora de várias divindades. Não se trata de uma vulgar inscrição votiva, como Schattner e Koch bem assinalam neste mesmo volume, mas de um texto litúrgico, sem dedicantes e que assigna determinadas oferendas a determinadas divindades.

Se observarmos a distribuição geográfica das divindades referidas vemos, além disso, que *Reve* e *Trebarune*, as divindades de maior expressão cultural aqui presentes, conformam territórios que parecem convergir nesta área (Fig. 7). O próprio texto, aliás, outorga a estas duas divindades um maior grau de importância, sendo as únicas que recebem oferendas adjectivadas, respectivamente, uma *oilam usseam* e um *taurom ifadem*³³. Também este aspecto pode ter contribuído para a relevância deste centro religioso que seguramente se assumiu como verdadeiro pólo articulador dos territórios envolventes. A este propósito, já Vilaça assinalava que, muito embora “a unidade básica da paisagem da Idade do Ferro da Beira Interior pareça ter sido o povoado, nesta zona do Baixo Côa, o santuário poderá ter funcionado como uma estrutura superior de articulação entre as comunidades”³⁴. Atrevemo-nos a dizer, porém, que não se trata de um panorama exclusivo a esta região.

Fig. 7 – Mapa de distribuição das referências culturais a Revê e Trebarune (DAI-M.J. Correia Santos).



32 Santos 2007, 176.

33 Santos 2007, 185-186. Ver, a propósito de “ifadem”, Prósper, Villar 2009, 13-14.

34 Vilaça 2005, 20-21.

A importância deste local perviveu, no entanto, muito depois de ter sido abandonada a actividade cultural na acrópole, como demonstra o elevado número de aras no sopé do monte, com um total de 20 monumentos identificados. Trata-se de um número que definitivamente chama a atenção, sobretudo se o compararmos, por exemplo, com as 18 epígrafes votivas conhecidas em toda a província de Salamanca³⁵: é, de facto, ostensiva a importância de Fráguas.

É também muito interessante observar a continuidade do culto a *Laepo*, a forma romanizada do ancestral *Labbo* referido na inscrição rupestre e, ao que tudo indica, a divindade tutelar do local que, justamente por estar estreitamente vinculado ao sítio e mais próximo das gentes, continuaria a ser celebrado quando, sob a égide de Roma, este local perde importância para as novas *civitates lancienses* sediadas na Póvoa do Mileu e em Belmonte³⁶. A profunda reorganização territorial, com a fundação de centros urbanos e a construção de um importante eixo viário irão potenciar outra concepção do território, mas o Cabeço das Fráguas manter-se-á um lugar muito especial. O cume permanecerá dos deuses longínquos, abandonado ao mito e à memória populares e o espaço cultural desce das alturas para instalar-se entre os homens.

O conjunto de aras provenientes do sopé e os vários exemplares anepígrafos que aqui se registam (Fig. 8), levou alguns autores a considerarem a hipótese da existência, no local, de uma oficina lapidária, o que justificaria os monumentos sem gravação³⁷, que seriam armazenados até receber do cliente o manuscrito para gravar a inscrição. Esta hipótese, porém, não esclarece de forma satisfatória nem a marcada diferença de talhe e execução que apresentam os vários monumentos entre si, nem a presença de três monumentos consagrados à mesma divindade – *Laepo* –, por sua vez, já referida na inscrição rupestre do cume sob a forma *Labbo*. A óbvia justificação para este elevado número de monumentos é um contexto de santuário, o que não invalida a presença, nas suas proximidades, de alguma

Fig. 8 – Aras anepígrafas do sopé do Cabeço das Fráguas, actualmente localizadas, respectivamente, na capela de Lameiras de Baixo e no Museu da Guarda (DAI-M.J. Correia Santos-J. Patterson).



35 Ver, a propósito, Salinas de Frías neste volume.

36 Guerra 2007; Pereira neste volume.

37 Alarcão 1988, 136; 1990.

oficina lapidária que facilitaria o cumprimento do voto aos fiéis, que estaria, porém, e neste sentido, directamente relacionado com a existência do santuário.

Conhecem-se, de resto, alguns exemplos de santuários com altares anepígrafos. O melhor paralelo será talvez o santuário galo-romano de Cap deth Martau en Montsérié (Hautes-Pyrénées)³⁸, dedicado a Erge, curiosamente também uma divindade local, com um total de 41 inscrições confirmadas e 22 aras anepígrafas³⁹. A questão que se coloca é, não obstante, se estes supostos altares anepígrafos o seriam efectivamente, ou se, pura e simplesmente, a “inscrição”, ao não ser gravada, não se conservou. É preciso ter em conta que, sobretudo, num contexto de santuário rural, uma opção mais barata seria definitivamente, a “inscrição” pintada e conhecem-se vários exemplos, não necessariamente em santuários⁴⁰.

Não podemos esquecer que a dificuldade, por vezes exasperante, que temos hoje para ler as inscrições, era algo que não existia na altura em que estas foram executadas, não só porque acabavam de ser gravadas, mas também porque de modo a serem facilmente legíveis, muitas delas eram pintadas. Mayer⁴¹ dá o exemplo do santuário dos *beneficarii* consulares de Osterburken e do altar atribuído a Esculápio de Ampúrias, advertindo que, muitas vezes, as incorrecções do texto ou os defeitos da gravação eram disfarçados pelo estuque e a pintura, que constituiria a superfície de leitura no momento de exposição da epígrafe.

É, de qualquer modo, indiscutível estarmos perante um contexto de santuário, com seis monumentos claramente votivos, três dos quais consagrados a *Laepo* – sob as formas *Laepo* (I.1 e I.2) e *Laiipo* (I.3, Fig. 9) – e outros dois que apresentam a invocação abreviada, respectivamente, em D(eo) SA(crum) na I.6 (Fig. 10) e muito possivelmente também em L(aepo), na I.5 (Fig. 11), situação documentada em santuários e perfeitamente aceitável, pois considerava-se desnecessário fazer nova referência ao deus por extenso, ao encontrar-se no seu próprio santuário⁴². Não deixa de ser curioso, na sequência dos aspectos enunciados e

Fig. 9 – Ara dedicada a Laiipo, I.1
(DAI-M.J. Correia Santos).



Fig. 10 – Ara com a invocação a D(eo) SA(crum),
I.6 (DAI-M.J. Correia Santos).



38 Gorrochategui 2010, 64.

39 Gorrochategui 2010, 79, n.º 21.

40 Como seja a inscrição que assinalava as Termas dos Cássios em Lisboa (CIL II, 191).

41 Mayer 1995, 80.

42 Veja-se, a propósito, o caso do santuário de Montsérié já referido, em que a invocação do deus surge também abreviada em E(rge) D(eo) (Gorrochategui 2010, 79, n.º 21) e recordemo-nos ainda do santuário privado dedicado a *Besencla* onde, de quatro aras consagradas pelo mesmo dedicante, apenas uma apresenta a invocação da divindade (FE 138; AE 1989: 384; Alves Dias & Gaspar, 2003: 9-14).

Fig. 11 – Altar dedicado a L(aepo?), I.5 (DAI-M.J. Correia Santos).



apesar da anacronia que, na proximidade do local onde foram encontradas todas as aras, seja depois erigida uma capela, por iniciativa dos populares e não por directiva eclesiástica como indicam as Memórias Paroquiais⁴³. Desperta ainda mais a atenção o facto de, ainda no início do século XX, haver o costume de trazer-se o gado a dar uma volta em redor do Cabeço das Fráguas para prevenir e curar doenças, terminando a procissão nesta mesma capela de São Domingos, segundo a informação que recolhemos nas povoações em redor, como Lameiras, Santa Madalena ou Benespera.

O Cabeço das Fráguas, ou deveríamos talvez dizer, a antiga *Ocelona*, seria assim um importante centro religioso, um verdadeiro lugar central no quadro da paisagem física e simbólica destas comunidades, um local perfeitamente integrado nesta região de fronteira multidireccional e multicultural que é a Beira Interior, cuja importância perviveu muito além da romanização.

Lista de inscrições votivas

1. LAEPO

LAEPO/ FIRMVS/ SABINAE/ L(ibertus)/ V(otum) . L(ibens) . S(olvit)

Localização actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa

Bib.: Vasconcelos 1913, 618-620; *ILER* 775; Encarnação 1975, 153-154; Curado 1984, 28; Encarnação 1987, 26; Alarcão 1990, 150; Garcia 1991, 333-334.

2. LAEPO

TANGINVS . L BOVTI/ LAEPO . A(nimo)/ L(ibens) . V(otum) . S(olvit) .

Localização actual: Museu do Sabugal

Bib.: *AE* 1984, 480; Curado 1984, 28; Garcia 1991: 333.

43 Veja-se Santos e Schattner neste volume.

3. LAIIPO

LAIIPO/ V(otum) . S(olvit)/ BASSV/S . VIRIATI . F(ilius) .

Localização actual: Museu da Guarda

Bib.: AE 1984, 481; Curado 1984, 28; Encarnação 1987, 26; Garcia 1991, 333.

4. L(AEPO)?

L (aepo?) . SVNVA ve/ SVNA/ MAELA /AN(imo libens) PO(suerunt).

Localização actual: Museu da Guarda

Bib.: Osório 2002, 310.1 (L (aepo). V(otum)[...] / [...] /AN . PO[.]).

5. [...]

VICANI ./ OCEL[O]N[E]/NSES [..]/ [...]

Localização actual: Museu do Sabugal

Bib.: Osório 2002: 310.2.

6. D(eo) SA(crum)

D(eo) SA(crum)/ V(otum) L(ibens) M(erito)

Localização actual: Museu da Guarda

Bib.: Inédita.

Bibliografia

- Alarcão 1988: J. de Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, 3ª ed., Publicações Europa-América, Lisboa, 1988.
- Alarcão 1990: J. de Alarcão, "Divindades da Beira: ensaio de geografia religiosa", *Arqueologia Hoje I, Etno-Arqueologia*, Universidade do Algarve, 1990, 146-162.
- Alfayé 2009: S. Alfayé Villa, *Santuarios y Rituales en la Hispania Celtica*, B.A.R., 2009, Oxford.
- Alfayé, Rodríguez-Corral 2009: S. Alfayé Villa, J. Rodríguez-Corral. "Espacios liminales y prácticas rituales en el Noroeste Peninsular", *Acta Palaeohispanica X, Paleohispanica* 9, 2009, 107-111.
- Alföldy 1997: G. Alföldy, "Die Misterien von Panoias (Vila-Real, Portugal)", *Madrider Mitteilungen*, 38, 1997, 176-246.
- Alves Dias, Gaspar 2003: M. M. Alves Dias, C. I. Gaspar, "Indigenous deities in the portuguese Lusitania: private cults/ public cults", *Auf der Spuren Keltischer Götterverehrung*, M. Hainzmann (coord.), Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2003, 9-14.
- Arenas-Estebán 2007: J. A. Arenas-Estebán, "Cult spaces and religious practices in pre-roman Celtiberia", *Auf den Spuren keltischer Götterverehrung*, Akten des 5. F.E.R.C.AN.-Workshop, Graz 9.-12. Oktober 2003, Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2007, 15-28.
- Berrocal-Rangel 1994: L. Berrocal-Rangel, *El Altar Prerromano del Castrejón de Capote. Ensayo Etno-arqueológico de un ritual céltico en el Suroeste Peninsular*, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, 1994.
- Bettencourt et al. 2005: A. M. Bettencourt, A. Rodrigues, I. S. Silva, C. Cruz, A. Dinis, "The ceremonial site of Vale Ferreiro, Fafe in the contexto f the Bronze Age in Northwest Portugal", *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 7, Lisboa, 2005, 157-175.
- Bigotte Chorão 2002: M. J. Bigotte Chorão, *Memórias Paroquiais, Retrato do Concelho da Guarda em 1758*, Edição da Câmara Municipal da Guarda, Guarda, 2002.
- Burkert 1993: W. Burkert, *Religião Grega na Época Clássica e Arcaica*, 1993 ver mestrado.

- Callejo Serrano 1965: C. Callejo Serrano, "Aportaciones a la epigrafía romana del campo norbense", *BRAH* (Boletín de la Real Academia Española), Tomo CLVII, Cuaderno I, 1965, 11-82.
- Cardim Ribeiro 2010: J. Cardim Ribeiro, "Algumas considerações sobre a inscrição em 'Lusitano' descoberta em Arronches", *Paleohispanica* 10, 2010, no prelo..
- Correia Santos 2009: M. J. Correia Santos, "Lusitanos y Vettones en la Beira Interior portuguesa: la cuestión étnica en la encrucijada de la arqueología y los textos clásicos", *Actas de las Jornadas Arqueológicas de Cáceres: Lusitanos y Vettones*, Museo de Cáceres, 2009, 181-196.
- Correia Santos 2010: M. J. Correia Santos, "Inscripciones rupestres y espacios sagrados del norte de Portugal: nuevos datos y contextualización. Los casos de Pena Escrita, Mogueira y Pias dos Mouros", *Celtic Religion Across Space and Time*, J. A. Arenas-Estéban (ed.), IX Workshop F.E.R.C.AN (Fontes Epigraphici Religionvm Celticarvm Antiquarvm), Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, 2010, 180-199.
- Correia Santos 2010: M. J. Correia Santos, "Santuários rupestres no Ocidente da *Hispania* indo-europeia. Ensaio de tipologia e classificação", *Paleohispanica* 10, 2010, no prelo.
- Correia Santos no prelo: M. J. Correia Santos, "La arqueologia, lo imaginário y lo real: el santuario rupestre de Mogueira (São Martinho de Mouros, Resende, Portugal)", *Madrider Mitteilungen*, no prelo.
- Curado 1984: F. P. Curado, "Aras a *Laepus* procedentes de Pousafóles, Sabugal", *Ficheiro Epigráfico*, 7, n.º 28, 1984, 8-12.
- Curado 1987: Ficheiro epigráfico. Suplemento de "Conimbriga". 25.1987.
- Encarnação 1975: J. de Encarnação, *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1975.
- Encarnação 1987: J. de Encarnação, "Divindades indígenas da Lusitânia", *Conimbriga* 26, 1987, 5-37.
- Gomes, Calado 2007: M. V. Gomes, D. Calado, "Conjunto de cerâmicas da gruta da Ladroeira Grande (Moncarapacho, Olhão, Algarve) e os santuários subterrâneos, da Idade do Bronze Final, no Sul de Portugal", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 10, n.º 1, 2007, 141-158.
- González Cordero, Barroso Bermejo 1996-2003: A. González Cordero, R. Barroso Bermejo, "El papel de las cazoletas y los cruciformes en la delimitación del espacio. Grabados y materiales del yacimiento de San Cristóbal (Valdemorales-Zarza de Montánchez, Cáceres)", *Norba, Revista de História*, vol. 16, 1996-2003, 75-121.
- Gorrochategui 2010 "Los altares votivos del santuario Aquitano de Montsérié (Hautes-Pyrénées)", *Celtic Religion Across Space and Time*, J. A. Arenas-Estéban (ed.), IX Workshop F.E.R.C.AN (Fontes Epigraphici Religionvm Celticarvm Antiquarvm), Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, 2010, 62-93.
- Guerra 1998: A. M. R. Guerra, *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente Peninsular*, Dissertação de Doutoramento em História Clássica apresentada à Universidade de Lisboa, 1998.
- Guerra 2007: A. Guerra, "Sobre o território e a sede dos *Lancienses* (*Oppidani* e *Transcudani*) e outras questões conexas", *Conimbriga* XLVI, Coimbra, 2007, 161-206.
- Gibson 1992: A. Gibson, "The timber circle at Sarn-y-Bryn-Caled, Welshpool, Powys: ritual and sacrifice in Bronze Age mid-Wales", *Antiquity*, vol. 66, 250, 1992 84-92.
- Jorge 1990: C. H. G. Jorge, *O Concelho de Vila do Touro em 1758, Memórias Paroquiais*, Edição da Associação Recreativa e Cultural dos Forcalhos, Forcalhos/Sabugal, 1990.
- Jorge 1993: C. H. G. Jorge, *O Concelho de Sortelha em 1758, Memórias Paroquiais*, Edição da Associação Recreativa e Cultural dos Forcalhos, Forcalhos/Sabugal, 1993.

- Jorge 2004: S. O. Jorge, "O sítio como mediador de sentido. Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal", *Estudos em Homenagem de Luís António de Oliveira Ramos*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, 583-611.
- Jorge et al. 2003: V. O. Jorge, J. M. Cardoso, L. S. Pereira, A. S. Coixão, "O Recinto Pré-histórico de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): balanço sucinto das pesquisas realizadas de 1998 a 2003", *Portugália*, Nova Série, vol. XXIV, 2003, 5-24.
- Lorrio et al. 2006: A. Lorrio, T. Moneo, F. Moya, S. Pernas, M. D. Sánchez de Prado, "La Cueva Santa del Cabriel (Mira, Cuenca): lugar de culto antiguo y ermita cristiana", *Complutum*, vol. 17, 45-80.
- Mayer 1995: M. Mayer, "Las inscripciones pintadas en Hispania: estado de la cuestión", *Acta Colloquii Epigraphici Latini* (Helsingiae, 3.-6. sept. 1991 habiti), Societas Scientiarum Fennica, Commentationes Humanarum Litterarum, 104, 1995, 79-92.
- Marco Simón 1993: F. Marco Simón, "La individuación del espacio sagrado: testimonios culturales en el Noroeste hispánico", *Religio Deorum*, Actas del Coloquio Internacional de Epigrafía: Culto y sociedad en Occidente, Marc Mayer (coord.), Tarragona, 6-8 octubre 1988, Editorial AUSA, 1993, 317-323.
- O'Brien: W. O'Brien (???) "Megaliths in a mythologised landscape. South-west Ireland in the Iron Age", *Monuments and Landscape in Atlantic Europe. Perception and Society during the Neolithic and Early Bronze Age*, Chris Scarre (ed.), Routledge, London/ New York, 152-176.
- Osório 2002: M. Osório da Silva, "Duas aras da Quinta de S. Domingos (Pousafoles do Bispo, Sabugal)", *Ficheiro Epigráfico*, n.º 69 (310), 2002, 4-9.
- Osório 2008: M. Osório da Silva, "O povoamento do I milénio a.C. na transição da Meseta para a Cova da Beira (territórios e áreas de influência)", *Actas das I Jornadas de Património de Belmonte*, 21-22 de Abril de 2006, Belmonte, 2008, 39-53.
- Prósper, Villar 2009: B. Prósper, F. Villar, "Nueva inscripción lusitana procedente de Portalegre", *Emerita*, Revista de Lingüística y Filología Clásica, LXXVII 1, enero-junio de 2009, 1-32.
- Ruiz Zapatero, Álvarez-Sanchís 1999: G. Ruiz Zapatero, J. R. Álvarez-Sanchís, "Ulaca la "Pompeya" vettona", *Revista de Arqueología*, 216, 1999, 36-47.
- Santos 2007: M. J. Santos, "El sacrificio en el occidente de la Hispania romana: para un nuevo análisis de los ritos de tradición indoeuropea", *Paleohispanica*, vol. 7, 2007, 175-217.
- Santos Estévez 2007: M. Santos Estévez, *Petroglifos y paisaje social en la Prehistoria reciente del Noroeste de la Península Ibérica*, Tapa, Trabalhos de Arqueologia e Património, 38, Laboratório de Arqueologia do Instituto de Estudos Galegos Padre Sarmento, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Xunta de Galicia, 2007, Santiago de Compostela.
- Silva 1986: A. C. F. Silva, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, 1986.
- Silva 2007: A. C. F. Silva, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, 2a ed., Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Paços de Ferreira, 2007.
- Untermann 1962: J. Untermann, "Áreas e movimentos linguísticos na Hispania pré-romana", *Revista de Guimarães*, LXXII (1-2), 1962, 5-61.
- Untermann 1992: J. Untermann, "Los etnónimos de la Hispania antigua y las lenguas prerromanas de la Península Ibérica", *Paleoetnología de la Península Ibérica*, Almagro-Gorbea y Ruiz Zapatero (eds.), *Complutum*, 2-3, Universidad Complutense, 1992, 19-33.
- Untermann 1999: J. Untermann, "Alteuropäisch in Hispanien", *Florilegium linguisticum. Festschrift für Wolfgang P. Schmidt zum 70. Geburtstag*, 1999, 509-518.

- Tovar 1985: A. Tovar, "La inscripción del Cabeço das Fráguas y la lengua de los Lusitanos", *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas*, Universidad de Salamanca, 1985, 227-254.
- Vasconcelos 1913: J. L. de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, vol. III, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, 1913.
- Vilaça et al. 1998: R. Vilaça, A. Santos, E. Porfírio, J. Marques, N. Canas, "Lugares e caminhos no mundo pré-romano da Beira Interior", *Cadernos de Geografia*, n.º 17, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, 35-42.
- Vilaça, Basílio 2000: R. Vilaça, L. Basílio, "Contributo para a caracterização arqueológica da I Idade do Ferro da Beira Interior. Cerâmicas a torno da Cachouça (Idanha-a-Nova)", *Almadan*, 2.ª. Série, 9, 2000, 39-47.
- Vilaça 2005: R. Vilaça, "Entre Douro e Tejo, por terras do interior: o I milénio a.C.", *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*, Actas das Segundas Jornadas de Património da Beira Interior, Centro de Estudos Ibéricos, 2005, 13-31.

Prémio Eduardo Lourenço
[VI edição - 2010]

Prémio Eduardo Lourenço [VI edição - 2010]



César Antonio Molina foi o candidato galardoado da VI Edição do Prémio Eduardo Lourenço.

O Júri valorizou o destacado papel nas suas actividades literárias e culturais que estão intimamente relacionadas com o espírito ibérico do Prémio. Como escritor, destacam-se obras de ensaio, prosa e poesia. O seu trabalho cultural a partir do Círculo de Belas Artes de Madrid ampliou os laços peninsulares com a criação da “Semana de Cultura Portuguesa.” Como Director do Instituto Cervantes intensificou a colaboração ibérica com o Instituto Camões, realizando acções conjuntas que se viram reforçadas através do Ministério da Cultura do Governo de Espanha.

César Antonio Molina é um escritor e poeta espanhol, nascido na Corunha, em 1952. Foi Director do Instituto Cervantes e do Círculo de Belas Artes de Madrid e Ministro da Cultura, de 2007 a 2009.

É licenciado em Direito e em Ciências da Informação. Doutorou-se *cum laude* com um trabalho sobre «A imprensa literária espanhola», publicada em três volumes.

Foi professor de Teoria e Crítica Literária na Universidade Complutense e, nos últimos anos, de Humanidades e Jornalismo na Universidade Carlos III.

Foi também, durante vários anos, coordenador dos cursos de humanidades da Universidade de Verão *El Escorial*.

De 1995 a 2006 trabalhou em *Cambio 16* e *Diario 16*, onde chegou a ser Director Adjunto e responsável das páginas de cultura e espectáculos, assim como dos suplementos Culturas e Livros.

Em 1996 incorporou-se ao Círculo de Belas Artes como Director Gerente.

Em 2004 assumiu a direcção do Instituto Cervantes.

Em 2007 foi nomeado Ministro da Cultura do Governo de Espanha.

Tem mais de trinta livros publicados, essencialmente de ensaio, prosa e poesia. A sua obra poética apareceu recolhida em numerosas antologias e está traduzida em várias línguas.

Foi condecorado com a medalha da Real y Distinta Ordem Espanhola Carlos III.

Foi nomeado pelo governo de França “Cavaleiro da Ordem das Artes e Letras”

Foi também distinguido com a medalha de «Cavaliere di Gran Croce de la Ordena I Mérito», da República italiana.

Em 2009, concederam-lhe a máxima distinção do Chile com a medalha *O’Higgins*.

Foi também condecorado com a Medalha *Catelao*, da Galiza.

Galardoados das Edições anteriores

Catedrática jubilada da Universidade de Coimbra, Maria Helena da Rocha Pereira desenvolveu ao longo da sua carreira uma intensa actividade pedagógica e científica nas áreas da cultura clássica greco-latina, cultura portuguesa e latim medieval. Foi a primeira mulher catedrática da Universidade de Coimbra, tendo ensinado ao longo de 40 anos e publicado mais de 300 trabalhos, entre ensaios e traduções. Jubilada desde 1995, a especialista em culturas grega e latina, não abandonou a vida académica, continuando a orientar mestrados, a fazer conferências, a estudar e a escrever, estando ligada a trabalhos como a tradução completa da “Ilíada” de Homero.



Maria Helena da Rocha Pereira | 2004



Agustín Remesal | 2006

Jornalista e correspondente da TVE (cargo que exerceu em Lisboa de 2000 a 2004), Agustín Remesal é natural de Zamora, o que ditou uma estreita ligação à fronteira e a Portugal, compartilhando vivências e tradições raianas. Destacou-se pelo seu trabalho literário e profissional ligado a Portugal e Espanha, incidindo nas culturas e identidades fronteiriças. O documentário “La Raya Quebrada” é uma obra de referência para a compreensão da história partilhada entre Espanha e Portugal.

Reconhecida internacionalmente como uma exímia intérprete de compositores do período clássico e romântico, como Mozart, Chopin, Schubert e Beethoven, a pianista Maria João Pires percorreu - e esgotou - as melhores salas de espectáculo do mundo. Exemplo excepcional de como o talento português ultrapassa fronteiras, Maria João Pires é hoje uma referência internacional. Cidadã do Mundo, defende a ideia de uma aproximação entre Portugal e Espanha por considerar que as diferenças culturais entre os dois países são no, no fundo, do mesmo tipo das que podem existir, por exemplo, entre a Catalunha e a Andaluzia. Maria João Pires destacou-se pelo trabalho de cooperação e intercâmbio cultural entre Portugal e Espanha, através do desenvolvimento de projectos comuns, com particular realce para os que têm tido lugar na região raiana.



Maria João Pires | 2007



Ángel Campos Pámpano | 2008

Natural de Badajoz, Ángel Campos Pámpano (1957-2008) distinguiu-se enquanto poeta, tradutor, editor e professor. Director da revista bilingue “Espacio/Espaço Escrito”, um projecto inovador no domínio das relações literárias entre os dois países ibéricos, traduziu destacados poetas portugueses como Fernando Pessoa, António Ramos Rosa, Carlos de Oliveira, Eugénio de Andrade, Sophia de Mello Breyner Andersen, Ruy Belo e Al Berto, entre outros. Ángel Campos Pámpano interpretou singularmente a Fronteira, entendendo-a como forma de comunicação e não de separação. Em 2005 recebeu o Premio Extremadura a la Creación pelo livro “La semilla en la nieve”. A sua obra foi recolhida em diversas antologias.

Jorge Figueiredo Dias é Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Ensinou Direito Penal, Processo Penal e Ciência Criminal naquela Faculdade e, entre outras funções, integrou o Conselho Científico da Faculdade de Direito de Macau e foi membro do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Também foi presidente da Comissão de Revisão do Código Penal e do Código de Processo Penal, membro do Conselho de Estado (1982/1986) e deputado à Assembleia da República de 1976 a 1978. Personalidade incontornável da nossa ciência jurídica nacional e internacional, Figueiredo Dias desenvolveu um trabalho relevante em Portugal e Espanha no âmbito das ciências jurídicas e em particular no Direito Penal.



Jorge Figueiredo Dias | 2009

CEI
Actividades | 2010

I. Ensino e Formação

Curso de Verão “Patrimónios e territórios culturais – recursos, estratégias e práticas”

O Centro de Estudos Ibéricos interessado em aprofundar o debate sobre o desenvolvimento das cidades das regiões transfronteiriças, assim como trocar experiências e métodos eficazes no âmbito da revitalização do património em territórios de fronteira, realizou o 10º Curso de Verão cujo tema foi: “Patrimónios e Territórios Culturais – Recursos, estratégias e práticas”.

O Curso foi realizado na Guarda, entre os dias 14 e 18 de Junho, estando estruturado em painéis de Debate e Saídas de Campo, aliando a vertente teórica a uma interessante componente prática e lúdica.

Este Curso foi acreditado pela Universidade de Salamanca com 3 créditos de *libre elección*.

A sessão de abertura do Curso de Verão, no dia 14 de Junho, contou com a presença dos Coordenadores e do Vice-Reitor de Docência da Universidade de Salamanca, Prof. D. José Ángel Domínguez Pérez.

O painel 1 “Património e Valorização do Território” contou com comunicações do Prof. D. Valentín Cabero Diéguez (Universidade de Salamanca) e Rui Jacinto (CEGOT, Dep. Geografia, Universidade de Coimbra). À tarde, o painel 2 “Paisagens e suas Interpretações”, moderado pelo Prof. D. Valentín Cabero Diéguez (Universidade de Salamanca), contou com uma exposições de: Prof.ª Conceição Lopes sobre “Arqueologia da paisagem”; Prof. Doutor António Campar de Almeida (CEGOT, Dep. Geografia, Universidade de Coimbra) sobre “Natureza, ambiente e paisagem natural”; e Prof.ª Concepción Sanz (Universidad Autónoma de Madrid) sobre “Paradigmas das paisagens Ibéricas”.

No dia 15 de Junho o painel 3 “Cidades, Centros Históricos e Patrimónios Urbanos”, moderado pelo Prof. Doutor António Pedro Pita (Director Regional da Cultura do Centro), contou com comunicações do Prof. Norberto Pinto dos Santos (CEGOT, Dep. Geografia, Universidade de Coimbra); e do Prof. Doutor Carlos Fortuna (CES, Universidade de Coimbra) que falou sobre “Têm os patrimónios urbanos um futuro?”.

O painel 4 foi sobre “Arqueologia da Arquitectura”, moderado pelo Prof. D. Valentín Cabero Diéguez (Universidade de Salamanca). As comunicações estiveram a cargo de: D. Luis Caballero Zoreda (Centro de Ciencias Humanas y Sociales. Consejo Superior de Investigaciones Científicas) que falou sobre “Teorização da Arqueologia da Arquitectura”;



D. María Ángeles Utero (Centro de Ciencias Humanas y Sociales. Consejo Superior de Investigaciones Científicas) que apresentou o caso prático “São Pedro de Lourosa”; D. José Inácio Murillo Fragero (Centro de Ciencias Humanas y Sociales. Consejo Superior de Investigaciones Científicas) que expôs também um caso prático sobre “A Arqueologia da Arquitectura como fonte de informação para o restauro da Muralha de Cáceres”; Mestre Lília Basílio (Dryas Arqueologia) que apresentou o caso “Da Democrática ao Paço Seiscentista – Uma intervenção de Arqueologia da Arquitectura na Baixinha de Coimbra”.

O trabalho de campo do dia 16 de Junho versou sobre “Territórios Culturais Fronteiriços: Almeida e Ciudad Rodrigo” e o percurso foi o seguinte: Guarda; Almeida [Centro Histórico]; Visita ao Museu Histórico – Militar; Visita ao Centro de Estudos de Arquitectura Militar; Ciudad Rodrigo [Ayuntamiento], Visita ao Centro Histórico de Ciudad Rodrigo; Palácio de los Águila [Eventos culturais e reabilitação urbana]; Visita à Exposição “La Ciudad frente a Napoleón, Bicentenario del sitio de Ciudad Rodrigo de 1810”; Guarda.

No dia 17 de Junho o trabalho de campo foi sobre “Territórios Culturais Fronteiriços: Belmonte e Sortelha” e o percurso foi o seguinte: Guarda; Belmonte [Museus, Centros de Interpretação e memória local]: Museu das Descobertas, Museu Judaico e Museu do Azeite]; Visita ao Castelo de Belmonte e Panteão dos Cabrais; Caria; Sortelha [Aldeias Históricas de Portugal: Património, desenvolvimento local e turismo]; Visita ao Museu do Sabugal e Castelo [Património Histórico e Património Imaterial: a Capeia Raiana]; Guarda.

No dia 18 de Junho, último dia do Curso de Verão, o painel 5 foi sobre “Cultura, Território, Turismo”, moderado pelo Dr. Rui Jacinto (CEGOT, Dep. Geografia, Universidade de Coimbra) com comunicações do Prof. Claudino Ferreira (Universidade de Coimbra); Dr.ª Carina Gomes (Universidade de Coimbra); Dr.ª Claudete Moreira (Universidade de Coimbra); D. José Naveiras Escanlar (Fundador y ex-Director del Museo Etnografico de Grandas Salime – Asturias) cujo tema da comunicação foi “Recuperar o nosso património, restaurar a dignidade”; participaram ainda neste painel D. Antonio Arias Rodríguez (Síndico de la Sindicatura de Cuentas del Principado de Asturias); e a Prof.ª Doutora Fernanda Delgado Cravidão (CEGOT, Dep. Geografia, Universidade de Coimbra).



Saúde

O Ciclo de Conferências *Saúde sem Fronteiras 2010* decorreu entre Março e Junho, sob a coordenação científica do Prof. Manuel Santos Rosa, da Universidade de Coimbra, e do Prof. Paz Bouza, da Universidade de Salamanca. As conferências contaram com a assistência de alunos da ESSG (IPG) e com profissionais da área de Saúde.

A assistência comprovada a 85% das horas de formação conferiu direito a um certificado (com 3 créditos de *libre elección*) emitido pela USAL.

As conferências do referido Ciclo foram as seguintes:

“Obesidade/anorexia/alimentos funcionais e nutracêuticos” - 5 de Março

Comunicações: Prof. ^a Consuelo Sancho Sánchez, da Universidade de Salamanca, e Prof.^a Doutora Lélita Santos, da Universidade de Coimbra.

“A dor em cuidados paliativos” - 9 de Abril

Comunicações: Prof. Feliciano Sánchez Domínguez, da Universidade de Salamanca, e Prof.^a Doutora Marília Dourado, da Universidade de Coimbra.

“Intensivismo e stress pós-traumático” - 23 de Abril

Comunicações: Prof. Juan José Marín Salazar, da Universidade de Salamanca, e Dr. Paulo Jorge Coimbra Martins, da Universidade de Coimbra.

“Infecção hospitalar” - 21 de Maio

Comunicações: Dr.^a Ana Haro, da Universidade de Salamanca, Dr. Dalmacio Melendez Marugan, Presidente de la Comisión de Enfermedades Infecciosas (Salamanca), e Prof.^a Doutora Maria Filomena Cruz Coelho, da Universidade de Coimbra.

“Racionalização terapêutica” - 25 de Junho

Comunicações: Prof. Alfonso Domínguez Gil Hurlé, da Universidade de Salamanca, e Dr. Flávio Reis, da Universidade de Coimbra.



Seminário Manuel António Pina – Palavras para além das fronteiras

O Seminário “Manuel António Pina – Palavras para além das fronteiras” realizou-se no dia 21 de Janeiro, na Guarda, na Sala Tempo e Poesia da Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço. O Seminário foi integrado no Ciclo Manuel António Pina – uma co-organização da Câmara Municipal da Guarda, Centro de Estudos Ibéricos e Teatro Municipal da Guarda, que decorreu entre 16 e 22 de Janeiro.

O Seminário contou com a participação de especialistas convidados, portugueses e espanhóis, que abordaram a obra literária de Manuel António Pina, sob diversas perspectivas.

A Sessão de Abertura esteve a cargo do Prof. Arnaldo Saraiva. De seguida, no painel “Poesia” intervieram: o Prof. Antonio Sáez Delgado (Universidade de Évora) que falou sobre “Os papéis de K./Los papeles de K.: a experiência da tradução”; o Prof. Gabriel de la S. T. Sampol (Universitat de les Illes Balears) que versou sobre “A eucaristia dos livros: a metaliteratura na poesia de M.A.P.”; e a Dr.ª Inês Fonseca Santos (Jornalista) que fez uma comunicação sobre “O encontro do escritor com o seu silêncio”.

O painel “Literatura Infanto-Juvenil” contou com comunicações de: Prof. Perfecto Cuadrado (Universitat de les Illes Balears) que falou sobre “Sair dos livros sem sair do lugar”; Prof.ª Sara Reis da Silva (Universidade do Minho) que fez uma intervenção sobre “Manuel António Pina e a escrita “para” crianças e jovens”; e Prof.ª Adelaide Lopes (Escola Superior de Educação – IPG) cuja comunicação foi sobre “E ninguém suspeitava o bom dia que fazia...”

Da parte da tarde houve uma mesa redonda, moderada pelo Dr. Pedro Dias de Almeida, onde participaram: Dr. José Carlos Vasconcelos, Dr. Luís Miguel Queirós; Dr. Viale Moutinho; e Dr. Fernando Paulouro.

A Sessão de Encerramento contou com a presença do Prof. Eduardo Lourenço.



Seminário “Judiarías da Raia – Legado e Futuro”

O Centro de Estudos Ibéricos levou a efeito, em conjunto com a Associação para a Promoção da Guarda (APGUR), no dia 11 de Março, no Paço da Cultura da Guarda, o Seminário “Judiarías da Raia – Legado e futuro”. Esta actividade esteve integrada no Ciclo de Cultura Judaica, organizado pela APGUR, que decorreu de 10 a 13 de Março de 2010.

O painel “*O Legado Judaico*”, moderado pelo Arquitecto José Afonso, contou com comunicações de: Prof.^a Doutora Antonieta Garcia; Prof. María Fuencisla García Casar (Universidade de Salamanca); Prof. Doutor Ferrão Filipe (Presidente da Comunidade Judaica do Porto).

À tarde o painel “*Património e Cultura Judaica – Potencialidades e Formas de Valorização*”, contou com as seguintes intervenções: Arquitecto António Saraiva (Gestor Urbano da Agência para a Promoção da Guarda); D. Anxo Collarte (Rede de Judiarías de Espanha); Dr. Amândio Manuel Ferreira Melo (Presidente da Câmara Municipal de Belmonte); Paulo Vitorino (Gerente da Kosher Sefarad, Lda.); Jorge Patrão (Presidente da Entidade Regional de Turismo da Serra da Estrela).



Conferência (Res)Públicas no Espaço Ibérico

O Centro de Estudos Ibéricos realizou, no dia 4 de Novembro de 2010, na Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço, na Guarda, a Conferência “(Res)públicas no espaço Ibérico”.

Esta iniciativa, integrada nas Comemorações do Centenário da República, contou com a presença de reconhecidos oradores: Prof. Doutor Romero Magalhães, professor catedrático na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, e Prof. Doutor Julio Aróstegui Sánchez, professor catedrático de Historia Contemporânea na Universidade Complutense de Madrid.

Jornadas “Porcom, Olíam, Taurom Cabeço das Fráguas: o Santuário no seu Contexto”

No dia 23 de Abril, realizou-se a jornada científica sobre o “Cabeço das Fráguas: o Santuário no seu contexto”, uma iniciativa do Instituto Arqueológico Alemão, organizada em colaboração com o Museu da Guarda e o com o Centro de Estudos Ibéricos.

A jornada, que decorreu no Auditório do Museu da Guarda, pretendeu dar a conhecer a investigação desenvolvida na estação arqueológica de Cabeço das Fráguas (Quinta de São Domingos, Guarda), analisar o espaço de santuário à luz dos novos dados obtidos e enquadrá-lo no seu contexto regional, cronológico.

A Sessão de abertura contou com a presença do Presidente do IAA, Coordenadora do CEI e Directora do Museu da Guarda que leu uma mensagem enviada pelo Prof. Adriano Vasco Rodrigues, que não pôde estar presente.

A moderação da primeira mesa esteve a cargo de Carlos Fabião, contando com as seguintes intervenções: João C. Senna-Martínez, Amílcar Guerra e Vítor Pereira. A mesa 2 foi moderada por José d’Encarnação e contou com as intervenções de Joaquín Salinas de Frias e de Michael Koch.

Francisco Villar Liébana foi o moderador da mesa 3, em que intervieram: Blanca Prósper; Joaquín Gorrochategui e J. M.^a Vallejo. A mesa 4, sob a moderação de Michael Koch contou com as comunicações de Thomas Schattner e Maria João Santos.

Carlos Fabião, José d’Encarnação, Francisco Villar Liébana, Michael Koch fizeram uma síntese. No final, houve espaço de debate.

II Jornadas Biodiversidade e Recursos Florestais

O Centro de Estudos Ibéricos, em colaboração com a GNR - Comando Territorial da Guarda e com o Governo Civil da Guarda realizou as II Jornadas Transfronteiriças “Biodiversidade e Recursos Florestais”, no dia 29 de Outubro, entre as 9h e as 17h30, na Sala António Almeida Santos (Câmara Municipal da Guarda).

Foi ainda inaugurada a exposição “Que no arda nuestro futuro”, da Junta de Castilla y León (Ayuntamiento de Trabanca).

A sessão de abertura contou com a presença de D. Jesús Málaga Guerrero, Sub-Delegado do Governo em Salamanca, Governador Civil da Guarda, Dr. Santinho Pacheco, Vice-Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Dr. Virgílio Bento, Comandante da GNR – Comando Territorial da Guarda, Coronel Antunes, e Coordenadora do CEI, Dr.^a Alexandra Isidro.

O 1.º Painel “Biodiversidade” teve como moderador o Prof. Gonçalo Poeta, Vice-Presidente do IPG e a oradora foi a Dr.^a Ana Fonseca, do Centro de Interpretação da Serra da Estrela. De seguida falou o Prof. Moisés Pescador, da Universidade de Salamanca.

Na parte da tarde, o 2.º Painel “Recursos Florestais” foi moderado pelo Doutor José Mota da Romana, Membro da Comissão Executiva do CEI. Os oradores foram a Eng.^a Cláudia Salgueiro, da Autoridade Nacional Florestal, D. Ignacio Juárez Relano e D. Francisco Bolaños López de Lerma, do Servicio Territorial de Medio Ambiente de Salamanca e o Tenente-coronel José Manuel Amaral Grisante, do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente da GNR (SEPNA).

No final da jornada foi apresentado o livro Iberografias n.º 16 “As Novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa - Paisagens, Territórios, Políticas no Brasil e em Portugal”.

II. Eventos

Protocolo Centro de Estudos Ibéricos e Fundación Duques de Soria

Decorreu no 19 de Abril, na sede do CEI, a assinatura de um Protocolo de Cooperação entre o Centro de Estudos Ibéricos e a Fundación Duques de Soria (Espanha).

Ambas Instituições, sem fins lucrativos, prosseguem objectivos e finalidades similares no âmbito da promoção do estudo e investigação das realidades portuguesa e espanhola, procurando contribuir para a difusão da cultura ibérica e para o desenvolvimento dos territórios de fronteira.

O Protocolo foi assinado pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Engº Joaquim Valente, membro da Direcção do CEI, e pelo Secretário-Geral da Fundación Duques de Soria, D. José M.ª Rodríguez-Ponga y Salamanca. O Protocolo visa o estabelecimento de um quadro de cooperação entre as duas instituições, através do desenvolvimento de acções conjuntas tendo em vista o estudo, conservação, valorização e divulgação do património cultural, material e imaterial, dos territórios de ambos lados da fronteira entre Portugal e Espanha.



A Fundação Duques de Soria é uma instituição cultural, criada em 1989, por iniciativa e sob a Presidência Honorária da Infanta Margarita de Borbón e de D. Carlos Zurita, Duques de Soria. No que respeita ao relacionamento com Portugal, a Fundação criou, em 1994, a Cátedra Don Juan de Borbón, Conde de Barcelona, sob o patrocínio conjunto do Presidente da República Portuguesa e do Rei de Espanha. A Cátedra promove e incentiva o intercâmbio e o conhecimento das realidades culturais e socioeconómicas de Portugal e de Espanha, principalmente através da organização de encontros luso-espanhóis.

Com a assinatura deste Protocolo o CEI cumpre um dos seus principais objectivos, nomeadamente no que respeita ao reforço do relacionamento e cooperação inter-regional através da investigação e do ensino universitários e da actividade de instâncias cívicas e culturais.

Concurso de Fotografia “Transversalidades: Territórios, Sociedades e Culturas Ibéricas em Tempos de Mudança”

O Concurso de Fotografia “Transversalidades” visou recorrer à imagem como meio para promover a cooperação territorial privilegiando as seguintes apostas:

- aproveitar o valor documental, pedagógico e estético da imagem para promover a inclusão dos territórios menos visíveis, inventariar recursos, valorizar paisagens, culturas e patrimónios locais;

- promover a cooperação entre pessoas, instituições e territórios, de aquém e além fronteiras, fomentar a troca de experiências e de conhecimentos entre espaços unidos pela matriz ibérica comum, espalhados por diferentes países de vários continentes;

- formar novos públicos e usar as novas tecnologias de comunicação como meio privilegiado de comunicar, tendo como foco os jovens estudantes universitários e o alargamento da rede internacional de investigadores que se vai organizando a partir do CEI.



As fotografias foram candidatas a um dos seguintes temas principais, onde se integram alguns domínios mais específicos:

1. Paisagens naturais e espaços rurais.
2. Cidade e actividades urbanas e industriais.
3. Património material e intangível.
4. Modos de vida, condições sociais, processos de desenvolvimento sustentável.
5. Espaços de fronteira.

III. Edições

Colecção Iberografias (CEI/Campo das Letras)

16 - “As Novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa – Paisagens, Territórios, Políticas no Brasil e em Portugal”.

O livro «As Novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa – Paisagens, Territórios, Políticas no Brasil e em Portugal», volume nº 16 da Colecção Iberografias, foi apresentado, na Guarda, no dia 29 de Outubro, por ocasião das II Jornadas sobre Biodiversidade e Recursos Florestais», coordenado por Lúcio Cunha, Messias Modesto dos Passos e Rui Jacinto.



